

organizadores

Natália Barros

Antonio Paulo Rezende

Jaílson Pereira da Silva

OS ANOS 1920

HISTÓRIAS DE UM TEMPO



OS ANOS 1920

HISTÓRIAS DE UM TEMPO

1920

*Natália Barros
Antonio Paulo Rezende
Jaílson Pereira da Silva
(Organizadores)*

OS ANOS 1920

HISTÓRIAS DE UM TEMPO

Editora
Universitária  UFPE

Recife 2012

Universidade Federal de Pernambuco
Reitor: Anísio Brasileiro de Freitas Dourado
Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques
Diretora da Editora: Prof^{fa} Maria José de Matos Luna

Editora associada à

Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Comissão Editorial

Presidente: Prof^{fa} Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covaleski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alessandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edgleide Maria Figueiroa Barretto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Silvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Edgleide Maria Figueiroa Barretto, Rogério Luiz Covaleski, Silvia Helena Lima Schwamborn

Projeto Gráfico e Diagramação | Diogo Cesar

Revisão | Autores

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

A615 Os anos 1920 : histórias de um tempo / organizadores : Natália Barros, Antonio Paulo Rezende, Jaílson Pereira da Silva. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.
218 p.

Vários autores.
Inclui referências bibliográficas.
ISBN 978-85-415-0003-6 (broch.)

1. História – Recife (PE) – Séc. XX. I. Barros, Natália (Org.). II. Rezende, Antonio Paulo (Org.). III. Silva, Jaílson Pereira da (Org.).

981.34 CDD (22.ed.) UFPE (BC2011-110)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

APRESENTAÇÃO

As costuras das histórias: o Recife e a modernidade

Antonio Paulo Rezende

I

O olhar para o passado não é solitário. Está sempre acompanhado de perguntas. A subjetividade dialoga com o que vem de fora, com as aventuras do mundo exterior. O que fica é o entrelaçamento das relações sociais e dos tempos. Inventamos conceitos, mergulhamos em abstrações, enfeitamos metodologias, mas a instituição do histórico demanda do coletivo, com seus conflitos e suas harmonias. É perigoso fazer dos conceitos uma prisão, sem deixar fluir o que surpreende e, às vezes, desgoverna.

Os anos 1920 são turbulentos, com todas as agitações trazidas pela modernização, pela modernidade e pelo modernismo. Não há hierarquias, ao eleger o progresso como alternativa, para compreender as mudanças culturais. Os artigos aqui reunidos são resultados de pesquisas feitas para conclusão de trabalhos acadêmicos da pós-graduação em História da UFPE. Apesar de autoria diversa, eles tocam-se e dão conta de questões que se completam e se aproximam. Buscam trabalhar com temas pouco presentes na historiografia sobre o Recife.

O contemporâneo é um desafio. Está quente nas nossas memórias, sem o desejado distanciamento que os mais tradicionais tanto celebram. Não custa, porém, correr o risco. O século XX é, também, território do historiador. Não cabe resumir seu ofício a analisar fontes, apenas, localizadas nos tempos do Império e da Colônia. Os acontecimentos não

ganham destaque pela distância. Lembremos que as indagações sobre o passado partem das preocupações com as relações do presente. Sem privilegiar a simultaneidade, podemos cair nas armadilhas das sucessões intermináveis de causas e efeitos, e a história correria o risco de deixar de ser surpreendente.

A sociedade brasileira conviveu com escravismo, concentração de riquezas, autoritarismo na época da colonização. Houve mudanças. Mas continuam as desigualdades e as carências sociais. Nem tudo é descontinuidade. Os anos 1920 nos trazem contradições e permanências. O discurso da modernização ganha relevância desde séculos anteriores, com ritmos variados. É uma longa história, repleta de fantasias e revoluções. O mundo se estreitava e, hoje, é uma aldeia global. Tudo não apareceu, de repente, como uma magia sagrada.

Esticando a corda do tempo, os sinais da modernidade já estavam atuantes nos finais da chamada Idade Média. A Europa considerava-se centro do cosmo e queria ampliar, mais ainda, sua força política e acumular poderes, ditar padrões. Para isso, não basta violência. Arquitetam-se mudanças na forma de pensar, criam-se outros modelos estéticos, fragilizam-se religiões, abrem-se mercados de especiarias, reformam-se costumes seculares.

II

A modernidade pode ser concebida como um processo civilizatório. Ela não demoliu todas as tradições, nem as menosprezou. Seu diálogo com as tradições foi fundamental. Sem compreendê-lo fica difícil analisar as profundidades das suas perspectivas. Nas mudanças trazidas pela modernidade, observamos componentes das culturas grega, romana, cristã e judaica. Com isso, há permanências indiscutíveis, não apenas na formulação dos pensamentos filosóficos, como também nos hábitos e nas sensibilidades.

A modernidade atravessou séculos. Foi rica em reflexões, articulou espaços do capitalismo e da sociedade de classes. Desfraldou bandeiras

de revoluções, prometeu igualdade e cidadania para todos. Estendeu-se geograficamente, agitando e pacificando, desfazendo e retomando. Sua complexidade é incomensurável. Nos artigos apresentados, expõem-se momentos das suas atuações na cidade do Recife, com debates e sem uma visão homogênea.

A modernidade deixou de ser europeia, na exclusividade, e globalizou-se. Hoje, encontra-se nos recantos do mundo social mais íntimo, com suas contradições e polêmicas. Buscou, também, outra linguagem para a cultura. Inventou formas e geometrias, reafirmou o significado de palavras e de sentimento. Impressionismo, surrealismo, expressionismo, cubismo, dadaísmo, vanguardas que marcaram períodos da contemporaneidade. Surpreendia com seus apelos às dissonâncias. Assanhava críticas e entusiasmos.

Kafka, Picasso, Debussy, Chopin, Mahler, Joyce são lembranças inesquecíveis de obras que ficaram. O modernismo tornou-se clássico; parece uma ironia histórica vazia, mas se trata de uma interpretação muito aceita pelos estudiosos. O clássico refere-se à forma como se firmou e, ainda, chama atenção de muitos e é ponto de partida para artistas de todos os países. O Brasil se envolveu com os modernismos com expressões reconhecidas como Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, Portinari, Drummond, Mário de Andrade, Joaquim Inojosa e tantos outros.

As aventuras do modernismo tinham lugar pouco especial na historiografia sobre o Recife. Havia muitos preconceitos, lamentava-se a falta de fontes ou mesmo se achava inútil apreciá-las. Era desperdício para o ofício do historiador. No entanto, as pesquisas mudaram seus rumos, as metodologias refinaram seus olhares e a produção sobre o tema se fortaleceu. Modernidade, modernismo e modernização estão presentes nas discussões e possuem relevâncias teóricas. As resistências podem sobreviver como parte da diversidade, tão saudável para os devaneios intelectuais.



III

O Recife é o foco maior dessa coletânea preciosa, para colocar histórias pouco conhecidas. Seus autores mergulham em fontes, antes isoladas, e trazem conceitos para discutí-las, sem querer estabelecer hierarquias. A montagem da modernidade encontra-se com as reflexões onde a multiplicidade ganha destaque. O Recife renova-se nos anos 1920, vive conflitos e questiona, não apenas o velho e novo porto do açúcar e o quintal dos coronéis. A sua história é mais ampla e ousada.

Fugir dos modelos historiográficos dominantes, só possui consistência quando se acena para outras trilhas. Insistir na índole revolucionária do recifense ou na sua ligação nostálgica com os tempos tradicionais não resolve as questões básicas. Os conflitos entre o antigo e o moderno são frequentes. Não há como negar. Os encontros entre eles também estão presentes. É muito escorregadio fechar as interpretações. Muitas vezes, as identidades são múltiplas, os jogos de poder mascaram e fantasiam. O antigo e o moderno podem se completar e confundir os que elegem certezas permanentes.

A cartografia da modernidade é complexa, sobretudo quando se desenha em espaços diferentes, com resquícios da escravidão e da opressão dos colonizadores. A República não foi a redenção dos pecados políticos autoritários. A sociedade brasileira não sentiu renovações marcantes na forma de exercer o poder. O cotidiano continuou repleto de preconceitos e hierarquias. É preciso ter cuidado para visualizar onde houve alterações nos hábitos ou tentativas de organizar projetos diferentes.

Nos anos de 1920, o Recife conviveu com sinais de quebra da monotonia de antes. A modernidade era discutida e havia desejos de modernizar a cidade. Os governos tinham projetos que já se delineavam desde o início do século XX. Tornar a cidade mais limpa, divulgar as invenções modernas, melhorar a saúde e a moradia eram ideias que circulavam entre os intelectuais, muitos admiradores do modernismo. Não há coincidências generalizadas. Gilberto Freyre reclamava da ruptura com o mundo vivido, enquanto Joaquim Inojosa exaltava a Semana de Arte

Moderna de 1922. Muitas organizações operárias queriam melhores condições de trabalhos e faziam greves gerais.

Os ruídos existiam, apesar das resistências dos conservadores, o debate animava grupos e ligava o Recife às vanguardas europeias. É importante compreender como se davam as leituras da modernidade e seus paradigmas. Não vamos cair nas armadilhas dos reflexos e dos modelos de atraso e avanço. A qualidade deve acompanhar as mudanças, não apenas a acumulação de bens e de novidades. Concentrar riqueza é uma opção do capitalismo, da sua exploração tão conhecida, para além, inclusive, das atividades econômicas.

É por estarem atentos a esses desafios e a essas discontinuidades — é por serem desejosos de fugir das armadilhas dos reflexos — que os artigos aqui reunidos se apresentam como histórias múltiplas de um mesmo tempo, de um mesmo lugar: O Recife dos anos 1920.

O artigo de Gustavo Acioli nos traz a medida dos controles. Mostra como a repressão policial agia e prendia os considerados vadios. A justificativa enquadrava-se no processo de modernização do governo de Sérgio Loreto. O discurso articulava-se com outras áreas e tinha forte sistema de propaganda. Assumiu ares de moderno, salvacionista. Marginalizava quem não acreditava na autoridade da ciência e seus projetos para as urbes crescentes, carentes. O Recife sofre com muitas epidemias, então cabe esquecê-las, com as astúcias positivas da modernização.

A cidade não se basta na higienização. As diversões são decisivas. Elas também disciplinam. Não apenas lugares de alegrias soltas e impunes. As reflexões e as pesquisas de Sylvia Couceiro contribuem para interpretá-las e observar sua importância dentro de um mundo que iria transformá-las em grandes lucros para o capitalismo. Tudo entra no campo da mercadoria. É ordem do valor de troca. O controle é amplo e o poder dominante não descuida de fortalecê-lo. A diversão faz parte das singularidades de cada cultura: suas festas, seus passeios, seus jogos.

O moderno não despreza o sorriso, nem as transgressões simuladas. Não se omite com a produção do corpo e o redesenhar dos gêneros. A busca por modelos ditos atualizados movia opiniões. Nada disso era uniforme, nem tampouco uma massificação sem contraponto. As ence-

nações eram outras, como assinala Natália Barros na sua investigação por fontes ricas em informações e discordâncias.

Com as invenções modernas, a velocidade passa a ser cultuada, Não vamos cair no anacronismo de compará-la com a do século XXI. O tempo era outro, mas as renovações para o período eram marcantes. Não podemos imaginar fórmula 1, porém automóveis desfilando pelas ruas assustando os mais pacientes, despertando o interesse dos conquistadores e boêmios. A cidade muda seus hábitos, incorpora costumes, admira a técnica, modifica sua paisagem, embeleza suas construções. A estética tem seu valor ressaltado, para isso as ruínas do que era chamado antigo ocupam as imagens dos anos 1920. Todos esses turbilhões de desejos e lutas culturais estão nas costuras históricas dos artigos de Jailson Silva, Daniel Vieira e Flávio Teixeira. Na suas pesquisas, as conversas entre o antigo e o moderno repercutem de forma instigante.

Mais do que o olhar exaustivo e definidor, temos, na coletânea a abertura e a sugestão para o aprofundamento de novas temáticas. A história é reescrita na leitura de cada um. Quem pensa que encontrou o ponto final se perde na repetição. Os autores favorecem a ampliação de um conhecimento historiográfico crítico, sem fechamentos e sabedor de que as mudanças no presente permitem narrativas com outras cartografias. A história é construção contínua das possibilidades. Está entrelaçada com a vida, atiza a curiosidade, mas também cria significados que não se esgotam.



O Micróbio do Crime: repressão policial à vadiagem e higienismo no Recife (1922-1926)

Gustavo Acioli

A preocupação com a presença de elementos que não estavam convencionalmente incluídos na sociedade e que proporcionavam um desconforto às elites, seja por ocuparem-se de práticas e ofícios deslegitimados pelas autoridades ou por manterem hábitos igualmente proscritos, é uma constante na Primeira República, no Brasil. Verifica-se, particularmente na legislação penal e civil, a tentativa de enquadrar e “corrigir” tais indivíduos (quando não os excluir de todo). Neste artigo, visamos apresentar a forma como os ditames legais na esfera federal e estadual procuraram atingir tais objetivos. Da mesma forma, pretendemos apontar o rebatimento das ordenações federais na esfera estadual no tocante à repressão à vadiagem e congêneres; para tanto, verificamos e analisamos a legislação estadual. O outro passo é perceber a aplicação das leis antivadiagem pelas instituições policiais, consubstanciadas nos números registrados em delegacias do Recife, na Casa de Detenção e na Penitenciária de Fernando de Noronha, bem como nos relatórios apresentados pelas autoridades que as dirigiam ou exerciam funções subordinadas a essas instituições.

As falas oriundas das autoridades sanitárias e presentes em alguns órgãos de imprensa do Recife difundiam uma imagem dos elementos antivadiagem modernos, dos *infieis* a serem combatidos pelos cruzados da modernidade¹. Aqui, no entanto, optamos por enfatizar as práticas e os discursos dos agentes policiais, uma vez que são estes os responsáveis pri-

¹ Temas discutidos em LOPES, Gustavo Acioli. *A Cruzada Modernizante e os Infieis no Recife, 1922-1926. Higienismo, vadiagem e repressão policial*. Dissertação (Mestrado), Recife: UFPE, 2003.

meiros pela aplicação da lei no cotidiano da cidade. As instituições policiais também somavam seus esforços aos de ‘limpeza’ da cidade do Recife. Os registros das delegacias e os relatórios dos chefes de polícia evidenciam a preocupação com a vadiagem, com os praticantes dos cultos afro-brasileiros — “sacerdotes de xangô, pais de terreiro” —, ébrios e jogadores ou outros acusados de ofensa à moral pública e demais contravenções.

De acordo com o primeiro código penal federal (pois havia os estaduais), eram considerados contraventores os que promovessem a prostituição (Capítulo III; Arts. 277 e 278), os que possuíssem “casas de tavola-gem”, isto é, de jogos considerados de azar (Capítulo III; Arts. 369 a 372), os mendigos e ébrios (Capítulo XII; Arts. 391 a 398) e ainda os vadios e capoeiras (Capítulo XIII; Arts. 399 a 403). Outrossim, os jogadores que se “sustentassem” do jogo seriam considerados vadios (Capítulo III; Art. 374)². Vemos, assim, que desde os primórdios da República, no Brasil, se tratou de cercear práticas e atividades consideradas contrárias à ordem e à moralidade públicas³.

A legislação estadual pernambucana seguiu de perto as disposições penais federais. Três anos após haver sido promulgado o Código Penal republicano (1890), dizia um trecho da legislação de Pernambuco ser obrigação dos juizes de direito:

Obrigar a assinar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bebados por habito, prostitutas que perturbam o sossego público, e aos turbulentos que por palavra ou ações ofendem os bons costumes, a tranquilidade pública e a paz das famílias⁴.

Nada é dito ainda, no entanto, do destino a ser dado aos indivíduos que tivessem a desdita de serem enquadrados nessas contravenções (a prisão, seria a conclusão imediata, mas que concepção de prisão, eis um

² BRASIL. *Código Penal Brasileiro*. São Paulo: Saraiva e Cia., 1923 (De acordo com o Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890), posto em dia com as remissões aos seus artigos.

³ “Contravenção é o facto voluntario punível, que consiste na violação, ou na falta de observância das disposições preventivas das leis e dos regulamentos”. BRASIL. Op. cit., p. 5.

⁴ PERNAMBUCO. *Legislação Estadual. Leis e Decretos do Legislativo*. Recife: Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1894. *Da Organização Judiciária*. Cap. 1, Seção 1a.: Dos Juizes de Direito. § 1o.; Art. 16.

ponto importante). Por outro lado, nada mais simples que supor que os juizes e delegados da cidade do Recife (e do Estado de Pernambuco) se guiassem pelo Código Penal da República, o qual, como veremos adiante, alguns desses últimos mostravam conhecer bem.

De volta ao âmbito federal, o mesmo Código Penal autorizava o Governo a fundar uma colônia correcional que funcionaria na “Fazenda Boa Vista, existente no Parahyba do Sul”, de propriedade da União⁵. Segundo essa lei, os presídios e colônias militares existentes deveriam ser preferencialmente aproveitados para abrigar as colônias correccionais. A localização de tais estabelecimentos penais era de molde a excluir do espaço ordeiro e, a bem dizer, de qualquer possibilidade de contato com a sociedade, os elementos considerados deletérios “*á moral e [a]os bons costumes*”, pois deveriam ser fundadas em “*ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional*”⁶.

O primeiro Código Penal da República não representou uma ruptura com o Código Penal do Império. Mesmo as mudanças introduzidas no que tange ao tratamento destinado aos presos e à função a ser desempenhada pela reclusão, a saber, de recuperação, já faziam parte dos debates travados desde os anos 1870⁷, os quais o código republicano assimilou. Ao promulgá-lo, o Governo Federal buscou simplificar as penas, fixar limites de reclusão e disciplinar sua aplicação em todo o país⁸.

A concepção acerca do crime, todavia, que era substrato do Código, era a mesma que vigorara no Império, de cunho clássico, que tinha no indivíduo a origem do delito. Essa concepção chocou-se frontalmente com a ideia que os juristas positivistas, bastante ativos durante a Primeira República, faziam do crime e do criminoso. Influenciados por Cesare Lombroso e outros criminologistas europeus, os positivistas apontavam elementos diversos como origem dos delitos, tais como a herança genética, de par com questões de raça e clima. Em última instância, a origem

⁵ BRASIL. *Op. cit.* Lei n. 145, de 12 de julho de 1893, regulamentada pelo Dec. 6994, de 19 de junho de 1908, p. 131.

⁶ Idem, *ibidem*. Cap. XIII; Arts. 399 e 400., p. 118-9.

⁷ SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo, 1822-1940*. São Paulo: Edusp/Annablume, 1999, p. 145-6.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 147-9.

dos delitos residia em forças sobre as quais os indivíduos não tinham controle⁹.

Desse modo, o que se contrapunha nesse debate não eram apenas as concepções de criminologia, mas sobre o Estado e a sua função. Os primeiros, liberais clássicos, tinham o Estado como um guardião da sociedade, dos rebanhos humanos. Seus oponentes, cientificistas, queriam um Estado interventor, tutor da sociedade, legitimado pela necessidade de domar as forças que os homens não controlavam e que os levavam a atentar contra a ordem. O Estado deveria assumir a função de incorporar e controlar todos os setores da sociedade¹⁰. Essa concepção acerca do Estado, em geral, e do combate ao delito, em particular, ganhou cada vez mais espaço na formulação de políticas de controle social ao longo da Primeira República.

A intenção dos republicanos de uniformizar a legislação penal no país e a influência da criminologia positivista fizeram-se logo sentir em Pernambuco. O Estado não tardou a ter a sua própria lei autorizando a criação de uma colônia correcional, bem nos moldes prescritos pelo Código Penal federal, seguindo a orientação de enviar os indesejáveis do espaço público para lugares apartados do convívio social, ou melhor, não só reclusos, mas circunscritos em espaços de onde a fuga tornava-se quase impossível. Se lo-grassem sair dos limites da “colônia”, encontrariam-se em meio ao deserto (do mar ou das regiões inabitadas de fronteira). Assim é que o governador do Estado foi, em 1899, “*autorizado a criar no arquipélago de Fernando de Noronha ou em outro qualquer lugar conveniente duas colônias*”. Uma das “colônias” seria do tipo “*agrícola penal*” e destinava-se “*aos indivíduos convencidos do crime de mendigação (sic), embriaguês, vagabundagem e capoeiragem*”¹¹. Fiel à ideia de que os contraventores seriam redimidos pelo trabalho, a lei previa ainda que “*os colonos serão obrigados ao trabalho agrícola e também se ocuparão em artes mecânica e ofícios*”¹². Mesmo assim, veremos que os responsáveis

⁹ Id., *ibid.*, p. 150-1; SCHWARCZ, Lília. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 156, 166; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade. Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 45-8.

¹⁰ SALLA, Fernando. *Op. cit.*, p. 150-2; Ribeiro, C. A. Costa. *Op. cit.*, p. 43, 48.

¹¹ PERNAMBUCO. *Leis do Estado*. Recife: Diário de Pernambuco, 1899. Lei N. 370; Art. 1º.

¹² Idem, *ibidem*, Art. 2º.

pela administração da colônia não demonstrassem ter fé na “correção” dos elementos recolhidos àquela instituição.

O controle social das camadas mais pobres da população pelas leis estaduais antivadiagem é explicitado, entre outros aspectos, por outras leis criminais. A legislação de 1893 sobre a organização judiciária prescrevia que poderiam responder em liberdade apenas “*os réos que não forem vagabundos [e] nos crimes a que não esteja imposta pena maior de três meses de casa de correção ou oficinas públicas*”¹³, ou seja, não tenham sido condenados por vadiagem. Tal distinção de *status* dos réus seria reafirmada em 1925, negando-se ao “*indiciado que não tiver profissão lícita e domicílio certo*” a possibilidade de “*livrar-se solto*”¹⁴, isto é, responder em liberdade.

Tudo indica, no entanto, que as leis estaduais antivadiagem do início da República caíram em desuso ou, ao menos, deixaram de ser invocadas como justificativas de prisão, uma vez que outras leis de mesmíssimo teor voltaram a ser editadas duas décadas depois. A última lei que regulava sobre “o bem viver”, isto é, sobre as infrações às normas de conduta no espaço público é de 1903; há, ainda, uma outra que trata dos jogos em “casas de tavolagem”, pela qual

a autoridade policial [desde que] tenha noticia da existencia de casa de tavolagem, dará a busca por si, lavrando termo de flagrancia contra os jogadores e apprehendendo não só os utensilios do jogo, mas tambem moveis, espeelhos, tudo em summa quanto sirva para decorar a casa de tavolagem, ou as que a ella forem equiparadas nos termos da lei¹⁵.

Dessa forma, além dos já citados vadios, mendigos, ébrios e prostitutas, quedavam incluídos entre os alvos policiais também os jogadores, aliás, como previa a legislação penal federal. Como dizíamos antes, novas leis voltam a dispor sobre os mesmos assuntos. Passadas pouco mais de

¹³ Idem. *Legislação Estadual*. Recife: Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1894. Regulamento, Art. 137, p. 33.

¹⁴ Idem. *Legislação Estadual*. Lei n. 1750, *Código de Processo Criminal*: Título III, Capítulo III, Art. 46, p. 140.

¹⁵ Idem. *Leis do Estado do Anno de 1913*. Recife: O Tempo, 1903. Lei n. 1900; Art. 300.

duas décadas desde a primeira lei antivadiagem do Estado de Pernambuco, o Congresso Estadual promulgaria outra lei reafirmando a penalização da conduta dos indivíduos mal postos na sociedade, daqueles que não se enquadravam nos moldes de civilidade e modernização perseguidos pelas autoridades estaduais e municipais.

As contravenções assinaladas nas rubricas de vadiagem, embriaguez e desordens, além dos envolvidos em jogos de azar, voltam a estar incluídas entre os alvos usuais da polícia. Aprovada a lei n. 1577, de 19/05/1923¹⁶, que criou duas colônias correcionais, sendo, como antes, uma para *menores viciosos* e a outra para os *adultos vagabundos*, as autoridades voltam à carga sobre aqueles indivíduos. Note-se, no entanto, que os registros policiais já traziam prisões por vadiagem e pelas outras contravenções citadas, como veremos mais adiante. Essa constatação leva-nos a perguntar quais as razões que levam o Executivo e o Congresso de Pernambuco a promulgarem nova lei de igual teor às pretéritas. Uma possível resposta será aventada em outra seção deste capítulo.

No quadriênio de que aqui se trata, há indícios nos relatórios dos chefes de Polícia de uma preocupação com a salubridade das edificações, segundo as diretrizes da Diretoria de Saúde e Assistência, a exemplo de um relatório do delegado da 3ª. Delegacia da Capital que informa sobre o estado de ruína do prédio da subdelegacia de Santo Amaro, o qual havia sido condenado pela Higiene Pública, pedindo o delegado providências para que o proprietário canalizasse a água, fizesse uma fossa e concertasse o ladrilho¹⁷. Num outro relatório dessa mesma delegacia, o delegado afirma que aprovaria a renovação do contrato do prédio da subdelegacia da Boa Vista se a proprietária se dispusesse a cumprir as exigências de reformas feitas pela Diretoria de Assistência e Saúde¹⁸. Por meio desses relatos oficiais, percebe-se que as autoridades policiais estavam atentas quanto às disposições higiênicas da Diretoria de Saúde e Assistência, órgão de maior destaque na administração Sérgio Loreto.

¹⁶ Idem. *Legislação Estadual, Leis e Decretos do Legislativo*, 1921-1924, p. 44-6.

¹⁷ *LIVRO da 3ª. Delegacia de Polícia da Capital, janeiro - dezembro/1924*, registro de 13/10. Arquivo Público Estadual de Pernambuco (APE).

¹⁸ Idem, *ibidem*, fl. 247, 15/04.

Trata-se de dois setores públicos empenhados numa mesma cruzada: a limpeza da cidade dos elementos patogênicos. Estes elementos podem ser responsáveis pela patogenia física ou moral, podem ser alvos diretos da Diretoria de Saúde Pública ou da Repartição Central de Polícia, mas, amiúde, são indivíduos pertencentes às mesmas classes desfavorecidas e configuram, aos olhos das diversas autoridades, uma só imagem: a das “classes perigosas”, elementos de desordem e ameaça à segurança pública.

Antes de enfrentarmos os números e estatísticas das delegacias e instituições policiais, detenhamos-nos ainda sobre as falas de alguns agentes dessas repartições. A análise das falas destes indivíduos diretamente envolvidos no trato com os elementos enquadrados nas leis de antivadiagem permite-nos uma aproximação das perspectivas do papel da força policial que ensejam as prisões e dão dimensão qualitativa à aridez dos números.

Dois relatórios de autoridades policiais do Recife demonstram como alguns desses agentes tomaram a iniciativa de propor ao Executivo do Estado a criação de instituições para reclusão de contraventores. Façamos sem demora a leitura, ainda que parcial, de suas exposições, para então propor as nossas conclusões. O primeiro deles, o chefe de polícia da capital, desembargador Arthur da Silva Rego, a maior autoridade policial do Estado em seu escalão, no relatório anual enviado ao secretário geral do Estado, tece considerações nas quais cita criminologistas e enfatiza o caráter científico de que se deve revestir a atuação da polícia na repressão aos “*germens do delito*”, para que esta evite ser arbitrária. Entre as medidas que julga necessárias ao combate aos delitos, de acordo com as autoridades científicas sobre o assunto, inclui-se a reclusão de mendigos, vadios, ébrios e capoeiras¹⁹.

Agora sim, deixemos o próprio Arthur da Silva Rego se expor — mas com a condição de me serem concedidos alguns apartes e a licença de entremear uma ou outra palavra que facilite a comunicação. Por que é necessária a repressão aos vadios e mendigos, para ficarmos nestas duas (des)qualificações?

¹⁹ Relatórios dos Chefes de Polícia; *Relatório apresentado ao Exc. Sr. Dr. Samuel Hardman Cavalcanti de Albuquerque pelo Desembargador Arthur da Silva Rego, chefe de polícia*. Jan./1923, p. 9-10. APE.

A vida tem, com efeito, um subsolo de criminalidade constituido pelo[s] [...] micróbios do mundo criminal. [Entre estes,] São causas incontestáveis da criminalidade a vadiagem e o contato com o delinqüente. [Assim, dá-se] O percurso até a delinquência: nas ruas [o indivíduo] entrega-se ao ócio e à vagabundagem, ao instinto contrário aos bons costumes e ao trabalho honesto, a miséria agrava a aversão ao trabalho, vítima do analfabetismo e da anquilostomíase; [completados pelo] contato com a mais baixa camada social, aspirando aquele popular de micróbios do crime²⁰.

Eis, então, de acordo com uma lógica *científica*, os caminhos que levam os homens da ociosidade nas ruas à criminalidade. Com esse ex-certo em mente, tomemos ainda outros, com os quais se concatena, e não apenas, creio, por artifício do historiador. O desembargador e chefe de polícia lembra às autoridades do primeiro escalão quais os elementos considerados contraventores de acordo com as leis federais, pois são esses mesmos os que tem em mira ao propor a reclusão ‘preventiva’. Citando literalmente o Código Penal (de 1890) em seus artigos 391 a 404, implica em seus planos os mendigos, os vadios, os capoeiras e os ébrios. Vadios e capoeiras devem ser segregados porque “tanto a vagabundagem quanto a capoeiragem estão profundamente ligadas ao direito penal; (...) a primeira é um vício contrário à organização da sociedade”, e a segunda, “à ordem e a tranquilidade pública”²¹. Não menos perniciosa se mostra, segundo o relator, a mendicância, uma vez que há tipos distintos de mendigos. De um lado põe “os que não têm forças para trabalhar e os que têm forças, mas não tem meios de trabalhar”; do outro, estão “os que têm forças e meios, mas não tem vontade”. Aos primeiros pertencem “o legítimo pauperismo humano, merecedor, [...], de amparo”; quanto ao segundo

grupo compreende a camada de indigentes perigosos, contra os quais se tornam imprescindíveis medidas preventivas e repressivas. São especuladores da pior espécie, com aversão manifesta ao trabalho honesto, destituídos do

²⁰ Idem, ibidem, p. 11-2. Nessa passagem, refere-se particularmente aos menores, o que não afeta o nosso argumento.

²¹ Idem, ibidem, p. 13-4.

senso moral e aptos, destarte, à prática de quaisquer ações danosas ²².

Da mesma forma que os vadios evoluem para a delinquência, da mendicância ao crime é um passo, pois o mendigo, “*especulador’ com aversão ao trabalho, [...], não encontrando trabalho, (...), recorre ao furto*”²³.

Voltemos agora ao primeiro trecho citado, para pesarmos melhor algumas palavras e asserções do chefe de polícia. A primeira frase nos diz que, na vida, a origem dos crimes localiza-se no “subsolo”, onde estão os “micróbios” da criminalidade. Estando os homens perenemente nas ruas, no rés-do-chão, em contato com os delinquentes e com “a mais baixa camada social”, estão muito próximos daquele subsolo. Surpreendemos nessa lógica um parentesco em primeiro grau com as doutrinas higienistas sobre a patogenia. Isso requer uma pequena rememoração de tais doutrinas.

Os médicos discutiram ao longo do séc. XIX se as doenças se propagavam devido aos miasmas, aspirados no ambiente pelas vítimas, ou se pelo contágio de pessoa a pessoa, havendo ferrenhos partidários em ambos os lados. Para uns, os infeccionistas, adeptos da teoria dos miasmas, estes residiam em meios pestilentos que, quando revolvidos ou perturbados, liberavam as substâncias deletérias no ar, saídas das entranhas da terra (ou das águas), ou seja, do subsolo. Assim, a transformação do ambiente pestilento em higiênico era a solução apregoada. Do outro lado, dos contagionistas, sendo a transmissão debitada aos doentes em contato com os sãos, tratava-se, então, de isolar os doentes para evitar a disseminação do mal²⁴.

Fechado o parêntese patogênico, abre-se a filiação da criminologia defendida por Arthur da Silva Rego àquelas ideias. No subsolo das ruas está o “micróbio do crime”, que, aspirado pelos indivíduos, torna-os virtualmente delituosos, infectando-os com os “germens do delito”. E, se não bastasse a contaminação pelas vias aéreas, a transmissão dá-se tam-

²² Id., ib., p. 14.

²³ Id., ib., p. 15.

²⁴ CHALHOUB, Sidney. *A Cidade Febril. Cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1997, p. 64-5.

bém pelo contágio do contato com os pobres e delinquentes, “as mais baixas camadas sociais”. Assim, o chefe de polícia mostra-se um adepto das duas teorias rivais, de contagionistas e de infeccionistas, combinando-as na etiologia do crime. Note-se, igualmente, que ele fala de micróbios, agente patogênico que veio a suplantar os demais no pensamento médico moderno, mas fá-lo nos termos das teorias pré-microbianas.

Para estreitar ainda mais o parentesco apontado, acrescentemos outros dois elementos associados à origem dos delitos, segundo o desembargador: o “analfabetismo e anquilostomíase”. Mostra-se, assim, em sintonia com seus superiores, o diretor de saúde e assistência e o governador de Pernambuco, para os quais as camadas populares do Estado compunham-se de “uma massa de doentes e ignorantes”²⁵. A doença — ao lado da delituose — e a ignorância compõem o ambiente onde se fermenta a desordem social.

Evidentemente, não compete apenas ao chefe de polícia do Governo Sérgio Loreto a formulação de tais ideias. Como a citação de criminologistas nos relatórios indica²⁶, Arthur da Silva Rego aprendeu nos livros a criminologia que corrobora. Isso não elide sua autonomia ao aplicá-la nas lides policiais e utilizá-la como justificativa de sua atuação à frente da Repartição Central de Polícia.

Esse denodado funcionário público, com base nas ideias que professava, propõe a criação de duas colônias correccionais, de acordo com a regulamentação pelas leis federais. À primeira deveriam ser recolhidos os menores “desamparados”; à segunda, “os *adultos-vagabundos*, *mendigos-válidos*, ébrios e capoeiras”²⁷ (grifo nosso). A novidade aqui não reside na proposição das instituições, mas na formulação da classificação dos contraventores. Ao empregar as palavras *adultos* e *vagabundos* como um substantivo composto, fazendo o mesmo com *mendigos* e *válidos*, parece-nos que o chefe de polícia essencializa a condição dos virtuais contraventores, uma vez que *vagabundo* não é utilizado como adjetivo, mas substantivado em união com *adulto*, como se houvesse uma reificação dos indivíduos

²⁵ Cf. supra cap. 3, p. 76.

²⁶ Os nomes citados são Ferdinando Puglia, Enrico Ferri, Leroy Beaulie e Lino Ferriani.

²⁷ RELATÓRIOS dos Chefes de Polícia. *Relatório apresentado ao Exc. Sr. Dr. Samuel Hardman Cavalcanti de Albuquerque pelo Desembargador Arthur da Silva Rego, chefe de polícia*. Jan. 1923, p. 9-10. APE.

que porventura (ou melhor, por desventura) se encontram nessa condição. Saliente-se que tal formulação não é oriunda do Código Penal da República, sobre o qual se apoia o desembargador²⁸.

Ainda haveremos de citar, nas páginas vindouras, outros relatórios policiais e carcerários de várias instâncias. Mas, para não imputar apenas ao chefe de polícia e desembargador Arthur da Silva Rego a responsabilidade pela proposta da lei que quatro meses após seu relatório, como já vimos, estava aprovada (embora seja bem provável que tal afirmação lhe deixaria lisonjeado), podemos citar o relatório de outro funcionário do quadriênio Sérgio Loreto, também bastante atento à questão da vadiagem e que tais. Trata-se de Samuel Rios, diretor da Casa de Detenção do Recife, que escrevia em seu relatório anual ao governador do Estado proposta idêntica à do desembargador Silva Rego. Dizia aquele:

Ha necessidade de casas especiaes para a correcção e disciplina de menores de quatoze annos que pratiquem actos qualificados como crimes, e dos vagabundos refractários á obediência, impondo-lhes trabalho que os obrigue tomar occupação util; e, de estabelecimentos appropriados e de trabalho constante para os vadios mendigos e turbulentos²⁹.

Damos por suficiente a correspondência quase literal de ambas as propostas para evidenciar a disseminação das ideias defendidas pelo chefe de polícia e que, portanto, não precisamos encetar nova análise a partir do trecho citado. Podemos passar aos números.

ARITMÉTICA POLICIAL DA VADIAGEM

O primeiro aspecto que pretendo pôr em evidência é o número de prisões por delegacia³⁰ e, comparando-as, relacioná-las com as informa-

²⁸ Cf. BRASIL. *Código Penal Brasileiro*. São Paulo: Saraiva e Cia., 1923, p. 117-9.

²⁹ FUNDO: Casa de Detenção do Recife (CDR) — 142; *Documentos*: 41; [RELATÓRIO apresentado pelo diretor da Casa de Detenção, Samuel Rios], janeiro/1923. APE.

³⁰ Os registros compulsados dizem respeito às 1ª, 2ª e 3ª delegacias da capital e das subdelegacias sob sua jurisdição, que totalizavam 26. Ainda no nosso período, foram criadas as 4ª e 5ª delegacias de polícia da capital, mas o exame dos livros de registro e dos relatórios dos delegados indicam que

ções sócio-econômicas das áreas sob cada jurisdição. O que se pretende inferir é o significado de ocorrerem muito maior número de prisões em certas áreas que em outras, seja em números relativos, seja em absolutos, como logo veremos.

Isso feito, nossa atenção recairá sobre as prováveis funções desempenhadas pela prática de prisões por contravenção, ou seja, dentro do escopo de ação policial no cotidiano das camadas populares, qual o sentido de uma série de prisões que, na maioria dos casos, não redundava em processo, apesar de feitas com base no código penal.

Finalmente, uma vez analisadas as práticas e discursos desses agentes policiais (das delegacias), resta-nos cumprir a promessa feita de início, a saber, evidenciar quais os laços que unem essa instância em suas práticas ao pensamento higienista que permeia a maior parte das iniciativas do Executivo, e em que medida suas ações estão interligadas, seja no campo do pensamento que as norteia, seja pela mútua influência, se é que tais evidências podem ser observadas.

De acordo com os números coligidos, verificam-se disparidades significativas na efetuação de prisões, sob várias rubricas, nas três delegacias da capital. Se compararmos o número de prisões das 1^a., 2^a. e 3^a. delegacias, vê-se que para o ano 1923 (de março a dezembro) a 2^a. delegacia efetuou 160 prisões, enquanto a 1^a. delegacia, apenas nos meses de janeiro e fevereiro de 1923, realizou 361 e 228 prisões, respectivamente; por sua vez, a 3^a. delegacia realizou 156 no mesmo ano. Mesmo não se tratando de períodos rigorosamente iguais, pode-se perceber que a média anual de prisões na 1^a. delegacia é bem superior à média das demais: 294,5 daquela contra 16 e 13 da segunda e terceira delegacias, respectivamente³¹.

Se tomarmos outro período de que dispomos para as 1^a. e 2^a. delegacias, a superioridade da 1^a. delegacia da capital mantém-se com folga. Enquanto esta realizou 156 prisões só em janeiro de 1924, a média da 2^a.

apenas a 5^a. passou a funcionar e ainda assim no último ano do período, agrupando 7 subdelegacias que antes pertenciam à 3^a. delegacia. Fazemos, assim, uso restrito das informações da 5^a. delegacia.

³¹ Arquivo Público Estadual de Pernambuco. APE; **Fundo:** SSP/RCP; Delegacias de Polícia; 1^a Delegacia de Polícia da Capital - 1923. Fundo: SSP/RCP; Delegacias de Polícia; 2^a. Delegacia de Polícia da Capital - jan.-jun./1923; 2^a Delegacia de Polícia da Capital - Jul. - Dez./1923; 2^a. Delegacia de Polícia da Capital - jan.-jun./1924. SSP/RCP; Delegacias de Polícia; 3^a. Delegacia de Polícia da Capital; jan.-dez/1924.

delegacia, de janeiro a junho do mesmo ano, foi de 14,7. A primeira delegacia de polícia da capital — e suas subdelegacias — era, assim, a campeã em prisões realizadas no período.

Do universo de detidos pelas forças policiais do Recife, interessamos, já o dissemos, os acusados de contravenção associada à vadiagem. Vejamos se a superioridade da 1ª. delegacia também se observa nas prisões por vadiagem e congêneres.

Considerando os números relativos da prisão de vadios, mendigos e ébrios, na 1ª. delegacia de polícia da capital elas correspondiam a aproximadamente 20%, em janeiro de 1923, e 32,9%, em fevereiro de 1923, e cerca de 30%, em janeiro de 1924. Não dispomos das estatísticas mês a mês da 1ª. delegacia para o ano de 1923 — além dos meses citados—, mas sim para o período integral. Naquele ano, foram efetuadas 3.626 prisões, das quais 41% foram registradas nas rubricas de *vagabundagem* e *embriaguez*. Na segunda delegacia, os presos sob aquelas acusações foram menos de 1% em 1921; em 1922, 25,8%; descendo a 21,7% em 1923; para então cair a zero no primeiro semestre de 1924. Na terceira delegacia, em 1921 os presos por tais contravenções correspondiam a 8%, subindo a 25,6% no ano de 1923. Portanto, o que se nota é uma sensível superioridade da primeira delegacia na ocorrência de prisões por contravenção, incluindo os vadios, mendigos e ébrios, ao menos para os poucos períodos que dispomos das estatísticas para as três delegacias³². Resumindo esses números, dentro do ano de 1923 a porcentagem relativa das contravenções na primeira delegacia é de 41%, ao passo que na segunda foi de 21,7% e na terceira, 25,6%. Apesar de compararmos um único ano, trata-se precisamente do ano em que foi promulgada nova lei antivadiagem em Pernambuco, criando a Colônia Correccional.

Se acrescentarmos aos números da 1ª. delegacia os presos como “jogadores”, a porcentagem de contraventores sobe a 44,5% no ano de 1923. Podemos equiparar a situação dos “jogadores” à dos vadios, pois

³² APE. Fundo: RCP/SSP; *Relatórios dos Chefes De Polícia - 1869-1929*; Delegacia do 1º. Distrito da Capital em 14 de janeiro de 1924. Fundo: SSP/RCP; Delegacias de Polícia; 2ª. *Delegacia de Polícia da Capital*: Jan. - jun./1922; 2ª. *Delegacia de Polícia da Capital*: Jan.-Jun/1923. SSP/RCP; Delegacias de Polícia; 3ª. *Delegacia De Polícia da Capital*; Jan.-Dez/1922. 3ª. *Delegacia de Polícia da Capital*; Jan.-Dez/1924.

para isso nos autoriza o código penal republicano, como já visto, que considerava os jogadores como vadios, por “*se sustentarem do jogo*”, bem como a atitude do delegado da 1ª. delegacia, principal responsável pela repressão à contravenção, que declarava:

A providência desta chefia contra a exploração dos jogos de azar, pondo em debandada uma vultuosa malta de viciados e vagabundos colocou a nossa capital numa situação magnífica de moralidade, livrando-nos do espetáculo edificante de que eram palco as ruas centrais desta cidade, cheia de espeluncas, com frequência dos piores elementos sociais. Convencido plenamente da eficiência dos jogos de azar no que se refere à estatística policial, a minha campanha contra a jogatina tem sido incessante e pertinaz, podendo de logo assegurar à V. Exca. que na circunscrição por mim dirigida continuará em vigor as determinações desta chefia³³.

A repressão ao jogo, segundo ele, retirava das “ruas centrais da cidade” os elementos “vadios e viciosos”, além de livrá-las de “espeluncas”, deixando as artérias centrais livres para os divertimentos das classes privilegiadas, que poderiam fazer sossegadas seu *footing* pelas calçadas. No hábito do jogo, aliam-se, pela ótica policial, o não-trabalho e a diversão indecorosa, nocivos à sociedade e à moral pública.

É digno de nota que as delegacias já apresentavam um percentual significativo de detenções por vadiagem e congêneres mesmo antes de editada a lei 5711, que destinou os contraventores condenados à colônia correcional no Presídio de Fernando de Noronha. Na 1ª. delegacia, como visto, em janeiro e fevereiro de 1923 os presos por vadiagem, embriaguez e ofensa à moral já compunham 20% e 32,9% do total, respectivamente. A lei antivadiagem foi editada em maio desse mesmo ano, o que mostra que a repressão policial à vadiagem e à mendicância precedeu o anteparo legal. Se recordarmos que foi o chefe de polícia do Estado que sugeriu a aprovação de uma lei com o tal teor, essa antecipação da prática à legislação não nos surpreenderá. Pode mesmo ser evidência de que havia a

³³ Livro de Registros da 3ª. Delegacia da Capital, fl. 1-4, 31/03/1924. APE.

possibilidade de um escalão mais baixo do Executivo influenciar o mais alto e, mesmo, por meio deste, o Legislativo.

Percurso semelhante da prática policial à legislação foi observado no Rio de Janeiro. Lá, a legislação penal sobre os “menores” nas ruas da cidade, cuja promulgação data de 1927, apresentava a influência das práticas e discursos policiais que a antecederam em, pelo menos, 15 anos. Essa influência evidencia-se pela utilização de uma terminologia desconhecida da legislação anterior, mas já presente nos relatórios policiais da capital federal desde 1910³⁴.

O desembargador não descuro da influência de sua sugestão, lembrando, no relatório sobre o ano 1923, a sugestão da oportunidade da colônia correcional. Suas palavras sugerem uma certa autonomia na formulação das diretrizes de seu trabalho:

Desde o início de minha administração preocuparam-me vivamente o abandono em que se achava a infância desvalida, sujeita, assim toda a sorte de vícios, e a necessidade inadiável de reprimir pelos meios regulares a vagabundagem, a mendicância e outros habitos nocivos ao bem público. Lembrei por isto, no meu ultimo relatório, a criação de duas colonias correcionaes, uma para menores abandonados e outra para adultos vagabundos, mendigos validos, ebrios habituaes, capoeiras e desordeiros³⁵.

A repressão à “vagabundagem”, vê-se, não precisou esperar por sua reafirmação legal, como aponta o autotestemunho do desembargador e, inclusive, ensejou a criação (ou reedição) de legislação penal específica, dando destino aos condenados por contravenção.

De volta aos números, apesar de reduzidos, estes permitem traçar algumas considerações sobre o viés social dessa forma de repressão policial no Recife de então. Considera-se a distribuição da densidade populacional da cidade do Recife e os bairros habitados pelas classes populares, de

³⁴ VIANA, Adriana de Rezende. *O mal que se advinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910 – 1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 40, 43-4.

³⁵ Relatório dos Chefes de Polícia. Relatório Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto: Governador do Estado, pelo desembargador Arthur da Silva Rego, chefe de polícia. 31/01/1924, Sec. Tech. da Rep. De Publicações Officiaes. PE, p. 15-6. APE.

acordo com a maior presença de mocambos. Igualmente, deve-se ter em mente as reformas pelas quais passou o Bairro do Recife, as áreas centrais da cidade e as vias de ligação aos subúrbios³⁶. Observando a distribuição das subdelegacias dos distritos da cidade por cada uma das três delegacias da capital³⁷ e cruzando-a com as estatísticas de prisões por contravenção, podemos aventar algumas relações entre os aspectos urbanos e a repressão à contravenção.

Minha suposição inicial era de que haveria uma correlação entre os distritos mais visados pelas reformas urbanas, ou seja, os das áreas centrais da cidade e, em especial, o do bairro portuário, e a repressão à vadiagem, à mendicância e à embriaguez. Da mesma forma, supunha que esse segmento de contravenções fosse menos observado nas prisões efetuadas nos distritos suburbanos. As duas hipóteses confirmaram-se para as estatísticas de 1923. Como vimos logo acima, a 1ª. delegacia³⁸ apresenta uma incidência proporcional superior às outras duas delegacias, as quais apresentam percentuais semelhantes entre si de prisões sob as rubricas assinaladas. Some-se a isso o fato de que a 1ª. delegacia apresenta um número total de detenções muito superior às demais. Essa superioridade evidencia-se ainda mais em números absolutos. Em 1923, 916 indivíduos tiveram a desdita de serem enquadrados como vadios ou jogadores pela 1ª. delegacia, ao passo que apenas 38 e 42 indivíduos tiveram a mesma sorte nas 2ª. e 3ª. delegacias, respectivamente.

Esse abismo numérico pode ser cotejado com os dados populacionais de cada área sob a jurisdição de cada uma das três delegacias, a fim de vermos se a superioridade da delegacia que mantinha sob sua vigilância os bairros centrais da cidade, a primeira, relaciona-se à superioridade numérica da população abrangida. Ora, apenas três distritos eram responsabilidade da 1ª. delegacia, enquanto a 2ª. tinha sob sua alçada

³⁶ Cf. MOREIRA, F. D., Fernando Diniz. *A construção de uma cidade moderna*. Dissertação (Mestrado). Recife: MDU/UFPE, 1994, p. 104-6, 108, 112, 115; TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *As cidades enquanto palco da modernidade*. Dissertação (Mestrado). Recife: PPGH/UFPE, 1994, p. 96-98; LUBAMBO, C. W. *Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: CEPE/ F.C.C.R., 1991; REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)Encantos Modernos: histórias do Recife na década de 20*. Recife: FUNDARPE, 1997, p. 33-56.

³⁷ Ver relação em Anexo II.

³⁸ Distritos de S. Frei Pedro Gonçalves, de S. Antônio e de S. José (1º.)

onze distritos ou subdistritos, e a 3ª. delegacia, por sua vez, doze. No ano de 1923, mesmo sem os dados disponíveis para todos os distritos e subdistritos das duas últimas delegacias, estando disponíveis as estatísticas para todos os bairros da primeira, a população sob a vigilância daquelas delegacias era em muito superior à desta. A população dos três distritos abrangidos pela Primeira delegacia era de 55.264; a dos distritos da segunda somava 99.500 - contados aí apenas dois distritos, os de Afogados e Várzea; finalmente, a da terceira correspondia a 158.386³⁹. Vê-se, assim, que o 2º. distrito policial da capital tinha quase duas vezes a população do primeiro, enquanto o 3º. tinha mais que o triplo⁴⁰.

Visto isso, a relação entre as reformas urbanas pelas quais passaram o bairro do Recife e a atenção dada pelas autoridades às áreas centrais da cidade, onde se localizavam os pontos de circulação mercantil e os frequentados pelas classes abastadas da cidade⁴¹, torna-se mais clara⁴².

Dito de outra forma, os considerados vadios, ébrios e mendigos - além de jogadores - não eram bem-vindos na paisagem modernizada do centro do Recife. É mesmo provável que aí circulassem os indivíduos cujas atividades não fossem reconhecidas pelas autoridades, mas não é que não fizessem o mesmo que outros indivíduos nos subúrbios da capital, tais como ambulantes, prestadores eventuais de serviços e, ainda, mendigos. Desde que não se mostrassem nas ruas principais, seriam tolerados.

Podemos aventar as condições de ocupação da população recifense de forma indireta, segundo alguns dados. O registro civil de 1923, realizado pelo Gabinete de Identificação, computou 2.601 pessoas registradas, das quais 122 tinham menos de 15 anos; dos demais, 2.368 não tinham

³⁹ *Mensagem ao Congresso do Estado, Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Sérgio T. Lins de B. Loreto ao Congresso do Estado*, 1924. Anexos. APE.

⁴⁰ Creditamos à 1a. delegacia a população do distrito de S. José, embora esta partilhasse com a 2a. parte da vigilância da área, dividida em duas subdelegacias. Os dados para nove distritos da 2a. delegacia e nove da terceira devem estar incluídos nos distritos recenseados, uma vez que o somatório destes correspondia à população do Recife em 1923, sendo que as localidades não nomeadas constituiriam subdistritos.

⁴¹ MOREIRA, Fernando Diniz. *A construção de cidade moderna: Recife (1909-1926)*. Recife: MDU/UFPE, 1994, p. 78-9.

⁴² Cf. LOPES, *op. cit.*, cap. 3, p. 92 e ss..

profissão provada⁴³. A quase totalidade (91%), então, não exercia uma profissão reconhecida, o que não é o mesmo de não ter ocupação, embora pudesse vir a sê-lo na ótica policial. Números mais precisos podem ser encontrados no trabalho de Geraldo Barroso, segundo o qual 35,9% da população recifense acima de 15 anos não tinha profissão ou exercia funções mal definidas em 1920⁴⁴. De acordo com esses números, não deveria ser raro o encontro de policiais com indivíduos que não pudessem comprovar uma ocupação regular, como exigia a lei, para que escapassem ao rótulo de vadios. Essa população era marcada pela ocupação intermitente, pela itinerância e, destarte, sujeita ao enquadramento pela autoridade policial.

A incidência maior da repressão policial no centro da cidade segue tendência inversa à observada na cidade do Rio de Janeiro entre 1910 e 1930, onde a ocorrência de prisões diminuiu nas áreas centrais, acentuando-se nos subúrbios⁴⁵. Lá, a mudança decorreu de mudanças no foco de atenção da polícia, voltando-se mais aos crimes que à contravenção, enquanto os “problemas urbanos” do centro da cidade ressurgiam nos subúrbios, podendo o aumento populacional nessas áreas ser relacionado à mudança nos registros de ocorrências⁴⁶.

Entre as obrigações das delegacias da capital constava a de enviar ao Gabinete de Identificação⁴⁷, parte da Repartição Central de Polícia, os dados dos indivíduos detidos, para que fossem fichados, incluindo impressões digitais, fotografias e dados pessoais. Devido a esse procedimento, foi-nos possível, consultando os documentos pertinentes àquele órgão, ter acesso a outros números sobre a prisão pelo critério da vadiagem⁴⁸, embora não tenha sido possível consultar as fichas pessoais. De

⁴³ Gabinete de Identificação - 1925, Anexo n.º 4 - Registro Civil. APE - Fundo: Repartição Central de Polícia (RCP). É bem provável que esses registrados fossem os mesmos detidos pelas delegacias e fichados no Gabinete, o que evidenciaria a incidência da repressão policial sobre as classes populares.

⁴⁴ BARROSO FILHO, Geraldo. *Crescimento urbano, marginalidade e criminalidade: o caso do Recife (1880 - 1940)*. Dissertação (Mestrado). Recife: CFCH/UFPE, 1985, p. 55-6.

⁴⁵ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 99, 112-3.

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 99; VAZ, Lilian Fessler. *Uma História da Habitação Coletiva na Cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado). São Paulo: FAU/USP, 1994, p. 82-6.

⁴⁷ Criado pela Lei 1099, art. 2º. em 1910; PERNAMBUCO. Governo do Estado. *Leis do Estado do Ano de 1910*. Recife: Diário de Pernambuco, 1910.

⁴⁸ APE; *Quadro organizado de acordo com a natureza dos crimes e o sexo dos indivíduos. Prisões efetuadas pela autoridade das delegacias da capital durante o ano de 1924*. Fundo: R.C.P. – Gabinete de Identificação - 1925, Anexo n.º 8..

acordo com o documento consultado, no ano de 1924 o Gabinete registrou 1.758 indivíduos presos por aquela contravenção nos três distritos de polícia da capital.

Para o mesmo ano, dispomos dos números dos indivíduos enviados à Casa de Detenção do Recife por diversas contravenções, incluindo os “vagabundos”, por embriaguez, por “jogos”, os destinados “a serem enviados à Colônia Correcional” (instalada em Fernando de Noronha) e os inclusos no artigo 399 do Código Penal. O total dos reclusos sob essas rubricas foi de 344⁴⁹.

Infelizmente, não foi possível obter os números de prisões por contravenção para cada uma das três delegacias da capital no ano 1924. É possível, contudo, explorar os números citados nos dois parágrafos acima, comparando-os entre si e com as estatísticas disponíveis das delegacias da capital. Recordemos que no Código Penal republicano, em seu Capítulo XIII, artigos 399 e 400, a pena para os “vadios” e “vagabundos” primários era de 15 a 30 dias, com obrigação de “tomar ocupação” após 15 dias do término da pena, como constava no “termo de bem viver”, assinado pelo sentenciado. Em caso de reincidência, a pena era a reclusão à Colônia Correcional por um tempo entre um até três anos.

Verifica-se, pelas estatísticas do Gabinete de Identificação e as da Casa de Detenção, que havia uma enorme diferença entre o número de presos por vadiagem nos três distritos policiais e os que eram efetivamente recolhidos na Casa de Detenção, onde deveriam cumprir pena os “vadios” primários. Os “vadios” registrados pelo Gabinete eram em número 7 vezes maior que os recolhidos na Casa de Detenção. Essa observação evidencia que a maior parte dos presos por vadiagem não chegava a cumprir pena de fato, mas ‘apenas’ dormiam algumas noites nas delegacias e subdelegacias da cidade, sendo soltos em seguida, após serem devidamente fichados.

O mesmo pode ser verificado pelo registro nominal de presos nas delegacias, onde se pode verificar que vários detidos por vadiagem passavam alguns dias na própria delegacia e não eram enviados à Casa de Detenção. Esse foi o caso das prisões ocorridas no dia 3 de janeiro de

⁴⁹ Ver Tabela 2 ao final.

1924, quando foram levados à enxovia por “crime de vagabundagem” os indivíduos Arlindo José dos Santos, “vulgo (sic) Lucas José Floriano dos Santos”, José Francisco das Chagas, Oseas Severiano da Silva, José Amaro, vulgo “Doné” e José Demétrio dos Santos, detidos juntos em S. Amaro. No dia seguinte, os cinco foram soltos⁵⁰.

No dia 20 de janeiro de 1924, na Encruzilhada, foram recolhidos como jogadores, pela subdelegacia do Distrito Policial, os indivíduos Euclides Pascoal, José Domingues, Luiz Barreto da Cunha, Argemiro Francisco da Silva, Eugênio Nascimento da Silva, José Pereira da Silva, Casemiro Rubem Monteiro, Manoel Nascimento da Silva, Severino Lúcio de Oliveira e Manoel Maria do Espírito Santo, todos à disposição da 3^a. Delegacia da Capital. Dois dias depois, os 10 acusados foram soltos⁵¹.

A disparidade entre prisões e detenções evidencia uma prática policial cujos objetivos visavam menos à punição ao crime ou contravenção que à identificação de indivíduos “suspeitos”. Marcos Bretas percebeu o mesmo para o caso da capital federal na Primeira República, onde os classificados como vadios pelas delegacias tornavam-se os suspeitos usuais de crimes contra a propriedade, “marcando” um certo contingente da população da cidade e tornando-os reconhecíveis pela polícia⁵². Criava-se dessa forma uma “classe criminosa” sobre a qual a polícia agia discricionariamente. Trata-se, parece-me, daquilo que Michel Foucault chamou de “gestão da ilegalidade”, que passa pela identificação e controle dos delinquentes-objetos, criando um campo visível da ilegalidade⁵³. Essa prática policial redundava numa forma de controle social das camadas populares no ambiente urbano, tal como observado por Boris Fausto para o caso da capital paulista.

Dentre os presos correccionais da Casa de Detenção, apenas os rein-cidentes ganhavam passagem à Colônia Correccional, localizada na ilha de Fernando de Noronha, nas instalações da antiga Fortaleza dos Remé-

⁵⁰ APE: Fundo: Casa de Detenção do Recife; Série: Correspondência Recebida; Sub-Série: Repartição Central de Polícia; Subdelegacias; Delegados; Juizes. Fl. 59.

⁵¹ APE: Fundo: Casa de Detenção do Recife; Série: Correspondência Recebida; Sub-Série: Repartição Central de Polícia; Subdelegacias; Delegados; Juizes.

⁵² BRETAS, Marcos Luiz. *Op. cit.*, p. 133-4, 140-3.

⁵³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 243-7.

dios. Lá, como dissemos acima, eles passavam de um até três anos, se a sentença fosse cumprida regularmente. Nem sempre era o caso, havendo os que chegavam a cumprir mais que a pena máxima de reclusão na colônia. Para efeito de comparação entre os números tratados há pouco e os da Colônia Correcional, sabemos que havia no início de 1924, entre os habitantes da Ilha, 131 presos correccionais. Em termos relativos, estes correspondiam a cerca de 24% da população prisional⁵⁴. Sabemos, igualmente, que os presos correccionais – vadios, jogadores, ébrios, mendigos – registrados pelo Gabinete de Identificação em 1924 somaram 1.758 indivíduos. Portanto, os que haviam sido enviados a Fernando de Noronha representavam pouco mais de 6% dos presos contraventores na cidade do Recife.

Esta equivalência, todavia, não é a mais correta, pois carecemos do número de correccionais enviados naquele ano à Colônia. Ela pode ser mais bem estabelecida para 1923, quando as três delegacias da capital prenderam 996 contraventores. Nesse mesmo ano, apenas 25 infelizes fizeram a viagem forçada até Fernando de Noronha⁵⁵, portanto menos de 3% do total. Confirma-se, destarte, a baixíssima incidência dos processos judiciais contra os contraventores, mesmo os ditos reincidentes, o que vem reforçar as afirmações do parágrafo acima.

Ainda no âmbito da Colônia Correcional, podemos ver indícios da mesma prática que propiciava um “reconhecimento”⁵⁶ dos elementos “suspeitos” pelas autoridades policiais. Um funcionário do presídio, respondendo a um inquérito administrativo que apurava irregularidades no cumprimento de suas funções, informa, a respeito do registro de presos correccionais, o que segue:

Diante de irregularidades apontadas por uma comissão nomeada para verificar os livros de Registros de Correccionais e dos castigos a estes impostos, o escriturário alega que quando presos correccionais voltavam ao presídio com nomes diferentes, ele os registrava como desconhecidos,

⁵⁴ APE; Fundo: Governo do Estado de Pernambuco - *Mensagens* (1920 - 1921 - 1923 - 1925), 3 vols.; Caixa 7.

⁵⁵ APE; Fundo: SSP; *Presídio de Fernando de Noronha*, 13/02/1923; Ofício n. 63.

⁵⁶ VIANA, A. de R. *Op. cit.*, p. 55.

isto é, que não haviam estado lá antes. Afirmo conhecer todos os correccionais, por trabalhar na Casa de Detenção e no Presídio de Fernando de Noronha há 23 anos e diz informar nas observações os casos em que o correccional já passou pelo presídio mesmo antes de criada a Colônia Correccional⁵⁷.

Mesmo tratando-se de data (1928) além do quadriênio que estudamos, o fato de o escrivão trabalhar nas instituições carcerárias do Recife e de Fernando de Noronha há mais de duas décadas permite-nos tomar em retrospecto suas afirmações. Percebe-se aí mais que o “reconhecimento” técnico dos indivíduos pelas autoridades (por meio das fichas pessoais), um conhecimento pessoal dos elementos enquadrados pela instituição carcerária, chegando ao ponto de saber quando se tratava do mesmo indivíduo, mesmo que com outro nome. Aliás, reside aí, também, outra evidência: a de que os presos e os detidos por contravenção informavam nomes falsos, seguindo-se que, por isso, costumava-se anotar o apelido de cada preso, se o tinha.

Há uma série de registros que comprovam essas práticas: Oscar Ferreira de Lima retornou ao presídio em 18/12/1927 com o nome de João Batista de Araújo, vulgo “Dentusço” (sic); Antonio Sylvestre dos Santos, vulgo Carnaval, regressou ao presídio em 01/04/1927 com o nome de Manoel Pedro da Silva; João Severino Ramos, vulgo Bebinho, regressou com o nome de João Severino, em 01/04/1927; José Francisco de Mendonça, que regressou com o nome de José Francisco dos Santos, vulgo Está na Hora, em 07/08/1927⁵⁸; entre muitos outros.

Havia o caso, ainda, daqueles que passavam mais que os três anos de reclusão estipulados pela lei para o contraventor, como os indivíduos José Pereira da Silva e Antonio Benedicto da Silva incluídos na colônia em 25/07/1923 e ainda presos em meados de 1927, portanto há cerca de 4 anos. Perceba-se, ainda, que o funcionário declara a inclusão de presos correccionais mesmo antes da criação da colônia alocada na ilha.

⁵⁷ APE; Presídio de *Fernando de Noronha* (1922-1926) - FN 53, 22/06/1928, [fl. 1, 5-5v, 6-6v], p. 502-503.

⁵⁸ *Presídio de Fernando de Noronha* (1922-1926) - FN 53; Termo de Exame de Escripta. APE.

De acordo com a historiografia que aborda a ação policial sobre as camadas populares urbanas, que vimos citando, o enquadramento dos indivíduos na prática de contravenções revestia-se de uma arbitrariedade cotidiana por parte dos policiais, de forma a ampliar a sombra policial sobre o maior número possível de pessoas entre a multidão anônima da cidade. A ação policial na cidade do Recife apresenta-se análoga neste aspecto. No entanto, nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, houve uma tendência de queda ao longo das duas últimas décadas da I República nos índices das prisões por contravenção, chegando a ser quase ausente nas estatísticas do Rio de Janeiro na década de 1920⁵⁹. Nesse ponto, o contraste com o Recife é nítido, haja vista o incremento das prisões por contravenção que vimos apontando.

De qualquer forma, a ocorrência de um grande número de prisões sem nenhum processo legal que as acompanhasse ou sucedesse, bem como o envio de correccionais à ilha de Fernando de Noronha sem que a colônia correcional estivesse legalmente estabelecida⁶⁰, denota a arbitrariedade da ação policial, que, ao arrepio da lei, mantinha presos indivíduos sem observar as exigências legais, como abertura de inquérito e indiciamento, no caso das delegacias, mesmo sendo da alçada dos delegados preparar os processos sobre as acusações de vadiagem⁶¹.

Um as palavras a mais são necessárias a respeito de outra categoria de contravenção citada pelas autoridades policiais e prevista pelo código penal, a dos mendigos ditos 'válidos'. Curiosamente, não há nenhuma prisão por mendicância, quer seja nos registros das delegacias, quer seja no da Casa de Detenção, nos anos que já expomos. Algumas linhas, da lavra do delegado da 1ª. Delegacia da Capital, remetidas ao desembargador Arthur da Silva Rego, podem nos dar pistas sobre o destino dos mendicantes do Recife no período. Por elas, ficamos sabendo que eles não

⁵⁹ FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984 (os números do autor vão até 1916); BRETAS, M. L. *Op. cit.*, p. 103-5.

⁶⁰ Apesar de a Lei 370, de 1899, ter autorizado a criação de uma colônia agrícola "em Fernando de Noronha ou em qualquer outro lugar conveniente", não há indícios de que o Governo o tenha feito.

⁶¹ A Lei 1577. Art. 6º., § único, estabelecia que os delegados preparassem os processos por contravenção a serem julgados pelos juizes municipais; PERNAMBUCO. Legislação Estadual - Leis e Decretos, 1921-1924/ n.º 114. APE.

escaparam à ação policial sobre “*certos costumes e abusos que muito depõem de nossa educação e cultura*”, o que fazia recomendável que,

Quanto aos ganhadores e mendigos, a proibição deve ser imediata, cabendo acrescentar que, a respeito dos ultimos, a polícia tem procurado recolhê-los ao Asylo de Mendicidade, onde já existe um milhar de esmoleres⁶².

O Código Penal dizia que, nas cidades onde houvesse hospícios e asilos para os mendigos, mesmo os incapacitados para o trabalho estavam proibidos de apelar à caridade pública nas ruas, sendo ameaçados por prisão de cinco a quinze dias. As penas eram maiores para os mendigos aptos à labuta, indo de um a dois meses, acompanhada de trabalho. Portanto, no Recife, a existência de um *Asylo de Mendicidade* — localizado no bairro Santo Amaro — era, a um só tempo, amparo e ameaça aos miseráveis da cidade. A ausência de prisões de ‘mendigos válidos’ em todos os registros consultados e a informação acima de haver, à época, cerca de mil mendigos ‘asilados’ poderia nos levar a concluir que, na avaliação das autoridades policiais, todos os mendigos da cidade do Recife (ou os das áreas centrais) eram legítimos “profissionais da privação”⁶³. Por outro lado, podemos inferir que aqueles indivíduos tidos por mendigos válidos eram simplesmente presos como vagabundos. Não creio ser muito cético ao inclinar-me para a segunda conclusão.

Alguns autores apontam o aumento do nível de profissionalização e institucionalização da força policial, ao longo da Primeira República, no Rio de Janeiro e em São Paulo. O grau de aprofundamento destas relaciona-se inversamente, segundo uns, com o grau de autonomia e arbitrariedade de suas ações⁶⁴, enquanto outros apontam a convivência da burocratização com o aumento do arbítrio policial⁶⁵. O caso da polícia de Pernambuco não parece ser o mesmo no que diz respeito ao avanço

⁶² [RELATÓRIO da] 1ª. Delegacia de Polícia da Capital, 14/01/1924. APE, Fundo: SSP / RCP.

⁶³ Como os chamou Anselmo Piretti, colaborador de Amaury de Medeiros no Serviço de Refeições Populares; Fundo: Secretaria Geral, ano 1918-1929; vol. 483, Ofício n.º 462, 21/04/1924. APE.

⁶⁴ BRETAS, *Op. cit.*, p. 62-3, 115-6.

⁶⁵ SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *Poder de Polícia, Polícia Civil e Práticas Policiais (1889-1930)*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1998, p. 16, 91, 329-30.

da burocratização das instituições policiais. De acordo com as evidências de que dispomos, os aparelhos policiais não haviam sido significativamente melhorados pelo Estado, e o grau de profissionalização da carreira policial ainda era muito baixo. Não iremos desenvolver com vagar esse aspecto, mas apenas fornecer algumas evidências de que o escopo de ação policial ampliou-se, buscando abarcar todo o cotidiano da cidade sem, todavia, haver um incremento de sua estrutura burocrática.

Tabela 1 - Gastos com Saúde, Educação e Força Pública no orçamento de Pernambuco (%)

Ano	1923	1924	1925	1926
Educação	5	5	6	6
Saúde	1,6	3,5	7,2	5,5
Força Pública	14	14	15	21

Fonte: elaborado a partir de LEVINE, Robert. A velha usina. Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 270.

Embora as despesas com as forças públicas tenham se mantido altas no governo de Sérgio Loreto, permaneceram estáveis, exceto para 1926 (Tabela 1). A porcentagem dos gastos com as forças e instituições policiais (presídios, delegacias, agentes) era, em muito, superior à participação dos gastos em educação e saúde no orçamento do Estado. No entanto, esses gastos não parecem ter se convertido em melhorias. Os próprios agentes policiais que exerciam cargos de chefia atestam a deficiência e a escassez de recursos em face da ampliação das atribuições policiais no perímetro urbano:

Em 1919, quando exerci o cargo de delegado de polícia. E quando ainda não havia sido creada a corporação, o policiamento da cidade era feito com cento e noventa e cinco praças da Força Publica [...]. E a cidade ainda não estava sob o influxo dos surtos de progresso e de desenvolvimento da phase actual, [...] convindo acrescentar que naquelle tempo a polícia não auxiliava o serviço de vehiculos como hoje, não policiava campos de foot-ball, nem atendia à requisições para suburbios e outros misteres estranhos ao serviço de policiamento das areas⁶⁶.

⁶⁶ RELATÓRIO de 1923 do Dr. Júlio Machado Guimarães - inspetor da Guarda Civil, apresentado

Quem nos dá esse testemunho é o chefe da Inspetoria da Guarda Civil. Ele parece nos dizer que a polícia de Pernambuco, especialmente a alocada na capital, não acompanhou a modernização da cidade, com o trânsito de veículos, os *matches* de *foot-ball* e outros aspectos e atividades do Recife remodelado. No entanto, se nessa fala destaca-se mais a insuficiência da quantidade de agentes disponíveis para as tarefas policiais, o seu superior queixava-se ao governador da má qualidade dos policiais e das condições de trabalho destes:

A nossa antiga organização policial já não corresponde às necessidades actuaes e tenham-se em vista as condições da nossa polícia do interior, e, também na capital, servida por homens, sem remuneração alguma, extranhos mesmo aos misteres policiaes aos quaes se dedicam sem esse interesse que decorre do dever, do exercício de uma profissão.

O mesmo se pode dizer do serviço de investigações, como base da polícia preventiva, mui pouco efficiente ainda entre nós, mesmo na capital.

O nosso Corpo de Investigação, sem uma organização apropriada que melhore as suas condições, quer sobre o ponto de vista material, quer quanto aos seus agentes, quanto, sem a precisa instrução technica, sem remuneração que lhes compense os esforços e lhes facilite acção, fica muito aquem de sua missão⁶⁷.

A crer no que diz o desembargador, a polícia apresentava um caráter semiprofissional, pois seus agentes não detinham habilitação específica para o ofício, e alguns até trabalhavam sem remuneração. Deve ter sido motivado por essas fraquezas da corporação que a Força Pública baixou a resolução de não mais admitir em seus quadros “*paisanos analfabetos*”⁶⁸. Deve-se atentar, todavia, para a observação de Marcos Bretas quanto à preocupação das autoridades policiais em chamar a atenção dos comandantes dos cargos executivos sobre si, no intuito de incrementar a ins-

ao desembargador Arthur da Silva Rego - chefe de Polícia, p. 66-7. APE.

⁶⁷ RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto: governador do Estado, pelo desembargador Arthur da Silva Rego, chefe de polícia. 31/01/1924, Secretaria Technica da Repartição de Publicações Officiaes. PE, p. 5-6. Relatórios dos Chefes de Polícia.APE.

⁶⁸ SOLDADOS Analfabetos. *Jornal do Commercio*, Recife, 24/11/1922, p. 10.

titucionalização da polícia e os gastos com esse segmento⁶⁹. Isso pode significar, portanto, um certo acentuamento nos relatórios das dificuldades no desempenho das funções de chefia das instituições policiais, o que permitia lenir a responsabilidade daquelas autoridades no mau desempenho policial.

Diante de um quadro como esse, se a hipótese de que a menor integração institucional permite maior arbitrariedade dos agentes policiais no exercício cotidiano da autoridade, a força policial da cidade do Recife tinha tudo para ser discricionária. Ainda que assim não seja, que mesmo com a maior burocratização do aparelho policial — o que não parece ser o caso aqui — sempre reste uma boa margem de arbítrio na ação policial, temos exemplos coevos do papel da polícia na definição prática de quais comportamentos constituíam ou não infração da lei. A infração aqui, como já discutido, é a vadiagem, podendo — e normalmente sendo — ser associada ao jogo, à embriaguez e à mendicância. Vamos a um caso ilustrativo da questão.

Policiais da 5ª. Delegacia de Polícia da Capital, perseguindo pessoas que julgavam ser vadias, invadiram um estabelecimento em Afogados, onde realizaram a prisão de cinco indivíduos, acusando-os de vagabundagem e afirmando haver no local a prática de jogos de azar. Acontece que Afogados ficava na jurisdição da 3ª. Delegacia, o que levou o delegado desta a queixar-se ao chefe de polícia, afirmando que o delegado da 5ª. Delegacia havia não só invadido seu distrito como posto fim a divertimentos públicos que tinham autorização da 3ª. Delegacia para funcionar. Eis a resposta do delegado da 5ª. Delegacia:

Designado por v. excia., para, nesta capital, [...], dirigir o serviço de combate á mendicancia, que abrange o da vagabundagem, em geral, temos, eu e aquelle Inspector [Geral de Polícia], envidado todos os esforços no sentido de correspondermos á confiança de v. excia. É assim que temos, de comum accordo, nas ruas desta capital, uma turma permanente de guardas-civis detendo ao (sic) mendigos e vagabundos que perambulam pela cidade. [...] A turma

⁶⁹ BRETAS, M. L. *Op. cit.*, p. 62-5.

de guardas que faz o serviço de [combate à] mendicância e vagabundagem, ora recebendo ordens minhas, ora do inspector, dando comprimento á missão que conserva nas ruas, desta capital, perseguiram (sic), em Afogados, alguns vagabundos que, desde cedo aquelle dia, perambulavam, desoccupados e maltrapilhos, pelas ruas do arrabalde referido, quando os viu penetrar numa espelunca onde, ao que pareceu aos guardas, se encontravam, em jogos de azar, varios outros desoccupados, isso precisamente ás 10 horas do dia - hora de affazeres! Hora de labor dos que não vivem na malandragem! Esse facto, isso é, o ingresso dos vagabundos, já procurados pela policia, numa tasca onde, ao que parecia, se jogava, não obteve a marcha dos guardas no seu objetivo saneador, pelo contrario, digo eu agora, devia-lhe ter incentivada (sic), ainda mais, o amor ao trabalho de que estavam incumbidos. Eram vagabundos - digamos mesmo - que se entregavam ao jogo de azar, justamente ás horas de labôr! Eram, assim, elementos deletérios, elementos de decomposição social. Foram presos, então, cinco individuos e trazidos, em seguida, á minha presença. Do ligeiro interrogatório que fiz aos mesmos conclui tratar-se, effectivamente, de habituaes vagabundos, pois nenhum deles alegou, em sua defesa, qualquer occupação. Fil-os, conforme o programa de combate á mendicância, recolher á Casa de Detenção, depois de identificados. [...]

Afora o facto a que já me refiri (...) esta autoridade [da 3ª. Delegacia] reclama contra mim por ter invadido o seu districto onde acabei com divertimentos publicos que funcionavam á sua autorização. Ignoro por completo esses divertimentos públicos acabados. Não quero crer que o meu collega do 3º. districto avante-se em considerar uma espelunca, onde se pratica o jogo de azar, em divertimento publico, o que não só constituiria uma innovação extravagante em nossa leis, como porque não se daria, hoje, o valor que deve ter tido, quando publicada, retumbantemente, em todos os jornaes desta capital, a recente portaria do dr. delegado do 3º. districto, fulminando de vez, o jogo de azar, em circumscripção, onde, certamente, não se joga hoje, a não ser que as ordens de delegado res-

pectivo tenham sido burladas. Se a turma de guardas-civis, por ventura, acabou com algum jogo, em Afogados, o dr. delegado chegou á dura evidencia que os seus auxiliares não estavam cumprindo seu dever, permittindo jogo de azar. Si não foi uma casa de jogo que os guardas acabaram, e onde detiveram vários vagabundos, o delegado reclamante precisa, a bem de sua palavra escripta, dizer a v. excia. quaes foram esses divertimentos publicos acabados, no seu districto, pelo delegado do 5º. districto⁷⁰.

A extensão da citação justifica-se, espero, pela riqueza do relato em evidências do que temos discutido até aqui, parecendo-me proveitoso reproduzi-lo quase por completo. Em primeiro lugar, destaco o espaço de indefinição do que seria um vagabundo e o que seriam jogos de azar (em lugar de jogos legais ou “divertimentos públicos”). O delegado diz que estava incumbido do “combate à mendicância, que abrange o [combate] da vagabundagem, em geral”. Vê-se que não importa se a cruzada se faz contra os vadios e, em decorrência, combatem-se também os mendigos e jogadores ou se a figura em mira é a do mendigo, pois o vagabundo *em geral* também é alvejado. Portanto, apesar de fazê-las com base no Código Penal, as prisões por contravenção realizadas pela polícia abatiam-se sobre os pobres nas ruas, onde a rubrica sob a qual eles eram detidos era mera formalidade, ao arbítrio da polícia.

Acresce que dois delegados não concordavam sobre o que seria uma casa de jogos de azar. O que para um era “divertimento público”, inclusive autorizado por ele para funcionar, para o outro era uma casa de tavolagem. O delegado da 5ª. delegacia, aliás, usa uma das definições, a de vagabundo, para reforçar a outra, a do jogo de azar: seus policiais perseguiram vagabundos que “perambulavam, desocupados e maltrapilhos”; estes entraram num estabelecimento (ou “espelunca”). No local, jogava-se; ora, jogos entabulados em plena manhã, só poderiam tratar-se de jogos ilegais, isto é, de azar, pois, além dos maltrapilhos, aqueles que jogavam em horário de trabalho só podem, eles também, ser vadios. Essa

⁷⁰ Fundo: Secretaria de Segurança Pública, *Delegacia do 5º. Distrito de Polícia da Capital*, 1926 - 1927, 23/02/1927; APE. (Grifos no original). Apesar de não corresponder estritamente ao período que abordamos, a lógica da campanha é a mesma.

disputa entre autoridades demonstra, aliás, como a “gerência” da contravenção poderia ser marcada pela cumplicidade entre as autoridades policiais e os ditos contraventores. O grau de indefinição na prática dos comportamentos ilegais permitia à polícia manejar as categorias de acordo com seus interesses e pressionar os populares em troca de vantagens⁷¹ (pecuniárias, talvez, mas não tenho indícios para avançar essa hipótese).

Não faltam ao discurso os aspectos comuns à visão das elites sobre o não-trabalho, segundo a qual os “vagabundos” constituem “elementos deletérios, elementos de decomposição social”, caracterizados por “perambular” nas ruas da cidade sem dedicar-se ao labor. Portanto, a “ilegalidade legalmente constituída”⁷², ou seja, o arbítrio da ação policial no cumprimento da lei encontra-se plenamente justificada.

Retornamos à mesma hipótese, isto é, a de que o ambiente social e político foi um dos principais condicionantes da política estadual de combate à vadiagem. Recordemos que as tensões sócio-políticas emergiram durante as violentas disputas em torno do Governo do Estado e com as greves dos operários da capital nos anos que precederam a ascensão de Sérgio Loreto ao comando de Pernambuco. Sua escolha promoveu o fim das contendas entre os segmentos das elites e, para gáudio delas, deu início a uma perseguição incontinente às organizações operárias⁷³.

É nesse ambiente que volta à tona a lembrança da oportunidade de serem aprovadas leis antivadiagem no Estado e da criação, que se efetivou, como vimos, de uma Colônia Correcional para vadios, mendigos e ébrios. Tal qual o governo federal de Arthur Bernardes, no mesmo período, decorrido em meio a sucessivos estados de sítio⁷⁴, o de Sérgio Loreto promoveu “um regime cotidiano de exceção aplicado às classes populares”⁷⁵. Estas, como classes perigosas, abrangiam os vadios e os grevistas, indigitados responsáveis pela desordem e ameaça ao Estado e à sociedade.

⁷¹ SOUZA, L. A. F. de. *Op. cit.*, p. 286-8.

⁷² Idem, *ibidem*, p. 289.

⁷³ LEVINE, R. *A Velha Usina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 43-47, 70-1; REZENDE, Antonio Paulo. (Des)Encantos Modernos. *Histórias da cidade do Recife na década de 20*. Recife: FUNDARPE, 1997, p. 33-7.

⁷⁴ FAUSTO, Boris. *A crise dos Anos Vinte e a Revolução de 1930*. In: Idem. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985. T. III, v. 2, p. 412.

⁷⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *As estratégias da ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 113.

Recorremos, mais uma vez, a um testemunho da época que permite ratificar essa nossa análise. Trata-se de um relatório de ninguém menos que o diretor da Colônia Correcional em Fernando de Noronha, destino dos presos por vadiagem e congêneres. Ele explicita o que pensa dos indivíduos reclusos na Colônia e qual sua função sem omitir qual a concepção geral sobre a sociedade subjacente à sua atuação.

Ao justificar sua atuação à frente da Colônia, expõe seu julgamento sobre que tipos de indivíduos constituíam os correccionais e, segundo o nosso diretor, qual a forma de tratamento a eles adequada:

Produto da degenerescencia moral, os individuos recolhidos aos estabelecimentos penitenciários, devem ser mantidos em absoluta selecção, n'um regimen de trabalho contínuo e efficaz. A esses individuos seleccionados da sociedade por uma medida preventiva, que objectivou a sua regeneração pelo regimen do trabalho intensivo, deve ser imposta a mais rigorosa disciplina, sob a ação severamente repressiva, afim de conseguir-se o termo desejado⁷⁶.

A reclusão “preventiva” desses “degenerados, typos tarados” não se resume, no entanto, a mantê-los sob a ordem e o regime do trabalho, dois itens tão caros às elites. À Colônia Correcional atribui um papel bem mais amplo, de manutenção do *status quo*, função essa que obedece à seguinte lógica:

Em todas as collectividades, em qualquer das modalidades da vida activa, a disciplina encarna o principio da estabilidade da ordem na hierarchia social. [...] a disciplina é a significação viva da estatica na ordem funcional, porque é ella o conjunto das leis que presidem a todas as corporações, sejam de feição social ou de character administrativo. Assim sendo, penso que a manutenção da disciplina, na mais escrupulosa observancia, deve ser preocupação precípua do dirigente d'um estabelecimento como este, de feição typicamente residiaria e destinada á reclusão de in-

⁷⁶ Fundo: Secretaria Geral do Estado, *Directoria do Presidio de Fernando de Noronha*, Ofício n.º 104; 07/04/1923, p. 18/ fl. 142v. APE.

divíduos desclassificados e que alimentam, por efeito da degenerescência moral, profunda aversão por tudo que traduz o princípio da autoridade, indo até à subversão da ordem, para attenderem á perversão que os caracteriza⁷⁷.

Disciplina, ordem, hierarquia social: termos correlacionados na visão conservadora e autoritária, que enxerga em qualquer contestação e reivindicação de direitos ou nos desvios de comportamento dos padrões convencionados uma ameaça à ordem da sociedade e ao Estado. Os “desclasificados” desafiam a autoridade e ameaçam-na pela subversão ou, quiçá, pela revolução. Assim, vagabundos, mendigos, ébrios, jogadores e operários que não operam, isto é, não trabalham, não exercem sua função na ordem estabelecida, são todos pervertidos, perigosos, revolucionários em potencial. As regras que valem para a sociedade valem para a Colônia Correcional, que se torna uma espécie de microcosmo, uma sociedade em pequena escala, mais uma “coletividade”, onde a força e o arbítrio dos dirigentes põem os recalcitrantes em seus devidos lugares.

Essa forma de pensar a sociedade, de maneira a mantê-la estática em sua ordenação hierárquica, nega aos seus diferentes grupos e classes qualquer iniciativa de organização autônoma, considerada subversão e desordem⁷⁸. Em lugar das disputas políticas e sócio-econômicas entre as classes e grupos, prescreve um controle rígido, de cima para baixo, de toda a sociedade, mantendo todos nos limites da ordem⁷⁹, particularmente aqueles que são considerados como naturalmente refratários à ordem, as classes populares.

Pretendemos ter demonstrado nos parágrafos acima que o ambiente social em que se gestou a política de repressão à vadiagem em Pernambuco, entre 1922 e 1926, partilha das características sócio-políticas dos anos 1920 republicanos, marcados pela instabilidade, devido, em parte, à ascensão das classes operárias na arena pública (mesmo que contra a legalidade) e das insurreições tenentistas. Em Pernambuco, as autoridades viam com o mesmo viés a mobilização dos trabalha-

⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 19-20; fl. 143, 143v.

⁷⁸ LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um Pensamento Autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, B. Op. cit., 1985, p. 366-7.

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 368-9.

dores, pondo-os fora da lei e praticando prisões indiscriminadas, que enviavam à ilha de Fernando de Noronha, numa só leva, grevistas e “vagabundos”⁸⁰ (Tabela 2).

Da mesma forma, quisemos apontar que tais práticas das instituições jurídicas e policiais estabeleceram-se sob a influência de fatores locais e nacionais, assim como correspondiam ao perfil institucional e social das primeiras quatro décadas da república brasileira, perfis esses que não seriam de todo modificados com o Movimento de 1930, que, inclusive, viria a acentuar alguns de seus aspectos. As classes privilegiadas de Pernambuco, por sua vez, mostraram-se em harmonia com as visões homogeneizantes e autoritárias das elites do Centro-Sul, ao passo que sua política correspondeu, também, às demandas das classes proprietárias locais, diante das injunções sociais, políticas e econômicas específicas do Estado.

Tabela 2. Presos Correccionais da Casa de Detenção em 1924

Acusação	Homens	Mulheres
Desordem	461	58
Embriagues	86	12
Ofensa á moral	35	29
Vagabundos	183	—
Catimbó	37	06
Col. Correccional*	05	—
Jogos	42	—
Art. 399 do Cód. Penal	16	—
Averiguações	03	—
Outros	825	154
Total	1.693	259
Total (a)		1.952
Total (b)		344

(a) Homens, mais mulheres

(b) Excluídos Desordens, Ofensa à Moral, Averiguações, Catimbó e Outros.

Fonte: Organizada pelo autor a partir do “Mapa demonstrativo dos individuos, segundo o sexo, recolhidos a essa Penitenciária, correccionalmente, de ordem de diversas autoridades, no decorrer dos meses de janeiro a dezembro de 1924”. APEJE; SSP; Penitenciária e Detenção do Recife, jan.-abr./1925.

⁸⁰ No romance *Moleque Ricardo*, José Lins do Rego retrata a prisão no Recife, de fim dos anos 1910, de operários por desordem (leia-se: greve) e capoeiras, enviados todos à ilha; In: REGO, J. L. do. Ficção. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. v. 1.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BRASIL. *Código Pernal Brasileiro*. São Paulo: Saraiva e Cia., 1923. ([De acordo com o] Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890), posto em dia com as remissões aos seus artigos.

PERNAMBUCO. *Legislação Estadual. Leis e Decretos do Legislativo*. Recife: Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1894.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. *Leis do Estado do Ano de 1910*. Recife: Diário de Pernambuco, 1910.

PERNAMBUCO. *Leis do Estado*. Recife: Diário de Pernambuco, 1899.

PERNAMBUCO. *Legislação Estadual. Lei n. 1750, Código de Processo Criminal. Leis do Estado do Anno de 1913*. Recife: O Tempo, 1903.

PERNAMBUCO. *Legislação Estadual, Leis e Decretos do Legislativo, 1921-1924*.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE PERNAMBUCO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE).

Fundo: Casa de Detenção do Recife; Série: Correspondência Recebida; Subsérie: Repartição Central de Polícia; Subdelegacias; Delegados; Juizes

Fundo: Governo do Estado de Pernambuco - *Mensagens (1920 - 1921 - 1923 - 1925)*, 3 vols.

Fundo: RCP. Gabinete de Identificação - 1925, Anexo n.º 4 - Registro Civil.

Fundo: RCP/SSP; *Relatórios dos Chefes de Polícia - 1869-1929*.

Fundo: Secretaria de Segurança Pública; *Presídio de Fernando de Noronha*, 1923.

Fundo: Secretaria Geral do Estado, *Diretoria do Presídio de Fernando de Noronha*, Ofício n.º 104; 07/04/1923, p. 18/ fl. 142v.

Fundo: SSP/RCP; Delegacias de Polícia; 2ª. *Delegacia de Polícia da Capital - jan.-jun./1923*; 2ª *Delegacia de Polícia da Capital - jul. - Dez./1923*; 2ª. *Delegacia de Polícia da Capital - jan.-jun./1924*.

Fundo: SSP/RCP; Delegacias de Polícia; 3ª. *Delegacia de Polícia da Capital*; jan.-dez/1924.

Fundo: SSP/Repartição Central de Polícia (RCP); Delegacias de Polícia; 1ª *Delegacia de Polícia da Capital* - 1923.

LIVRO da 3ª. Delegacia de Polícia da Capital, *janeiro - dezembro/1924*, registro de 13/10. Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

LIVRO de Registros da 3ª. Delegacia da Capital, fl. 1-4, 31/03/1924.

MENSAGEM ao Congresso do Estado, *Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Sérgio T. Lins de B. Loreto ao Congresso do Estado*, 1924. Anexos.

RELATÓRIO de 1923, do Dr. Júlio Machado Guimarães - inspetor da Guarda Civil, apresentado ao desembargador Arthur da Silva Rego - chefe de polícia, p. 66-7.

RELATÓRIOS dos chefes de Polícia; *Relatório apresentado ao Exc. Sr. Dr. Samuel Hardman Cavalcanti de Albuquerque pelo desembargador Arthur da Silva Rego, chefe de Polícia*. jan./1923, p. 09-10.

[RELATÓRIO apresentado pelo diretor da Casa de Detenção, Samuel Rios], janeiro/1923. FUNDO: Casa de Detenção do Recife (CDR) – 142; *Documentos*: 41.

SERVIÇO de Refeições Populares; Fundo: Secretaria Geral, ano 1918-1929; vol. 483, Ofício n.º 462, 21/04/1924.

BARROSO FILHO, Geraldo. *Crescimento urbano, marginalidade e criminalidade: o caso do Recife (1880 – 1940)*. Dissertação (Mestrado). Recife: CFCH/UFPE, 1985.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *A Cidade Febril. Cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de 1930. In: Idem. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985. T. III, v. 2.

_____. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um Pensamento Autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985. T. III, v. 2.

LEVINE, Robert. *A Velha Usina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LUBAMBO, Cátia W. *Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: CEPE/ F.C.C.R., 1991.

MOREIRA, Fernando Diniz. *A construção de uma cidade moderna*. Dissertação (Mestrado). Recife: MDU/UFPE, 1994.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *As estratégias da ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REGO, José Lins do. *Ficção*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. v.1.

REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)Encantos Modernos: histórias do Recife na década de 20*. Recife: FUNDARPE, 1997

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade*. Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo, 1822-1940*. São Paulo: Edusp; Anna-blume, 1999.

SCHWARCZ, Lilia. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *Poder de Polícia, Polícia Civil e Práticas Policiais (1889-1930)*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *As cidades enquanto palco da modernidade*. Dissertação (Mestrado). Recife: PPGH/UFPE, 1994, p. 96-98;

VAZ, Lilian Fessler. *Uma História da Habitação Coletiva na Cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado). São Paulo: FAU/USP, 1994.

VIANA, Adriana de Rezende. *O mal que se advinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910 – 1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999

Os arriscados voos da vida: práticas femininas e deslocamentos dos espaços dos gêneros nos anos 1920 ¹

Natália Conceição Silva Barros

Ah, vocês acham que só se constroem casas? Eu me construo e os construo continuamente, e vocês fazem o mesmo. E a construção dura enquanto o material dos nossos sentimentos não desmorona, enquanto dura o cimento da nossa vontade. (Luigi Pirandello)

Luigi Pirandello, escreveu em 1923, a história de Vitangelo Moscarda, personagem central da ficção envolvido num drama, no mínimo, curioso. Ele percebe que sua imagem era construída de forma diferente por ele e por aqueles ao seu redor. Sua mulher, seu sócio, seus inquilinos, o padre, cada um dos moradores da cidade viam e construíam um Vitangelo Moscarda. Essa percepção de que as pessoas o viam cada uma segundo referenciais distintos e a sensação de que ele mesmo só poderia ver-se quando não estivesse em movimento, ou seja, vivendo, portanto, sem poder saber como diariamente as pessoas o viam, provocaram profundas dúvidas existenciais em Gengê (forma carinhosa de a esposa tratá-lo) e muita confusão no seu antes tranquilo cotidiano. Isso porque se descobre a multiplicidade do ser, a ausência de uma essência que daria forma e classificaria Vitangelo Moscarda. Percebe que se pode ser tudo, que se pode ser errante, sem ser prisioneiro de um nome que delimitaria

¹ Muitas das discussões apresentadas nesse artigo estão presentes no capítulo primeiro da minha dissertação de mestrado, intitulada *“As mulheres na escrita dos homens: representações de corpo e gênero na imprensa do Recife nos anos vinte”*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, em 2007.

seus movimentos. Mas, como é retratado em *Um, Nenhum, Cem mil*, o preço dessa descoberta é caro, muito caro, pois o conflito maior não é apenas com os outros, mas, sobretudo, consigo, pelo fato de, repentinamente, ver-se livre de rótulos e classificações estabelecidas socialmente e ter a própria existência como desafio.²

Descobertas, medos, decepções e dúvidas compõem a história de Vitangelo Moscarda, narrada por Pirandello. Sentimentos que provavelmente visitaram muitos homens e mulheres nas décadas iniciais do século XX, quando muitos deles e delas perceberam que poderiam ir além dos enredos e cenas historicamente construídos. Possíveis tensões, por notarem os obstáculos na construção de uma outra imagem de si e incertezas, ao experimentarem as resistências por parte até daqueles mais próximos. Prazer, ao constatarem que outras relações sociais poderiam ser estabelecidas. Percebamos então que o projeto que envolveu homens e mulheres focalizados neste artigo não diz respeito apenas a uma outra apresentação externa, uma saída do espaço privado para o público, mas sim uma reelaboração de subjetividades e a construção de um outro mundo para si e para os outros.

A imprensa dos anos 1920 presenciou a vontade de muitos homens e mulheres refazerem as relações sociais nas cidades. Mas, não apenas registrou esses projetos, como foi uma importante promotora na redefinição dos lugares dos gêneros. Ao selecionar e publicar determinadas práticas e ao propalar certos discursos, jornais e revistas do Recife desse período foram vitais na cristalização de algumas imagens do feminino e masculino, algumas repetidas incansavelmente pela própria historiografia, como as figuras da melindrosa e do almofadinha. Imagens perigosas por, em geral, levarem ao obscurecimento da experiência histórica de homens e mulheres, impondo mesmo *una tirania de esas imágenes que la conciencia ajena projecta sobre nosotros*.³

Contava boa parte da imprensa com a atuação de intelectuais egressos da Faculdade de Direito, lugar privilegiado das discussões da época. Gilberto Freyre, Assis Chateaubriand, José Lins do Rêgo, Mario Melo,

² PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum, cem mil*. São Paulo: Cosac&Naify, 2001. p.68.

³ MARTÍN, Marcia Castillo. *Las Convidadas de Papel: mujer, memória y literatura en la España de los años veinte*. Madrid: Ayuntamiento de Alcalá de Henares, 2001. p.232.

Joaquim Pimenta, Austro Costa, Joaquim Inojosa, Anibal Fernandes, Valdemar de Oliveira e muitos outros escrevem na imprensa do Recife nos anos vinte.⁴ Era a época das revistas ilustradas, de jornalistas com máquinas fotográficas Kodak em mãos, interessados em registrar os flagrantes do cotidiano.

Os cronistas sociais das revistas e jornais estavam sempre atentos às práticas das mulheres que ousaram construir histórias de vida até radicalmente diferentes das de suas antepassadas. Elio, colaborador da Revista Mascote, era um deles. Provavelmente, não perdia nenhum chá-dançante, nenhuma tarde na Rua Nova e estava sempre presente nos teatros e cinemas. Sua coluna “Vida Frívola” publicava aspectos do cotidiano da cidade e se encarregava de ir construindo “os fatos” para uma parcela da população. É ele que nos conta que na noite de estreia da “Companhia Viriato”⁵, no Teatro do Parque, ouvia-se um remelexo nas cadeiras, uma inquietação por parte de alguns rapazes, e que o zunzunzum na plateia era grande. Isso porque, minutos antes, esses rapazes tinham olhado para o terceiro camarote à sua direita e visto algo para alguns deles inadmissível: Senhorinha, em seu vestido róseo, não estava com os longos cabelos a orná-la. Comentavam que, certamente, por isso que há tempos procuravam por ela na plateia e não a avistavam, *era mais um vulto ignorado aos olhos de tantos que a buscavam*. Além disso, os cabelos de Senhorinha, que eram escuros, estavam agora quase louros. Os *ohs* proliferavam no teatro. Segundo conta, a maioria achava que ela agora estava muito mais graciosa: “Oh, mil vezes, de cabelos cortados e quase loura! Ideal!” No entanto, havia os mais resistentes aos imperativos da moda que gostavam mais quando os seus cabelos eram “longos, dispersos sobre os ombros e

⁴ Atuar na imprensa era uma forma de adquirir certo prestígio nesse período. A imprensa era ainda um espaço privilegiado para propor projetos aos demais cidadãos e cidadãs. Consultar Antonio Paulo Rezende. *Desencantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1999. p. 64.

⁵ No final de 1924, entre os meses de outubro e novembro, chegava ao Recife a “Companhia Brasileira de Comédias”, dirigida por Viriato Correa, com 17 atores e atrizes e 8 assistentes. A companhia montou grande e escolhido repertório, com 22 peças, todas encenadas no Teatro do Parque. Para mais informações sobre a permanência dessa companhia de teatro no Recife, consultar: COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de viver a Cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2003. P.100.

pareciam negros como a asa da graúna”.⁶ E a polêmica continuava entre os comentadores do círculo.

E Senhorinha? Será que estava notando todo o rebuliço que seu novo visual estava causando? Por que será que resolveu cortar os cabelos? Teria ela realmente cedido às imposições da moda? Não temos como saber. Mas sabemos que ela era uma moça muito observada e certamente sua beleza atraía esses olhares curiosos. E, por meio desses curiosos rapazes, sabemos que Senhorinha gostava de passear pela Rua Nova acompanhada de sua irmã, dirigindo seu automóvel, vale salientar, tomar chá na Confeitaria Bijou e, às quintas e domingos, não perdia as sessões do Teatro Moderno. Nessa sua prática do espaço urbano, Senhorinha ia com os longos cabelos soltos sobre os ombros. Mas, naquele dia, no Teatro do Parque, não, ela cortou os cabelos e tornou-se só mais uma na multidão, segundo o cronista Elio.

Será? Ou, ao contrário, de cabelos cortados tornou-se ainda mais alvo de olhares e comentários? Parece que, fosse de cabelos longos ou curtos, Senhorinha e tantas outras moças dos anos vinte não deixaram de provocar comentários. Certamente muitos *ohs* foram ouvidos quando ela e muitas outras moças do Recife, nesse período, passaram a primeira vez dirigindo um automóvel pelas ruas centrais da cidade; provavelmente também muitos ficaram perplexos quando notaram que as mademoiselles estavam indo sozinhas às sessões de cinema no Moderno, no Helvética ou no Parque. Portanto, os *ohs* destacados pelo cronista social da Revista Mascote eram muito comuns nessa época, em que as mulheres se tornavam frequentadoras mais assíduas do espaço urbano.

Assim, as crônicas, artigos e notícias da imprensa, com suas narrativas sobre o cotidiano feminino, são importantes para pensarmos quais práticas das mulheres ganharam visibilidade, como foram narradas e que debates suscitaram, algumas vezes materializando modelos de feminilidade para os anos vinte.

Neste artigo focalizaremos, por meio dos livros de Memórias e Crônicas e das revistas e jornais, as práticas femininas. Nosso interesse não é apenas enfatizar o “estar no mundo” ou, como se dizia na época, a

⁶ REVISTA MASCOTE. Ano 1, nº.1 1924. Biblioteca Pública Estadual (BPE).

“mundanidade” feminina. Aqui o importante é pensar que foram práticas que, de modo geral, passaram a embaralhar os lugares de homens e mulheres, instituídos socialmente. Daí, essas “novas práticas” ganharem as páginas da imprensa com uma grande intensidade e suscitarem calorosos debates. Pensamos que as dezenas de revistas e jornais que circularam na cidade desempenharam um relevante papel na construção de um “mundo feminino” que aos olhos dos contemporâneos se delineava inconvenientemente. Porque as narrativas são instituidoras de espaços e sensibilidades. Não são nuvens que se desfazem ao sabor dos ventos. Elas possuem densidade e criam efeitos nos leitores. Sejam visuais ou textuais, elas não passam incólumes na nossa vida. Após um filme, uma leitura de revista, jornal ou livro, ficamos ruminando ideias e imagens, recriando-as, às vezes até de forma despercebida. Sejam sobre o presente ou sobre o passado, as “histórias que contam sobre algo”, também criam, inventam esse “algo”.⁷

Tecemos esses comentários porque os relatos sobre as práticas femininas, além de nos conduzirem por ruas, lojas, cinemas, ainda nos conduzem por uma série de discursos que atingiam o feminino durante a experiência do espaço urbano, instituindo modelos de feminilidade e masculinidade para o período. Esses relatos são relevantes ainda para percebermos como certas práticas sociais mobilizaram as subjetividades de gênero.

A CIDADE E AS MULHERES NA ESCRITA DOS HOMENS

Um lar onde só se precisaria de camas, onde não há criados e todos comem fora, lugar trepidante e de passagem para filhos e pais, que permanecem a maior parte do dia na rua. Essa é a arquitetura da chamada “Habitação Moderna”, segundo Mario Sette.⁸ Um trânsito, seria essa, em

⁷ Sobre a importância fundante dos relatos e seu papel de autorização de “práticas sociais arriscadas e contingentes”, consultar CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Vol.1. 10ª ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2004. p.199- 217.

⁸ SETTE, Mario. “Os cafunés”. In: *Anquinhas e Bernardas*. Recife: FCCR, 1987. p. 5. A primeira edição deste livro de crônicas data de 1937.

sua opinião, a melhor denominação para um lugar que antes era só pouso e regalo. O marido e a mulher iam trabalhar e os filhos ou iriam para a escola ou ficariam em alguma loja ou repartição pública. A vida noturna seria um episódio à parte nesse lar que emerge de suas páginas. Cinemas, danças, teatros, cassinos. *De qualquer modo a rua*, ressalta enfaticamente.

Mario Sette nasceu em 1886, viveu e escreveu no Recife durante a primeira metade do século passado, morrendo em 1950. A partir dos quinze anos, colaborou em jornais humorísticos. Autodidata, falava, lia e escrevia fluentemente francês, tendo predileção especial pelos estudos de literatura francesa e de história. Chegou a ser professor catedrático de História do Brasil na Faculdade de Filosofia do Recife, da qual foi também fundador. Como muitos intelectuais da sua época, foi funcionário público, atuando nos Correios e Telégrafos de Alagoas. Embora não descendendo diretamente de senhores de engenho, teve toda a sua obra e vida ligadas aos destinos desse grupo social.⁹ Sua vasta produção intelectual é composta de crônicas, romances e memórias.

Nas crônicas publicadas em 1937, esse escritor, chamado por Magdalena Almeida de “retratista da palavra”¹⁰, entre fatos da política, transformações na arquitetura, na economia e nos hábitos dos moradores do Recife, acentua os novos ritmos da vida dentro e fora do lar na transição do século XIX para o XX. Com um tom saudosista, nos dá conta das práticas femininas e das relações de gêneros que passaram a se delinear no período e arquiteta o “lar moderno”, para ele um lugar de passagem, lugar da provisoriidade das relações. Como cronista, ele não se esquivava de registrar o cotidiano em seu entorno. No entanto, não deixa de fazê-lo sem omitir suas próprias opiniões e insinuar seus traços de homem educado dentro de um outro quadro de relações sociais, pois as crônicas, além de trazerem em suas páginas os temas mais frequentemente discuti-

⁹ Cf. ALMEIDA, Magdalena. *Mario Sette: o retratista da palavra*. Recife: FCCR, 2000, sobre o percurso intelectual desse escritor; Sobre o bacharelismo de Sette e sua ligação com os ideais aristocráticos dos senhores rurais de Pernambuco, consultar: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. *Nordestino: Uma Invenção do Falo*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

¹⁰ Para essa historiadora, a obra de Mario Sette “é um álbum de fotografias”. Acredita que “seus textos são como retratos de assuntos que o escritor elegeu para guardar na memória”. Observo apenas que a memória, às vezes, parece ter uma caixinha de lápis de cor, dando um colorido todo especial ao passado, ocorrendo de nos chegar não retratos, mas um outro desenho.

dos em uma época e espaço, funcionam também como um instrumento de intervenção social.¹¹ A crônica tem como objetivo informar ou, muitas vezes, mobilizar e formar a opinião pública a respeito de determinado assunto. Escrita em sintonia com o cotidiano, ela é receptiva, informativa e de reação.¹² *Antigamente, naqueles tempos, outrora* são expressões que nos possibilitam perceber em sua escrita não apenas o jogo de oposições entre as práticas sociais dos séculos XIX e XX, como também a permanência do chamado passado e de como observamos o mundo e o construímos a partir dessa experiência íntima temporal.¹³

Como gosta de acentuar, “*no seu tempo*”, ainda jovem, lembra que a permanência doméstica era apenas interrompida, quanto aos homens, para irem ao trabalho e, quanto às crianças, para irem às aulas, se o professor não vinha em casa. E as mulheres? Estas nem às compras costumavam ir. Os maridos se encarregavam de pedir aos comerciantes, para escolha feminina, peças de chita, pares de sapatos, leques de madrepérolas, espartilhos. Segundo nos conta esse homem que presenciou o declínio do mundo rural, o crescimento das cidades e a consolidação destas como centros de importância política e econômica, *havia tempo para tudo na vida calma de família*. No entanto, as donas de casa, descritas por ele fazendo crochês, costurando, remendando, cozinhando bolos de mandioca, canjicas, panquecas e pastéis de nata, nos levam a perguntar: vida calma para quem? Quantas tarefas executadas pelas mulheres! Parece-nos que de calma suas vidas tinham muito pouco. E os homens? *Lendo romances de Dumas e Terrail, quando não os de Alencar e as poesias de Casimiro de Abreu*.¹⁴ Assim se delinea a supostamente natural separação de “mundos de homem e de mulher”. Mas, embora a casa apresente espaços culturalmente distribuídos ao feminino e ao masculino, não podemos deixar de pensar

¹¹ Para maior discussão sobre as características das crônicas, consultar: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005. Sobre tudo das páginas 10 a 19, que compõem a Introdução.

¹² Cf. SANTIAGO, Roberval da Silva. “*Cinematógrafo Pernambucano: a jornada da transgressão, do sonho e da sedução*”. Recife: UFPE, 1995. Dissertação de Mestrado em História. p.27-28.

¹³ Sobre essa discussão: BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990; DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 16-17.

¹⁴ SETTE, Mario. *Anquinhas e Bernardas*. p. 6.

que eles e elas reverteram com suas práticas estas prescrições sociais. Sette idealiza esse “*lar de antigamente*” mediante seu discurso homogeniza as práticas sociais. Nem todos os homens ficaram na sala e nem todas as mulheres permaneceram na cozinha.

De toda forma, mostra em suas crônicas que o mundo no qual estava inserido e no qual educou sua visão sobre o masculino e o feminino valorizava a intimidade, as vivências domésticas, um sólido lar acolhedor. Certamente, não foi fácil para ele entender os novos hábitos dos membros das famílias da década de 1920, com homens e mulheres estabelecendo outras formas de sociabilidade, como as que incomodavam o repórter da Revista *Pilhéria*, que assinava com o pseudônimo de Godofredo Filho, na coluna “Da Carteira de Um Repórter”:

Recife é uma cidade encantadora que parece mais um seio de Abraão. Pois não é que outro dia aquele moço e aquela moça saíram de casa, passearam, viram o peixe-boi no Parque Amorim e os papás não souberam? Dia virá em que eles baterão a plumagem.¹⁵

Casais namorando longe das vistas dos pais, menos vigiados, circulando sozinhos pelas ruas da cidade, contrastavam com a família na qual Sette foi educado, onde os filhos eram formados rigidamente e a esposa dedicada ao marido, o chamado “lar burguês”, segundo Maria Ângela D’Incao, um modelo de família que nas décadas iniciais do século XX gradativamente mudava de feição, com as mulheres aspirando a outros espaços sociais.¹⁶ A Revista *Pilhéria*, entre o riso e a ironia, divulgava as relações, permeadas de tensões, entre homens e mulheres:

Por que brigas diariamente com teu marido? As opiniões são diferentes?
~ Não. Brigamos muito porque temos opiniões iguais.
Ele quer mandar em casa, e eu também.¹⁷

¹⁵ REVISTA PILHÉRIA. 4/07/1925. Coleção completa e encadernada, localizada na Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco (BPE).

¹⁶ D’INCAO, Maria Ângela. “*Mulher e Família Burguesa*”. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) *História das Mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 223-240.

¹⁷ A PILHÉRIA. 01/10/1921.

No entanto, não podemos perder de vista que essa ideia delineada por Sette de uma *vida calma de família* pode ter sido utilizada estrategicamente para ressaltar a velocidade da vida no século XX e acentuar as diferentes atribuições conquistadas pelas mulheres, algo que, parece, fazia-lhe rever certas classificações do feminino: *Não direi mais “fraco” por ser duvidosa, agora, essa fragilidade [feminina] diante dos exemplos que está dando de “varonilidade”*.¹⁸ Mas, logo em seguida, atribui-lhe outra denominação: varonilidade. Quanta necessidade de classificação! Esse jogo de representar o outro, de procurar classificar é um verdadeiro duelo que, como veremos, foi/é travado por diferentes redes sociais. Um jogo, uma disputa de poder que legitima determinadas construções e lhes dão um efeito de verdade.¹⁹

Mario Sette, em suas crônicas, apenas nos dá indícios dessa prática de nomear o outro, nesse caso as mulheres. Fora do estereótipo da “mulher do lar”, cria-se imediatamente um outro, “mulher varão.” Importante destacar que as denominadas por ele varonis eram aquelas descritas em “Feminismo”, crônica que ressalta as *franquias e prerrogativas* do, chamado por ele, “sexo gentil”. Mulheres doutoras, amanuenses e aviadoras são destacadas como exemplos de varonilidade e verdadeiras blasfêmias e ridículos, algo inimaginável no tempo de seus avós.²⁰ É necessário aqui pensar que as décadas iniciais do século XX não foram de um progresso inquestionável para as mulheres em termos políticos, no entanto, por estarem ultrapassando mais enfaticamente as soleiras das portas, causaram uma impressão de invasão feminina aos olhos de homens e mulheres educados nas famílias patriarcais. O discurso que vaticina uma quebra de fronteiras é, no nosso entender, muito mais retórico e emblemático de uma perda de mando por parte dos homens, e menos uma prática que estivesse acontecendo.

Como muitos de seus contemporâneos, Mario Sette provavelmente lia com muita atenção as notícias publicadas no Diário de Pernambuco,

¹⁸ SETTE, Mario. Op. cit. p. 83.

¹⁹ Michel Foucault nos fala de uma economia dos discursos e das estratégias do verdadeiro em vários de seus estudos. Consultar “Poder e Saber” e “A vida dos homens infames”. In: *Ditos & Escritos*. Vol. IV. Respectivamente, páginas 223-240 e 201-222.

²⁰ “Feminismo”. In: *Anquinhas e Bernardas*. p. 83/85.

dando conta dos avanços femininos mundo afora. Com um misto de assombro e de revolta, notícias, como a divulgada em 10 de agosto de 1927, indicavam aos moradores e moradoras do Recife que seu entendimento sobre o ser mulher, mais cedo ou mais tarde, deveria ser refeito. A notícia, informando o deferimento da petição de *várias* “girls” empregadas no comércio da cidade de Viena no sentido de usarem trajes masculinos, adverte:

É mais uma vitória do feminismo. Depois do cabelo cortado à masculina, moda que se generalizou, o uso da indumentária privativa do homem vem colocar a mulher numa condição diversa de respeitabilidade. (...) Avançando assim em todas as áreas reservadas ao homem, a mulher terminará por influir poderosamente na vida pública, se não conseguir colocar o sexo adverso numa situação de inferioridade, de que somente ela terá culpa.²¹

Ora, a transformação da apresentação física - cabelos mais curtos e calças compridas - não representava uma conquista inquestionável para as mulheres, uma mudança efetiva das relações de poder. No entanto, a matéria vai criando uma atmosfera de apreensão entre os homens, provocando a visão do avanço feminino como perda de espaço para o masculino; muitos homens subjetivaram essa ideia, ao menos os que escreveram os livros de memórias analisados por Albuquerque Jr.²² Na primeira página do jornal, os leitores e leitoras ainda deparavam com argumentos insistentemente repetidos para as mulheres continuarem no espaço doméstico:

Pode parecer absurdo que a mulher se afaste de sua nobre missão na terra, para abraçar uma vida absolutamente incompatível à sua finalidade social enveredando por um terreno em que o homem desenvolve essa grande atividade

²¹ “O Feminismo”. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 10/08/1927. Localizado na Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. Nas citações, optamos por fazer a atualização da grafia para uma melhor compreensão das ideias.

²² ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *Nordestino: Uma invenção do Falo*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

que tem elevado o mundo inteiro, em honra à mulher, o motivo mais forte de suas melhores conquistas. Entretanto, o que se tem visto é a preocupação feminina de nivelar-se ao homem, de tornar-se, tanto quanto ele, atirada aos mais violentos turbilhões da vida, **masculinizando-se, afastando-se de sua verdadeira missão** como se a natureza tivesse perdido, por um fenômeno, aquilo que sempre foi o seu maior segredo, base de seu equilíbrio.²³

Discursos como esses se entrecruzaram concorrendo na educação de homens e mulheres, procurando educar sua maneira de compreender as práticas femininas, pois, com as transformações das cidades e dos costumes, assim como os oratórios, as pesadas anquinhas e os carros de bois, a mulher prisioneira do lar foi gradativamente desaparecendo. Permanecer *apenas* no lar, para a maioria delas, era só uma questão de escolha, e não mais de imposição. Portanto, não só Mario Sette, mas a maioria dos seus contemporâneos precisava refazer seus valores e conceitos sobre os lugares do feminino e do masculino no mundo, já que a distinção entre espaços privado-mulher/público-homem gradativamente perdia sua função de organizar as relações sociais, não dava mais conta da complexidade das atividades dos sujeitos. E homens e mulheres do século passado se acusavam reciprocamente como os principais causadores do que chamavam *uma intolerável corrosão dos costumes*, afinal era um aprendizado, sem dúvida, muito árduo.²⁴ Portanto, os escritos de muitos homens das décadas do século passado ressaltando outro cenário nas cidades, com a presença das mulheres como protagonistas de muitas histórias, podem ser pensados também como um meio encontrado para organizar o turbilhão de acontecimentos que os visitavam. Para Durval Muniz de Albuquerque Jr., *os escritos dos homens da transição do mundo rural para o urbano falam, na verdade, da redução do poder das elites tradicionais*.²⁵ Pensamos que eles também falam do momento de construção de outras relações entre o

²³ “O Feminismo”. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 10/08/1927. FUNDAJ. Grifos nossos.

²⁴ Cf. MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “*Recônditos do mundo feminino*”. In: *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 372.

²⁵ ALBUQUERQUE, JR. Durval Muniz. “*Limites do mando, limites do mundo. A relação entre identidade de gênero e identidades espaciais no Nordeste do começo do século*”. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.34, Editora da UFPR, 2000. p. 93.

masculino e o feminino. Falam de como os homens também foram se construindo como tais nas cidades.

Cidades que cresciam, se reorganizavam, agradando a muitos, mas também despertando a insatisfação de outros, interessados em conservar o que chamavam de *pitoresco das cidades*. Nas avenidas onde circulavam os automóveis²⁶, alguns homens e mulheres recordavam e sentiam saudade dos carros puxados por bois. Estes não haviam desaparecido totalmente, mas passavam a constituir reminiscências de um outro tempo. O vaivém dos autos e a correria das pessoas para atravessarem as avenidas centrais do Recife certamente inspiraram Mario Sette nesta sua reflexão sobre o passado da cidade:

Embora as estradas se ampliem e se modernizem, para nelas os automóveis tirem à vontade os seus cem e mais quilômetros, por elas ainda passam, vagarosos e prestadios, os carros de bois. [...] O automóvel, bonito, luxuoso, veloz, fracassa, às vezes, de repente numa encrenca de motor ou num caminho cheio de atoleiros. O carro de bois, não. Vingam ladeiras medonhas; desembaraçam-se do barro pegajoso ou dos fofos de areia.[...]Têm para uns a face da poesia, da tradição; têm, para outros, o significado utilitário da confiança. Não falham, não se recusam, não traem.²⁷

Esse trecho acentua como a história dos homens e das mulheres é feita num ritmo cadenciado de permanências e mudanças. A modernização, tendo o automóvel como símbolo, não alija certas práticas tradicionais como os carros de bois. Costumes novos e antigos permeiam o cotidiano dos homens e mulheres. Sette também insinua por meio da figura do carro de boi, metáfora de uma época, como o novo inspira desconfiança, desperta o medo da traição. Mas as hesitações diante do novo não paralisaram os seus contemporâneos.

²⁶ Os automóveis começaram a circular no Recife em 1905, tornando-se objeto-rei de um cotidiano marcado pelo ruído dos motores. Cf. SILVA, Jailson Pereira da. “O Encanto da velocidade: automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20”. Recife: UFPE, 2002. Dissertação de Mestrado em História.

²⁷ SETTE, Mario. “O Carro de Boi”. In: *Anquinhas e Bernardas*. Recife:FCCR, 1987. p. 71.

Os moradores da cidade do Recife construíam um outro palco para o desenrolar de suas histórias, e nos escritos dos homens das décadas iniciais do século XX ficaram registradas muitas impressões sobre a reconstrução dos espaços urbanos. A sensação de perda de uma paisagem familiar, de viver em uma cidade diferente daquela de sua infância, provocou em alguns a sensação extrema de estarem em um outro país:

“Parece que tenho vivido em dois países diferentes”, dizia, ao fim da vida, Antonio Cândido ao Sr. Fidelino de Figueiredo, aludindo à grande revolução que operara a república na paisagem social da sua pátria. Os que, ainda meninos, conhecemos o Recife de Lingueta, do Arco de Santo Antonio, dos quiosques e das gameleiras, vamos experimentando sensação igual quanto à paisagem física. Parece que temos vivido em duas cidades diferentes. (...) Eu por mim já me sinto estrangeiro no Recife de agora. O meu Recife era outro. Tinha um “sujo de velhice” que me impressionava, com um místico prestígio, a meninice. (...) Hoje, para recolher uma impressão mesmo fortuita do velho Recife é preciso ir aos dois ou três becos quase mouriscos que ainda nos restam, ao pé das insolentes avenidas novas. Ou à janela de algum terceiro ou quinto andar, de onde os olhos ainda conseguem agarrar pedaços do pitoresco que foge, deitando na água saudosa do rio suas últimas sombras.²⁸

As ruas, que iam tornando-se simétricas, pareciam agora *insolentes* para o jovem Gilberto Freyre. Segundo ele, as alterações feriam os *valores íntimos* da paisagem, roubando-lhes o caráter, *criando uma cidade nova, estranha e até hostil à primeira*. Colorindo o tempo de sua infância na cidade, ele constrói um Recife todo seu. Por meio de sua escrita, aprisionava a cidade que se transformava. Ocorria que, como muitas outras cidades brasileiras de meados do século XIX em diante, o Recife assistiu à inauguração de vários melhoramentos urbanos e começou a desfrutar os provei-

²⁸ FREYRE, Gilberto. Diário de Pernambuco. 11/05/1924. In: *Tempo de Aprendiz*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor. (1918-1926). Vol. 2. São Paulo: Ibrasa, 1979. p.16/17.

tos de serviços públicos até então desconhecidos. Em 1923, ano da volta de Freyre ao Recife, após uma ausência de cinco anos, a maioria das ruas centrais da cidade não eram mais aquelas esburacadas que machucaram os pés do jovem Gilberto Amado, em 1905, quando do seu percurso da pensão do Forte das Cinco Pontas para a Faculdade de Direito, na Avenida Conde da Boa Vista.²⁹ Gilberto Amado e Freyre percorreram em diferentes momentos as ruas da cidade, e são as lembranças e esquecimentos desses homens que nos mostram como, aguçando todos os sentidos, eles experimentaram o Recife.

Inquietas na memória, remexendo no jogo do esquecer e lembrar, algumas ruas do Recife emergem das páginas de Gilberto Amado, sexagenário que escreveu nos anos 1950 sobre os cinco anos, de 1905-1910, que permaneceu estudando e trabalhando na cidade³⁰. Conta que Pinto Mendes, gerente do Diário de Pernambuco, o havia encarregado de parte da seção comercial do jornal. Seu trabalho consistia em copiar nas agências de vapores os manifestos de mercadorias importadas. Então, de manhã ou à tarde, lá ia ele pelo Cais do Apolo, pelas ruas do Comércio, do Brum, Bernardo Vieira de Melo, Bom Jesus e outras. Era um caminhante desenhando com seus itinerários sua cidade, sentindo o sol e a brisa do mar. Certamente, sentindo os odores do melaço de açúcar vindos dos armazéns. Mas seu percurso pela cidade não era apenas poético. Conta que o sol reluzia cruíssimo nas pedras desajeitadas do calçamento todo esburacado. Segundo narra, no inverno as poças de lama de água fermentada eram tantas que se tornava difícil evitar molhadelas de sapatos e salpicos nas calças de casimira. No entanto, enfatiza que pior mesmo eram os ratos mortos que por aquelas ruas se espalhavam, fazendo-o, com medo da peste bubônica, se encolher todo quando passava, apertando o paletó e arregaçando as calças ao pular sobre *aquelas bolhas ominosas apodrecendo na soalheira*.³¹ Em suas lembranças, o Cais do Apolo e a Rua do Brum emergem envolvidas em mil odores e tristes aspectos, bem diferentes do

²⁹ AMADO, Gilberto. *Minha Formação no Recife*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1955. p. 15

³⁰ Gilberto Amado era natural da cidade de Itaporanga, no Estado de Sergipe.

³¹ AMADO, Gilberto. Op. cit. p. 104.

Bairro de Caxangá, ressaltado por ele, com a frescura do Capibaribe, seu confidente sentimental, e o verde acolhedor das árvores.

O relato de sua formação no Recife e de suas relações com a cidade e seus habitantes evidencia que sons, cheiros, cores compõem a cidade e que sua criação não é monopólio de arquitetos e geógrafos. Os habitantes e visitantes de uma cidade, ao praticarem seus espaços, delineiam fronteiras antes inexistentes, abrem caminhos, constroem pontes, muitas inclusive imaginárias, que permitem trocas não apenas materiais, mas também de sonhos, temores e expectativas. Com as práticas dos espaços, emerge uma outra geografia da cidade. Com as práticas, mas também com as palavras. Mediante a escrita, da narrativa que escolhe o que contar, que seleciona personagens e lugares também se constrói uma outra espacialidade, fora daquela traçada nos mapas e guias convencionais.³²

Aberturas de avenidas, implementação de projetos de saneamento, embelezamento do espaço público e muitas outras transformações na infraestrutura e aspecto físico foram mudando as feições da cidade por onde caminharam Gilberto Amado, na juventude, e Freyre, na infância, deixando-a com um “ar de civilização”, como apregoavam políticos, jornalistas e escritores nas primeiras décadas do século XX. Essa modernização alterou não apenas a aparência física da cidade, mas também provocou profundas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes.³³ No entanto, ressalta Antônio Paulo Rezende que, no Recife da década de 1920, a força da tradição e das dificuldades econômicas impedem que a modernidade tenha a excitação e a velocidade das capitais europeias.³⁴

De todo modo, homens e mulheres passaram a ocupar a cidade mais intensamente. Dialogando, criando itinerários, foram construindo o Recife. Novos espaços de sociabilidade começaram a ser construídos. Aquela mulher destacada por Sette, dentro de casa, invisível aos olhos dos estranhos, ocupada com seus trabalhos domésticos, segundo ele *condicionada a regras inflexíveis de reclusão*, tem agora muitos espaços a desco-

³² Cf. CERTEAU, Michel. “Relatos de Espaços”. In: *A Invenção do Cotidiano*. p. 199-215.

³³ Cf. COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de Viver a Cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*. Recife: UFPE, 2003. p. XV. Tese de Doutorado.

³⁴ REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997. p. 58.

brir, outras atividades a desempenhar. A igreja, os bailes nas casas dos conhecidos, os banhos de rios, espaços tradicionais de sociabilidade feminina vão perdendo espaço nas cidades para os cinemas, os magazines, os chás-dançantes e as praças. As mulheres de famílias tradicionais, esposas de políticos, irmãs de comerciantes e médicos, mães de jornalistas, e muitas outras anônimas registradas pelas crônicas sociais e notícias dos jornais, estão em movimento com uma enorme intensidade, lançando-se profissionalmente em carreiras até então vistas como masculinas, frequentando ruas e adotando outros hábitos. O espaço público, mais que um lugar de trânsito, era um lugar de trocas. Trocas de sonhos, de desejos, de modelos de ser homem e ser mulher.

Importante pensar que as mulheres, antes das décadas iniciais do século passado, não estavam imóveis.³⁵ No entanto, os lugares de circulação eram restritos e muitos delimitados a cada um dos sexos. Talvez por isso, Gilberto Amado, jovem interiorano, tenha se surpreendido com as moças que afluíam para o salão nobre do Colégio Aires Gama, em 1907, quando passaram a ser frequentes no Recife as conferências literárias. As moças estavam presentes e dividiam o espaço com os poetas, escritores, chefes de escola, jornalistas e acadêmicos. Além da troca intelectual, essas conferências eram espaços de troca de olhares e de despertar de amores, do surgir da sexualidade. Verdadeiro temor para os pais eram sensações como as narradas por Amado, depois de uma dessas ocasiões:

Sai da sala levando dentro de mim a visão do rosto e corpo de uma das ouvintes, de cabelos negros e olhos indiferentes. [...] O que me perturbava na hora de dormir, nestas noites, era o diabo dos olhos sobre os quais pousaram os meus durante a tal conferência sobre “Nuvens”. Escara-funchado por eles, eu lançava lençol no chão e mordida tra-

³⁵ Mas, foram poucas as que abriram mão de seus papéis estabelecidos e romperam as fronteiras dos espaços reservados a cada um dos gêneros. Mulheres como Jacinta Cavalcanti, mãe da comunista Laura Brandão, que em 1909 separou-se do marido e deixou as três filhas, seguindo seus anseios, e não os padrões da época, se tornariam mais visíveis e menos repreendidas no século XX. Cf. BERNARDES, Maria Elena. *“Histórias Reconstruídas: Laura Brandão: invisibilidade feminina na política”*. Campinas: UNICAMP, 1995. Dissertação de Mestrado em História.

vesseiro. Certas noites vestia-me às pressas. Saía a correr. Andava nas ruas desertas horas e horas.³⁶

Desejo! Fogo! Gilberto Amado mostra, nesse trecho, as angústias que visitam os enamorados, os medos e desejos. Em suas lembranças, conta como morria de vergonha por ter “essas recaídas”. Era às margens do Rio Capibaribe que ele confessava, segundo classifica, “suas fraquezas”. O entregar-se ao amor e a outros sentimentos em relação ao sexo oposto aparecem em suas páginas cheias de relutância, de racionalizações.³⁷ Ressalta que ficava em transe quando se aproximava daquela moça com a qual se enleou na conferência literária. Moça nomeada por ele de “boneca de bandós”. Mas ficava muito irritado com isso, não queria que as pessoas notassem os seus sentimentos. Timidez apenas ou resistência em admitir como homem esse tipo de “fraqueza”? Por que ter vergonha desses sentimentos?

Conta que se achava um rapaz muito feio, e seu sangue tremia quando as mulheres se aproximavam. Ao menos agora, controlando o discurso que vai instituindo uma vida, emerge uma outra masculinidade dos seus relatos, não aquela pronta e cheia de interdições atribuídas historicamente aos homens. O rapaz de 17 anos de idade que protagoniza histórias na cidade do Recife lida com medos e inseguranças, distante do estereótipo de homem dominador. Assim, a cidade não é cenário apenas de prazer e conquistas amorosas e profissionais para homens e mulheres. Ela presenciara as angústias que experimentaram muitas delas e alguns deles na transição de modelos de comportamentos, procurando novas formas de expressarem e entenderem simbolicamente a feminilidade e a masculinidade.³⁸

³⁶ AMADO, Gilberto. Op. cit. p. 235.

³⁷ AMADO, Gilberto. Op. cit. p. 271.

³⁸ Sobre a construção da masculinidade como projeto oposto à feminilidade, consultar: WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: *Revistas Estudos Feministas*. Ano 9. 02/2001. p. 462.

OS ARRISCADOS VOOS DA VIDA: FRAGMENTOS DE PRÁTICAS FEMININAS

Tarde de sol e movimento intenso nas ruas do Recife. Muitos bondes deslocando-se para o subúrbio. Famílias inteiras apressadas para chegarem ao Prado da Madalena, provavelmente duvidando do que tinham lido. Era 18 de setembro de 1927 e, em pleno verão, os ventos traziam novidade. Dentro e fora do Prado muitos automóveis parados. Os bondes não conseguiam chegar até o portão do Jockey Club, ficando estacionados na Praça João Alfredo. O policiamento foi mobilizado, afinal, ninguém gostaria que tanta festa acabasse em tumulto. Os quatro páreos de corridas de cavalos daquela tarde foram vistos sem o interesse habitual, pois as famílias presentes estavam acostumadas, desde a virada do século, com o turfe e outros esportes ao ar livre como o ciclismo e a esgrima. A ansiedade na assistência aumentava, até que às 16 horas, no intervalo do terceiro para o quarto páreo, foram avisados de que a atração inusitada logo começaria. Longe dos olhos da platéia, Mademoiselle Juliette Brille preparava seu paraquedas para amarrá-lo ao avião “Garoto”, do aviador Rolando.

Finalmente, às 17 horas deu-se o **“arriscado salto da morte”**.³⁹ A campeã sul-americana de salto em altura dirigiu-se ao avião e sentou ao lado do aviador Rolando. O “Garoto” ergueu voo, subiu e elevou-se cada vez mais acima do prado. Afinal, de uma altura de 1.200 metros, a plateia de olhos fixos, comovida, viu precipitar-se no espaço, em queda, o corpo da senhorita, que abriu seu paraquedas e começou a descer lentamente, acenando para a multidão. Depois de andar sobre as respectivas asas do avião e atirar-se no espaço, Mlle. Brille foi aplaudida com entusiasmo por sua “arrojada proeza”, enquanto serenamente pousavam Rolando e seu aeroplano. Do alto, senhorita Juliette Brille certamente percebeu o entusiasmo das moças da cidade, talvez até a admiração, expressa naqueles atônitos olhos.

³⁹ Esse foi o título da matéria publicada no Diário de Pernambuco de 1927 conclamando todos da cidade a presenciarem o salto em altura da mademoiselle. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 18/09/1927. FUNDAJ. A descrição acima foi montada com elementos trazidos por esta matéria e a do dia 19/09/1927, que dava conta do desenrolar do evento.

Moradores e moradoras da cidade estavam relativamente habituados com os aviões, uma das muitas maravilhas do século XX. Analisando o encanto da velocidade no Recife do início do século, Jailson Silva observa que a presença de aviões é encontrada nas crônicas e reportagens jornalísticas desde, pelo menos, os voos experimentais de Santos Dummont pelos céus parisienses, por volta de 1906.⁴⁰ Por sua vez, Lemos Filho, no seu *Clã do Açúcar*, destaca a presença do aviador Rolando. Segundo seu relato, em 1923, no mesmo Prado da Madalena, esse aviador fez uma série de acrobacias no seu *aparelho Melindrosa*, subindo quatro vezes, dando cambalhotas, deslizando pelo vento *feito folha seca* e despencando das nuvens, caindo em vertical, *brincando com seu aparelho*.⁴¹ Rolando era um velho conhecido do Recife. Podemos então pensar que o inusitado mesmo naquela tarde foi o salto realizado por aquela senhorita, que, mesmo décadas depois, continua causando espanto aos leitores dessa sua história.

Sabemos quase nada sobre Mlle. Brille. Uma imagem praticamente destruída publicada num jornal há quase um século, sem a nitidez de suas expressões, o relato de uma tarde no Recife e a informação de que era campeã sul-americana de saltos em altura são fragmentos de sua vida. O relato dessa tarde seria pouco se quiséssemos construir a história dessa mulher, de quem sequer sabemos o país de origem. Porém, muito representa quando tomamos o salto dessa senhorita anônima como uma metáfora da busca de muitas mulheres por construírem outros espaços sociais e outras histórias. O jornal anunciava “o arriscado salto da morte” por levar em consideração os riscos para o corpo daquela senhorita. Mas, mesmo se seu salto não tivesse sido bem-sucedido, não deixaria de repercutir na vida de muitas senhoritas ali presentes. No entanto, sabemos que o salto foi um sucesso e muitas leitoras do *Diário de Pernambuco* sentiram-se movidas a arriscar suas vidas pulando do aeroplano Garoto.⁴² Imaginem a euforia, a preparação para assistir ao voo de uma senhorita tão ousada?! Imaginem como os corações das mademoiselles palpitavam

⁴⁰ SILVA, Jailson Pereira da. “O Encanto da velocidade: automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20”. Recife: UFPE, 2002. Dissertação de Mestrado em História.

⁴¹ LEMOS FILHO. *Clã do açúcar* (Recife 1911/1934). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960. p.168.

⁴² DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 19/09/1927.

para também se aventurarem no “salto da morte”? Mas, palpitantes mesmo devem ter ficado os corações daqueles que resistiam a essas novas práticas femininas. E práticas como essas, na cidade do Recife e no resto do país, provocaram reações masculinas.⁴³ Muitos expressaram nas páginas de jornais e revistas o assombro com essa “nova mulher”, que vão a todo custo tentar defini-la, talvez para conviver melhor com ela.



Imagem 1. Mademoiselle Juliette Brille. (Diário de Pernambuco. 18/09/1927. FUNDAJ.)

Devemos pensar esse salto de Juliette Brille situado numa época de muitos investimentos femininos na transformação dos espaços geográficos e sociais, historicamente reservados às mulheres. O Recife, como espaço urbano, presenciava a construção de territórios inusitados por mulheres e homens.⁴⁴ As ruas passaram a ser, como observa Alômia Abrantes, *cenários autênticos da pluralidade que marca a vida urbana, colocando em cena vários personagens*.⁴⁵ Juliette Brille, no Recife, protagonizou

⁴³ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Op. cit. p. 368.

⁴⁴ De acordo com Félix Guattari, o conceito de território incorpora a ideia de subjetividade, na medida em que não existe território sem sujeito. GUATTARI, Félix. “Espaço e poder: a criação de territórios na cidade”. In: *Espaço e Debates*: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: NERU, n.º 16, 1985. p. 110.

⁴⁵ SILVA, Alômia Abrantes. As escritas femininas e os femininos inscritos: imagens de mulheres na imprensa paraybana dos anos 20. Recife, Dissertação (Mestrado em História), UFPE, 2000. p. 23.

os extremos dessa construção de oportunidades iguais para homens e mulheres.

Porém, voos menos extremos, mas decisivos, ficaram registrados nas páginas da imprensa. Saltos não para a morte, mas saltos para a vida, que fervilhava no comércio, nas praias e às portas dos cinemas no Recife. As anônimas senhoritas que percorrem as páginas dos jornais e revistas nos mostram como seus corpos estavam à solta na cidade. Sorrindo, conversando, assistindo a filmes, lendo revistas, conheciam e criavam possibilidades de exercer o gênero feminino. Porque atravessados por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos e femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo.⁴⁶



Imagem 2. Banhista anônima. Alegre, pulando nas águas. Rindo do fotógrafo ou dos conservadores que temiam os “tubarões” rondando as “sereias”?

A Pillhéria. 19/11/1921. BPE



Imagem 3. Banhistas anônimas clicadas por uma Kodak. (A Pillhéria. 19/11/1921. BPE)

Expressões de alegria, de leveza do corpo com a possibilidade de passar o verão nas praias de Olinda se insinuam nas fotos publicadas na Revista Pillhéria. Revista de colaboradores persistentes, percorrendo ruas

⁴⁶ LOURO, Guacira, Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1999. p. 27.

e praias, construindo um cotidiano para as senhoritas e senhoras do Recife. Sabemos que as fotografias aprisionam a vida, transformando o simultâneo em instantâneo. Sabemos que criam naturalizações, induzindo certa leitura, como qualquer outro documento. No entanto, essas capturas do cotidiano, esses fragmentos insinuam práticas e expressões daqueles fotografados. Cheias de significados, podemos pensar as imagens divulgadas como textos visuais que, longe de explicarem a “realidade” daquelas mulheres, nos convidam a recriá-las.⁴⁷ Imagens que, assim como nos são dadas hoje a ler, antes foram publicadas e lidas pelos moradores e moradoras do Recife, instituindo muitas ideias sobre a vivência do litoral por senhoritas e rapazes.

Maria Luiza Correia, Ezir Andrade, Dolores e Carmelita Cabral, Maria do Carmo Chagas, Carolina Bandeira, Carmelita e Nerine Maia, Thereza e Natercia Miranda, Francisquinha Cavalcante e muitas outras tiveram seus nomes guardados nas páginas d’Pilhéria por serem observadas pelos comentadores do verão. A imensa lista de nomes de senhoritas permite perceber sua intensa presença em Olinda e também como essa era uma atividade que faziam, em geral, acompanhadas de mãe ou irmã.⁴⁸ Aliás, embora Flávio Guerra comente que depois de 1918 as famílias recifenses começariam se libertando do que chama *tirania do lar*⁴⁹, assim mesmo notamos como ainda as mulheres estavam sujeitas a uma relativa fiscalização das mães sobre as filhas e dos maridos sobre as esposas.

As praias mais procuradas até meados dos anos vinte pelas famílias do Recife ficavam em Olinda. Só em 1924 Boa Viagem, com a Avenida Beira-Mar inaugurada pelo governo Sergio Loreto, passaria a atrair os moradores do Recife.⁵⁰ As praias, com os banhos de mar e atividades ao ar livre, cumpriam função além da terapêutica propalada por médicos.⁵¹ Encontros, namoros e conversas aconteciam no verão em Olinda. Com

⁴⁷ Sobre a possibilidade das fotografias como textos visuais. Cf. LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Texto Visual e Texto Verbal*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. (ORG.) *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. 3ª ed. São Paulo: Papirus, 2004. p. 41.

⁴⁸ A Pilhéria. 19/11/1921.

⁴⁹ Cf. GUERRA, Flávio. *Crônicas do Velho Recife*. p. 189.

⁵⁰ Cf. COUCEIRO, Sylvia Costa. Op. cit. 107.

⁵¹ Sobre a perda de espaço dos banhos de rios para os banhos de mar. Cf. SETTE, Mário. Op. cit. p. 28/31.

corpos mais à vontade, provavelmente os desejos também ficavam mais soltos:

Continuam animadíssimos os banhos de mar que dão origem, muitas vezes aos banhos de igreja. Na praia dos “Milagres”, vão se operando verdadeiros milagres, o mesmo acontecendo em outros “cantos”, onde os tubarões cedem aos “encantos” dos “cantos” das sereias tentadoras! É que as praias de banho têm a propriedade de inspirar paixões e...puxões!⁵²

O trecho nos indica as praias como território de conquistas e amores. No entanto, Sereias e Tubarões era o título dessa matéria, que, embora de maneira leve, conduzindo ao riso, sutilmente vai criando as oposições entre homens e mulheres. Mais uma vez emerge a figura feminina como símbolo de perigo, como aquela sereia que seduziu Ulisses e tantos outros. A sedução, a capacidade de envolver o masculino é um discurso historicamente atualizado e imputado ao feminino.⁵³ O trecho também permite percebermos como a masculinidade hegemônica - aquela que consagra ao homem o papel de insensível e forte - é uma construção frágil. O homem aparece paradoxalmente como vulnerável às artimanhas femininas, às suas teias da sedução. Mas, claro, além de tensões de gênero, as páginas d’Pilhéria dedicadas ao verão nos permitem perceber que, para além dos receios (ou desejos!/) de serem enredados pelas senhoritas, muitos jovens se inspiraram e deixaram versos dedicados às banhistas:

Acreditas em feitiços,
Em bruxas, em feiticeiras
Que sabem fazer enguiços
De mil e tantas maneiras.

Em semelhante processo
Não creio, mas, deslumbrado,

⁵² A Pilhéria 1/10/1921.

⁵³ Cf. ARAÚJO, Emanuel. *A Arte da Sedução: a sexualidade feminina na colônia*. In: *História das Mulheres no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 45-77; DEL PRIORE, Mary. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 44-67.

Quando te vejo, confesso
Que me sinto enfeitiçado.

Será feitiço o que sinto?
Que o seja tenho receio!
Vou percebendo que minto
Quando digo que não creio.⁵⁴

Outros espaços para as relações amorosas se delineavam nos anos vinte, que, como vimos não estavam mais, em sua grande maioria, sujeitas ao arbítrio dos pais. Trocas de olhares, sorrisos furtivos e os passeios esquivos pelos matos vão aos poucos transformando as regras do namoro.⁵⁵ Nas praias ou nos cinemas, tornava-se possível trocar bilhetes amorosos e escolher o companheiro ou a companheira para fazer o footing nas ruas do Recife e comentar os filmes na saída das sessões.

Desde 1909, com a inauguração dos cinemas Pathé e Royal, acontecera uma sensível mudança nos hábitos, pois o cinema fascinava, com seus enredos, atores e atrizes, alterando os horários dos moradores. Para Antonio Paulo Rezende, o Recife *perderia aos poucos, seus fortes ares provincianos*, pois com o cinema alargava os seus horários, movimentava-se mais o centro da cidade, com mais assuntos para conversar, novos ídolos e novos e agitados pontos de encontro.⁵⁶ A possibilidade de o cinema interferir nos hábitos dos moradores da cidade levou Gilberto Freyre, em 1923, a publicar matéria observando o *poder de dominar e endireitar o mundo através das grandes telas*. Para ele as pessoas estavam sendo *plasmadas* muito mais pelos reclames do cinema que pela escola primária ou qualquer outra forma de educação. Citando Monteiro Lobato, observava que “o Brasil de amanhã não se elabora aqui. Vem, em películas, de Los Angeles, enlatado como marmelada”. Nesse artigo, afirmava a força enorme do cinema entre seus contemporâneos e defendia seu uso para a propaganda

⁵⁴ Pillhéria. 01/10/1921.

⁵⁵ Cf. AZEVEDO, Tales. *O Cotidiano e seus ritos: Praia, Namoro e Ciclo da Vida*. Recife: Editora Massangan, 2004. p. 73-127.

⁵⁶ REZENDE, Antonio Paulo. Op. cit. p. 78.

de bons e úteis artigos, já que o cinema havia feito, segundo ele, bastante mal com o brilho perigoso que trouxe aos olhos dos seus conterrâneos.⁵⁷

Entretanto, o cinema, temido por muitos dos anos vinte por divulgar outros modelos de comportamento e outros códigos de feminilidade e masculinidade, não possui o poder de moldar as pessoas como acredita Gilberto Freyre e outros seus contemporâneos. O cinema aqui é pensado como uma tela que apresenta possibilidades e projeta sonhos, desperta desejos, mobiliza os sujeitos. No entanto, homens e mulheres são criadores de seus roteiros, protagonistas de suas histórias sempre únicas e irrepetíveis.

De toda forma, constituía mesmo o cinema o encanto dos recifenses de antigamente. Era passeio obrigatório das famílias aos domingos e dias feriados. Mas, além dos cinemas, exibindo cenas e divulgando ideias, existia no Recife um pequeno mercado editorial especializado em divulgar os filmes. Eram revistas como o Mensário Paramount e a Revista Cinema. O público feminino era o principal alvo dessas revistas distribuídas gratuitamente. Responsáveis pela divulgação da programação dos filmes, dos bastidores da sétima arte, de relatar as curiosidades da vida de atores e atrizes, as revistas também tiveram um papel significativo na propagação dos modelos de masculinidade e feminilidade nos anos 1920. Isso se pensarmos que as imagens dos artistas e das artistas, dentre muitas outras possibilidades, podem ser tomadas como índices do que se considerava belo, harmonioso e ideal para os corpos de homens e mulheres no período.

Mas, no Recife dos anos vinte, as senhoritas e senhoras, e os rapazes e distintos senhores tinham oportunidade de construir-se de muitas maneiras. Os modelos de vida não vinham apenas de Hollywood. As possibilidades de leitura eram muitas, e cada uma interferiu de um jeito próprio no tornar-se homem ou mulher do período. No entanto, algumas mulheres da cidade não se contentaram apenas com a leitura e empreenderam voos não pelos céus, mas nas páginas dos jornais, lançando-se em empreendimentos tão ou mais arriscados como o de Julliete Brille. Mulheres que escreviam com os pés bem no chão, mas sonhando com a

⁵⁷ Diário de Pernambuco. 26/08/1923.

possibilidade de dar asas às suas contemporâneas. Elas não ficaram caladas, algumas tomaram a palavra pública e duelaram para construir seus espaços. Aliás, é bom ressaltar, havia um verdadeiro torneio de frases que ia definindo o masculino e o feminino.

Uma das discussões mais acaloradas era feita em torno do direito do voto. Nestas matérias, em geral, notamos como os símbolos que tradicionalmente definem a mulher são postos em discussão e como a experiência da Grande Guerra, que proporcionou o avanço feminino em vários espaços públicos, é mobilizada na hora de lutar pela igualdade política. Françoise Thébaud destaca que o século XX é o século em que muitas mulheres, cada vez mais mulheres, tomaram a palavra e o controle das suas identidades visuais; sublinhando o desafio político da representação, elas tentam quebrar os estereótipos e propõem múltiplas vias de realização pessoal.⁵⁸ Beatriz Delgado, colaboradora do Diário de Pernambuco, era uma dessas mulheres preocupadas em destruir estereótipos. As oposições eram muitas ao espaço político que as mulheres almejavam alcançar, mas a articulista não se fazia de rogada e contestava.

Em 1927, em matéria sobre voto feminino ela procurava provar a capacidade intelectual das mulheres pelos exemplos de contribuições materiais que estas estavam demonstrando. Destacava as variadas ocupações das mulheres, as mudanças no estilo de vida e a apropriação dos seus corpos, mobilizados, ativos durante períodos de exceção. Seu texto enfatiza que durante centenas de anos a *mulher foi escrava do domínio do homem*. Descreve o cotidiano feminino antes da Primeira Guerra, a educação para o lar, o controle por parte dos maridos e a ausência de uma renda própria. Elege a Grande Guerra como marco para as novas aspirações e oportunidades femininas. Argumenta em seu texto, ironicamente, que com esse evento *viu-se esta coisa estranha, a mulher igualar-se em inteligência, em heroísmo, em generosidade, ao mais extraordinário dos homens*. Destaca as mulheres que foram cuidar dos feridos durante a guerra, ressalta aquelas que ficaram e enfrentaram uma dupla jornada cuidando do sustento material e da educação dos filhos, exalta aquelas que dirigiram ambulâncias

⁵⁸ THÉBAUD, Françoise. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5. Porto: Edições Afrontamento. 1991. p. 11.

e ficaram de vigílias.⁵⁹ Seu texto utiliza taticamente a Grande Guerra, uma experiência diretamente alheia às mulheres brasileiras. Apropriar-se de discurso vastamente utilizado pelas sufragistas na Europa e nos Estados Unidos sobre a participação feminina na Grande Guerra, procurando sensibilizar os adversários do voto feminino no Brasil. Em outro trecho de seu artigo, publicado na *Sessão Femina* do Diário de Pernambuco, comentando as dificuldades de atingirem o sufrágio, insinua as tensões experimentadas por mulheres que viveram em anos de transição de valores e comportamentos:

Para que serviu, então, a abertura de universidades, de oficinas, de cargos oficiais, para o sexo feminino? Se as não querem igualar ao homem, deixem-nas incultas e autômatas em lugar de apregoarem a necessidade da instrução! Agora, abrirem-lhes os olhos à luz, fazê-las sentir a vida moderna, deixarem-nas embeber o espírito nos mesmos livros em que os homens se instruem e, depois, virem dizer-lhes que o sol não existe, que a vida não mudou desde há cem anos para cá, que a instrução é uma utopia, é irracional.”⁶⁰

Radical, nesse trecho, Beatriz Delgado expõe como a conquista de uma outra educação formal, e até mesmo a conquista de exercerem certas atividades, não era suficiente para as mulheres. A conquista do voto significava para ela, e muitas de suas contemporâneas, uma alteração nas relações formais de poder, do poder institucionalizado. Como observa na sua fala, compartilhar as mesmas leituras e ter acesso aos mesmos espaços tornava as mulheres mais cômicas de seus direitos, e isso era uma *vida moderna* para ela. Aliás, o vocábulo *moderno*, no pós-guerra, condensa várias conotações e ganha uma força expressiva ímpar, se torna a palavra-ação, a palavra-potência, a palavra-libertação⁶¹, e as mulheres, muito estrategicamente, se apropriaram dessa palavra nos seus propósitos políticos.

⁵⁹ Diário de Pernambuco. 19/06/1927. FUNDAJ

⁶⁰ Idem.

⁶¹ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.228.

Beatriz tinha razão em observar que a vida havia mudado e que não era mais possível manter os lugares tradicionais de homens e mulheres nem deixá-las à parte das discussões políticas. Ela sabia muito bem barganhar com os homens e astutamente reverter os discursos tradicionais a seu favor: *A mulher deve ter o direito de voto, porque a vida, também depende dela. E se não, deixem as mulheres escreverem para a França mandando vir os bebês e veremos se os ilustres cavalheiros as substituem*. Ela joga no campo do outro e procura tirar proveito do lugar instituído de mãe tão louvado pela sociedade.⁶²

O status político das mulheres nos anos vinte no Recife, e no Brasil como um todo, era o pior possível, e a mobilização feminina, no caso de Beatriz por meio da escrita, tornava-se fundamental. Estudando os ecos do feminismo na imprensa feminina do Recife, Inocência Galvão destaca que antes de as mulheres serem consideradas na legislação como cidadãs, e como tal terem o direito de votar e serem votadas, muitas vezes eram vistas como crianças grandes, bonecas, incapazes intelectualmente, sobretudo nos assuntos da política.⁶³ Mas, ao contrário dos discursos divulgados, lendo o Diário de Pernambuco dos anos vinte, com artigos sobre o avanço feminino em termos políticos e também sobre moda, beleza, tarefas domésticas e maternidade - assuntos da coluna *Femina* -, muitas das contemporâneas de Beatriz Delgado defrontaram-se com modelos de feminilidade e com uma pluralidade de vivências do masculino e do feminino. Longe da incapacidade intelectual apregoada, elas estavam se articulando, se informando e se formando, com a série de matérias sobre mulheres ocupando diversos cargos em vários países da Europa e nos Estados Unidos. Lendo, se informando, as mulheres tinham possibilidade de formar suas opiniões e, talvez, por isso mesmo, defrontaram-se com textos temerosos e resistentes aos exemplos de que uma outra organização social seria possível.

A divulgação dos movimentos sufragistas mundo afora vinha, em geral acompanhada de valores sobre o feminino e de insinuações sobre a

⁶² Sobre as discussões sobre táticas, astúcias e estratégias, consultar Michel de Certeau. *A invenção do Cotidiano*.

⁶³ GALVÃO NETA, Inocência da Silva. *Uma nova mulher: ecos do feminismo na imprensa do Recife (1920-1934)*. Recife: UFPE, 2001. Dissertação de Mestrado em História. p. 57.

perda de valores morais da sociedade. Podemos perceber essa estratégia editorial - ou seja, divulgar os fatos, mas de jeito nenhum isentamente - em matéria publicada em março de 1927. A matéria informava que na Inglaterra estava sendo cogitada a concessão de direito ao voto às mulheres maiores de 21 anos. No entanto, após os dois pequenos parágrafos da notícia intitulada “O feminismo avança”, passa-se a falar da retirada do véu pelas mulheres turcas e de como isso havia afetado a vida daquele país:

A marcha que o feminismo vai realizando, em todo o mundo, a caminho de um triunfo definitivo, está se tornando, cada vez mais, ameaçadora. [...] Resta saber, porém, o que advirá da conquista feminina. Até bem pouco tempo, na Turquia, as mulheres ainda viviam sob o véu que lhes ocultava a beleza, dando-lhes, ao mesmo tempo, uma passividade tão feminina, tão encantadora, que Pierre Loti foi ao extremo de dedicar-lhes um volume inteiro, ainda correndo o mundo, em todas bibliotecas. No século novo, a rajada de progresso que atingiu à Turquia aboliu o véu e, por efeito dessa inovação nos costumes turcos, as mesmas mulheres, que inspiraram ao grande escritor francês a história d’As mulheres”, desencantadas, deram-se elas também, às lutas masculinas, pois, segundo as últimas notícias de Constantinopla, várias delas têm sido presas por crime de contrabando de álcool. A diferença é sensível. E se isso veio, em tão pouco tempo, unicamente com a queda de um velho costume, bem se pode imaginar o que será o mundo, quando, após o direito de voto feminino a mulher passar a governar, completamente, homens e países.⁶⁴

A matéria vai criando em seus leitores e leitoras uma relação de causa e efeito: a perda do véu e o vício do álcool, conquista do voto e o desgoverno do mundo. O voto e o véu aparecem como símbolos de uma tradição, de um desejo por parte de muitos homens de manterem cada gênero no seu suposto lugar. Por que a insistência desses discursos? Por que alardear um desequilíbrio mundial, culpando as mulheres por isso? Certamente porque perceberam que os discursos femininos, a

⁶⁴ Diário de Pernambuco. 23/03/1927.

mobilização pelo voto e por trabalho tinham uma plateia bem atenta na cidade. Mulheres lendo, escrevendo, criando redes de informações sobre seu lugar no mundo e na cidade. Sem dúvida, era motivo de pânico para muitos homens e, por incrível que pareça, para algumas mulheres, como Evangelina Maia Cacalcanti, que escrevia na imprensa, porém trazendo a reação ao que chamava de *progresso errôneo*.⁶⁵

Mas, aqui, o que procuramos evidenciar não são exatamente as trilhas do movimento sufragista no Recife, mas, antes, a escrita feminina como arma para duelar por uma outra representação social. Escrita que, no entender de Michel de Certeau, é uma prática, um jogo de produção de sentidos. Produzindo textos, tendo um lugar próprio nas páginas dos jornais e revistas, as mulheres puderam agir estrategicamente, exercendo mediante de seus textos um poder sobre a exterioridade, tentando mudar as regras já elaboradas sobre os lugares dos gêneros.⁶⁶ Inclusive, as páginas dos jornais eram trincheiras conhecidas das mulheres interessadas em movimentar suas contemporâneas para os chamados *direitos das mulheres*.

É necessário ainda frisar que nos anos vinte no Recife, além de exporem suas percepções sobre o mundo, procurando impor um projeto reformador do ser homem e do ser mulher, muitas mulheres conseguiram movimentar a atenção dos jornais e revistas, impondo-se como um público que não poderia deixar de ser levado em consideração. Circulando pelas ruas, visitando os magazines, frequentando o trabalho e a escola, as mulheres apareciam como um público consumidor de informações e dos muitos códigos definidores da masculinidade e da feminilidade publicados por meio dos artigos e publicidade. Vale destacar que, nos anos vinte, as ruas do Recife eram percorridas por moças que iam não só para as aulas de magistério, como também por aquelas que frequentavam o inovador Curso Comercial, no Colégio Pritaneu, *um escândalo para a época*, segundo Flávio Guerra.⁶⁷

Práticas de uma parcela das mulheres dos anos 1920 foram objetivadas pelos seus contemporâneos como “práticas modernas”. No Recife

⁶⁵ Pillhéria.11/11/1925.

⁶⁶ Sobre a escritura e seu poder de criação, consultar: DE CERTEAU, Michel. Op. cit. p. 226

⁶⁷ GUERRA, Flávio. Crônicas do Velho Recife. Recife: Edição Dialfrag, 1972. p. 49.

que se agitava e se divertia com os chamados divertimentos urbanos, vimos que as mulheres eram presença marcante, e os articulistas apontam a rua e o cinema como parte do itinerário de muitas delas. Portanto, nos falamos de espaços onde agora moças e senhoras deparavam com outras imagens e discursos sobre o feminino. Mulheres que, por adotarem alguns dos hábitos descritos neste artigo foram tachadas de “melindrosas”; eram apreciadas pelos homens, mas não para serem suas esposas. Essas mulheres, em dia com a moda, frequentadoras de espaços ditos masculinos como os cafés e as casas de chás, praticantes de atividades por muito tempo exclusivas do masculino, representaram uma quebra de fronteiras entre os gêneros e despertaram temor entre muitos homens e também entre as mulheres. Mas é importante pensarmos *melindrosas*, *modernas*, como nomes que procuraram definir, conceituar a multiplicidade da vida de algumas mulheres. Mas, o que é um nome? *Um nome não é mais do que isso: um epitáfio. Convém aos mortos, aos que concluíram*⁶⁸, descobriria Vitangelo Moscarda, protagonista da história que conduziu nossas reflexões no início deste artigo, e descobririam também muitas mulheres e homens nos anos 1920. Vivos, errantes, depararam-se com muitos epitáfios.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

CRÔNICAS E MEMÓRIAS:

AMADO, Gilberto. *Minha Formação no Recife*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1955.

FREYRE, Gilberto. *Tempo de Aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor. (1918-1926)*. Vol. 2. São Paulo: Ibrasa, 1979.

GUERRA, Flávio. *Crônicas do Velho Recife*. Recife: Edição Dialfrag, 1972.

⁶⁸ PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum, cem mil*. SP: Cosacnaify, 2001. p. 217

LEMOS FILHO. Clã do açúcar (Recife 1911/1934). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

SETTE, Mario. Anquinhas e Bernardas. Recife: FCCR, 1987.

JORNAIS E REVISTAS:

REVISTA MASCOTE. Ano 1, nº.1 1924. Biblioteca Pública Estadual (BPE).

REVISTA PILHÉRIA. 4/07/1925. Coleção completa e encadernada, localizada na Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco (BPE).

A PILHÉRIA. 01/10/1921.

A PILHÉRIA. 19/11/1921.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 10/08/1927. Localizado na Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 18/09/1927.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 19/09/1927.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 26/08/1923

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 19/06/1927.

ARTIGOS, LIVROS, DISSERTAÇÕES E TESES:

ALMEIDA, Magdalena. Mario Sette: o retratista da palavra. Recife: FCCR, 2000.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Nordeste: A Invenção do Falo. Macaíó: Edições Catavento, 2003.

_____.Limites do mando, limites do mundo. A relação entre identidade de gênero e identidades espaciais no Nordeste do começo do século. In: História: Questões & Debates, Curitiba, n.34, Editora da UFPR, 2000.

ARAÚJO, Emanuel. A Arte da Sedução: a sexualidade feminina na colônia. In: História das Mulheres no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

AZEVEDO, Tales. O Cotidiano e seus ritos: Praia, Namoro e Ciclo da Vida. Recife: Editora Massangana, 2004.

BERNARDES, Maria Elena. Histórias Reconstruídas: Laura Brandão: invisibilidade feminina na política. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 1995.

BERGSON, Henri. Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano. Vol.1. 10ª ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2004.

COUCEIRO, Sylvia Costa. Artes de viver a Cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2003.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Orgs.). História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005.

DELEUZE, Gilles. Bergsonismo. São Paulo: Ed. 34, 2004.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) História das Mulheres no Brasil. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DEL PRIORE, Mary. História do Amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2005.

GALVÃO NETA, Inocência da Silva. Uma nova mulher: ecos do feminismo na imprensa do Recife (1920-1934). Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 2001.

GUATTARI, Félix Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: NERU, nº. 16, 1985.

FOUCAULT, Michel. Ditos & Escritos. Vol. IV. RJ: Forense Universitária, 2003.

LOURO, Guacira, Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1999.

MARTÍN, Marcia Castillo. Las Convidadas de Papel: mujer, memória y literatura en la España de los años veinte. Madrid: Ayuntamiento de Alcalá de Henares, 2001.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: História da Vida Privada no Brasil. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PIRANDELLO, Luigi. Um, nenhum, cem mil. São Paulo: Cosac&Naify, 2001

REZENDE, Antônio Paulo. (Des) encantos modernos: Histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: Fundarpe, 1999.

SANTIAGO, Roberval da Silva. Cinematógrafo Pernambucano: a jornada da transgressão, do sonho e da sedução. Dissertação de Mestrado em História . Recife: UFPE, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Alômia Abrantes da. As escritas femininas e os femininos inscritos: imagens de mulheres na imprensa paraybana dos anos 20. Recife, Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 2000.

SILVA, Jailson Pereira da. O Encanto da velocidade: automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20. Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 2002.

THÉBAUD, Françoise. História das Mulheres no Ocidente. Vol. 5. Porto: Edições Afrontamento. 1991.

WELZER-LANG. Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: Revistas Estudos Feministas. Ano 9. 02/2001.

Entre festas, passeios e esportes:

o Recife no circuito das diversões nos anos 1920

Sylvia Couceiro

A partir do início do século XX, o ritmo de vida no Recife acelerava-se. Automóveis começavam a circular pelas ruas, novas formas de comunicação possibilitavam em curto espaço de tempo o conhecimento dos fatos marcantes que ocorriam pelo mundo. Os jornais diários impressos no Recife, como *A Província*, o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Recife*, o *Jornal Pequeno*, *Jornal do Commercio*, *Diário da Manhã*, *Diário da Tarde*, *A Noite*, *A Rua*, *A Notícia*, entre outros menores, deixavam o leitor informado dos principais acontecimentos.¹

Por meio da imprensa, tomou-se conhecimento, por exemplo, do êxito do aeronauta brasileiro Santos Dumont, que conquistou os céus de Paris com seu balão dirigível em 1901, das tramas políticas que envolveram as eleições dos candidatos mineiros e paulistas à Presidência da República, da passagem do cometa de Halley em 1910. Os leitores acompanharam, também, o desenrolar dos conflitos que desencadearam a I Guerra Mundial, as lutas internas na revolucionária Rússia de 1917 e a grande mortalidade causada no Brasil pela gripe espanhola em 1918, que não poupou nem o presidente eleito Rodrigues Alves. Informaram-se, ainda, sobre as sucessivas crises na exportação do café, seguiram os passos da Coluna Prestes pelo país entre 1924 e 1926, bem como as peripécias de Lampião e seus cangaceiros pelos sertões do Nordeste ao longo da década.

Nessa fase, os espaços da cidade começavam a passar por um processo de modernização. A implantação, no Recife, de melhoramentos

¹ Sobre o papel da imprensa no Recife dos anos vinte, ver BARROS, Souza. *A década de 20 em Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985, pp.179-195.

urbanos nos setores de infraestrutura, como o calçamento das ruas, a coleta regular de lixo, a iluminação, o embelezamento de praças, a melhoria nos transportes e o início da reforma do Porto e do Bairro do Recife, começou a tornar o espaço das ruas convidativo. Passeios, atividades ao ar livre e diversões começaram a atrair as famílias para os espaços abertos da cidade, tirando-as do isolamento e da reserva da vida doméstica.²

No início do século XX, a modernização das cidades e as oportunidades de trabalho oferecidas atraíram também outras parcelas da população. Migrantes vindos de diferentes áreas, e por motivos diversos, transformaram o panorama demográfico do Recife, desencadeando um processo de mudança nos padrões de convívio e nas relações sociais entre os seus habitantes. Antigas hierarquias foram rompidas, referências e modelos de convivência foram alterados, fazendo com que o espaço da cidade aparecesse diante das famílias como um lugar rodeado de perigos reais e imaginários, onde o conflito e a desordem imperavam.

Nesse novo contexto urbano, os momentos de diversão passam a constituir ocasiões temidas pelas elites. A associação que se fazia entre divertimento e confusão vinha do medo gerado pelo grande número de pessoas desconhecidas aglomeradas em um mesmo espaço e pelo exercício de algumas práticas estranhas ao universo cultural dos grupos privilegiados. Essa representação pode ser observada nas memórias de Félix Cavalcanti, membro de abastada família, que viveu no Recife em princípios do século XX: “O povo está sempre pronto para a desordem e para a festa.”³

Permeados de conflitos e tensões, os momentos de festa e diversão resultavam em leituras e apropriações diferentes por parte de seus participantes, mas também propiciavam lacunas que possibilitavam a comunicação, a negociação e as trocas culturais. A partir do estudo das “diversões públicas”, podemos perceber que, a despeito da rígida hierarquia social que regia a vida nas cidades, os canais de trânsito cultural entre brancos

² Sobre a reclusão e isolamento das famílias na fase colonial, assim como sobre as transformações do século XIX que começaram a mudar esse panorama, ver: COSTA, Jurandir Freire *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989. Sobre os novos hábitos da vida urbana e a frequência das famílias às diversões, ver: ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993

³ FREYRE, Gilberto. *O velho Félix e suas memórias de um Cavalcanti*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores. 1959. p. 49.

e negros, letrados e iletrados, dominantes e dominados, elites e camadas populares, ou qualquer outro recorte que se utilize, existiam e estavam disponíveis no interior das regras e normas de convivência social.

Este trabalho busca analisar algumas das diferentes formas de diversões públicas no Recife dos anos 1920, examinando também, inspirado no trabalho de Michel de Certeau, as táticas utilizadas pela população para burlar e driblar a ação das autoridades policiais, que visavam controlar os momentos de divertimento e festa que ocorriam na cidade.

Essas astúcias e táticas inventivas comporiam, segundo Michel de Certeau, a rede de uma antidisdisciplina. Seriam “maneiras de fazer”, operações multiformes e fragmentárias que, majoritárias na vida social, não aparecem muitas vezes, senão, a título de “resistências” ou de inércias. Essas práticas fundam microliberdades que questionam a ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre organizar, criando um movimento denominado pelo autor “*inversão e subversão pelos mais fracos*.” Segundo ele, constituem-se em um “*sistema de valores subjacentes que estruturam as tomadas de postura fundamentais da vida cotidiana, que passam despercebidas à consciência dos sujeitos, mas são decisivas para sua identidade individual e de grupo*.”⁴

Neste trabalho, as formas e os espaços de diversão são vistos como momentos privilegiados, por meio dos quais é possível observar a vivência de práticas e expressões culturais que, longe de constituírem apenas ocasiões de partilha e comunhão, como algumas delas podem parecer à primeira vista, assumiam significados e representações diferentes para os seus protagonistas. Essas formas de ação são vistas como oportunidades de (des)encontros culturais, por meio dos quais tensões, diferenças, apropriações e ressignificações se expressavam e circulavam no constante jogo que confere movimento e historicidade à cultura.⁵

⁴ CERTEAU, 1996, p. 347. Para detalhes sobre o conceito de práticas culturais empregado por Certeau, ver também CERTEAU, 1994.

⁵ Ver: ABREU 1999, prefácio.

NO CIRCUITO DAS MODERNAS DIVERSÕES

Nos anos vinte, a palavra “divertimento” significava, de acordo com os dicionários da época, “*meio de divertir, distração, recreação, entretenimento*.”⁶ Usadas pelas autoridades nos documentos oficiais e na imprensa da época, as expressões “*divertimentos públicos*” ou “*diversões públicas*” referiam-se a uma infinidade de festejos e apresentações variadas, realizados em locais ao ar livre ou em ambientes fechados, alguns deles acessíveis à população mediante o pagamento de ingressos. Nicolau Sevcenko ressalta que a partir do início do século XX:

“Sob o epíteto genérico de “diversões”, toda uma nova série de hábitos físicos, sensoriais e mentais são arduamente exercitados (...), incorporados em doses metódicas como práticas indispensáveis da rotina cotidiana (...). Muitos desses hábitos e práticas já existiam e estavam em vigência desde o começo do século, pelo menos. Mas é nessa conjuntura que eles adquirem um efeito sinérgico, que os compõem como uma rede interativa de experiências centrais no contexto social e cultural: como uma fonte de uma nova identidade e de um novo estilo de vida.”⁷

De acordo com as fontes pesquisadas,⁸ os divertimentos públicos no Recife dos anos vinte englobavam desde corridas de touros, brigas de galo, festas de igreja, manifestações diversas, como fandangos, pastoris e mamulengos, passando por bailes públicos, comemorações de datas cívicas, festejos de época - carnaval, “Ano Bom”, São João e Semana Santa -, esportes como futebol, remo, corridas de cavalo, até formas de entretenimento como parques de diversões, sociedades recreativas, circos,

⁶ Foram pesquisados os dicionários: *Encyclopedia e Dicionario Internacional*. Boston, The Colonial Press Inc., 1920 (D/A). *Novo Dicionário Encyclopédico Luso-Brasileiro*. Porto, Lello & Irmão Editores, 1928.

⁷ SEVCENKO, 1992, p. 33.

⁸ A noção das práticas que eram consideradas divertimento público na década de vinte, foi montada a partir da pesquisa na imprensa da época, nas crônicas e trabalhos de memorialistas, na lei que regulamentava o assunto, as “Instruções Regulamentares para Teatros e Casas de Diversões”, instituída pelo chefe de Polícia Eurico de Souza Leão, e na documentação da Inspetoria Central de Polícia.

cinemas, teatros, *cabarets* e *cafés-concerto*. O modo como a expressão era usada na época sugere que os contemporâneos consideravam “divertimentos públicos” qualquer tipo de manifestação lúdica e recreativa que, não sendo proibida por lei, gerasse uma aglomeração de pessoas em determinado espaço da cidade.

Desde o final do século XIX, novos tipos de diversão começaram a aparecer no Recife, convivendo com festas e manifestações tradicionais da cidade. As comemorações de época - Natal, Ano Bom e São João -, as festas religiosas, com suas procissões e quermesses, os desfiles das bandas e charangas, as danças e manifestações, como pastoril, fandango, mamulengo, bumba-meu-boi, as temporadas das companhias de operetas e peças teatrais encenadas no Teatro Santa Isabel passaram a disputar a preferência dos habitantes da cidade com as novas formas de entretenimento.

Eram páreos nos hipódromos da Madalena, do Derby ou de Campo Grande, regatas no Capibaribe e passeios no Derby – transformado por Delmiro Gouveia em um centro de diversões. A construção do mercado público Coelho Cintra, do hotel Internacional do Derby e do passeio iluminado a luz elétrica, com carrosséis, retretas, teatrinho, orquestrafone e barraquinhas de prendas -, além das corridas de bicicleta no velódromo do Derby, atraíam muita gente toda noite à antiga campina. A prática de esportes e atividades físicas, como o futebol, o voleibol, disputas de atletismo e corridas a pé, além da esgrima e da educação física, também começavam a ser difundidas na cidade.⁹

Para parte dos memorialistas, apesar dessas novas distrações, o Recife não perdia o ar provinciano e atrasado de uma cidade cujas ruas ficavam praticamente desertas após o toque das nove horas dado pelo sino da Matriz. Joaquim Pimenta era um dos insatisfeitos com o que classificava como falta de movimento e animação nas ruas da cidade. Para ele, os divertimentos do Recife, em torno de 1909, “*se reduzião às festas religiosas e anuais da Penha, do Carmo, do Bonfim (em Olinda) e umas sonolentas retretas com bandas de música da polícia, às quintas e domingos, no jardim da Praça da República.*”¹⁰

⁹ Para uma visão dos divertimentos, esportes e do movimento social e intelectual da cidade nos primeiros anos do século XX, ver: ARRAIS, 1998.

¹⁰ In: ARRAIS, 1998, p. 28.

No Recife, os circuitos das consideradas “diversões modernas” passavam pelos cinemas, teatros, competições esportivas - sobretudo de futebol, turfe e remo -, as danças, festas nos clubes, exposições de pintura, concertos musicais, conferências e recitais de poesia, confeitarias, excursões e passeios ao ar livre, temporadas nas praias e banhos de mar, o *footing* pela Rua Nova, piqueniques, corridas de automóvel e motocicleta e parques de diversão, entre outros. Este trabalho objetiva mostrar o panorama de algumas das diversões públicas no Recife, sobretudo das desenvolvidas em espaços abertos, mostrando que tais práticas reforçavam a composição de uma nova identidade, de um novo estilo de vida que se construía na cidade no contexto dos anos 1920, estabelecendo disputas e conflitos em torno dos espaços da urbe.

É importante destacar que as formas de diversão chamadas “modernas”, que se propagaram pelo Recife nos anos 1910 e 1920, não sucederam de forma linear às festas e comemorações tradicionais, como o pastoril, as festas de igreja, as quermesses e os bumba-meu-boi. Os habitantes do Recife, seja os grupos de elite, seja as camadas populares, não deixaram simplesmente de frequentar suas conhecidas brincadeiras e formas de diversão para aderir às novidades. A Festa do Carmo, o pastoril do velho “Canela de Aço”, o mamulengo do Dr. Baubau continuaram a entreter boa parte dos habitantes da cidade, que, ao mesmo tempo, não perdiam os beijos apaixonados nas fitas de Rodolfo Valentino, as *performances* das estrelas Virginia Pearson e Gladys Brockweld, eleitas em concurso promovido pelo Jornal do Recife “*as mais queridas da cidade*”, ou as aventuras da série do popular Tom Mix.

A RUA É UMA FESTA!

Nos anos vinte, conforme já foi enfatizado, os espaços de diversão do Recife se ampliavam. Enquanto as reformas físicas realizadas na cidade embelezavam e saneavam os espaços públicos, os padrões de civilidade emanados da Europa difundiam diferentes formas de sociabilidade, propagando os benefícios dos passeios ao ar livre, da prática de esportes

e dos banhos de mar, atraindo diferentes grupos sociais para os espaços abertos. Além dos grupos populares, as elites se apresentam agora como candidatas a ocupar e desfrutar esses espaços, estabelecendo verdadeira disputa em torno dos lugares da cidade.

Numa época em que a preocupação com a saúde, a higiene e a beleza era símbolo máximo de uma sociedade que desejava a renovação, as festas e os entretenimentos ao ar livre, que propiciavam ar puro, contato com a natureza e climas saudáveis, eram muito estimulados. No Recife, eram muito populares os piqueniques. Organizados por instituições de classe, clubes desportivos, blocos carnavalescos, estabelecimentos comerciais e instituições diversas, os convescotes eram realizados no bairro de Dois Irmãos, no Morro da Conceição, em Casa Amarela, e em fazendas e sítios nos arredores da cidade. Os jornais e revistas da época noticiavam os piqueniques, destacando-os como *“elegantes festas ao ar livre”*, *“festa de distinção e elegância..”*

Aos domingos, os passeios de automóvel pelos arredores do Recife também eram muito apreciados. Boa Viagem, Pina, Cabo, Olinda, Gurjahú e Dois Irmãos eram os locais preferidos. Caminhadas a pé e passeios eram feitos nas praças da cidade, como a Maciel Pinheiro, na Boa Vista, a Praça Sérgio Loreto, em São José e a Praça do Paissandu, inaugurada em 1924 no governo Sérgio Loreto. Em algumas delas, eventualmente bandas se apresentavam fazendo retreta, tocando um repertório de tangos, valsas, *fox-trots*, dobrados e até maxixes.

Os passeios na Praça do Parque Amorim eram um dos preferidos das famílias e casais de namorados, que se dirigiam aos jardins para apreciar as manobras aquáticas de um peixe-boi colocado em um tanque no centro da praça. Um jornalista, em visita ao Recife, em 1926, fez o seguinte comentário sobre os passeios e diversões que frequentou em sua rápida passagem pela cidade:

Tenho passeado: em arrabaldes, pelas ruas, pelos jardins; vi uma fonte luminosa, um peixe-boi, que é para os pernambucanos o mesmo que o Boi Apis em outras épocas foi para os egípcios; estive em Olinda; fui ao Moderno,

jantei no Leite burguesamente e compareci à Crystal. Muita coisa numa semana!¹¹

O advento da era das máquinas também trazia o automatismo para o setor dos divertimentos. Os parques de diversão que se instalavam na cidade, de tempos em tempos, atraíam muita gente. Brinquedos velozes, que provocavam sensações inusitadas - sustos, arrepios, vertigens, tonturas -, como o chicote, a rodagigante, a casa de doidos, *tivolis* e outros, eram as estrelas dessas festas. Os grandes parques de diversão, a maioria deles pertencentes a empresas estrangeiras, excursionavam pelo país, passando temporadas nas cidades maiores. A inauguração desses parques era pomposa, contando com a presença do governador e de outras autoridades, além da frequência de famílias e conhecidas figuras da sociedade, sendo assunto constante das colunas sociais da cidade. Em 1923 e 1926, esteve no Recife a empresa americana de diversões Coney Island. Instaladas no Parque 13 de Maio, as diversões causavam sensação na cidade, atraindo muita gente. A revista *O Fogo* comentava a respeito do grande número de pessoas que diariamente se dirigia ao parque à procura da velocidade e das novas emoções dos brinquedos modernos:

A feira de diversões está matando os cinemas da cidade. O povo não quer saber de outro divertimento. A afluência ao 13 de Maio é extraordinária. Engraçado, quase que o Recife em peso ali se encontra. De fato há diversões... E bastante. A bom preço, porém todas pagas. A maioria entra. E o gozo das sensações....¹²

Mas, para fazer sucesso na cidade, os parques de diversões também apresentavam as manifestações tradicionais. A empresa que se instalou em Beberibe, entre novembro de 1926 e fevereiro de 1927, de propriedade do Sr. T. Comber, que, segundo o *Jornal do Recife*, “arrastava até aquele arrabalde a população do Recife”, exibia, além dos brinquedos modernos, um “pastoril de crianças, teatrinho e (...) as diversões de costume.”¹³

¹¹ Revista *A Pílhéria*, 13/03/1926, nº 233.

¹² Revista *O Fogo*. Recife, 25/08/1923, nº 17.

¹³ *Jornal do Recife*, 13/02/1927, p. 1.

Os banhos de mar completam o rol das atividades ao ar livre que ganharam espaço a partir do século XX. Durante parte do século XIX, as praias eram utilizadas como lugar de despejo, onde se atiravam dejetos, águas servidas, lixo, animais e escravos mortos, sendo vistas como lugares dos quais se devia guardar certa distância.¹⁴ Nessa época, as famílias do Recife passavam a estação quente em arrabaldes como Poço da Panela, Monteiro, Caxangá, em busca de melhor clima, de ares mais saudáveis e dos banhos de rio.¹⁵

Contudo, no início do século XX, entre os meses de setembro e fevereiro, as famílias começaram a trocar a cidade por uma temporada nas praias. Nessa fase, a vida à beira-mar, o contato com a natureza - areia, sol e os banhos salgados - passaram a ser vistos de forma diferente.¹⁶ Os banhos de mar, que a partir do século XIX eram recomendados como técnica terapêutica, prescritos pelos médicos para a cura de vários tipos de enfermidade, começavam a representar não apenas saúde, mas também uma prática ligada à diversão e ao descanso da vida urbana, que, com as transformações técnicas e a aceleração dos ritmos, passava a ser considerada atribulada e confusa:

Dezembro é um mês morto para a vida da cidade (...). A cidade foge para as praias, a buscar na sua vida livre e simples o desafogo para a tortura canicular que há por essas ruas asfaltadas, congestionadas por automóveis e bondes, em que mulheres passam afogueadas e os homens (...) suarentos e empoeirados. As praias são o delicioso refúgio onde se esquece um pouco o tumulto dos longos meses em que a alma da gente se satura de ruído e de emoções invariáveis.¹⁷

¹⁴ FREYRE, 1977, p.195.

¹⁵ Sobre o hábito dos banhos de rio no Recife do século XIX, ver as impressões de viajantes que passaram pela cidade no século XIX, como Tollenare e James Henderson.

¹⁶ Sobre os banhos de mar no Recife do início do século XX, ver memorialistas como: AMADO, 1955. SETTE, 1987, pp. 28-31. BRAGA, 1985. Detalhes sobre a história das praias do Recife e Olinda estão no trabalho de: ARAÚJO, 2007.

¹⁷ *Revista da Cidade*, 04/1219/26, nº 28.

No Recife, os banhos salgados também podiam ser tomados na Casa de Banhos, construída nos arrecifes do cais do porto em finais do século XIX. O estabelecimento oferecia não apenas um banho de mar seguro, cercado por cordas e protegido por cabos de aço, jogos e esportes modernos, como também “*pensão e restaurante de primeira ordem, com diária de 16\$000 a 22\$000, conforme o aposento, luz elétrica. Assinaturas para almoço ou jantar a 15\$000 mensais. Four o'clock tea servido todos os dias a 3\$000 cada pessoa, inclusive o transporte em lanchas.*” Além de cozinha de primeira ordem à vista do freguês, quartos higiênicos, banhos de chuveiro e banheiros para natação.¹⁸ A Casa de Banhos foi local de festas e ponto de encontro muito procurado pelas famílias da cidade, tendo encerrado suas atividades em 1924, quando foi destruída por um incêndio.

Até meados dos anos vinte, as praias mais procuradas para a estação balneária pelas famílias do Recife eram as de São Francisco, Milagres, Carmo e a praia do Farol, todas em Olinda. A partir de 1924, quando foi inaugurada durante o governo de Sérgio Loreto a Avenida Beira-Mar, em Boa Viagem –o que possibilitou a implantação das linhas de bonde que encurtavam as distâncias para as praias ao sul da cidade –, os famosos veraneios em Olinda, que congregavam até então as tradicionais famílias do Recife, começaram a entrar em declínio. Pina, Boa Viagem e Setúbal passam a ser as praias mais frequentadas, enquanto Olinda vai, aos poucos, perdendo seus frequentadores. Sobre a concorrência entre as duas estações de veraneio, *A Pilhéria* comentava: “*Veranista de Milagres! (...) Não deixa de parecer milagre, minha amiga preferir você este ano praia de Olinda para banhos salgados, quando o chic, o que está na moda é o rastaquerismo gozador e desfrutável do Pina.*”¹⁹

Oportunidade de encontros, o uso de roupas leves, corpos à mostra, exposição ao sol, jogos, esportes, brincadeiras na areia, banhos alegres, enfim, as praias e o veraneio passaram a representar diversão, alegria, descontração, um momento de parada diante do veloz e confuso estilo de vida da cidade. Os veraneios eram animados por retretas, danças, barraquinhas, passeios vespertinos e festas, que eram noticiados

¹⁸ *Diário de Pernambuco*, 14/10/1923, p.11.

¹⁹ *Revista A Pilhéria*, 17/10/1925, n° 212.

pelos jornais e opúsculos que cobriam as ocorrências sociais das praias, juntamente com fofocas sobre flertes, brincadeiras e outras notas acerca dos frequentadores dos balneários. Em Setúbal, certames de tiro ao alvo, desfile de banhistas, batalha de flores e exibição de carros ornamentados animaram o verão de 1925.

Em 1923, o *Diário de Pernambuco*, em artigo intitulado “O encanto das praias”, estimulava o costume das estações balneárias, compondo um imaginário que apresentava as praias como ambientes de alegria, diversão e distensão dos encargos do trabalho:

Com a chegada da época de mais elevada temperatura, (...) não há quem não afague a realização de um sonho da estadia à beira mar (...), parêntesis aberto na vida de trabalhos, divertimentos urbanos e preocupações. (...) Não podem caber desgostos, enfermidades e indisposições em lugar ameno, alegre, encantador, onde tudo, desde o solo e o céu (...), influem de modo a tornar a alegria um sentimento permanente.²⁰

DIVERSÃO COM DISCIPLINA: A HORA E A VEZ DOS ESPORTES

Além das praias, outra atração que mobilizava grandes públicos nessa época eram os esportes. A partir do início do século, novos modelos de estética, diferentes práticas de higiene e a busca de corpos ágeis, saudáveis e fortes começaram a impor a cultura desportiva como valor importante para a sociedade. A febre dos esportes, que se espalhou após a I Guerra, buscava formar indivíduos fortes, disciplinados, para ações coordenadas e coletivas. Sua influência transformou os padrões estéticos referentes às formas do corpo, alterou a moda, chegando a ditar novos ideais e formas de ação: competir, disputar, vencer, eis as palavras de ordem dessa “nova sociedade.” Nesse contexto, o esporte surge como “*um ritual elitista, reves-*

²⁰ *Diário de Pernambuco*, 25/12/1923, p. 3.

tido dos valores aristocráticos do ócio, do adestramento militar e do sportmanship - cavalheirismo, imparcialidade e lealdade.”²¹

No Recife da virada do século, começaram a ser introduzidos alguns esportes, como o turfe, o remo, o futebol, o ciclismo, a esgrima, além da educação física. Algumas dessas práticas, como a ginástica, começaram a constar do currículo das principais escolas, ou eram realizadas em centros especializados, como o “*Gymnasio Brasileiro – Centro de Cultura Physica*”, que funcionou, em meados de 1905, na esquina da Rua do Hospício. Waldemar de Oliveira conta em suas memórias que, na infância, por ser uma criança franzina e doente, foi matriculado pelo pai, segundo ele “*um obcecado pela ginástica*”,²² no referido centro, como uma forma de superar os problemas de saúde.

Eram várias as modalidades praticadas: algumas em espaços ao ar livre, outras em locais fechados, umas mais, outras menos populares e acessíveis ao público. Ao longo da pesquisa realizada na imprensa da década de vinte, encontramos referências aos seguintes esportes: hipismo, remo, boxe, tênis, natação, automobilismo, motociclismo, ciclismo, provas de atletismo, pingue-pongue, tiro ao alvo, ginástica sueca, luta romana, *handball*, *waterpolo*, voleibol e futebol.

Todos os jornais de maior circulação possuíam colunas especiais sobre os esportes, como a “Desportos”, do *Jornal do Commercio*, e a “Sport”, do *Jornal Pequeno* e do *Jornal do Recife*, onde eram noticiados os jogos e disputas, analisado o movimento desportivo da cidade, convocados os jogadores e times para as competições. Em matéria de 1921, o *Jornal Pequeno* enfatizava a importância dos esportes para a construção de uma nova sociedade: “*Para se reconhecer o grau de civilização de um meio, encontramos no sport como que a pedra de toque, onde se pronuncia, segundo o tom do seu colorido, mais ou menos acentuado, o seu justo valor. No campo desportivo se manifestam as tendências mais ou menos cultas do seu meio social.*”²³

²¹ SEVCENKO 1998, p. 575. Sobre o papel dos esportes na vida urbana na virada do século, ver, do mesmo autor, *Orfeu estático na metrópole*. 1992. Outro trabalho sobre o assunto é o de MELLO, 2001.

²² OLIVEIRA, 1985, p. 24.

²³ *Jornal Pequeno*, 06/10/1921, p. 2.

A preocupação com a regulamentação, com o estabelecimento de regras e normas para as diferentes modalidades, com a fixação de estatutos para clubes, ligas e associações desportivas estava expressa constantemente nos jornais. Eram reclamações contra juizes, acusações de irregularidades no registro de atletas e jogadores, denúncias de favorecimento de *clubs* e times, queixas contra comportamentos indevidos nas competições. A instituição pelas autoridades policiais pernambucanas, em 1927, das “*Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões*”, conjunto de normas que analisaremos adiante, foi uma das medidas que visavam à fixação de regras que regulassem as diversas práticas, de forma a uniformizar condutas, enquadrar procedimentos, enfim, treinar e modelar o que seria o “novo homem”.

Os torcedores também eram atingidos por essas medidas de controle e definição de comportamentos. Longe de ser um espectador passivo, o torcedor, ao escolher um atleta ou equipe, identificava-se com eles, envolvia-se na competição, usando o corpo por meio de gestos e ruídos, na tentativa de estimular a *performance* dos seus eleitos. Gritos, assovios, braços que se agitavam, corpos que se contorciam. A revista de esportes *Recife Sportivo* assim descrevia os torcedores de um jogo de futebol:

É o velho desvairado, estendendo punhos fechados na direção dos partidários rivais; é o rapaz inquieto, a pular de um pé para o outro a contorcer-se terrivelmente nessa nova moléstia mental que os tratados futuros batizarão de “torcida hysteriforme”; é o exaltado desafiando os rivais para um duelo cru (...); é a senhorinha galante, freqüentando os campos de foot-ball a conselho médico, por ser tal cousa um excelente derivante de histeria. O ambiente é de loucura e de paixão.²⁴

Para refrear a reação dos torcedores e submeter atitudes consideradas descontroladas, eram feitas recomendações que instruíam os participantes, sobretudo os entusiastas do futebol, quanto ao modo civilizado de torcer. Longe de seguir as determinações legais e os “bons modos”, os torcedores encontravam fórmulas e táticas próprias de reagir, desafiando

²⁴ Revista *Recife Sportivo*, 15/03/1919, nº 8.

as autoridades. Em 1915, na matéria “Deveres de um público educado”, o *Diário de Pernambuco* divulgava uma verdadeira cartilha para os torcedores, pregando o que considerava a maneira correta de torcer:

Entretanto, surgem, dentre a multidão, indivíduos mal-educados que só sabem manifestar sua alegria ou descontentamento por meio de gestos e palavras indecorosas, ofendendo assim não só aqueles que incorrem em seu desagrado, como também as pessoas calmas e prudentes que se vão divertir desinteressadamente. Depois dessas ligeiras considerações, fazemos daqui um apelo à mocidade que freqüenta os *grounds* de *football*, para que se abstenham de manifestações descorteses e do uso de palavras desrespeitosas que ferem o pudor dos senhores e senhoritas presentes.²⁵

Por falar em torcida, as arquibancadas do Jockey Club eram das mais vibrantes nos anos vinte. O turfe teve sua época áurea no Recife em fins do século XIX. Em 1888, foram inauguradas na cidade três pistas para corridas de cavalos: ²⁶ o *Prado Pernambucano*, depois chamado *Jockey Club de Pernambuco*, localizado na Madalena (hoje bairro do Prado), a cuja inauguração compareceram, segundo Mário Sette, “*para mais de três mil pessoas.*” As outras duas pistas, a do *Hipódromo de Campo Grande* e a do *Derby Club*, com arquibancada para 1.800 pessoas e localizada no terreno onde posteriormente foi construído o pavilhão para a Exposição Geral de Pernambuco, realizada em 1924, não chegaram a ter vida longa. De acordo com Mário Sette, nessa época era grande o sucesso

Eram neles que os cavalheiros e as damas elegantes se reuniam aos domingos num interesse pelas corridas de cavalos, mas, evidentemente, também atraídos pela convivência das arquibancadas, pelas palestras pelos comentários sobre modas, pelos namoros, pelos sorvetes (...) no momento em que os cavalos em disparada se aproximavam (...) braços se moviam, bocas gritavam, mãos batiam

²⁵ *Diário de Pernambuco*, 11/09/1915.

²⁶ Sobre a história do *turf* em Pernambuco, ver: SETTE, 1978, pp. 177-181.

palmas, leques se agitavam, bengalas repercutiam forte no chão (...). Depois o júbilo dos que ganhavam, a tristeza dos que perdiam.²⁷

De acordo com a imprensa, nos anos vinte o hipismo estava renascendo na cidade, depois de um período de declínio. O esforço de alguns dirigentes e entusiastas do esporte, que promoviam festas, danças e sorteio de prêmios aos espectadores, estava trazendo de volta às arquibancadas um público considerado seletivo, composto de famílias da sociedade, dando início ao que a imprensa chamava de “*uma nova fase de progresso do nosso turf*.” De acordo com *A Pilhéria*, as tardes de corrida no Jockey Club eram:

Ponto de reunião elegante da sociedade do Recife (...). Depois que a operosidade de José Marques de Oliveira instituiu, ali, os chás dançantes, começaram as tardes *chics*, atraindo o *grand-mond* recifense, para algumas horas de convívio social distinto (...). As arquibancadas apresentavam flores belíssimas e raras; *toilettes* claras e vaporosas.²⁸

Políticos, autoridades e famílias tradicionais compareciam aos páreos, animados pelo som das bandas de música e pela perspectiva de vitória dos cavalos escolhidos. A presença das senhoras e moças era estimulada por meio de brindes, como “*um estojo de prata com um serviço completo para unhas ou uma pulseira-relógio de ouro*”, sorteados entre as frequentadoras dos páreos em 1920. A preocupação da imprensa em “reerguer” o esporte, em descrever o ambiente *chic* e refinado que se criara para atrair as famílias às arquibancadas, em noticiar a presença de autoridades e políticos, sugere que durante certo tempo outro tipo de torcedor havia aderido às apostas no Jockey. Se não há registros explícitos da adesão das camadas populares às corridas nessa fase, o tom de decepção diante do que chamavam “declínio” desse esporte e, por outro lado, a continuação da publicação de notícias nos jornais sobre os páreos mostram que “outros apostadores” continuavam a prestigiá-los.

²⁷ SETTE, 1978, p. 177.

²⁸ Revista *A Pilhéria*, 25/10/1924, nº 161 e 29/11/1924, nº 166.

Enquanto os cavalos corriam no prado da Madalena, as provas de remo disputadas na bacia do Capibaribe movimentavam a área central da cidade nos anos 1920. Introduzido a partir de 1897, quando um grupo de rapazes começou a alugar barcos no cais da Lingueta e saía em pequenas excursões até o Pina, o remo não tardou a atrair adeptos. No início do século XX, o novo esporte já reunia muita gente nas margens do rio Capibaribe, onde clubes como o Náutico, o Sport e o Barroso disputavam animadas competições. As corridas realizavam-se no trecho entre as pontes da Boa Vista e Santa Isabel, deixando os cais da Rua da Aurora e da Rua do Sol “repletos de espectadores que aplaudiam freneticamente os vencedores das diferentes provas”, de acordo com um comentário do *Jornal do Commercio*.²⁹

Os jornais dos anos vinte observavam que o período áureo das regatas havia sido nos primeiros anos do século. Para alguns, as disputas e brigas entre os clubes e a crescente popularidade do futebol teriam causado o declínio dessa modalidade, que começava a se reerguer a partir da fundação, em 1920, da “Liga Náutica.”

O remo já teve entre nós sua idade de ouro, há uma boa dúzia de anos atrás, quando as regatas eram o maior acontecimento desportivo do Estado (...). Dissensões, exaltações e partidarismo tiveram como consequência a morte das regatas, os clubes existentes de relações cortadas. E então o futebol atraiu e prendeu egoisticamente as simpatias, os outros desportos ficando quase completamente abandonados. Os esportes náuticos voltam a ter prestígio entre a sociedade pernambucana e a simpatia pública (...). Esse renascimento devemos à criação da “Liga Náutica.”³⁰

Em 1923, a regata inaugural da temporada foi uma festa, atraindo grande número de espectadores e cerca de 40 automóveis, deixando a Rua da Aurora intransitável. O *Diário de Pernambuco* ressaltou o sucesso do evento:

²⁹ *Jornal do Commercio*, 16/09/1924, p. 12.

³⁰ *Jornal do Commercio*, 28/11/1920, p. 4.

As imediações das ruas d'Aurora e Sol, trecho compreendido entre as pontes da Boa Vista e Santa Isabel regurgitavam de espectadores. O gradil das pontes e as sacadas dos prédios de uma e outra rua estavam repletas de pessoas. Os pavilhões dos clubes e da Liga Náutica, apinhados. Automóveis cheios de famílias faziam o percurso da ponte da Boa Vista até a de Limoeiro acompanhando os páreos. Nas águas do velho Capibaribe, muitas lanchas, algumas das quais lindamente ornamentadas, faziam a mesma coisa.³¹

A velocidade era uma das grandes atrações da época. Em 1920, corridas de automóveis e motocicletas promovidas pelo “Automóvel Club” eram disputadas aos domingos na praia de Boa Viagem. Os jornais anunciavam as diversas marcas de veículos e motos participantes do evento, assim como os nomes dos corredores. O *Jornal do Commercio* chamava a atenção para o evento, divulgando: “*Já se acham inscritos 6 autos de diversas marcas e duas motocicletas, havendo outras inscrições a serem feitas hoje. O certame terá início às 9 horas, havendo trem especial que partirá da estação das Cinco Pontas, às 8 horas.*”³²

Diante dessas velozes máquinas, as corridas de bicicleta, que tanto sucesso haviam feito na virada do século, perderam boa parte do seu entusiasmado público nos anos vinte. Segundo Mário Sette, no início do século nada se comparava ao entusiasmo que o ciclismo despertava entre as famílias da cidade. As corridas de bicicleta eram realizadas nos velódromos do Derby e da Rua Barão de São Borja, antiga Rua do Sebo, na Boa Vista, onde, segundo ele, “*as arquibancadas enchiam-se de entusiastas e curiosos. Os aplausos, o vozerio, as aclamações, os partidos, o frenesi das partidas e chegadas... Na pista rodavam em renhídisimos páreos os admirados ciclistas, de camisetas em riscas berrantes, de calções justos, de sapatos de lona branca, de rostos decididos e venustos.*”³³

O boxe e outras modalidades de luta, como a greco-romana, também se transformaram em sucesso na cidade. Em 1924, foi fundada uma es-

³¹ *Diário de Pernambuco*, 01/05/1923, p.3.

³² *Jornal do Commercio*, 23/12/1920, p. 8.

³³ SETTE, 1981, p.79.

cola de boxe no Recife, cujo objetivo era “*impulsionar no seio da mocidade recifense, o desporto em uma das feições mais em cultivo nos países civilizados, como seja o pugilismo.*” As lutas em diversos estilos atraíam grande público, sendo realizadas nos teatros, clubes e circos. A febre da cultura física espalhou-se pela cidade a tal ponto que senhorinhas da sociedade resolveram treinar luta greco-romana com o lutador Jaime Griz, em um ring montado no bairro de Afogados. A revista *A Pilhéria*, descrevia com ironia as aulas:

Diversas senhorinhas da nossa sociedade, adeptas da renovação, resolveram aprender o jogo difícil e ágil da luta romana. Congregadas, escolheram para mestre o jovem pugilista Jayme Griz. Domingo passado, o atleta, pacientemente ensinava o perigoso golpe “prise de tête” à gentil senhorinha. Em dado momento, na fase da luta a moça começou a gritar: - Ai, ai, Jayme, não machuque o meu pescoço. O rapaz aflito, desfez o golpe, apalpando delicadamente o alvo cangote da pequena.³⁴

Outras modalidades de esportes coletivos, como o handebol, o voleibol e o *waterpolo*, também já eram praticados na cidade. Em 1923, inaugurava-se na Rua Nova um estabelecimento de diversões onde se podia jogar o handebol. Para os que desejassem aprender as regras do *waterpolo*, a Casa de Banhos oferecia cursos com um professor holandês, conforme anunciava o *Diário de Pernambuco*:

Achando-se entre nós um acatado “sportman” holandês, campeão de *waterpolo*, a Casa de Banhos requisitou os seus conhecimentos do referido jogo para educar os nossos moços na sua confortável piscina. O referido *sportman* holandês achar-se-á à disposição dos interessados, todos os domingos, de 15 horas em diante, naquele aprazível estabelecimento balneário.³⁵

³⁴ Revista *A Pilhéria*, 11/10/24, nº 159.

³⁵ *Diário de Pernambuco*, 04/12/1923, p. 7.

Os administradores da Casa de Banhos estimulavam, também, a prática de outros esportes. Em 1924, o proprietário anunciava que acabava de “contratar um profissional competente para ensinar o jogo de box, natação e ginástica em geral, convidando portanto, aos clubs esportivos para cooperarem na formação de matches de waterpolo, box (...)”.³⁶ Na mesma propaganda, destacava que se achava aberta uma secção destinada à massagem e à aprendizagem de natação para senhoras e crianças.

A prática do tênis também tinha adeptos no Recife. Conforme ressaltavam os jornais, as competições mobilizavam uma “assistência seleta.” Em 1921, foram iniciados pelo América os trabalhos de construção de dois campos destinados ao tênis. Os jogos eram patrocinados pelo “Club de Tênis do Recife”, com sede no bairro dos Afritos.

Além desses, competições de outras atividades desportivas eram organizadas na cidade. Torneios de pingue-pongue eram disputados na sede do “América Foot-Ball Club”, por representantes de times, como o Sport e o América. Os que desejavam experimentar as sensações do jogo de boliche, segundo o *Diário de Pernambuco* “um jogo agradável e que certamente muito interesse há de despertar em nosso meio desportivo”, podiam escolher entre dois estabelecimentos: o salão de boliche da Praça Joaquim Nabuco, onde “gentis senhoritas, trajando as cores dos nossos clubs, impulsionam a pelota, o que dá muita graça a este novo divertimento da Praça Joaquim Nabuco”,³⁷ ou o estabelecimento localizado na Rua do Imperador, nº 435, pertencente à firma Soares e Cia.

Contudo, de todos os esportes citados, o futebol era, sem dúvida, o mais popular e prestigiado de todos. As colunas dos jornais reservavam espaços enormes para o jogo, onde comentavam a agenda dos clubes, a escalção dos times, detalhes dos jogos ocorridos, a atuação dos jogadores. Os aficionados de outras modalidades de desporto costumavam culpar o futebol pelo pouco público ou a falta de incentivo dado ao seu esporte. Segundo eles, a febre futebolística carregava toda a atenção do público, prejudicando o desenvolvimento de outras modalidades desportivas.

³⁶ *Jornal do Recife*, 08/04/1924, p. 7.

³⁷ *Diário de Pernambuco*, 18/02/1923, p. 5.

Uma nova língua passou a ser falada pelos adeptos do jogo no Recife: o inglês. Os jornais da época, em suas matérias e notícias diárias sobre o futebol, empregavam muitos desses termos ao se referirem às jogadas, à posição dos jogadores, às regras do jogo: *player* era jogador; *match* significava jogo, partida; *half-time* referia-se ao intervalo entre os dois tempos; *centre-forward* significava centroavante; *dribble* era finta; *goalkeeper* era goleiro, e assim por diante.

A moda sofreu a influência do jogo, ao indicar roupas mais leves e finas aos torcedores, enquanto os uniformes dos jogadores eram importados da Inglaterra pelos clubes. Em 1920, o Sport anunciava, no *Jornal do Commercio*, o seguinte: “*Acham-se em exposição na joalheria Salatiel, à rua do Cabugá, o novo uniforme para futebol, bolas, meias de lã e panos para blazers.*” O clube, diz a notícia, importara todo esse material, além de joelheiras, caneleiras, tornozeleiras e outros artigos esportivos para o seu time principal.³⁸

O número de times formados no Recife, nos anos 1920, era enorme. A cada dia os jornais anunciavam a criação de novos grupos. A organização dava-se a partir de inúmeros critérios: por vizinhança nos bairros, por categoria profissional, empresa ou local de trabalho, e também por colégios, instituições públicas e privadas. Alguns clubes já existentes na cidade, como é o caso do Náutico, criados a partir de outras modalidades desportivas, ganharam força com a montagem dos times de futebol. A partir de acordos entre os principais times e os praticantes do esporte, foi criada, em 1918, a Liga Pernambucana de Desportos Terrestres (L.P.D.T). O crescimento da popularidade do esporte, o enorme número de times da cidade, os problemas com arbitragem, com disputas entre clubes e dirigentes, enfim, a necessidade de manter a prática do futebol sob controle, eis alguns dos motivos para a criação da Liga, que congregava os times, organizava torneios, estabelecia as regras e regulamentos de funcionamento do esporte.

Em 1922, o Cine Helvética instituiu um concurso, juntamente com o *Jornal do Recife*, para saber “*qual o mais simpatizado dos sete poderosos grêmios desportivos, filiados à L.P.D.T. (...), a fim de que seja proclamado pela*

³⁸ *Jornal do Commercio*, 09/01/1920, p. 3.

soberania do voto o club preferido pela sociedade pernambucana.” O resultado apontou o Sport como o clube mais popular da cidade, com 20.535 votos. Em segundo lugar, o América, com 16.721; o Santa Cruz em terceiro, com 15.963; seguidos pelo Náutico, com 7.546, e pelo Torre, Flamengo e Peres, com 7.133, 5.762 e 2.861 votos, respectivamente.³⁹

Nessa época, os campos de futebol de maior porte do Recife eram o do América, na Jaqueira, o do Sport, na rua Malaquias, o campo do Derby, o do Náutico, nos Aflitos, e o do Country Club. A frequência das mulheres aos jogos era grande, fazendo com que as disputas entre os principais times contassem com uma torcida de animadas senhoritas, que aproveitavam a oportunidade para os flertes.

No vasto *stadium*, o sol desenrola no chão. Gritinhos histéricos, gestos revoltosos, bruscos e sopitados. E os rapazes jogam... Eletrizadamente estas vozinhas rogam o prazer da vitória. Aquela moça de óculos, aquela torcedora do chapéu de flóculos vermelhos, é a mascote do seu *club* (...). Mas a tarde esmaece, o jogo a pouco, estável, decidiu-se afinal, e a vitória cantou. Na sirene ruidosa do auto que passou, dos autos que se foram, dentro deles rouca de gritar, de torcer, numa torcida louca, *Mademoiselle*, é triste, o seu *club* vencido.⁴⁰

Introduzido no país como um jogo de elite, o futebol era frequentado no início do século, no Recife, por uma assistência de famílias elegantes que se deslocavam para os campos em automóveis e usavam toaletes especiais para torcer pelos seus times preferidos. A partir do final dos anos 1910, a paixão pelo futebol vai crescendo rapidamente, fazendo com que as medidas administrativas dos clubes, no sentido de organizar campeonatos, melhorar e ampliar estádios, não acompanhem a popularização do esporte. Dessa forma, a prática do jogo estende-se dos campos oficiais dos clubes para as ruas e terrenos baldios da cidade, gerando grande número de queixas.

³⁹ *Jornal do Recife*, 17/08/1922, p. 4.

⁴⁰ *Revista A Pílhéria*, 27/9/1924, nº 157.

Um novo e diferente público aderiu ao futebol, imprimindo sua marca na prática do esporte. Adotando o jogo com grande entusiasmo,

“os grupos populares com base em suas tradições rítmicas e lúdicas, relacionadas à destreza do uso dos pés e movimentos do corpo e da cintura, construíram sua própria versão do esporte bretão, mais para a diversão e o carnaval que para a agressividade, disciplina tática e objetividade.”⁴¹

Dessa forma, percebemos que o projeto civilizador, que entre outras coisas se baseava na adesão a novas e modernas formas de diversão, foi surpreendido por um movimento inesperado. Além da apropriação de algumas dessas práticas, como o futebol, os grupos populares passaram a conferir novos significados e representações a esses esportes e diversões, escapando às conformações impostas pelos segmentos da elite. Para jogar futebol não se dependia mais dos campos oficiais, dos times organizados e dos uniformes importados. O esporte passa a ser praticado nas várzeas e terrenos da cidade, sem a necessidade de pagamento de ingressos ou do uso de roupas padronizadas, abrindo a perspectiva de uma participação ampla, quando qualquer indivíduo poderia tornar-se o craque do seu time. Quanto à torcida, esta participava ativamente das competições, não se contentando com o lugar de simples espectador: gritava, gesticulava e até brigava pelo seu time favorito.

A popularização do futebol e sua difusão pelas ruas dos subúrbios e do centro da cidade começaram a incomodar alguns segmentos das elites, que passaram, aos poucos, a mudar o discurso com relação ao esporte. Torcidas apaixonadas, brigas e discussões nos campos, bondes lotados de jogadores suados em direção aos subúrbios transformaram a representação que fora construída sobre o futebol. De empolgante, elegante e apropriado para o exercício e saúde corporal, o esporte passa a ser visto como “o *violento sport bretão*”, o “*inconveniente jogo de futebol*”, cujos jogadores precisavam ser controlados pela polícia. Choviam reclamações e queixas nos jornais sobre o uso indevido das vias públicas para o jogo, sobre pedestres atingidos por boladas e sobre o vocabulário indecoroso

⁴¹ SEVCENKO, 1998, p. 581.

de “moleques” e “vagabundos”, que teimavam em passar boa parte do dia correndo atrás de bolas improvisadas.

Enquanto na Boa Vista os moradores reclamavam do

“inconveniente jogo de foot-ball na esquina da Rua da Mangueira, que reunia um grupo de meninos vadios, mal-educados e que ofendiam os transeuntes com vaias e palavras obscenas”, no distrito da Capunga, as queixas eram contra “os vários desocupados que se entretêm em matchs de foot-ball na Praça Visconde Loyo, não permitindo, assim, que se passe por ali, pois ninguém quer ter a cabeça contundida pelos shoots violentos dos incivis players.”⁴²

No final dos anos vinte, o intelectual Samuel Campelo escreve uma carta à *Revista da Cidade*, na qual coloca toda a sua revolta contra a popularização do futebol. Vale a pena reproduzir partes do documento, que, apesar de longo, reflete muito da representação que o esporte passou a ter quando foi apropriado pelos grupos populares. Para ele, os praticantes eram maleducados, sujos e debochados, o jogo não era adequado ao nosso clima, trazia complicações quanto à comunicação, em função dos seus termos em inglês, além de provocar brigas e até criar rixas entre os Estados.

Esse tal jogo importado da Inglaterra está ficando cada vez mais cabuloso. Cabulosíssimo! A gente não pode dar mais um passeio aos arrabaldes com a família, num dia de domingo, porque em quase todo o arrabalde há jogo e os bondes vão cheios de rapazes mal educados, de camisas sujas, calções mal cobrindo as coxas, discutindo acaloradamente ou fazendo um berreiro danado de vivas aos vencedores. Um inferno! Além disso, o futebol não desenvolve o físico de ninguém jogado como é entre nós, em qualquer época do ano num clima abrasador. Salvo se querem o desenvolvimento dos pés grandes e das gambias finas. Futebol só tem servido para encher ainda mais a língua de termos exóticos e plantar a discórdia em toda a

⁴² *Jornal do Recife*, 22/12/1925, p. 2, e 14/11/1926, p. 1.

parte (...). Os resultados têm sido vaias, bordoadas, discussões grossas pela imprensa cavando cada vez mais a desunião entre os Estados desunidos do Brasil (...). Fora com o futebol. Brademos a favor dos jogos atléticos, do remo, da natação, de outros esportes semelhantes.⁴³

Assim, o jogo que havia sido importado da Inglaterra se tornou uma epidemia no país, contaminando todas as classes. A *Pilhéria* comentava de forma jocosa a paixão de uma conceituada figura da sociedade pelo seu time de futebol:

O muito respeitável coronel Carlos Médicis é uma das figuras de maior prestígio nos círculos desportivos da cidade e um dos mais seguros esteios de um dos nossos *clubs* de *foot-ball*, qualidades que lhe asseguram uma grande dose de merecida simpatia. Por seu *club* ele é capaz de tudo: de rir, de chorar, de soltar foguetes, de prender torcedores exaltados e até de sacrificar o melhor dos seus atributos físicos que é, indiscutivelmente, a sua volumosa barriga (...).⁴⁴

O futebol proporcionava a mistura de posições, o embaralhamento de papéis, incentivava identificações e aproximações não-recomendadas, invadia espaços proibidos, quebrava as normas e enfrentava a disciplina do tempo e do trabalho. Dessa forma, a sua prática constituía um espaço de manobra dos grupos populares no sentido de burlar a vigilância e os códigos que se tentavam imprimir na sociedade, e de abrigo para alguns segmentos das elites, que buscavam novas montagens para construir o quebra-cabeça da identidade da nação.

Esse componente indisciplinado, essa pressão insurgente contra espaços e restrições discriminadoras, se incomodava alguns grupos, por outro lado atraía multidões. O adensamento físico e simbólico da sua presença e significados desencadeava, por sua vez, reações na direção inversa. Isso ocorria na medida em que, à popularidade arrebatadora do futebol e à sua concepção como representativo de um

⁴³ Revista da Cidade, 20/04/1929, nº 152.

⁴⁴ Revista A Pilhéria, 27/09/1924, nº 157.

instinto puro e autêntico do povo, se acrescentava o atrativo de ele ser visto como uma fonte genuína de identidade (...), refúgio para aqueles que respiravam uma atmosfera saturada de afetações cosmopolitas e maneirismos de salão.⁴⁵

DIVERSÕES COM NORMAS E REGRAS: AS “INSTRUÇÕES REGULAMENTARES PARA TEATROS E DIVERSÕES”

Enquanto nas ruas da cidade as festas e esportes provocavam momentos permeados de alegria e tensão, nos gabinetes oficiais as autoridades policiais tentavam colocar em prática leis e normas que regulassem e reprimissem comportamentos e reações considerados indesejados provocados por essas atividades lúdicas.

As tentativas de normatização das diversões públicas não eram uma novidade do século XX. Posturas instituídas em 1831 e 1849 mostram que o assunto também era uma preocupação das autoridades do período imperial, as quais regulamentaram desde a permissão para soltar foguetes e bombas, só autorizada em alguns bairros da cidade, até as cantorias dos negros carregadores de cargas, que foram avaliadas como prejudiciais à saúde, e batuques das religiões afro-descendentes, consideradas atentatórias ao sossego público.⁴⁶ Contudo, a existência, já durante o período imperial, de posturas que proibiam ou fixavam princípios e leis que regulamentavam as várias práticas culturais e diversões da população, não significava a alteração ou a extinção desses costumes.⁴⁷ Entre o estabelecimento da norma e o seu cumprimento, havia um caminho longo e tortuoso. Reações, resistências, negociações entre os grupos, interesses de poderosos, concessões de parte a parte, enfim, a criatividade da população em inventar táticas para enfrentar as determinações legais, bem como

⁴⁵ SEVCENKO, 1992, p. 61-62.

⁴⁶ Posturas da Câmara da Cidade do Recife. Diário de Pernambuco, 29 de dezembro de 1831. In: FREYRE, 1977, p. 387. As posturas municipais do século XIX podem também ser encontradas em SETTE, 1978, p. 23, 46, 47 e em SOUZA, 2002.

⁴⁷ A discussão a respeito das diferentes formas de repressão sobre as festas e divertimentos na fase Imperial e na Republicana está em: ABREU, 1999, pp. 337-339. CHALHOUB, 1996, pp. 181-182.

os frágeis mecanismos de fiscalização e de cobrança no cumprimento das leis por parte das autoridades do Império, fizeram com que muitas dessas práticas perdurassem e irrompessem com força no início do século XX.

Assim, constata-se que, se por um lado as leis e posturas que regulavam os divertimentos não eram uma novidade trazida pela República, por outro as formas de cobrança no cumprimento das normas instituídas foram aperfeiçoadas e intensificadas com o novo regime. Maria Clementina Pereira ressalta que “*com a República tentou-se apertar um rol de interdições já existentes no regime anterior, aperfeiçoando e profissionalizando as formas de repressão e controle.*”⁴⁸ Uma série de novas medidas para normatizar as diversões foram tomadas: procedimentos foram burocratizados, novos métodos de fiscalização e mecanismos de monitoração das práticas de diversão foram estabelecidos, foi iniciado um processo que investia na instrução das populações urbanas, ensinando como torcedores e participantes das diversões e jogos deveriam agir.

Em Pernambuco, durante o governo de Estácio Coimbra, o chefe de Polícia Eurico de Souza Leão e o inspetor de Polícia Ramos de Freitas elaboram um código de normas dirigido especificamente aos divertimentos públicos: as “*Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões*”, publicado no Diário Oficial do Estado em agosto de 1927. Pouco tempo depois, é criado um setor específico, subordinado à Inspetoria de Polícia, a “*Seção de Teatros e Diversões Públicas*”, responsável pela vistoria, fiscalização e monitoração dos espaços de diversão do Recife. A documentação, composta pelas *Instruções Regulamentares* e pelos tomos da *Seção de Teatros e Diversões Públicas*, contendo petições, portarias, ofícios, assim como a correspondência oficial entre o inspetor e o chefe de Polícia, traz à tona informações importantes para a compreensão dos sistemas de controle empregados no Recife com relação às diversões, informando-nos sobre os primórdios da censura no país.

Regulamento longo e detalhado, as *Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões* estabeleciam regras minuciosas que dispunham sobre o funcionamento das diversões, determinando os trâmites burocráticos a serem seguidos para que os divertimentos conseguissem a licença de

⁴⁸ CUNHA, 2001, p. 195.

funcionamento expedida pelo chefe de Polícia. O código exigia que todas as formas de diversão se submetessem às leis estipuladas, sob pena de suspensão: “*Todos os divertimentos públicos, sejam ao ar livre ou em locais fechados, qualquer que seja a espécie ou o fim não poderão funcionar, mesmo em caráter provisório, sem prévia licença do Chefe de polícia.*”⁴⁹ Dessa forma, as autoridades policiais buscavam exercer seu poder sobre os momentos de folia e brincadeira da população da cidade.

As determinações legislavam de forma mais direta sobre teatros, cinemas, circos, esportes, sociedades recreativas e bailes e cafés-concerto, instaurando regras para as vistorias e para a censura, além de estipularem normas de conduta a serem seguidas pelos empresários, artistas e também pelos espectadores. Os tomos, que reúnem as petições encaminhadas à Inspetoria de Polícia - *Seção de Teatros e Diversões Públicas* -, registram solicitações de permissão para o funcionamento das mais variadas formas de divertimento: barracas de prendas, parques de diversão, instalação de carrosséis e rodas-gigantes, clubes de futebol, apresentações de boxe, presépios, e pastoris, pensões, cabarés e casas de cômodo, festas religiosas, fandangos, cavalos-marinhos, mamulengos, bumba-meu-boi, blocos de carnaval, maracatus, centros espíritas, associações beneficentes, organizações de trabalhadores e até para a exibição de um faquir no Centro do Recife.

O extenso rol de manifestações incluídas como de responsabilidade do setor leva-nos a concluir que o objetivo da legislação era conseguir controlar não apenas as formas conhecidas de divertimento, como também outras manifestações e atividades extra-trabalho, que reuniam em um mesmo ambiente, seja ele fechado, seja aberto, grupos de pessoas. Sociedades beneficentes e filantrópicas, associações de trabalhadores, centros espíritas - denominação que muitas vezes nesse período encobria as práticas religiosas dos adeptos dos cultos afro-brasileiros - passavam a fazer parte das preocupações da polícia local, sendo considerados como divertimento, o que os obrigava a obedecer aos procedimentos de liberação estabelecidos pelas leis.

⁴⁹ Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas. Diário do Estado, 10/08/1927.

O caminho a seguir para conseguir as licenças era repleto de exigências a serem cumpridas. Inicialmente, o empresário ou chefe da diversão deveria realizar o pagamento da taxa de 25\$00, valor único para todo tipo de divertimento,⁵⁰ e encaminhar uma petição ao chefe de Polícia formalizando o pedido de licença de funcionamento. A partir desse ponto, desencadeava-se uma verdadeira rede de controle, fazendo com que a concessão final da licença pudesse durar de três a quatro dias, ou até dois meses, dependendo do tipo de diversão, do interesse das autoridades na liberação da licença e do atendimento às normas estabelecidas. Após a chegada da petição às mãos do inspetor de Polícia, verificava-se o pagamento da taxa e encaminhava-se ao *Arquivo Criminal do Estado* um pedido de averiguação, cujo objetivo era investigar se os responsáveis pela diversão haviam cometido algum delito, o que impediria a expedição da licença. Feito isso, o inspetor determinava o procedimento da vistoria do local por dois peritos, que examinavam “*as condições de segurança, higiene e comodidade públicas*”, bem como os aparelhos e a maquinaria técnica nos casos de cinemas, teatros, por exemplo, expedindo um laudo sobre a inspeção em 5 dias. Satisfeitas essas exigências, de posse dos relatórios de vistoria e do “nada consta” do *Arquivo Criminal*, o chefe de Polícia expediria a portaria concedendo a licença por um ano. As licenças deveriam ser renovadas anualmente, enquanto as vistorias eram obrigatoriamente realizadas de dois em dois anos. Em caso de reclamação ou de desobediência ao regulamento, uma nova vistoria era procedida no sentido de verificar a irregularidade, mesmo antes de decorridos os dois anos.

Além de todos os procedimentos burocráticos para a concessão da licença, existia também a atuação policial durante as apresentações, uma vez que, de acordo com as normas, haveria sempre uma “*autoridade policial incumbida de presidir aos espetáculos*”, o que demonstra o papel importante que se desejava atribuir à polícia no setor das diversões, indo muito além da simples manutenção da ordem. Sua atuação implicava a fiscalização e a determinação do que podia e do que não podia ser apresentado, o que representava um poder de censura sobre o que era vistoriado.

⁵⁰ Para se ter noção do valor da taxa única, pode-se comparar com alguns preços da época: uma entrada de cinema ia de 2\$200 no Cinema Moderno, até 1\$100 no Cine Ideal, o quilo de carne custava 2\$300, enquanto um litro de leite chegava a 200 réis, na Leitaria Vitória, da Rua Nova.

Com imposições rígidas e regras complicadas, as autoridades tentavam construir a ideia de que detinham nas mãos um poder total sobre os momentos de diversão da população, mesmo que isso não se revelasse na prática. A fragilidade do sistema ficava evidente quando esbarrava nas dificuldades em relação à formação dos agentes e policiais, deficiências de fiscalização e nas mais variadas formas inventadas pela população para despistar a fiscalização policial e burlar as normas estabelecidas, mesmo as mais rigorosas.

Apesar das normas instituídas, da vigilância policial e de todo o aparato burocrático criado para controlar e disciplinar os divertimentos públicos na cidade, é importante destacar, inspirados na obra de Michel de Certeau,⁵¹ todo o universo das microrresistências, práticas utilizadas pelo “homem comum” para enfrentar a ordem dogmática que autoridades e instituições procuram sempre organizar. São inúmeros os mecanismos e as táticas, as redes de comunicação e as atitudes que escapavam à lógica do discurso técnico e racional, empregados por empresários, artistas, espectadores e torcedores no sentido de driblar e se contrapor às normas e aos preceitos estabelecidos pelas leis que tentavam disciplinar os espaços de diversão da cidade. Ignorar normas, negociar com os representantes da lei, enfrentar a polícia, encontrar brechas que permitiam a persistência de atividades e comportamentos reprovados e perseguidos pelas regras instituídas são algumas das formas encontradas pelos habitantes do Recife em resposta aos dispositivos técnicos que tentavam organizar e controlar os espaços de diversão da cidade.

Se, por um lado, em sua obra, Michel Foucault mostra que aparelhos formais, instituições e procedimentos técnicos minúsculos, atuantes sobre o cotidiano dos indivíduos, operam em conjunto para normatizar procedimentos, redistribuir os espaços da cidade para transformá-los no operador de uma vigilância generalizada,⁵² por outro esquece as armas empregadas em sentido oposto a esse movimento. Se for verdade que essa rede disciplinar e de vigilância se estende por toda a sociedade, se ela é tão bem estruturada como mostrou Foucault, é necessário descobrir

⁵¹ Para detalhes, ver CERTEAU, 1994.

⁵² Ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987, e, do mesmo autor, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

por que ela não consegue submeter e reduzir todos os integrantes de uma sociedade aos seus ditames e determinações. É preciso analisar, conforme enfatiza Certeau, como os procedimentos do “homem ordinário”, também sutis e ínfimos, jogam com a máquina disciplinar, contrapondo-se a ela e alterando as suas determinações.

Nesse sentido, este trabalho buscou perceber as diversões no Recife com um foco de análise que passa da ênfase à uniformização e à obediência, do estudo apenas da legislação, para a observação das invenções e diferentes maneiras de fazer cotidianas empregadas por indivíduos supostamente entregues à passividade e à disciplina. Quase um século depois, ao examinar essas práticas, a sensação é de que, na batalha pelos espaços da rua, pelos locais de diversão e prazer da cidade, não houve vencedores nem vencidos. A persistência das queixas na imprensa quanto a práticas proibidas por lei ou consideradas inadequadas mostra que a luta continuou ao longo das décadas seguintes. Independentemente do resultado final, de ‘conclusões fechadas ou confirmação de hipóteses, passear pelas ruas e espaços de diversão do Recife em um tempo passado nos leva a repensar conceitos e compreender as disputas que se estabelecem hoje pelo direito de viver a cidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro – 1830 -1900*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALMEIDA, Maria Ângela de. *Posturas do Recife Imperial*: Recife: Tese (Doutorado em História) – UFPE, 2002.

AMADO, Gilberto. *Minha formação no Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1955.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

- ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos*. Natal: EDUFRN, 1998.
- BARROS, Manuel de Souza. *A década de 20 em Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.
- BRAGA, Napoleão Barroso. *Cartas recifenses*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.
- FOUCAULT Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREYRE, Gilberto. *O velho Félix e suas memórias de um Cavalcanti*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores. 1959.
- _____. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1977.
- MELLO, Victor Andrade de. *Cidade esportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- OLIVEIRA, Waldemar. *Mundo submerso (Memórias)*. Recife: Fundação e Cultura Cidade do Recife, 1985.
- SETTE, Mário. *Arruar - História Pitoresca do Recife Antigo*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- _____. *Banhos salgados*. In: *Anquinhas e bernardas*. Recife: Fundarpe, 1987.
- _____. *Maxambombas e Maracatus*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *História da vida privada no Brasil* 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FONTES DOCUMENTAIS

Encyclopedia e Diccionario Internacional. Boston, The Colonial Press Inc., 1920 (D/A). *Novo Diccionário Encyclopédico Luso-Brasileiro*. Porto, Lello & Irmão Editores, 1928.

Diário Oficial do Estado de Pernambuco - 10/08/1927, “Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões”.

PERIÓDICOS

Diário de Pernambuco

Jornal do Recife

Jornal Pequeno

Jornal do Commercio

Revista A Pihéria

Revista O Fogo

Revista da Cidade

Revista Recife Sportivo

Velo(z)cidade:

o Recife dos anos vinte e os delírios das invenções modernas

Jailson Pereira da Silva

Seja como for, o certo é que o automóvel é o dono, o senhor, o soberano do Recife. Entretanto, a sua única virtude, coitado, é correr... Nunca houve carros mais feios que esses modernos automóveis com as tão apregoadas e admiradas linhas aerodinâmicas. E quanto mais lustrosos, quanto mais antipáticos..”¹

Recife Moderno”; assim, em letras garrafais, a propaganda de uma casa comercial de artigos ligados à moda aparece intitulada na revista A Pílhéria de 30-07-1927. O termo “moderno”, aqui, no entanto, parece estar imbuído muito mais de uma função que de um sentido. Foi intencionalmente utilizado para dar um maior destaque (ou valor) aos produtos — muitos dos quais orgulhosamente apresentados como importados dos “mercados da Europa, Rio e São Paulo” — vendidos pela loja.

Não era, porém, apenas a partir das importações de chapéus e roupas para os “*almofadinhas e as melindrosas*” da cidade que o Recife da década de vinte se fazia moderno. Aquele decênio foi de transformações para a cidade e mesmo para o Estado de Pernambuco como um todo. É verdade que, no plano econômico, a produção de cana-de-açúcar não atravessava seus melhores dias. Mesmo assim, mantendo uma tradição que remontava aos séculos anteriores, dominava o cenário sendo o centro da economia. A indústria, por sua vez, dava seus primeiros passos mais firmes. Um dos seus grandes pontos de atuação estava na fundição

¹ FEITOSA, Policarpo. *Dois Recifes com setenta anos no meio*. Recife: Imprensa Industrial, 1945. P. 79- 81. APUD MOREIRA, Fernando Diniz. *A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 1994. Mestrado em Desenvolvimento Urbano/ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, p. 147.

a vapor. Máquinas eram consertadas a fim de permitir o transporte da cana. De acordo com Souza Barros,

As ferramentas eram todas importadas do estrangeiro: a própria enxada, de uso tão necessário à lavoura e de consumo extensivo, e todo o instrumental ligado à mecânica, à marcenaria, carpintaria, cantaria, estuques, etc. tinha essa procedência.²

Havia a expansão de um razoável número de indústrias de bens de consumo. No importante setor da indústria têxtil, Othon Bezerra de Melo e os irmãos Lundgren tentavam aprimorar a produção de tecidos, buscando uma mais precisa fixação das cores e importando máquinas que lhes rendessem uma maior produtividade. Atuando na mesma direção, ou seja, buscando uma melhoria dos seus produtos e um incremento da produção, a fábrica de bebidas dos irmãos Vita (a famosa Fratelli Vita, com a qual tantas vezes deparamos nos anúncios encontrados nas páginas d'*A Pilhéria*) se delineava como a líder no mercado de gasosas.

No Recife do começo da década de 1920, também o porto mantinha-se como um ponto economicamente importante. Fora recentemente reformado, e os novos equipamentos instalados exibiam como marcas incontestes a sua modernização. A reforma do porto, na verdade, agregava-se à de todo o Bairro do Recife. A intensa movimentação de pessoas e veículos, o funcionamento de suas máquinas e equipamentos que maravilhavam e espantavam as pessoas, os ruídos de seus guindastes fazem parte de um movimento mais amplo de modernização da cidade. O fluir de sons, coisas e pessoas é símbolo daquele "*Recife moderno*" aludido pela propaganda. São, enfim, a face visível, alguns exemplos da nova realidade que se apresentava.

As mudanças se davam também em outros setores da sociedade. No cenário político, os anos vinte iniciam-se com os debates em torno da organização orçamentária para o ano de 1921. Fosse por meio de editoriais políticos, fosse mediante o humor dos chargistas, o orçamento "*monstro*", como ficou conhecido, tornou-se um tema recorrente e

² BARROS, Souza. *A década de vinte em Pernambuco*. (Uma interpretação). Rio de Janeiro: [], 1972. p. 82

centro de polêmicas na imprensa local. O quadriênio 1922- 1926 foi marcado pelo processo de urbanização capitaneado pelo então governador Sérgio Loreto.

No campo cultural, as disputas entre o moderno e o tradicional, entre o modernismo e o regionalismo materializam-se, ilustrativamente, nas figuras de Joaquim Inojosa e Gilberto Freyre, que encetaram longas e calorosas disputas por meio da imprensa local.

Ao mesmo tempo, a estrutura social apresentava alterações importantes em sua face a partir de uma atuação mais ativa das mulheres em diversos campos de atividades. Na política institucional, elas discutiam agora questões como, por exemplo, o direito ao voto; nos costumes, aderiam à moda das melindrosas, frequentavam cinemas e casas de chá e, é claro, debatiam temas como o divórcio. Tantas eram as novidades com as quais as mulheres se envolviam que um cronista d'*A Pilhéria*, assustado com a ameaça da perda de espaço, criticava a passividade e até um certo encantamento dos homens diante de tamanha transformação: “*E os homens, ao invés de alarmar-se, batem palmas e pedem consultas*”.³

Tudo, enfim, indicava que, com a rapidez específica da modernidade e com uma imensidão inédita, uma enorme onda de transformações estava em curso. Movimento que talvez possa ser essencialmente apreendido pelas frases de abertura de um artigo construído em exaltação a essas mudanças, intitulado “*no vigor do século XX*” e também publicado pela *A Pilhéria*: “*Nos tempos hodiernos se vem notando uma verdadeira metamorfose nos homens e nas coisas. A evolução toma ares gigantescos*”.⁴

As invenções modernas eram um elemento essencial desse processo de metamorfose e, ao longo dos anos 20, presume-se, a partir da leitura dos inúmeros anúncios veiculados na imprensa da época, que o cotidiano do Recife estava rapidamente sendo invadido por elas. A seção ALFABÉTICOS⁵, do Jornal do Comércio, de 3 de janeiro de 1921, por exemplo, trazia 46 anúncios dos mais diversos produtos e serviços (como

³ Revista *A Pilhéria*. 16/ 07/ 1927, p. 9

⁴ Revista *A Pilhéria*. 13/ 08/ 1927, p. 12

⁵ Essa seção cumpria um papel aproximado aos nossos classificados. A diferença era que os produtos nela anunciados são organizados em ordem alfabética e não seguindo um critério de funcionalidade ou tipo de serviço.

amas de cozinha, profissionais liberais, casas, terrenos, medicamentos e produtos de embelezamento). O que chama a atenção, no entanto, é que 16 desses anúncios referem-se a algumas das *maravilhosas* invenções trazidas pela modernidade. São relógios, lâminas de barbear, cronômetros e motores dos diversos tipos e para as mais variadas utilidades. Uma maquinaria sem fim era apresentada e oferecida às cidades como se cada nova invenção significasse um salto no tempo. Nessas máquinas de cortar tempo, o futuro era algo mais próximo do que imaginavam os moradores das cidades.

Recordista absoluto entre os produtos anunciados, os automóveis já eram o centro das atenções. Exatamente 9 entre as 46 propagandas anteriormente referidas gravitam na sua esfera de atuação.

Um símbolo aglutinador de valores, o automóvel possibilitava que ao seu lado fosse anunciada uma série de outros produtos e serviços a ele relacionados, como pneus, macacos, magnéticos e até xampus e detergentes para lavagem. Um anúncio de medicamentos⁶, por exemplo, sinalizava que, a partir do carro, muitas outras maravilhas poderiam ser vendidas.

Como um dos mais fortes símbolos da modernidade, o automóvel torna-se o emblema de extremos. Os discursos a seu respeito quase sempre eram declaradamente parciais: amava-se ou detestava-se o carro; mas não se podia ser indiferente à sua cada vez mais constante presença no cotidiano da cidade. Talvez tenha sido por isso que ele espalhou-se pelas páginas de jornais e revistas, sendo encontrado desde as “*crônicas da cidade*”⁷ até as seções de festas e eventos esportivos e, é claro, nas ilustradas publicidades. Estas, aliás, podem ser um indício da proximidade que as invenções já mantinham com a cidade, pois, como nos lembra Antonio Paulo Rezende, “*nada como os anúncios de propaganda para revelar*

⁶ Trata-se de uma publicidade de um medicamento para aliviar as dores nos rins que comumente acomete os chauffeurs. No texto, lê-se o seguinte: *Os chauffeurs são muito sujeitos a congestão dos rins. No verão, devido ao fato de passarem horas a fio sentados, muitos deles sentem um peso e às vezes dores nos rins. Para combater esse estado e evitar suas complicações, são aconselháveis banhos mornos de assento e o uso, durante o dia, de limonadas feitas com os comprimidos Bayer de Helmitol. Esse precioso medicamento combate eficazmente as enfermidades urinárias, de origem bacteriana, as pielites e cistites. Devido ao seu sabor agradável, a sua inocuidade e eficácia, é o helmitol um ótimo remédio para os rins e bexiga.* Cf. Revista A Pílhéria, 26/ 11/ 1927, p. 18.

⁷ Coluna diária do Jornal do Comércio, destinada ao relato das ocorrências policiais da cidade.

*o poder do consumo. Há um cuidado todo especial em produzi-los, em envolver os leitores com as vantagens das novas invenções ou mesmo a tradição garantida de tantas outras.*⁸

Nas páginas d'A *Pilhéria*, por exemplo, os anúncios são constantes. Nelas, pelo menos cinco marcas noticiavam seus novos carros: Chevrolet (Marquês de Olinda, 133), Nash, Ford (Praça da Independência, 32 e 36), Buick (Rua Visconde de Camaragibe), Dodge Brothers (Rua da Imperatriz, 14). Quase sempre bem ilustradas com gravuras ou fotografias, ocupando página inteira e geralmente impressas em papel de melhor qualidade, as publicidades buscavam convencer os possíveis consumidores de que, quando se comprava um automóvel, se adquiria também um mecanismo capaz de favorecer a libertação humana de muitas das pressões cotidianas e das limitações da natureza, promovendo prazeres únicos como dirigir (“com tranqüilidade e segurança”) e passear.

As publicidades indicam ainda que o automóvel não mais atemorizava como máquina em si (a exemplo do que ocorrera com outras invenções maravilhosas trazidas pela modernidade, como o Kinetoscópio⁹). Sua imagem tornara-se uma esfinge sem segredos, e a cidade já havia se habituado as suas formas e ruídos. O que prendia a atenção agora eram, em primeiro lugar, as simbologias (de status e prestígio, por exemplo) que dele decorriam; e, em segundo lugar, o perigo iminente que o automóvel representava, sobretudo para aqueles transeuntes que circulavam pelos espaços públicos, num ritmo ainda não adaptado à velocidade da modernidade.

Um caminho possível para uma parcial reconstrução daquelas apaixonadas opiniões que os recifenses dos anos 20 tinham sobre o automóvel é a leitura de um certo “questionário da *Pilhéria*”. Publicado em muitos números da revista, entre setembro de 1927 e fevereiro de 1928, esse questionário, composto por dez perguntas invariáveis que abrangiam uma

⁸ REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997. p.62.

⁹ Muitas vezes, ao primeiro contato com uma invenção moderna as pessoas maravilhavam-se mais com a aparência da máquina e menos com as habilidades que ela apresentava. O Kinetoscópio é apenas um exemplo disso. A esse respeito, ver SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: Literatura Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 39.

ampla gama de temas, era respondido por pessoas das mais diversas áreas de atuação, como poetas, políticos, escritores e empresários¹⁰.

Na verdade, o *questionário* insere-se num contexto maior de aproximação entre os leitores, a revista e os temas frequentes na vida cotidiana do Recife de então. A *Pilhéria* se destacava entre as publicações recifenses dos anos 20 precisamente por essa sua “aliança entre o humor e o cotidiano da cidade, fartamente representados nas charges, crônicas, anúncios e em matérias que tratavam dos fatos ocorridos nas salas de projeção, nos banhos de mar, nos footing da Rua Nova”¹¹. Assim, o questionário de *A Pilhéria* era mais uma dessas iniciativas como haviam sido os concursos de perguntas indiscretas, de charadas, da mais bela e da mais feia moça e do mais narigudo homem da cidade.

Voltando ao *questionário*, sua quinta pergunta era exatamente “Qual a influência do automóvel nos casos de amor?” Elegemos algumas das sérias e, quase sempre muito bem humoradas, respostas, na tentativa de perceber e ilustrar algumas maneiras/ juízos que se faziam sobre o automóvel, o amor e o cotidiano. A primeira resposta escolhida foi dada pelo poeta Góes Monteiro e aparece na edição de 26 de novembro de 1927. Segundo o poeta,

Se os automóveis falassem,
e, - nesses casos de amor-
a toda gente explicassem
a causa do seu valor
quando passeiam, suaves,
por cima do macadam,
- prenderia a sete chaves
o meu querido Overland!...¹²

Para o Dr. Dustan Miranda,

¹⁰ O primeiro questionário aparece na edição de 24/ 09/1927, e o último, em 18/ 02/ 1928. Entre os temas abordados estavam a moda (particularmente a feminina), o cinema e sua influência na sociedade e novos hábitos, como freqüentar casas de chá.

¹¹ PIRES, Maria da Conceição Francisca. *Humor, política e cotidiano: Um olhar sobre a modernidade no Recife dos anos 20.* . Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2000. Departamento de História. p. 73-74.

¹² *A Pilhéria*, 26/ 11/ 1927, p. 15.

Nos casos de amor... nenhuma. Quanto à sedução da mulher, uma importância terrível. A mulher gosta de um automóvel. Do seu alcochoado e da sua vertigem. Do seu cheiro. Do cheiro da gasolina. Do cheiro até do homem torvo, matador de distâncias.¹³

As mulheres também foram convidadas a opinar sobre o assunto. A poetisa Palmyra Wanderley, em 7 de janeiro de 1928, respondera com uma declarada indisposição para tratar o tema:

- Eu sei lá! Faça favor!
Mude de pergunta!... - É pior!
- Dos homens sei bem que o amor
corre mais que um carro Ford.¹⁴

Marta Hollanda, personalidade conhecida no cotidiano da imprensa recifense da época por seus posicionamentos em defesa de temas como o divórcio e o voto feminino, acreditava que a importância do automóvel nos casos de amor advinha do fato de que ele representava “...a possibilidade feliz de um desastre quando o objeto amado serve de entrave na vida”.¹⁵

O bom humor do poeta, os trocadilhos do doutor, o desafeto pelo tema exposto pela poetisa constroem um biombo transparente, através do qual se pode ver o que estava por detrás das brincadeiras: o automóvel era um instrumento basilar a partir do qual se podia abordar diversos temas, como a rapidez dos “homens matadores de distâncias” e as novas práticas da vida amorosa cotidiana (marcada pela fugacidade das relações). É personagem de poesias e contos, motivo de disputas e fundador de uma estrutura de álibis¹⁶; seja para o prazer — (“Como é delicioso passear na beira-mar num automóvel que pareça deslizar sobre a areia das praias, um carro que sem exigir grandes despesas facilite um conforto que faça dos passeios um

¹³ A Pilhéria, 24/ 12/ 1927, p. 12.

¹⁴ A Pilhéria, 07/ 01/ 1928, p. 13.

¹⁵ A Pilhéria, 22/ 10/ 1927, p. 17

¹⁶ Sobre a “estrutura de álibis” do automóvel, vê LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana do homem moderno*. São Paulo: Ática, 1991. p. 111-12.

verdadeiro prazer..."¹⁷) —; seja para a aventura — (*DESPORTOS AUTOMOBILISMO: Reina entusiasmo no meio automobilístico dessa cidade. Corridas no Domingo próximo. Praia da Boa Viagem*)¹⁸.

O automóvel nos casos de amor, como afirmou Célio Meira, significava *a velocidade em todos os sentidos*. Mas os seus efeitos não eram apenas sobre o amor, o prazer ou a aventura:

Não sei da influência
Neste século – neurótico
Mas, sobre mim, diz a ciência
Tem grande efeito narcótico.¹⁹

Essa foi a resposta dada por Ferreira Santos quando diante da questão formulada pela *A Pilhéria*. Aquele objeto era, portanto, um veículo que permitia a fuga da languidez da vida cotidiana. Num automóvel, praticamente todas as coisas se tornavam tangíveis: conquistar, amar, circular e com a vantagem de que tudo fluía agora mais rapidamente.

A profundidade com a qual o automóvel se inseria no cotidiano recifense pode ser percebida a partir de sua atuação durante os carnavais da década de vinte. Ele foi, por vezes, o protagonista de muitas ocasiões nas quais reinava a folia. Não significa que o carnaval de rua, caracterizado pelos desfiles de blocos e pela alegria espontânea dos foliões, tenha deixado de existir. Era inegável, por outro lado, que essas manifestações dividiam agora o espaço com os corsos de automóveis, que cada vez mais se tornavam uma constante também nos dias de momo. Fantasiava-se o automóvel como a uma pessoa. Os conversíveis eram os mais belos e se prestavam melhor aos folguedos. Uma feira de automóveis, anunciada no primeiro dia do ano de 1922, informava que, entre os seus 35 autos quase novos, existiam automóveis para o carnaval.²⁰

Muitos eram os foliões que trocavam as tradicionais caminhadas atrás das agremiações por volteios de carro pela cidade e, por vezes, o car-

¹⁷ *A Pilhéria*, 31- 12- 27/ 327. Propaganda do automóvel Oakland.

¹⁸ *Jornal do Comércio*, 27/ 03/ 1922, p. 8.

¹⁹ *A Pilhéria*, 18/ 02/ 1928, p. 16.

²⁰ *Jornal do Comércio*, 01/ 01/ 1922, p. 5.

naval resumia-se a esses passeios e às poucas brincadeiras que eles possibilitavam, como atirar um jato de lança-perfume num transeunte ou nos passageiros de outro carro. Mesmo reduzindo o leque de folganças, não faltavam pessoas que tomavam parte dos espetáculos dispostos a experimentar a nova sensação de apreciar e brincar o carnaval num automóvel. Carros de aluguel eram a opção para que aqueles menos abastados, privados do privilégio de possuir um automóvel, tomassem parte das festas.

Filorenço e *Frutunata* também alugaram um automóvel e caíram na folia no carnaval de 1926:

Frutunata desejou
Apreciá os folguedo
Eu aluguei um otomove
E comecemos de cedo
Dando vortas na cidade
Que causava espanto e medo
Lá pra boquinha da noite
Quando findemo o jantá
Assubimo no otomove
E haja o monstrengo a rodá
Inté que fumos baté
Na tá rua imperiá
Havia tanto otomove
Que era de admirá
Tudo enfeitado e bonito
Que fazia gosto oiá
Parecia que o mundo
Já tava pra desabar.²¹

Algumas imagens daqueles carnavais foram registradas pela imprensa da época ou mesmo por curiosos que saíam às ruas com suas invejáveis máquinas fotográficas portáteis a flagrar instantâneos do cotidiano. Olhando-se as descrições das festas de momo realizadas por Fra e Fru ao

²¹ A *Pilhéria*, 25/ 02 1922, p. 26. Filorenço e Frutunata são pseudônimos de Arnaldo Lopes, autor das sextilhas transcritas acima. Esses fictícios matutos escrevem a coluna “o que nós vê na capitá” e nela tratam de vários temas ligados ao cotidiano da cidade, como a chegada das invenções modernas, questões da moda e temas políticos, por exemplo. Cf. PIRES, Maria da Conceição Francisca. Op. cit. p.76-77, e REZENDE, Antonio Paulo Morais. Op. cit. p. 66-67.

lado de imagens publicadas pela *A Pilhéria* tem-se, a sensação de que, em carnavais da década de vinte, por vezes, o automóvel era um elemento do divertimento. Amplamente incorporado às comemorações da cidade, os carros davam aos festejos um aspecto mais rápido, mais febril e glamouroso, como a modernidade exige. A impressão que se tem é que, de fato, muitas vezes se fotografava o carro como se ele fosse a vedete, a personagem principal daquele imenso teatro da alegria. Parecia mesmo que os foliões apenas ocupavam um papel coadjuvante.

Na edição de 25 de fevereiro de 1928, logo após os dias de momo, em sua seção “comentários”, *A Pilhéria* discorre sobre as impressões dos festejos carnavalescos que se encerravam:

Quem se deu ao trabalho de observar o carnaval deste ano (...) há de concordar que o mesmo teve é certo um aspecto de distinção e de fidalguia, perdendo, em absoluto, aquela loucura transitória de festa eminentemente popular.

O carnaval dos bailes foi magnífico, assombroso.

O carnaval das ruas, entretanto, foi medíocre, pondo de parte, e com justiça, o curso duplo dos automóveis, que por si só constitui o carnaval.

Aquele carnaval de pedestres, de blocos e de clubes que fazia vibrar a alma generosa da cidade não veio para as ruas. Entretanto, devemos proclamar que o povo se divertiu pra valer.²²

Quem depara com esses textos d’*A Pilhéria*, com citações leves e alegres sobre o papel do automóvel nos dias de momo, nem se dá conta que pouco mais de um mês havia se passado quando da publicação de um outro “comentário” de teor finamente melancólico e declaradamente crítico ao carnaval fidalgo dos cursos:

Estamos em pleno mês de janeiro, que nos trouxe as suas clássicas chuvas, e toda a cidade, matando uma velha tradição, ainda arredia às festas de carnaval.
(...)

²² *A Pilhéria*, 25/ 02/ 1928, p. 3.

Parece-nos que o próximo carnaval, [...] será constituído pelos célebres corsos de automóveis.

O automóvel entre nós ainda representa uma despesa extraordinária de modo que o povo, vítima de uma crise econômica sem exemplo na história das nações, e que, absolutamente, não poderá ‘rodar’ nos carros de praça, queimando ‘usga’ de todas as marcas fugirá da cidade, deixando-a sem o carnaval de outros tempos, em que esse mesmo povo, ordeiro e nobre, parecia alucinado de alegria.

Ficamos na expectativa de que o carnaval não ficará reduzido aos corsos de automóveis.

Não desejamos um carnaval de ricos e fidalgos.

Queremos um carnaval do povo e para o povo.

O povo sofre muito e tem direito, pelo menos, a três dias de alegria.²³

O carnaval se encerrava, e com ele parte da alegria da cidade recolhia-se. Os automóveis, contudo, não saíram de cena. Passamos as páginas dos jornais e revistas e os encontramos novamente no centro das questões cotidianas. Dessa feita, no entanto, eles não são o emblema da alegria. Referência constante na coluna diária do Jornal do Comércio, intitulada “*Crônica da Cidade*”, os carros eram o elemento em torno do qual gravitavam várias das informações veiculadas. E estas, em sua esmagadora maioria, noticiam desastres que se repetem com uma frequência diária.

Dentre os acidentes noticiados, alguns, sem graves consequências, acabam exalando um perfume risível. Assim, encontramos naquela seção manchetes abertas com a chamada “*É perigoso mexer na manivela*”, noticiando casos em que chauffeurs ou proprietários de automóveis sofriam safanões da manivela ao tentar dar a partida no motor, o que, quase sempre²⁴ resultava, além do susto, numa pancada ou luxação do braço.

Outras ocorrências de resultados mais alarmantes, por sua vez, deixam no ar um cheiro de revolta, angústia e medo. Em 14 de maio de

²³ A *Pilhéria*, 14/ 01/ 1928, p. 3.

²⁴ Dizemos “quase sempre” porque o Jornal do Comércio de 21/ 12/ 1921 registrou o caso de um motorista que, estando muito próximo da manivela, acabou fraturando o nariz.

1921, publicou o *Jornal do Comércio* a seguinte notícia em sua já referida “Crônica da Cidade”:

O mal sem cura
Mais um acidente de automóvel temos hoje a registrar.
Pelas 16 horas e 50 min. de ontem, passava o menor Vicente Gomes F. da Silva, pela ponte Maurício de Nassau, quando foi atropelado por um automóvel que vinha em excesso de velocidade.²⁵

O mês de junho de 1926 foi marcado por dois acidentes fatais. O primeiro, ocorrido no dia onze, resultou na morte de uma senhora, atropelada por um auto que vinha em excesso de velocidade. O segundo aconteceu no dia 16. Dessa feita, a vítima foi uma jovem de 13 anos. Segundo as narrativas desses acidentes, os chauffeurs fugiram sem prestar socorro aos feridos. Essa postura acabou causando uma grita geral de setores da sociedade, que, cobrando providências, chegaram a defender o linchamento dos chauffeurs. Um dia após o segundo acidente, lê-se no *Jornal do Comércio*:

O desprezo pela vida é um particular macabro que parece estar incluído na profissão de chauffeur. O doloroso acidente de ontem não é mais que o seguimento de uma série de desastres que se vem dando ultimamente no Recife, conseqüência, sem dúvida, desse sumo desprezo pela vida do próximo.²⁶

Aquela mesma profissão que despertava curiosidade e admiração era do mesmo modo vista como a causadora de muitos dos males que afligiam a vida cotidiana. O automóvel, como emblema do moderno, era também causador de distúrbios, dores e transgressões. O chauffeur encarna o homem moderno. Mas ele não é apenas o “*matador de distâncias*”. A *Pilhéria*, dando visibilidade ao que pensavam certos membros da sociedade recifense, faria uma associação entre os carros e os crimes em

²⁵ *Jornal do Comércio*, 14/ 05/ 1921, p. 3.

²⁶ *Jornal do Comércio*, 17/ 06/ 1926, p. 2.

uma de suas charges: numa pequena ilustração publicada em 1928, vê-se um automóvel, no qual o chauffeur é representado como um sujeito que, vestido tal qual a nossa representação visual dos presidiários, usa máscara, gorro e camisa de listras horizontais. Naquela imagem, portanto, o chauffeur é representado como um bandido, um sujeito desviante que rompe as regras do bom viver social sem se importar com o outro.

Ser chauffeur no Recife dos anos vinte, ao que parece, não era uma tarefa fácil. A idade mínima para se iniciar na profissão era 18 anos, e ainda assim o chauffeur recém-habilitado seria considerado um amador por um prazo superior a um ano. Além do mais, uma série de leis, decretos e portarias buscava organizar o trânsito da cidade. A maioria desses documentos referia-se aos condutores de automóveis. Os infratores pegos em flagrante tinham seu nome, número de registro profissional (chapa) e número do veículo que conduzia publicados nos jornais ao lado do delito cometido. A impressão que se tem é que o chauffeur quase nunca era um anônimo, porque representava uma ameaça e precisava, por isso, ser identificado.

A lista dos atos ilícitos é extensa. Os mais comuns eram excessos de velocidade e contramão. Mas também constam nos jornais infrações outras, como a falta de boné, não fazer o sinal regulamentar, desobedecer ao sinal, parar em cruzamentos, falta de matrícula, usar fumo, dormir nos veículos quando em descanso, agressão ao fiscal de trânsito, interromper o trânsito, falta de documentos, amador trabalhando profissionalmente, escape livre, ter usado farol em zonas proibidas, não apresentar os seus documentos, meio-fio e bonde parado, parado em contramão, não ter parado para dar passagem à assistência (ambulância), avanço ao sinal, placa de experiência depois das 18:00 horas, não ter tratado com a devida polidez os passageiros, lanternas apagadas.²⁷

O órgão representativo dos condutores de automóveis era o Centro dos Chauffeurs. Vendo os seus membros acuados diante das críticas que os desenhavam como criminosos, o Centro consegue um espaço para resposta no *Jornal do Comércio* de 19 de junho de 1926. O texto — que segue transcrito quase integralmente abaixo, porque é difícil selecionar

²⁷ Este rol de infrações foi extraído do *Jornal do Comércio*, 29/ 09/ 1928, p. 2

trechos dispensáveis — também foi publicado no espaço da “crônica da cidade”, com o título “*os acidentes de automóveis*”:

Da Secretaria do Centro dos Chauffeurs de PE, solicitam-nos a publicação do seguinte memorial dirigido às autoridades e ao público:

Legítimo representante de uma classe numerosa, zelando o interesse dos seus 1500 associados, o centro do chauffeurs de Pernambuco cumpre, nesta hora o dever de opor a autoridade do bom senso à clamorosa grita que se levanta injustamente contra todos os motoristas profissionais e amadores do Recife.

A opinião pública, tão respeitável na sua indignação, quanto excessiva em seu desabafo, (...) em consequência de dois lamentabilíssimos acidentes de automóveis, encheu-se de clamorosa cólera contra todos os chauffeurs da cidade e não faltou o calor da revolta nem mesmo a solidariedade da imprensa, tradicionalmente nobre, para pregar-se o linchamento dos motoristas como remédio e repulsa contra os chamados excessos de velocidade.

O momento reclama, de tal modo, reflexão, e o Centro se sente tanto mais autorizado para protestar contra as injustiças inventivas atiradas a uma classe inteira que não pode ser responsável pelo abuso, negligência ou imprudência de dois ou três profissionais, quando se verifica que não estão envolvidos nos dois horríveis acidentes, ultimamente ocorridos, nenhum dos seus membros ou associados.

Certo, porém, é que o automóvel, veículo de condução rápida, combinação de mais de seis mil peças e relativamente frágeis por sua própria natureza, põe o seu condutor em contínua possibilidade de acidente; mas seria cruel e indigno da espécie humana acreditar que, podendo evitar um atropelamento, o chauffeur, propositadamente, o causasse. A classe dos chauffeurs é composta de homens, não de monstros, tutelados por uma Constituição Republicana e não decaídos do abrigo da legalidade. São pais de famílias numerosas e arrimos de velhas mães que se entregam a esse infortúnio de um labor perigoso e constante. E o mais elementar bom senso repele a cólera que espíritos exaltados pretendem incutir no nobre público do Recife contra

toda essa gente, que absolutamente não pode responder pelo abuso de dois ou três membros da classe.

(...)

A suposição, por outro lado, de que o excesso de velocidade é a causa única de acidentes não pode ser mais injusta. Os veículos da Assistência trafegam pelas ruas mais movimentadas, até mesmo nos dias de carnaval, com rapidez excessiva e, entretanto, não provocam desastres.

Por que? Porque os transeuntes sabem que os veículos não param.

Os trens da Great Western trafegam em vários pontos da cidade com velocidade considerável e os desastres são raríssimos.

Por que? Porque os trens não param.

É, pois, ingrato culpar-se sistematicamente e sem exame do caso o chauffeur.²⁸

Se as considerações feitas pelo Centro dos Chauffeurs de Pernambuco promoveram o desejado efeito de apaziguar os ânimos não se pode verificar. O fato incontestado é que todo esse embate deixava claro que a inserção do automóvel nos meandros do fluir da cidade já era fato consumado. Conviver com essas novidades, impunha aos cidadãos a necessidade de reaprender a transitar pela cidade num novo ritmo que, simbolicamente, o automóvel apresentava a todos.

Mas viremos outras páginas e tentemos nos libertar desse sentimento de infelicidade que o automóvel poderia gerar. Até aqui, percorremos colunas de ALFABÉTICOS, entramos nas páginas dos eventos sociais e olhamos ocorrências policiais. Falta ainda a seção de esportes. E, no cotidiano do Recife dos anos 1920, o automobilismo aparece desde cedo. Já em 5 de janeiro de 1922, o Jornal do Comércio informava:

Será fundado hoje em uma grande reunião de automobilistas, pelas 20 h., na sede do Centro dos Chauffeurs, o Auto Sport Club, associação cujo fim é incrementar o automobilismo nessa capital²⁹.

²⁸ Jornal do Comércio, 19/06/1926, p. 08.

²⁹ Jornal do Comércio, 05/01/1922, p. 1.

Os sportmen recifenses, por sua vez, já se dedicavam às corridas de automóveis desde antes da fundação do Auto Sport Club. como se presume da notícia abaixo, publicada em 1921:

Corrida de automóveis no Domingo próximo- 1^o de janeiro- comemoração - Casa Auto Sport organiza ruidosa e feliz idéia.³⁰

O reveillon no Recife foi várias vezes comemorado com esses raids automobilísticos realizados na então erva praia de Boa Viagem. Os programas oficiais das corridas, bem como os seus resultados, eram publicados nos jornais. Ganhar uma corrida, ao que parece, projetava mais o carro do que o piloto. Isso porque, certas vezes, os anúncios de automóveis informavam que “tal” marca havia vencido as últimas disputas, o que comprovava a sua superioridade diante das concorrentes. Eram os carros, e não os pilotos, que tinham seus nomes divulgados.

As corridas eram espetáculos que atraíam gente de todos os tipos. Além daqueles que na cidade simpatizavam com o automobilismo e com as novidades da maquinaria, para os eventos acorriam também as melindrosas (que aproveitavam a ocasião para o flerte), os curiosos (mais interessados em assistir aos prováveis acidentes que às corridas em si) e os membros da imprensa, que registravam os acontecimentos.

Depois de percorrermos várias seções de jornais e revistas, deparamos com o automóvel em praticamente todas elas. Por conseguinte, podemos compreender que ele era um ator que se espalhava pelos diversos espaços e palcos das encenações cotidianas. Como nos lembra Antonio Paulo Rezende, “o automóvel se incorpora irreversivelmente à paisagem da cidade com seu fononar, com sua capacidade incrível de provocar sedução e desejos³¹. Podia ser, como tentamos demonstrar, o emblema dos extremos, da alegria e da tristeza: não se podia estar imune ou indiferente a ele nem aos seus efeitos.

³⁰ Jornal do Comércio, 27/ 12/ 1921, p. 12

³¹ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. Op. cit. p. 61.

Além do automóvel, protagonista entre as novas maquinarias da modernidade, havia ainda uma ampla gama de outras *maravilhas* que se espalhavam pelas ruas da cidade. Um simples relógio colocado no frontispício de um edifício, por exemplo, poderia dar a entender uma quase imperceptível mudança na maneira como as pessoas estruturavam suas relações com o ordenamento do tempo e com os espaços públicos da cidade. A demarcação da passagem do tempo é uma preocupação constante da humanidade que se tornou ainda mais presente no cotidiano com a ascensão dos relógios mecânicos.

O Recife, como muitas outras cidades americanas fundadas numa racionalidade católica, tinha no badalar dos sinos das muitas igrejas que se espalhavam por sua paisagem a sua forma de resolução da necessidade de controle das horas. Aos poucos, essa realidade transformou-se, e os sinos da cidade acabaram sendo substituídos por marcadores mais precisos. Na modernidade, essa época de exacerbada secularização do mundo, foram os relógios — com seus ponteiros se arrastando lentamente, num ritmo rigorosamente mecânico — estampados nas fachadas de edifícios (como o do Diário de Pernambuco e o da Faculdade de Direito do Recife³²), que assumiram o papel de referencial a partir do qual os caminhan-tes organizavam a cadência de contato com a cidade.

Outros relógios públicos estavam estrategicamente colocados ao longo das linhas dos bondes elétricos; lugares por onde circulava cotidianamente significativa parcela da população recifense. Esses relógios, segundo Alves da Mota, serviam para orientar os motorneiros e os passageiros, que assim tinham alguma possibilidade de controle sobre os horários dos bondes.³³ Além desses, os modelos portáteis — de pulso ou

³² Segundo Napoleão Barroso Braga, o carrilhão do Diário de Pernambuco, inaugurou a década de vinte no Recife. Isso porque o relógio tocou, pela primeira vez, exatamente à meia-noite do dia 31 de dezembro de 1920. Outro detalhe do carrilhão do D. P. era que ele tocava a cada meia hora. Quanto ao relógio da Faculdade de Direito, o autor nos informa que foi fabricado em 1908. C. f. BRAGA, Napoleão Barroso. *Cartas Recifenses*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985, p. 197-99.

Outros relógios que se incorporaram à paisagem da cidade foram o da fachada da fábrica de gasosas Fratelli Vita e o da Estação Central do Recife.

³³ C. f. MOTA, Alves. *No tempo do bonde elétrico: uma história sócio-pitoresca dos antigos bondes do Recife*. Recife: CELPE, 1985. p. 46.

algibeira — também já estavam incorporados ao ritmo do cotidiano. Propagandas esforçam-se para convencer que é impossível, sem um relógio, uma boa organização das atividades cotidianas ou um eficiente controle do tempo. Sem recorrer-se a um relógio, em outras palavras, não se podia ser moderno.

Aqueles mecanismos modernos alteraram também os sentidos usados para a localização das pessoas no tempo. A partir deles, foram os olhos — e não mais os ouvidos — que, precipuamente, passaram a decodificar a passagem das horas. Não se fazia mais necessário esperar o badalar dos sinos pra saber. Os carrilhões, é verdade, a exemplo dos sinos das igrejas, também se utilizam dos ouvidos; isso só ocorre, no entanto, quando se trata de horas exatas. No intervalo das horas, eles estão silenciosos; mas basta lançar-lhes um rápido olhar furtivo para que ele indique velozmente, com incontestável regularidade material, a marcha do tempo. Afora isso, eles estão disponíveis à noite, mesmo depois que as igrejas já fecharam suas portas.

Os ouvidos foram preteridos; no entanto, não se tornaram inúteis. Eles deixaram, talvez, de ser requisitados para perceber e assinalar o passar das horas, porque as invenções modernas lhes reservavam outras atividades. Algumas das máquinas da modernidade encetavam seu canto sedutor sagitalmente para a audição. Sons de todos os tipos invadem o cotidiano, mecanizando as vozes. As conversas telefônicas, as músicas reproduzidas pelas vitrolas e as transmissões radiofônicas transformaram-se numa prática cada vez mais disseminada e associada à vida moderna.

É bem verdade que, ainda no começo dos anos vinte, esses inventos e os sons maquinais que produziam eram tidos por muitos recifenses como mais uma das absurdas criações, sem sentido nem futuro, trazidas pelos exageros da modernidade, pelo excessivo desejo de tudo mecanizar que acompanha os encantados com a modernidade. As inovações chegavam muito rapidamente e quase não davam tempo para que as pessoas se acostumassem a elas. De repente, uma confusão: homens falavam através das máquinas, elas falavam pelos homens e outras máquinas falavam por meio de outras máquinas.

As transmissões radiofônicas eram, ao que parece, responsáveis por alguns dos maiores espantos que a cidade vivenciava. Segundo Mário Ferraz Sampaio, embora os equipamentos fossem precários (uma emissora provisória de 10 watts), o serviço regular de irradiações começou a funcionar, no Recife, em 17 de outubro de 1923, com a inauguração do Rádio Club de Pernambuco. Naqueles tempos, possuir uma estação radiofônica era mais um largo passo em direção à condição de cidade moderna. Na época, no entanto, apenas os sócios do *Radio Club* basicamente tinham acesso às transmissões, porque a organização era, ainda, uma associação de radioamadorismo. Essa situação alterou-se no ano seguinte quando um novo aparelho transmissor foi inaugurado, ampliando o arco atingido pelas irradiações.³⁴

Os aparelhos receptores eram, normalmente, simples e de fabricação caseira e “os novos fãs, munindo-se de chaves de fenda, soldadores, alicates etc., iam fazendo a montagem de tão desejado aparelho”³⁵. Dessa forma, o rádio, rapidamente, tornou-se um assunto e invento comum.

O grande charme, no entanto, era possuir um aparelho profissional, capaz de amplificar a capacidade de recepção e captar, com boa nitidez, inclusive ondas provenientes de estações transmissoras estrangeiras, como a KDKA de Pittsburg. Estes eram instrumentos raros, caros, que estavam disponíveis apenas àqueles a quem a fortuna sorria. Assim como o automóvel, era elemento de distinção entre os moradores da cidade e dos mais fortes sonhos de consumo.

Nas ruas, quando se avistava uma alta antena, todos presumiam: naquela casa existe um bom rádio. E isso bastava para despertar suspiros e olhares de inveja e admiração de muitos. Na crônica *flagrantes da cidade*, publicada em *A Pílhéria* de 26 de novembro de 1927, há um relato que evidencia como os recifenses estavam se relacionando com o novo invento. A narrativa deixa, particularmente, que se vislumbre o que aqueles possantes aparelhos de rádio poderiam representar:

³⁴ Sobre o desenvolvimento da radiodifusão no Brasil, ver SAMPAIO, Mário Ferraz. *História do rádio e da televisão*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. p. 94 e segs. No caso específico do Recife, ver REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. op. cit. p. 104-105.

³⁵ SAMPAIO, Mário Ferraz. op. cit. p. 95.

Cidade de pontes majestosas, dos rios sonolentos e das mulheres bonitas, 24 de Novembro de 1927.

O século XX tem-nos oferecido as mais impressionantes maravilhas.

Entre elas, figura uma que, incontestavelmente, suplanta as demais: o rádio.

Ele tem se generalizado de tal modo, que hoje em dia é assumpto de todas as elites, de todas as rodas.

Os comentários abundam aqui, ali e acolá:

- Ouvi ontem uma irradiação de W. G. Y.

- Eu também ouvi uma outra de K. D. K. A.

E assim prosseguem os diálogos.

Já se tem tornado entre nós, não mais uma maravilha, mas sim uma mania contagiosa, como se fora uma febre epidêmica.

Por toda a cidade e subúrbios, observam-se antenas muito altas, denunciadoras do rádio.

A propósito do assumpto em foco, vou contar um fato que me parece chistoso.

Godoy Mendonça, é um apreciador incondicional do rádio.

Quem passar por sua residência, vê sem grande esforço e talvez mesmo sem querer, uma antena gigantesca, o que evidencia ter aquele senhor, um aparelho dos mais posantes.

Sendo a lhaneza o seu característico mais acentuado, torna-se freqüente em convidar insistentemente, aos amigos para ouvirem as irradiações anunciadas.

Certa noite, em que toda a cidade se inquietava para saber o desfecho da luta de boxe, Dempsey X Tunney, realizada em Chicago, Godoy recebeu a visita de alguns amigos, desejosos de ouvir pelo rádio, os resultados parciais e total da pugna de socos.

Infeliz coincidência!

Justamente naquela noite, estava desarranjado o rádio de Godoy de Mendonça.

E de então nunca mais se consertou... e nem jamais se consertará...

Godoy Mendonça é um vistoso como muitos outros que perambulam pelas nossas ruas, do rádio tem somente a antena...³⁶

O tal Godoy Mendonça deve ter ficado vexado com a situação. Em todo caso, essa história serve para anunciar as transformações que o rádio provocava. Demonstrava, em primeiro lugar, que no Recife muitas pessoas não possuíam rádios; gostariam, no entanto, de podê-lo. Além do mais, ao ter a capacidade de transmitir uma luta de boxe direto dos Estados Unidos, por exemplo, o rádio se transformava, ao mesmo tempo, num instrumento de entretenimento e informação que se distinguia dos demais pela rapidez de sua funcionalidade.

A crônica acima deixa claro, do mesmo modo, que as antenas eram inadequadas como parâmetro capaz de fornecer dados sobre o número de aparelhos de rádio existentes na cidade. Os recifenses, não obstante, estavam interessados em saber quantos rádios existiam mundo afora, a julgar pelas notícia divulgada pela *Pilhéria*, em 1928:

Há na Europa, segundo recente estatística austríaca, cerca de 6 milhões de aparelhos receptadores de rádio.

O país que conta com maior número destes aparelhos é a Inglaterra, com 2.130.000.

Seguem-se a Alemanha, com 1.337.000, a França, com 990.000, a Áustria, que dispõe de 347.000, a Suécia, com 238.000, a Dinamarca com 114.000, a Suíça, com 67.000, e a Hungria, com 53.000 aparelhos.³⁷

Essas estatísticas, talvez sirvam como ilustrativo da importância que o invento tinha para a sociedade. Primeiramente, o que é digno de nota, os dados acima informavam aos recifenses — tanto os amantes do rádio quanto a população em geral — como estava se dando o desenvolvimento da radiodifusão no mundo. A pesquisa em si também nos chama a atenção não apenas pelos números expressos, mas também por sua própria natureza. A Áustria, ou qualquer outro país, não se prestaria a fazer uma

³⁶ A *Pilhéria*, 26- 11- 27.

³⁷ A *Pilhéria*, 21/ 01/ 1928, p.12.

investigação estatística acerca de um invento desprovido de importância para a sociedade. É provável que o intuito da pesquisa tenha sido mostrar (perceber) com que rapidez e em que escala as informações estavam circulando pela Europa.

O efeito imediato do rádio sobre a cotidianidade foi, constantemente, uma expressão de espanto e incredulidade. Ao contrário do que ocorreu com os bondes e os automóveis, no entanto, as opiniões observadas na imprensa são unânimes: as pessoas viram nele sempre um aliado. Estivesse ele destinado ao lazer, à informação ou mesmo à educação, sempre se poderia contar com uma irradiação capaz de preencher o dia com a rapidez que só o rádio permitia.

Diferentemente do automóvel, nunca representaram o rádio como um inimigo ou uma ameaça à vida e à tranquilidade. Ele era, incontestavelmente, uma das boas invenções que a modernidade havia trazido ao mundo. Não ceifava vidas nem enfeava as vias públicas. Não invadia os espaços nem atormentava os cidadãos com seus motores e fonfons barulhentos.

Além do rádio, outro invento que se afirmou no cotidiano do Recife nos anos vinte, alvejando os ouvidos das pessoas, foi a grafonola. Ela ajuda a apressar a dança, incorporando aos movimentos dos bailados gestos que são naturais do novo ritmo agitado do cotidiano. Alguns a adoravam por entender que ela supria com precisão a ausência da orquestra. Outros a criticavam por compreender que, verdadeiramente, não pode haver música na ausência de músicos.

Em 10 de março de 1928, na coluna *pilheriando*, da revista *A Pilhéria*, aparece uma crônica defendendo a ideia de que os aparelhos reprodutores de som não são bons ou ruins em si, haja vista que eles se prestam tanto à reprodução da música clássica quanto dos modernos fox-trots e as jazz bands.³⁸

Em todo caso, a grafonola é mais um elemento da vida moderna, seja por seu aspecto, seja por sua função. No Recife, muitas são as propagandas de discos e aparelhos. Aspectos práticos, como a gravação elétrica e a reprodução “*viva tonal*”, são enfatizados. Evita-se, por outro lado, a

³⁸ c. f. *A Pilhéria*, 10/ 03/ 1928, p. 33.

ideia de que essas novidades significam o final de hábitos como ir ao teatro para se escutar uma orquestra. Enfatiza-se a ideia de que a grafonola não veio para substituir o hábito de ir à música. Muito pelo contrário: ela veio para trazer a música até você, nos momentos em que você não puder ir até ela.

A terceira e última *maravilha auditiva* que, ao longo dos anos vinte, se incorporou de maneira definitiva à vida cotidiana dos recifenses foi o telefone. Ao contrário de certos tipos de rádio e das grafonolas, no entanto, o telefone estabelece um contato interativo e individual com o som. Sua dimensão pragmática suplanta as demais. Ele é instrumento de comunicação que intenta agilizar a resolução de problemas.

O telefone, ao que parece, era ainda mais raro que os próprios automóveis. No Recife dos princípios dos anos 20, poucas eram, por exemplo, as propagandas que traziam um telefone para contato. Nem mesmo os anúncios de casas comerciais que vendiam automóveis tinham esse distintivo.

Aos poucos, no entanto, ele foi sendo incorporado à maquinaria da cidade. Começou a fazer-se presente nas propagandas, nas crônicas, nas reportagens. Apareceu também em várias historietas jocosas que o tomam como personagem principal. Essas pilhérias deixam entrever que — apesar do que afirmavam muitas propagandas³⁹ — o telefone, provavelmente, não resolveu por completo os percalços da comunicação.

Uma dessas piadas, por exemplo, se inicia da seguinte forma: *é sabido que o nosso serviço telefônico é um dos piores do mundo; mas, uma vez em dez, o chamado é atendido sem demora. Isto acontece geralmente nas coisas em que era preferível que não acontecesse.*⁴⁰

³⁹ Numa propaganda da Thelephone Company of Pernambuco, lê-se: *o telefone é o mais rápido meio de comunicação. Faça do telefone seu mensageiro, evite embaraços e economize tempo e dinheiro.* Revista A Pilhéria, de 24/ 03/ 1928.

⁴⁰ A Pilhéria, 05/ 08/ 1922, p. 13. A história prossegue da seguinte forma: Moraes encontra o Silva, um amigo que há tempos não via, e que estava na cidade a serviço. Moraes convida, gentilmente, o camarada para hospedar-se em sua casa. Telefona para sua residência e informa a sua senhora: — Mulher, lembra do Silva!? Eu o encontrei aqui na cidade; acho que ele vai passar uns dias com a gente. Imediatamente, sem avisar a sua esposa, Moraes passa o telefone ao Silva, para que ele a cumprimente. O Silva, emudecido, escuta a seguinte fala: — Ô Moraes, você diga a ele que há muitos hotéis aí na cidade. Você sabe que ainda não pude arranjar cozinheira, estou aqui cheia de serviços e não estou para aturar essa amolação de hóspedes ... e logo quem? O Silva ... um sujeito que come

Outra história dizia que o telefone era um progresso que já nascia atrasado porque não se tem a visão da pessoa que está do outro lado da linha⁴¹.

Em todo caso, ao longo dos anos 20, o telefone foi ganhando força e a confiança dos recifenses. O ano de 1927 foi um marco importante daquele processo. No mês de outubro, foi inaugurado o serviço de chamadas automáticas, o que significava mais rapidez e segurança no encaminhamento das chamadas. Os novos serviços chamaram a atenção da imprensa:

Recife vai ter inaugurado amanhã, às 2 horas da madrugada, o seu serviço telefônico automático, melhoramento de alta relevância que a 'Pernambuco Tramways' instalou. É esta uma notícia que enche de contentamento a todos nós porque vemos a nossa capital e subúrbios dotados de um serviço de comunicação telefônica à altura das nossas necessidades e do progresso de Pernambuco. O serviço a ser inaugurado pela madrugada de amanhã é o mais perfeito possível e adotado nas maiores cidades do mundo. Resta agora que o nosso público, compreendendo a importância do serviço, observe fielmente as instruções emanadas da estação central e divulgadas em todos os jornais, a fim de que não se venha criar dificuldade às comunicações.⁴²

Havia, então, uma tríade de máquinas de sons — o rádio, o telefone e as gramofonas — que, embora tenha chegado ao Recife entre o final do século XIX e o início do XX, apenas na década de 20 atingiu mais profundamente o cotidiano da cidade. Sempre envoltas num discurso de rapidez e economia, elas conquistaram um espaço cada vez maior no dia-a-dia e contribuíram para acelerar a cadência da cidade. O rádio e o telefone apressam a comunicação e encurtam distâncias; as vitrolas, por

pra burro ... Nada! Não me traga esse sujeito pra casa...

Moraes ficou admirado de o amigo mudar de resolução e dizer que ia pra um hotel. Só à tarde, ao voltar pra casa, é que soube do sinistro.

⁴¹ A *Pilhéria*, 24/ 11/ 1928, p. 24.

⁴² A *Pilhéria*, 03/ 10/ 1927, p.17.

sua funcionalidade e praticidade, deram mais velocidade à dança e à própria prática de escutar músicas.

Esqueçamos por um instante os ouvidos e voltemos aos olhos. As câmaras fotográficas também figuram na nova maquinaria da cidade. Com seus tamanhos cada vez mais reduzidos, elas facilitam o transporte, permitindo que por vezes se flagrassem instantes do cotidiano. Um poema, publicado pela *Pilhéria* em 8 de setembro de 1928, louvava as capacidades da máquina portátil:

É de bolso a Kodak que eu comprei
 Para tirar perfis de uma menina,
 É tão pequenina!...
 O seu tamanho vezes eu não sei,
 com ela faço tudo na surdina.
 (...)
 É milagrosa essa Kodak minha
 um mistério à luz que na lente atua
 muda o cenário
 transforma seu trabalho (...)
 Uma mulher vestida em mulher nua.⁴³

É verdade que essas máquinas ainda eram um equipamento caro, e a técnica necessária à sua operação, algo extremamente complicado para uma difusão mais geral na sociedade recifense dos anos vinte. A própria imprensa, ao que tudo indica, apresentava certas dificuldades em dominar os pormenores práticos inerentes à reprodução, corte e diagramação das fotografias. Mesmo revistas como *A Pilhéria*, que se destacavam por seu tratamento gráfico, optavam, geralmente, por charges e desenhos ilustrativos para acompanhar suas reportagens, crônicas e propagandas. A despeito de todos os percalços que envolvem esses tipos de ilustração, eles ainda eram no geral mais práticos, baratos e viáveis para os órgãos de imprensa do que as fotografias.

Claro que quando representavam temas do cotidiano — como a moda das melindrosas e dos almofadinhas ou as figuras políticas — as charges eram eminentemente mais adequadas que as fotografias. Nas

⁴³ *A Pilhéria*, 08/ 09/ 1927.

caricaturas pode-se enfatizar os aspectos que se julgam relevantes, imprimindo mais cores ao que se deseja destacar. Quando se tratava de propagandas, no entanto, o que levava as revistas a optarem por desenhos ao invés de fotografias? Parte da resposta encontra-se exatamente no dispêndio de tempo e nos gastos que as fotografias impunham.

Somente por volta do ano de 1929 foi que a revista *A Pillhéria* incorporou de forma mais dinâmica e frequente as reproduções fotográficas às suas páginas. Nas edições desse período, as imagens do cotidiano são amplamente exploradas. São pessoas no *flirt* do fim de semana, casais e senhoritas à saída da missa dominical, flagrantes das festas que balizavam o fluir da vida cotidiana da cidade.

Olhos e ouvidos, casa e rua, tudo era enlaçado pelos signos de sedução emitidos por essa maquinaria da modernidade. Toda aquela miríade de pequenas maravilhas invadia a privacidade dos lares sempre acompanhada da promessa de que com ela se podia economizar tempo. Do mesmo modo era desafiava os cidadãos a experimentar novas formas de viver a cidade. Graças a essas máquinas, as ações do cotidiano, como barbear-se — de acordo com o que preconizava uma propaganda da *tarantela* —, tornar-se-iam mais técnicas, econômicas e precisas. Em 1926, uma propaganda circula, em vários números, sempre na contracapa d'*A Pillhéria*, com o pedido “*deixai-nos colocar um fogão a gás e trazer felicidade ao vosso lar*”. A felicidade, aqui, significava não ter mais roupas, paredes ou utensílios domésticos sujos pelos resíduos de outros combustíveis como o carvão ou a madeira.

Outro anúncio, este veiculado pelo *Jornal do Comércio*, ocupava meia página para informar que *60 famílias no Recife têm o privilégio de possuírem em seus lares um aparelho FRIGIDAIRE*⁴⁴. A propaganda prosseguia associando o resfriamento dos alimentos à saúde (via conservação), à praticidade (via rapidez na hora de prepará-los), enfim, a toda uma gama de características, como economia de tempo e dinheiro, que só um aparelho daqueles — uma maravilha da modernidade — poderia proporcionar aos distintos moradores do Recife.

⁴⁴ *Jornal do Comércio*, 05/ 07/ 1928, p. 7.

Como tempo e espaço não são apenas palavras, mas, sobretudo, formas de experimentar o fluir da vida, todas essas invenções, adentram o cotidiano sob as luzes da mesma promessa e aviso: é possível e necessário ser mais rápido. A cidade moderna tem no movimento uma fonte identitária e é a partir daí que promove aos seus habitantes a sensação de viver na velo(z)cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Souza. *A Década de Vinte em Pernambuco*. Rio de Janeiro: [], 1972.
- BRAGA, Napoleão Barroso. *Cartas Recifenses*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985.
- FEITOSA, Policarpo. *Dois Recifes com setenta anos no meio*. Recife: Imprensa Industrial, 1945.
- LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- MOREIRA, Fernando Diniz. *A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 1994. Mestrado em Desenvolvimento Urbano/ Departamento de Arquitetura e Urbanismo
- MOTA, Alves da. *No Tempo do Bonde Elétrico. História Sócio-Pitoresca dos antigos bondes do Recife*. Recife: CELPE, 1985.
- PIRES, Maria da Conceição Francisca. *Humor, Política e Cotidiano: Um olhar sobre a modernidade no Recife dos anos 20. .* Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2000. Departamento de História.
- REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. *(Des) encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997.
- SAMPAIO, Mário Ferraz. *História do Rádio e da Televisão*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: Literatura Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

WHITROW, G. J. *O Tempo na História, Concepções do Tempo da Pré-história aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

Civilizar, embelezar:

a construção de uma cidade moderna. Recife de princípios do século XX¹

Flávio Weinstein Teixeira

As alterações por que o Recife passava em princípios do século causavam uma espécie de estranhamento aos seus moradores. Eram, afinal, mudanças que se estendiam dos chamados melhoramentos materiais aos hábitos e comportamentos. Estevão Pinto, em artigo publicado na Revista Pernambucana, traduziu bem o que se passava. Comentando sobre as obras empreendidas pelos poderes públicos – estadual e municipal –, durante o ano de 1925, diz ele:

São inovações tais, que vêm concorrendo inconscientemente, para modificar os hábitos e costumes da população recifense. [...] A sociedade cosmopolitiza-se e perde, dia a dia, o lazer dos festejos tradicionais e ingênuos de nossos bisavós. [...] Os pastoris, os fandangos, os reisados, os pre-sépios, vão se afastando do perímetro central da cidade [...]².

No lugar das festas e manifestações tradicionais de sociabilidade, vão surgindo e se instituindo novos padrões comportamentais, como os “perfumados e crepitantes” chá das cinco, que, segundo um cronista de A Pílhéria, se realizava todos os sábados – inexplicavelmente a partir das duas horas da tarde –, na *Bijou*, uma famosa e muito em voga confeitaria

¹ Esse texto resulta do aproveitamento de trechos de dois capítulos de um trabalho originalmente escrito para ser apresentado como minha dissertação de mestrado. Ver Flávio Weinstein TEIXEIRA. *As cidades enquanto palco da modernidade. O Recife de princípios do século*; Recife: UFPE/PPGH - Dissertação de Mestrado, 1994.

² Estevão PINTO, in *Revista de Pernambuco*, n.º. 19, ano III, 1926.

da Rua Nova. Diferentemente dos recatados modos de antigamente, nesses novos ambientes pairava uma certa atmosfera mundana.

Cumprimentos trocados, olhares lisonjeiros, epigramas... tudo enfim que se observa nessa hora 'chic'... de futilidade, na delícia do 'flert' e no salutar exercício do 'footing'³.

Essas mudanças que se operavam, devido à sua própria magnitude, vieram a ter um formidável eco nos jornais e revistas da época. Os exemplos acima poderiam ser multiplicados indefinidamente.

Eis um fato que certamente intrigaria o leitor que se dispusesse a ler as publicações daqueles anos. Colocado frente ao imenso volume de artigos, crônicas, reportagens, etc., que reiteradamente enfatizavam a necessidade de se ser moderno para poder adequar-se às mudanças que então se davam, ou mesmo, quem sabe, até como forma de impulsionar essas mesmas mudanças, não haveria como um espírito minimamente afeito às coisas da vida em sociedade deixar de se impressionar com o escopo dessas transformações. O que será tratado neste capítulo nasceu do interesse despertado por questões várias, que, contudo, tem no fenômeno acima mencionado sua origem.

Respeitante a isso, talvez seja conveniente apontar algumas das referências historiográficas que mais frequentemente têm sido tomadas para balizar os trabalhos relativos ao tema cidade/modernidade⁴. Nesse sentido, no que se refere à historiografia nacional, não deixa de ser interessante notar o significativo esforço despendido a fim de qualificar o ocorrido no Rio de Janeiro como sendo paradigmático para se entender a realidade brasileira mais ampla. É evidente que isso mais diz dos vícios que das virtudes da historiografia brasileira. Decerto, seria abusivo afirmar que a partir da análise do ocorrido na capital do país toda a complexidade dos elementos então em jogo pudesse vir a ser descortinada, que o caso do Rio de Janeiro pudesse oferecer as chaves explicativas de tudo o mais.

³ Cf. *A Pilhéria*, nº. 78, 1923. Ver ainda, *A Pilhéria*, nº. 85, 1923.

⁴ Cabe sublinhar que, como dito em nota anterior, este trabalho resulta de um texto escrito em 1994. Não pôde contar, portanto, com as muitas novas contribuições que esse campo de estudos recebeu nessa década e meia que o separa dessa publicação.

Todavia, não obstante tais ressalvas, dado o papel central que desempenhava no cenário nacional - sob os mais diversos ângulos - e considerando a amplitude das transformações pelas quais passou a cidade no início do século XX, então observar o que aí se deu talvez seja produtivo. Quando nada, porque permitirá entrever, em ponto menor, aquilo que a historiografia internacional tem tomado como parâmetros definidores dos processos em tela.

Dentro dessa perspectiva, quando se considera o plano empírico, é preciso que se reconheça o caráter modelar que as obras que se deram sob o comando de Pereira Passos vieram a ganhar para os contemporâneos. Tanto mais que, quando se falava no Rio de Janeiro, estava-se, em verdade, querendo referir-se à Paris do Segundo Império, à Paris de Hausmann. Esta, sim, exemplo máximo, inquestionável, capaz de legitimar qualquer pretensão reformista.

Com efeito, as determinações emanadas do presidente Rodrigues Alves indubitavelmente compunham um todo que ia muito além do aspecto meramente estético. Se, contudo, foi este último que mais marcou as representações construídas acerca das reformas do Rio de Janeiro, isso por si só já é bastante significativo, sendo revelador do que supostamente pretendia Rodrigues Alves. Nicolau Sevcenko sintetizou com muita propriedade o que se tencionava:

Seu objetivo maior, pelo que vimos, era o de exibir ao mundo desenvolvido a imagem de uma nação próspera, civilizada, ordeira e dotada de instituições e de um Estado consolidado e estável⁵.

Exibir uma imagem nova, de nação civilizada, próspera, ordeira, etc.; daí porque a reforma da cidade do Rio de Janeiro adquiria uma tão grande importância: principal centro comercial, financeiro, econômico, capital cultural e política da nova República que se consolidava; a imagem que se tinha do Rio era em boa medida a própria imagem que se tinha do país – pelo menos quando visto a partir do exterior.

⁵ Nicolau SEVCENKO. *A Revolta da Vacina*; São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 60; veja-se também, do mesmo autor, *Literatura como missão*; 2ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

As reformas que se faziam necessárias eram de fato vultosas. Os contemporâneos a cognominaram de “A Regeneração”. Efetivamente, tratava-se de gerar uma nova cidade – ou pelo menos a imagem de. Para tanto, era mister que se erradicassem as mesquinhas feições da cidade colonial que desabonadoramente persistiam: ruas estreitas, sujas, irregulares nos traçados e, sobretudo, nos usos; com um povo negro, ou quando muito mestiço, a enxamear-lhe com seus maus hábitos, maus cheiros, suas doenças e pestilências que impestavam o ar e transformavam a cidade numa das de maior mortalidade no mundo⁶. As cores caóticas que compõem o quadro urbano se completam quando se acresce a predisposição da massa popular à ação insurrecional⁷.

Se, enfim, o objetivo era compor, nas palavras de Sevcenko, uma nova imagem para ser exibida ao mundo desenvolvido – centro fornecedor de mercadorias e capitais –, então as reformas deveriam obedecer a alguns imperativos: ordenar a cidade e sua população, eliminar os focos de infecção e pestilência que a tornavam insalubre, mas também dotá-la de uma infraestrutura mínima, compatível com seu papel de centro comercial. Dentro dessa perspectiva, o conjunto de reformas realizadas sob a presidência Rodrigues Alves ganha três gestores, cada qual dotado de poderes extraordinários para a sua boa consecução: a Lauro Müller, ministro da Viação e Obras Públicas, coube o comando das obras de modernização do porto da cidade; com Oswaldo Cruz ficou a responsabilidade de tornar a cidade salubre (como fruto dessa sua atuação, pausada exclusivamente por uma orientação técnica, destituída de qualquer sensibilidade político-social, tem-se a explosão, no Rio, do maior motim urbano de que se tem notícia na história do país – a Revolta da Vacina);

⁶ Segundo dados apresentados por Pechman e Fritsch, em 1895 o Rio de Janeiro apresentou o sétimo maior índice mundial de mortalidade, excluídos os natimortos. Cf. Sérgio PECHMAN e Lilian FRITSCH. “A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século”, in *Revista Brasileira de História*; São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 5 (8/9), set. 1984/abr. 1985.

⁷ Ver os trabalhos de Sevcenko, citados, e os de José Murilo CARVALHO. *Os bestializados*; São Paulo, Cia das Letras, 1987; e “O Rio de Janeiro e a república”, in *Revista Brasileira de História*; citada. Neste último, em particular, J. Murilo de Carvalho enfatiza a importância das reformas como mecanismo de controle e ordenação de uma população extremamente propensa à rebeldia e insurreição.

e, por fim, a Pereira Passos, o “prefeito haussmanniano”, ficou destinada a tarefa de redefinir as feições urbanas propriamente ditas.

Observa-se, desde já, o porquê de as reformas do Rio de Janeiro terem alcançado tanta repercussão. Elas abrangiam todos os elementos necessários para dotar uma cidade dos padrões da modernidade então almejada. A uma modernização das instalações e equipamentos portuários de inestimável importância para a manutenção e ampliação do fluxo comercial com os mercados externos (a bem da verdade, tratava-se quase que exclusivamente de uma adequação às novas condições técnicas que presidiam a realização do comércio internacional, cujos navios e volume de mercadorias transportadas exigiam instalações compatíveis), associou-se toda uma série de medidas destinadas a combater inaceitáveis condições sanitárias da cidade, juntamente com uma remodelação das suas feições arquitetônicas/urbanísticas – capazes de retirar-lhe qualquer vestígio de um acanhado burgo colonial, e revesti-la, contrariamente, dos inequívocos signos definidores de uma metrópole moderna.

Esse conjunto de reformas que o Rio de Janeiro tão bem encarou, era herdeiro do legado que a Revolução Industrial havia deixado às grandes cidades europeias. Um legado que, num primeiro momento, só faz evidenciar a inadequação das cidades à nova ordem social que se erigia. O caos urbano que daí se seguiu está na raiz mesmo da convicção da necessidade de se construir todo um saber capaz de desvendar o mistério colocado: onde se ocultava a ordem sob a aparente desordem?

A desordem é a imagem invertida de uma ordem escondida, ainda potencial, e que a ciência urbana e uma política experimental devem tornar real [...]. Em outras palavras, trata-se de instaurar uma ordem espacial nova, meio e resultado de uma nova ordem social⁸

⁸ Essa é a perspectiva de Christian Topalov, que, ao identificar as “representações científicas sobre a cidade e o território” como resultado de uma demanda de base social mais ampla, situa o nascimento da ciência urbana como resposta à desordem imperante: “Mas, como os utopistas, os cientistas forjam categorias de descrição e de análise que permitem representar a realidade atual em sua relação necessária com aquilo que se quer que ela se torne. Em outras palavras, os modelos de inteligibilidade são estreitamente relacionados com um modelo de sociedade”. Christian T’OPALOV. “Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?”, in *Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, n.º. 34/ano XI, São Paulo: SCT (PR)/FAPESP/FINEP, 1991, p. 30.

A ordem, até então oculta, que cabia ao pensamento sobre o urbano desvendar, se era espacial na sua dimensão mais externa, não podia deixar de desdobrar-se, para a boa consecução do projeto racionalista burguês, numa nova ordem produtiva e numa nova ordem política.

De tal modo, a nova ordem urbana que a nascente ciência da cidade procura não é somente uma ordem produtiva, mas antes, provavelmente, uma ordem política⁹.

O ideal de normatização, que posteriormente, na literatura foucaultiana, ganharia foros de paradigma básico, definidor da modernidade que então se instaurava, de fato adquire, nesse contexto de caos urbano do século XIX, uma dimensão extraordinária. A percepção dominante no pensamento culto da época era de uma cidade eivada de ameaças. Ameaças que provinham, sobretudo, da presença, até então inédita, de um populacho indócil e perigoso, mas ameaças que não deixavam de ter suas raízes fincadas no precário e descontrolado estado sanitário dessas mesmas cidades.

Sobre as assim chamadas “classes perigosas” é que recairia o ímpeto ordenador, disciplinador, domesticador, independentemente de qual fosse a causa identificada como nuclear para a situação posta. Seja porque os hábitos, costumes, comportamento, o que, enfim, poderia ser visto como uma cultura popular típica àquela população recém-advinda à cidade apresentava, por si só, traços típicos de bárbaros incivilizados, justificando, então, uma ação dos poderes públicos no sentido de estabelecer um novo padrão de convivenciabilidade, de sociabilidade, mais afeito ao gosto burguês – aquilo que para Robert Storch constituía uma nova “ordem básica”¹⁰. Seja, ainda, porque essas classes populares eram as mesmas que iriam compor o indômito operariado, cuja mobilização e

⁹ Christian Topalov, op. cit., p. 32.

¹⁰ É curioso notar que Storch, em seu artigo sobre o “Policimento do cotidiano na cidade vitoriana”, situa seu prisma de análise naquele conjunto referencial típico dos foucaultianos – da normalização –, dando, todavia, um papel preponderante à polícia no estabelecimento daquilo que ele chama de uma nova “ordem básica”. O interessante está no fato de que a normalização se faz via aparelho repressor do Estado e não via dispositivo discursivo de poder, este sim o típico padrão de referência dos foucaultianos. Robert STORCH. “O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana”, in *Rev. Bras. Hist.*, citado.

agitação política mostravam, desde a Revolução Francesa, a força social que sua atuação podia desencadear.

As estratégias de disciplinamento empreendidas foram, contudo, muito mais refinadas que se suporia à primeira vista. Nada demonstrou melhor a sofisticação dessas estratégias ordenadoras de comportamentos, de mentalidades que a política sanitarista/higienista implementada. Seu potencial regulador foi, realmente, extraordinário. Fruto de todo um saber técnico-científico construído em seu favor, a política higienista, entretanto, não deixou de evidenciar seus verdadeiros intuitos. Sua origem está relacionada com o que François Beguin denominou o custo social e econômico do desconforto, e que, naquele que foi provavelmente o primeiro grande trabalho investigativo sobre as condições de vida e habitação dos pobres, ganhou a seguinte formulação:

Os fatos demonstram a importância política e moral dessas considerações, a saber: que os ambientes físicos insalubres deterioram a saúde e o estado físico da população, que, por isso mesmo, eles agem como obstáculos à educação e ao desenvolvimento moral que, diminuindo a esperança de vida da população operária adulta, eles interrompem o crescimento das capacidades produtivas e diminuem o capital social e moral da comunidade; que eles substituem uma população que acumula e conserva a instrução, que melhora constantemente, por uma população que é jovem, ignorante, crédula, apaixonada e perigosa, como resultado de uma inclinação permanente à degradação física e moral¹¹.

Esse, que é o custo social e econômico do desconforto, não deixava, porém, de ter suas repercussões em termos de gerar hábitos antissociais, desagregadores, disruptivos.

A influência imoral da sujeira e do desconforto nunca foi suficientemente levada em consideração. Essa influência é antissocial no mais alto grau; o estado miserável da sua casa é uma das causas essenciais que conduz um homem a gastar seu dinheiro em prazeres egoístas: ele entra em casa esgotado, aspira à tranquilidade, tem necessidade de repousar:

¹¹ CHADWICK. *Relatório Apresentado ao Secretário do Interior de Sua Majestade pelos Delegados da Lei da Mendicância a Respeito de uma Investigação sobre as Condições Sanitárias da População Trabalhadora da Grã-Bretanha*; Londres, 1842. Citado em François BEGUIN. "As maquinarias inglesas do conforto", in *Espaço e Debates*; op. cit., p. 40.

a sujeira, a miséria, o desconforto sob todas as formas o cercam, ele só deseja então ir embora, se puder¹².

Hábitos que indicavam a incapacidade de incorporação dessas populações a um projeto de civilização burguês.

Excluídos da possibilidade de usufruírem o conforto proporcionado pelos equipamentos e aparelhos que o conhecimento técnico então já oferecia como disponível, seriam essas populações infensas às tentativas de controle. Tentativas que, por se pautarem em ações repressivas, coercitivas, veriam suas possibilidades de êxito limitadas, pois se mostravam incapazes de domesticar corpos e mentes.

De outro modo, enquanto foi possível sublocar a metade de uma cama para evitar o hospital, ou o trabalho, aquecer-se com álcool ou com outros corpos, reduzir tensões inseparáveis da coabitação, consumindo ópio ou vivendo na rua, poder ir buscar água no rio, os pobres ofereciam a todos aqueles que queriam controlá-los menos possibilidade de dominar suas vidas¹³.

O que, por conseguinte, a mais acurada observação da realidade parecia demonstrar de modo inequívoco era a necessidade de extensão dos “equipamentos do conforto” (casa, água encanada, esgotamento sanitário, etc.) àqueles brutos. Se era mister controlar, quiçá debelar, os ímpetos disruptivos daqueles bárbaros incivilizados, então era preciso submetê-los à doce disciplina que o conforto proporcionaria – doce e insidiosa, no modo de ver de Beguin.

Tornar acessíveis todos aqueles equipamentos do conforto não tinha outro significado que o de tornar aplicável o conjunto de medidas que o novo saber médico-higienista preconizava e que encontrou na engenharia – por meio dos chamados “engenheiros sanitaristas” – a necessária técnica de aplicabilidade.

Também ao reordenamento do traçado urbanístico, cujo paradigma está na reforma de Haussmann, não escapou esse intuito dominador. Walter Benjamin foi talvez o primeiro a chamar a atenção para tal fato.

¹² Primeiro Relatório dos Comissários que Investigaram a Situação de Grandes Cidades e Distritos Populares, Londres, 1844. Citado em Beguin, op. cit., pp. 40/41.

¹³ François Beguin, op. cit., p. 48.

Depois dele, vários outros mostraram-se sensíveis à mesma perspectiva. Sua formulação, contudo, permanece insuperável.

A verdadeira finalidade das obras de Haussmann era tornar a cidade segura em caso de guerra civil. Ele queria tornar impossível que no futuro se levantassem barricadas em Paris [...]. Haussmann quer impedi-las de duas maneiras: a largura das avenidas deveria tornar impossível erguer barricadas e novas avenidas deveriam estabelecer um caminho mais curto entre as casernas e os bairros operários. Os contemporâneos batizam esse empreendimento de ‘*embellissement stratégique*’¹⁴.

O exercício do controle por parte das autoridades sobre a população civil, a bem da verdade, como lembra o próprio Benjamin, tem um passado mais remoto, e para a sua boa execução, vários foram os mecanismos utilizados. Desde a numeração das casas, um controle sobre a correspondência, até o que foi seu instrumento mais sofisticado: o uso da fotografia na identificação das pessoas.

Desde a Revolução Francesa, uma ampla rede de controle havia amarrado a vida civil cada vez mais firmemente em suas malhas. Para o avanço da normatização, a numeração das casas era uma ajuda muito útil¹⁵.

Já em 1936, Balzac havia chamado a atenção para esse mesmo fato.

Pobres mulheres da França! Vós bem que gostaríeis de permanecer desconhecidas, para ficar tecendo o vosso pequeno romance de amor. Mas como quereis fazer isso numa civilização que manda registrar nas praças públicas a chegada e a saída das carruagens, que conta as cartas e as sela uma vez no despacho e outra vez na entrega, que apõe

¹⁴ Walter BENJAMIN. “Paris, capital do século XIX”, in *Walter Benjamin*; Col. Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1985, p. 42. Ver também, do próprio Benjamin, “A Paris do Segundo Império em Baudelaire”, ibidem. Marshall BERMAN. *Tudo que é sólido desmancha no ar*; São Paulo: Cia. das Letras, 1988. Carl SCHORSKE. *Viena fin-de-siècle*; São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

¹⁵ Walter Benjamin, “A Paris do Segundo Império em Baudelaire”, citado, p. 75. (grifo nosso)

números às casas e que logo [...] terá o país todo cadastrado até o seu menor detalhe¹⁶.

Todavia, esse cenário que já deixa vislumbrar os contornos de uma “sociedade administrada” – tema tão caro aos frankfurtianos, e nisso Benjamin era um legítimo representante dessa linhagem – só virá a ganhar uma maior definição de cores e matizes, uma maior exatidão, com o advento da fotografia e seu uso na identificação dos indivíduos. Eis como Benjamin registra o novo momento:

Medidas técnicas tiveram de vir em ajuda do processo de controle administrativo. No início do processo de identificação, cujo padrão era então feito pelo método de Bertillon, está a definição da pessoa através da assinatura. Na história desse processo, a invenção da fotografia representa um passo. [...] Pela primeira vez, a fotografia possibilitaria reter claramente e a longo prazo os rastros de um ser humano. [...] A partir daí, não se pode mais pressentir onde acabarão os esforços para fixá-lo no falar e no fazer¹⁷.

A monumentalidade das obras que Haussmann empreende não deixava de ser um elo a mais nessa corrente quase interminável que procurava prender o homem moderno sob o estrito controle dos poderes públicos. Mas não apenas isso. Simbolicamente, mais que qualquer outra coisa, o urbanismo haussmanniano foi a (com)sagração dos valores burgueses. Sua monumentalidade, seus largos espaços urbanizados, suas praças, pontes, parques, sua arquitetura, seu calçamento, seus prédios e monumentos públicos eram a marca exata da nova ordem burguesa. Onde quer que fincasse raízes no poder, a burguesia – essa classe de arrivistas – procurou emoldurá-lo com seus traços de inequívoca ordem e grandiloquência.

Escrevendo sobre a Viena da Ringstrasse – “uma forma de invocação mental das características de uma época, equivalente à noção de ‘vitoriano’ para os ingleses, ‘Gründerzeit’ para os alemães ou ‘Segundo

¹⁶ Honoré de Balzac, “Modeste Mignon”, citado in Benjamin, op. cit., p. 75.

¹⁷ Benjamin, citado, p. 76. (grifo nosso)

Império’ para os franceses” –, Carl Schorske dirá que os militares austríacos, assim como seus pares franceses,

deram preferência à rua mais larga possível, para dar o máximo de mobilidade às tropas e o mínimo de condições para barricadas de eventuais rebeldes. Assim, a rua foi projetada como uma artéria larga que cercaria totalmente a cidade interna, a fim de agilizar o deslocamento de homens e materiais para qualquer ponto de perigo. Considerações militares e desejos civis assim coincidiram na escolha de um imponente bulevar que daria à Ringstrasse sua forma circular e sua escala monumental¹⁸.

Nessa conjunção de interesses entre civis e militares, que Carl Schorske chama a atenção, há algo bastante sugestivo. De certa forma, parece haver aí uma associação entre estratégias diferenciadas de dominação. Uma que aposta na necessidade de facilitar e otimizar o fluxo das tropas, outra que identifica na “função simbólica de representação” um inegável poder dominador/domesticador.

Os objetivos práticos, que poderiam ser alcançados com o remodelamento da cidade, subordinaram-se solidamente à função simbólica de representação. O que dominou a Ringstrasse não foi a utilidade, mas a autoprojeção cultural. O termo mais comumente empregado para descrever o grande programa dos anos 1860 não era ‘renovação’ nem ‘redesenvolvimento’, e sim ‘embelezamento da imagem da cidade’. De modo mais sucinto do que qualquer outra fonte isolada, o grande fórum construído ao longo da Ringstrasse de Viena, com seus monumentos e residências, oferece-nos um índice iconográfico da mentalidade do liberalismo austríaco ascendente¹⁹.

Difícilmente, outra citação resumiria com tanta propriedade o que, por fim, veio a ser o que estaremos a chamar de padrão *belle époque*, ou

¹⁸ Carl Schorske, op. cit., p. 49. A citação anterior está na pag. 43.

¹⁹ Ibidem, p. 45.

fin-de-siècle, de reformas urbanas²⁰. Nele, desponta a necessidade de se pôr fim ao caos urbano com o devido controle das condições sanitárias, mas também das classes populares que se amontoavam nas cidades. Tal empreendimento, todavia, como foi visto então pelos agentes sociais empenhados na sua efetividade, passava, acima de qualquer coisa, para a sua real eficácia, por um controle que significava disciplinarização daquele populacho ameaçador. Que, exatamente por ser ameaçador, não apenas na sua ação política – organizada ou não – porém também nos seus hábitos e comportamentos, e que irá demandar um novo tipo de disciplinamento.

Não mais aquele fruto da repressão, do uso coercitivo da força – ou, antes, não exclusivamente mais este. E sim uma disciplina que busque ser uma efetiva domesticação dos seus corpos e suas mentes; que se reflita em comportamentos – mais até: em desejos de comportamentos – em tudo e por tudo adequados à fisionomia burguesa da cidade/sociedade. Eis, enfim, por que a “função simbólica de representação” adquire uma importância superior à utilidade das obras empreendidas. “Embelezamento da imagem da cidade”, eis o que, acima de tudo, importava. Só assim se compreende, como já foi dito, o porquê das reformas de Haussmann terem se tornado tão paradigmáticas, o porquê delas, como lembra Benjamin, terem sido apreendidas como um “*embellissement stratégique*”.

Foi, na sua maior parte, tendo esse quadro mais geral por referência que a historiografia brasileira passou a desenvolver os estudos e pesquisas sobre as cidades brasileiras. Dentre tantas experiências, a vivida pelo Rio de Janeiro foi seguramente a que maior provocou repercussão. Convém, no entanto, por amor à clareza, ressaltar que, diferentemente das cidades europeias e norte-americanas, o Rio de Janeiro não vivia o seu “caos

²⁰ A bem da verdade, Sérgio Pechman e Lilian Fritsch, em seu trabalho já citado, trazem um bom resumo da problemática posta. “Desde logo tornou-se evidente que as cidades somente poderiam se livrar das condições sanitárias adversas em que se encontravam caso passassem por um profundo processo de reforma em sua estrutura urbanística. Ou seja, o combate à insalubridade impunha a ordenação do espaço urbano, o disciplinamento de seus usos, o emprego de instrumentos de controle que pudessem regular a vida na cidade [...]. Hábitos anti-higiênicos deveriam ser abandonados. Água encanada e rede de esgotos careciam ser instalados. Era mister que medidas preventivas, como a aplicação de vacinas, fossem adotadas para combater certos tipos de moléstias [...]. A higienização das cidades demandava a adoção de medidas tão amplas em seu tecido urbanístico que, no fim e ao cabo, sanear-las acabava por significar reformá-las em toda sua amplitude”; citado, p. 142.

urbano” como decorrência de um processo de industrialização intensiva –embora fosse a cidade de maior concentração industrial no país até pelo menos o segundo decênio do século XX. Não obstante, o processo de metropolização por que passa a cidade já se insinua deste o último quartel do século XIX. Uma metropolização que ocorria em razão direta do forte apelo atrativo que a capital do Império, e posteriormente da República, exercia. Em todo caso, fossem por que razões fossem, o fato é que a cidade do Rio de Janeiro atingiu um patamar de aguda crise urbana que, a exemplo das cidades industriais europeias e norte-americanas, no modo de ver dos historiadores Pechman e Fritisch, findava por colocar em dúvida o “ideal de multiplicação das riquezas materiais”.

Consequentemente, o quadro apresentado pelo Rio de Janeiro em muito se aproximava do das metrópoles do hemisfério norte. Seu estado sanitário, expresso por sua alta taxa de mortalidade, como já foi visto, estava entre os dez piores do mundo. Nada mais natural, portanto, que as reformas empreendidas como tentativa de solucionamento aos problemas postos procurassem mirar-se no exemplo europeu.

E, assim como a Paris do Segundo Império havia se tornado referência para o mundo ocidental, assim também o Rio de Janeiro tornou-se referência para as demais cidades brasileiras. Em decorrência, aquele que foi o padrão *belle époque – fin-de-siècle* – de reformas urbanas veio a ser o hegemônico nas reformas realizadas nos primeiros decênios do século. Porém, é preciso observar que, de acordo com o caso, ênfases diferenciadas se pronunciavam. As razões da saúde pública, por exemplo, embora sempre presentes nos horizontes dos agentes sociais envolvidos nos projetos de reformas urbanas, nem por isso se tornaram na razão última, legitimadora das ditas reformas. Comumente, quanto menor a cidade, mais lento seu ritmo de crescimento, menos densa sua aglomeração humana, menor importância tendia a adquirir a questão sanitária. Em contrapartida, o aspecto urbanístico/arquitetônico, acompanhado de uma preocupação com a adoção de hábitos e comportamentos cosmopolitas, tendiam, no mais das vezes, a ser investidos de uma maior importância.

Note-se, desde logo, que esses hábitos e comportamentos cosmopolitas eram exatamente aqueles cujas origens estavam na tentativa da

disciplinarização, de constituição de uma nova sociabilidade, levada a cabo pela burguesia europeia, mas que, quando transpostos para os trópicos, significavam antes uma adesão às determinações de uma suposta modernidade que uma imperceptível introjeção e assimilação de normas disciplinadoras. Se, tal como cita Carl Schorske, se tratava de um “embelezamento da imagem da cidade”, então os hábitos e comportamentos cosmopolitas viriam a ser fundamentais, junto com as mudanças operadas no traçado urbano e nos padrões estéticos valorizados, para a confecção do novo ambiente moderno.

É isso, precisamente, o que assoma quando se considera o processo ocorrido no Recife. De fato, já em meados do século XIX, notadamente na administração de Francisco do Rego Barros, futuro Conde da Boa Vista, a cidade parece se revestir de elementos emblemáticos da modernidade europeia. O que salta aos olhos do observador é a ornamentalidade do que então se entendia por moderno. São modos, comportamentos, hábitos sociais, que recobriam com um verniz civilizatório as toscas elites locais. Também a cidade se viu envolvida por essa obsessão ornamental.

A presença dos bailes, das soirées, de uma vida social que se intensifica, demonstra que pelo menos a característica fundamental da modernidade, o trânsito, estava bem instalado. A vida de aparência, o consumo, a ostentação, o luxo faziam parte do dia-a-dia dos ricos e dos pobres; os dizeres da moda se espalhavam mais rápido do que as epidemias. A própria cidade tornou-se um objeto de exposição de suas elites. Os equipamentos urbanos instalados, luz, água, transporte urbano, esgotamento sanitário, estavam normalmente superdimensionados para as necessidades reais da cidade [...] ²¹.

Em conformidade com tais preocupações, chegou-se mesmo a contratar uma missão francesa, chefiada por Vauthier, como que para dar uma maior autenticidade às obras realizadas. Obras como o Teatro Santa

²¹ Ney Brito DANTAS. *Entre coquetes e chicos-machos. Uma leitura da paisagem urbana do Recife na primeira metade do século XIX*; Recife: UFPE/PPGH - Dissertação de Mestrado, 1992, pp. 92/93.

Izabel, após 500 contos de réis e vários anos de construção, foi finalmente inaugurado a 18 de maio de 1850, tornando-se um dos mais concorridos e inesquecíveis acontecimentos sociais.

O poder imaginativo é falho para reconstituir essa noite recifense. As segas seriam ainda raras na cidade, mas todas saíram das cocheiras com seus boleiros encasacados. Palanquins ter-se-iam mostrado a caminho do teatro, e ao seu lado permaneceriam até o cair do pano, no derradeiro ato. Os ônibus do Cláudio porventura terão igualmente levado, ao trote de seus cavalos, famílias de Apipucos, de Olinda, do Poço, de Caxangá... E até as canoas prestaram serviços de condução na travessia do rio²².

Em verdade, fosse ou não por conta de sua formação francesa, o fato é que durante a administração do Conde da Boa Vista o Recife se vê invadido por estrangeiros. Franceses, sobretudo. Das mais diversas profissões e ocupações – médicos, artistas, cozinheiros, cabeleireiros, modistas, parteiras –, o que veio a dar uma nova dinâmica à vida social da cidade. No dizer de Flávio Guerra, se dá uma “modificação ampla e total dos costumes sociais da nova capital”²³.

À parte a preocupação com a ornamentalidade – sempre presente nos tacanhos horizontes de uma elite que entendia/entende modernizar-se quase tão-somente em dar uma nova veste às arcaicas estruturas sociais –, não há como descurar do fato de que a modernização e ampliação do porto constituía elemento-chave para a manutenção da posição privilegiada que a cidade detinha em nível regional, e que era mesmo a garantia da continuidade das também privilegiadas condições de que gozavam as elites locais. Após uma secular luta por ver aprovado um projeto que proporcionasse as reformas requeridas da cidade, o período que se abre com essa aprovação, em 1908, é particularmente interessante para os propósitos deste capítulo. Com efeito, o período que se inaugura com o início das obras do porto, e prossegue até os agitados anos 20, mostra-se

²² Mário SETTE. *Arruar*; 2ª. ed., Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, s.d., p. 197.

²³ Citado por Antônio Paulo de Moraes REZENDE. *(Des)Encantos modernos: história da cidade do Recife na década de vinte*; São Paulo: USP - Tese de Doutorado, 1992, p. 35. Ver ainda pp. 34/37.

tremendamente rico em termos de revelar o quanto a sociedade recifense se teria debatido em torno da questão do ser moderno.

São realmente de urna extraordinária riqueza e variedade os contornos que vieram a ganhar as demandas por ser moderno. A modernidade impunha desde a necessidade de se ter um porto modernamente aparelhado e ampliado nas suas dimensões, de se dispor de uma ampla rede de esgotos sanitários e fornecimento de água encanada, de se poder trafegar por ruas largas, calçadas e iluminadas, até o desejo de se mostrar elegante, ou frequentar os cinemas – que por essa época começam a proliferar – e, mais tarde, reunidos nos cafés e confeitarias, comentar sobre a admirável interpretação dos atores ou sobre a extraordinária produção ora em cartaz. Às senhoras e senhorinhas já não convinha ficar reclusas em casa. O passeio pelas congestionadas ruas de comércio, ao fim de tarde, quando o sol já estava ameno, tornou-se mesmo quase que obrigatório. Afinal, era preciso estar a par da última moda em chapéus, cintos, sapatos, tecidos, xales, luvas, leques, todos os adereços, enfim, que definiam o ser ou não elegante. Tirar, e não mais apenas posar para fotografias; admirar-se com os aeroplanos que cruzavam os oceanos – e com a audácia de seus pilotos –; extasiar-se com a velocidade do automóvel; saborear os deliciosos e gelados sorvetes; abrir os salões dos “palacetes” para frequentes festas e chás... A lista seria interminável exatamente porque parecia não se esgotar o que se entendia por moderno. Qualquer detalhe poderia ser simbolicamente entendido como uma manifestação da modernidade ansiada. Bastava, para tanto, que tal ou qual detalhe da vida urbana aparecesse aos olhos dos contemporâneos como uma inequívoca manifestação do progresso ou como um traço característico do *modus vivendi* das “adiantadas civilizações” estrangeiras.

Quando se observa a cena urbana que se desenrolava no Recife nas três primeiras décadas do século XX, percebe-se de imediato que se passava então por um processo que não destoava daquele vivido por várias outras cidades brasileiras, mormente aquelas que constituíam centros urbanos cuja esfera de abrangência se estendiam para além de suas fronteiras administrativas. A modernidade *belle époque* impingia também ao Recife os seus determinantes padrões de desenvolvimento e progresso.

Ainda que já referido anteriormente, seria conveniente sublinhar que aquilo que estamos a denominar modernidade *belle époque* – ou *fin-de-siècle* – teria dois paradigmas básicos de referência: o estético e o sanitário/higienista. Quer se queira considerar um ou outro, o ocorrido no Recife apresenta evidências suficientes de que as mudanças então vividas cabiam bem dentro desse cenário de transformações. No entanto, dados os limites próprios a estudos como este, optamos por trabalhar apenas com o determinante estético e seus contornos.

Tal opção não se deu em função de alguma ausência de mudanças significativas no âmbito da saúde pública local – bastando, para isso, que se atente para a reformulação que, sob o governo Sérgio Loreto, o médico Amaury de Medeiros dá ao Departamento de Saúde e Assistência –; nem tampouco se deu em decorrência da carência de algum discurso higienista que esquadrinhasse o cotidiano da cidade – a vasta produção do Dr. Octávio de Freitas é deveras significativa quanto a isso.

Não deixa de ser também relevante, a esse respeito, o fato de o Recife ter vivenciado, durante a primeira metade da década 10, a maior obra sanitária de sua história: a instalação, sob o comando e orientação técnica do mui prestigiado engenheiro Saturnino de Brito, da mais extensa rede de esgotos e de água encanada que a cidade jamais viu – nem antes, nem depois, o que é infinitamente mais grave. Isso, que por si só já seria de inestimável importância para a constituição da imagem de cidade moderna, uma vez que melhoraria sensivelmente as condições sanitárias da cidade, não deixava de ter também repercussões em termos simbólicos. Afinal, tratava-se de uma difusão de aparelhos do conforto em proporções nunca antes vistas.

Ter, por conseguinte, esses serviços à disposição dentro das casas era algo que causava um tremendo impacto no imaginário social. (Os anúncios dos classificados da época refletiram claramente isso.) Ademais, a seriedade e devoção com que se entregava a seu ofício fez com que, ao fim, Saturnino de Brito brindasse a municipalidade com um projeto de estatuto de uma repartição pública (Repartição de Saneamento), cuja autoridade normativa incidiria sobre as instalações sanitárias de toda edificação urbana: residencial, comercial, industrial, etc. Com isso, adquiriam

as autoridades públicas um poder absoluto na regulamentação e controle das edificações urbanas, dado que estas, além de só terem seus projetos autorizados mediante parecer positivo da repartição, ainda teriam esses mesmos projetos catalogados e arquivados.

Nossa opção, portanto, não foi mais que fruto da natural e arbitrária escolha de um universo de estudo compatível com as condições disponíveis.

É mister esclarecer, ainda, o que temos em mente quando afirmamos que nosso campo de análise se restringirá à determinante estética e seus contornos. Há dois termos, de uso muito frequente à época, que traduzem bem a premência do estético nos melhoramentos urbanos. Se se entende por melhoramento urbano qualquer tipo de intervenção no espaço urbano, ver-se-á, então, que tais melhoramentos se regiam prioritariamente pelos ideais do *embelezamento* e do *aformoseamento*. Sob esse critério, a iluminação elétrica se torna um signo de modernidade não apenas pelo que representa em termos de avanço tecnológico (embora esse aspecto, já de per si, fosse capaz de conferir uma aura de admiração e alto reconhecimento a tudo quanto se visse agregado), porém, igualmente, pelo aformoseamento que proporciona às vias e logradouros públicos.

Conforme essa escala de valores, a ornamentalidade vem a ser o critério básico da vida moderna. Em obediência a tal princípio, o que se pode notar em todos os casos de modernização das cidades brasileiras conhecidos, que se repete com as mesmas proporções no Recife, é a desmedida preocupação que suas elites devotavam à ostentação de signos modernos. Signos esses que não se restringiam ao espaço urbano, mas que se revelavam também numa sociabilidade orientada por uma certa obsessão pelo estrangeiro. Esse cosmopolitismo, que pautou o irrestrito consumo de hábitos e comportamentos sociais por parte das elites locais, também assegurou a essa mesma elite o sentimento de pertencer àquele estágio civilizatório ardentemente ansiado²⁴.

Enfim, embelezava-se e aformoseava-se a cidade com obras e equipamentos urbanos que tinham nas grandes cidades do hemisfério norte seu referencial de legitimação. Mas não apenas a isso se restringia a cons-

²⁴ Cf. Renato ORTIZ. *A moderna tradição brasileira*; 3ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1991, pp. 30/32.

trução da imagem de uma cidade moderna, civilizada, progressista. A ornamentalidade se evidenciava – talvez até mais vorazmente – na adoção de novos valores culturais que trariam incorporados uma predisposição para renovados hábitos, costumes e comportamentos sociais, pois era exatamente o consumo desses valores culturais o que tornava real a fantasia da modernidade, na medida mesmo em que compunha a atmosfera necessária à constituição do imaginário desejado.

A sem-cerimônia com que se incorporava os padrões estrangeiros de sociabilidade foi de tal monta que provocou ácidas e iradas críticas dos mais tradicionalistas. Em uma tocante passagem do seu muito controverso Manifesto Regionalista, Gilberto Freyre destila todo o seu horror à modernidade cabocla que os “dirigentes” e “burgueses mais cheios de requififes e dinheiro” se empenhavam por implantar.

Procurando reabilitar valores e tradições do Nordeste, repito que não julgamos estas terras, em grande parte áridas e heroicamente pobres, devastadas pelo cangaço, pela malária e até pela fome, as Terras Santas ou a Cocagne do Brasil. Procuramos defender esses valores e essas tradições, isto sim, do perigo de serem de todo abandonadas, tal o furor neófilo de dirigentes que, entre nós, passam por adiantados e ‘progressistas’ pelo fato de imitar em cega e desbragadamente a novidade estrangeira. A novidade estrangeira de modo geral. De modo particular, nos Estados ou nas Províncias, o que o Rio ou São Paulo consagram como ‘elegante’ e como ‘moderno’²⁵.

O governo Sérgio Loreto, em especial, devotou um real empenho por deixar registrada uma duradoura marca de administração modernizatória porque progressista. Para isso, muito contribuiu um apurado senso do que hoje se designa por *marketing político*. Não satisfeito com a natural benevolência e boa vontade com que o grupo político ora no poder, e seu respectivo programa de governo, era agraciado pela imprensa, Sérgio Loreto estimulou ainda a criação da Revista de Pernambuco para auxiliar na divulgação de suas obras e ações governativas. Com igual intuito, mas

²⁵ Gilberto FREYRE. *Manifesto regionalista*; 6ª. ed., Recife: IJNPS, 1976, pp. 56/57.

já agora com um requinte inusual – o que dá bem uma amostra de seu invejável *feeling* para o *marketing* –, mandou, o governador, produzir filmes propagandísticos para serem projetados antes de as regulares sessões dos cinemas terem início.

Propaganda política à parte, é inegável que durante o quadriênio Sérgio Loreto o Recife vive intensa modernização. No que diz respeito ao tecido urbano, ele vê-se alargado, com a praticamente criação de dois novos bairros, além de se estabelecerem as bases para uma ocupação mais efetiva em alguns de seus tradicionais arrabaldes.

É certo que, devido à sua proximidade do centro, o Derby despertava já muitas atenções e cobiças; porém, antes da drenagem, aterro, aruamento e construção do Parque do Derby, aquele que os entusiastas mais vibradores chamavam de “nossa cidade jardim” – numa descabida alusão aos grandes empreendimentos imobiliários que planejavam a ocupação de bairros inteiros (os “subúrbios elegantes”) – não representava ainda área com a mínima parcela da importância que viria a ter Boa Viagem, tampouco era área que atraísse maiores atenções. Perdida para além dos alagados do Pina, não era nem mesmo praia de veraneio apreciada. Muito mais apreciada era Olinda. Mas achou por bem o governador ali construir uma avenida beira-mar; afinal, toda cidade praieira que se reputasse civilizada tinha uma via costeira. Recife, portanto, tinha de ter a sua. Não obstante a controvérsia que gerou a opção por fazê-la em Boa Viagem (para os críticos mais ferrenhos, tratava-se de artifício para valorizar uma região na qual o governador e seus familiares possuíam vastos lotes), o fato é que a construção da Avenida Beira-Mar veio acompanhada de todo um conjunto de obras necessário a uma efetiva ocupação desse novo espaço urbano.

Astúcia ou não para favorecer o enriquecimento ilícito, o inescusável é que o governo Sérgio Loreto estava realmente propiciando uma redefinição do espaço urbano. Os diversos melhoramentos realizados em subúrbios há muito habitados, como Afogados, Torre, Madalena, Encruzilhada, etc., ou mesmo em localidades mais centrais, como Paissandu e Entroncamento, lograram reincorporá-los à cidade. Agora, no entanto, com um novo apelo. O apelo de terem sido tocados pelos ventos do pro-

gresso. Fosse na forma de um calçamento, na construção ou melhoramento de alguma via ou de algum mercado público – formoso e higiênico! –, ou na iluminação de alguma área, ou na reforma de alguma praça ou parque, fosse, enfim, porque fosse, o resultado era previsto para ser um só: alardear a modernidade da cidade, que era também alardear o quanto industriosa e operosa era a administração estadual – vale dizer, sua elite dirigente. Nisso, convém não amenizar os fatos, o governador nunca se fez de rogado. Basta observar que uma das praças mais caprichadas do período – juntamente com o Parque do Derby – foi desde seu projeto inicial batizada de Praça Sérgio Loreto. O que era absolutamente inédito, vez que, quando queriam promover-se e perpetuar suas passagens, os governantes escolhiam por nomear obras mais dignificantes, como escolas, hospitais ou qualquer outro equipamento urbano mais dignificante. A uma praça ninguém jamais havia emprestado seu nome (não, enquanto vivo). Isso por si só já é bastante significativo²⁶.

A cidade que finalmente desponta na segunda metade dos anos 20 compunha, com certeza, um cenário adequado aos padrões modernos. Nela transitava um número sempre crescente de automóveis, a uma velocidade também crescente, resultando nos igualmente crescentes acidentes e atropelamentos. Seus homens e suas mulheres elegantes podiam vestir-se segundo a última moda inglesa e francesa, respectivamente, com uma desconcertante facilidade. Podiam – não só eles, mas um imenso povaréu – ir assistir, basbaques, à chegada de mais um aventureiro voador a cruzar o oceano. Também lhes era possível – coisa rara!, exclusiva a uma ou duas cidades fora o Recife – deleitar-se com uma audição da Rádio Club. Ou – o que era do mesmo modo raro, quiçá mais até – poder, além de frequentar os cinemas e acompanhar as sucessivas produções cinematográficas e fazer, eles mesmos, os seus filmes. Se fosse apreciador de ter-

²⁶ A bem da verdade, como registra matéria publicada, em julho de 1924, na *Revista de Pernambuco* (Ano I, nº. 1), a praça vinha a ser uma decorrência do grupo escolar, Sérgio Loreto, que se estava a construir na antiga Campina do Bodé. “O Diário do Estado publicou notas descritivas do prédio que, na antiga Campina do Bodé, está a Prefeitura construindo para instalação de um novo grupo escolar que tomará o nome Sérgio Loreto. A localização de tão importante serviço, naquela praça, exige, naturalmente, o seu completo saneamento, o que está fazendo a Prefeitura com as obras ali iniciadas. Assim, a velha campina se está transformando no futuro parque Sérgio Loreto [...]”. Uma vez, contudo, iniciadas as obras da Praça Sérgio Loreto, da escola quase não mais se fala.

túlias literárias, havia sempre o recurso de, nos fins de tarde, ir à esquina da Lafaiete, e lá gozar da soberba cultura e inteligência de um Joaquim Cardozo, ou daqueles que, juntamente com José Maria de Albuquerque, editavam a Revista do Norte. Quem sabe, se a sorte lhe fizesse mercê, presenciar dois talentosos poetas – e incorrigíveis boêmios – trocarem rimados e divertidos insultos. Ao primeiro, que teria dito:

Aqui jaz o Austro-Costa
Um poeta sem segundo,
Morreu afogado em bosta,
Na pior bosta do mundo.

O outro haveria respondido prontamente:

Na pior bosta do mundo
Não morri, fiquei suspenso,
Pois, antes de ir ao fundo,
Peguei nos chifres do Ascenso²⁷

Se, porém, o gosto era por debates mais acirrados – e menos saborosos –, então era preferível acompanhar a figadal disputa entre modernistas e regionalistas, levada a cabo, principalmente, pelos insaciáveis egos de Joaquim Inojosa e Gilberto Freyre.

Eram muitas, quase intermináveis, as possibilidades de desfrute que a cidade oferecia a um espírito moderno. Como, contudo, explicar isso? Que forças, que interesses, que grupos sociais teriam atuado para produzir fenômeno de tal monta? Por que o tamanho empenho e dispêndio de energia social? A que se almejava, que fins se tentava alcançar? Muitas são as perguntas; mais ainda parecem ser as possibilidades de respostas. O que segue procura oferecer uma contribuição a esse debate. Contudo, tendo em vista a impossibilidade de se apresentar devidamente os resultados de toda uma pesquisa, as próximas páginas se restringem a indicar um ou dois caminhos passíveis de serem trilhados.

²⁷ Citado por Mauro MOTA. *Modas e modos*; Recife: Raiz, 1976, p. 70. Os poetas em questão são, evidentemente, Ascenso Ferreira e Austro-Costa.

De modo um tanto resumido, colocaríamos a questão nos seguintes termos: os fins do século XIX e os princípios do XX se mostram bastante ricos no que diz respeito à modernização das cidades brasileiras. Se foram muitas as cidades que vivenciaram tais processos, não quer isso dizer que de uma para outra haja uma variedade de elementos determinantes. Pelo contrário, o que se observa é que, obedecendo a um referencial mais ou menos comum à modernidade das cidades brasileiras desse período, regeu-se por dois imperativos: o estético e o higieno-sanitarista. Essa a unidade paradigmática de referência, que teria, como nos demais casos, orientado o processo verificado no Recife.

Postas nesses termos, a questão da modernidade recifense parece mera decorrência de um processo de dimensões mais amplas: o Recife se moderniza porque as grandes cidades brasileiras estão se modernizando; moderniza-se segundo determinados padrões porque esses são os referenciais disponíveis; em suma, a modernidade *belle époque*, num processo natural de espraiamento, atinge o Recife, e eis o porquê do Recife moderno. Forças inexoráveis, externas à vontade da sociedade, impor-se-iam, e nisso se encerrariam as razões de ser do problema.

A forma como foi colocado o problema poderia induzir a um equívoco de tal ordem que, no limite, leva a uma proposição absurda. No entanto, é possível identificar-se duas linhas de pesquisa que, por diferentes caminhos, findam por realimentar, em maiores ou menores proporções, a depender da intensidade com que o autor venha a carregar nas tintas, a perspectiva que situa numa Razão, externa à sociedade, sua força explicativa. A expansão dessa razão, como num processo de incessante bulimia, levaria a que ela se estendesse aos mais recônditos recantos do mundo. Assim seria por conta de uma ininterrupta e ampliada reprodução do capital internacional; assim também seria devido a uma expansão, do mesmo modo ininterrupta e ampliada, de novas relações de poder; à inescapável necessidade de se instituírem novas formas de dominação social – uma nova tecnologia de poder. Capital e Poder constituiriam, assim, os determinantes últimos da história.

No primeiro dos casos, como, inclusive, já foi referido na primeira seção deste capítulo, as cidades se tornam palco da modernidade em

função do desarranjo que se segue à Revolução Industrial. A cidade industrial, comprometida por índices alarmantes de concentração populacional e de insalubridade, necessitou passar por amplas e profundas reformas para desativar sua potencial explosão. As medidas sanitárias – de saúde pública –, a redefinição do traçado urbano – e do uso e ocupação do solo urbano –, a ampliação dos serviços e equipamentos urbanos, assim como o equacionamento da tormentosa questão da moradia operária, não seriam mais, portanto, que soluções para as caóticas metrópoles industriais²⁸. Consequentemente, a cidade era moderna porque era industrial, sua modernidade não sendo mais que a própria expressão que o Capital Industrial lhe impunha.

Com a Revolução, Industrial um novo tempo se inaugura na história das cidades. Dai em diante, renovadas vagas de reformas se abaterão sobre as cidades; todas destinadas a adequar o tecido urbano-social às determinâncias que do Capital emanava. Essa lógica do Capital, que a tudo regia, acompanhou a expansão da economia capitalista. A segunda metade do século XIX, mais que qualquer outra época, foi marcada por essa mundialização. Àqueles tristes povos que não lograram industrializar-se coube um papel secundário nesse novo drama mundial. Suas cidades – para ficarmos restritos aos aspectos que aqui nos interessa – foram igualmente objeto dos reformadores. A elas não restava outra opção que subordinar-se aos imperativos do Capital. Tal foi, certamente, o caso das cidades brasileira... tal foi o caso do Recife.

Para alguns autores, a exemplo de Gisafran M. Jucá, os aspectos modernizatórios, frutos das intervenções/melhoramentos, ou ainda da instalação de serviços de infra-estrutura urbana, não podem nem mesmo serem vistos como uma modernização, mas tão-somente como simples decorrência de uma necessária adaptação às imposições advindas da ex-

²⁸ Para uma visão da moderna cidade industrial, ver Eric J HOBBSBAWN. *A era do capital*; 4ª. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, particularmente os capítulos 12 e 13; M^a. Stella BRESCIANI. *Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza*; Tudo é História, São Paulo: Brasiliense, 1982; Leonardo BENEVOLO. *História da cidade*; São Paulo: Perspectiva, 1983, particularmente os capítulos 12, 13 e 14; F ENGELS. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*; 2ª. ed., São Paulo: Global, 1985. Walter Benjamin, em “Paris Capital do Século XIX” e “A Paris do Segundo Império em Baudalaire”, citado, oferece uma visão mais sofisticada da modernidade na cidade industrial.

pansão capitalista/industrial²⁹. Uma modernidade só poderia assim ser entendida, segundo o autor, caso constituísse um conjunto coerente de ações, com vistas a industrializar/desenvolver o país. Fora desse referencial, tudo o mais seria acessório.

Perspectiva um tanto mais matizada foi apresentada por Cátia Lubambo, embora dentro ainda do mesmo universo de referência. Para Lubambo, as reformas do porto e do bairro do Recife se devem ao novo contexto da economia internacional. No entanto, não apenas em função disso. Teria havido, por parte das elites econômicas locais, uma participação fundamental, na medida em que tais obras seriam essenciais para dotar a cidade das condições necessárias à reprodução de seu papel na economia regional e nacional. Com esse intuito, “fortes grupos particulares locais, comerciais e financeiros, unidos a grupos estrangeiros que aqui detinham interesses”, teriam se associado para a realização das obras requeridas³⁰.

A importante mediação que Lubambo propõe está em internalizar o interesse pela modernização da cidade. A modernidade deixa de ser mero epifenômeno da expansão do capitalismo internacional para se tornar um resultado do interesse dos capitalistas de província. Contudo, ainda que a distinção seja realmente relevante, a Razão do Capital permanece como a única a ditar os rumos da história³¹. Essa é a mais forte impressão com que fica o leitor ao fim de seu interessante trabalho, como bem comprova o não menos estimulante estudo de Moema S. D’Andrea sobre *A cidade poética de Joaquim Cardozo*. Preocupada em com-

²⁹ Gisafran N. M JUCÁ. *A implantação dos serviços urbanos no Recife. O caso da Companhia Beberibe (1838-1912)*; Recife: UFPE/PPGH - Dissertação de Mestrado, 1979. Do mesmo autor, e ainda segundo a mesma ótica, ver *Verso e reverso do perfil urbano do Recife e Fortaleza (1945-1960)*; São Paulo: USP - Tese de Doutorado, 1993.

³⁰ Cátia W LUBAMBO. *O Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero*; Recife: CEPE/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991. A citação está na página 20.

³¹ É bem verdade, por outro lado, que em trabalho posterior a autora traz elementos que apontam para uma renovação em sua perspectiva. “O que ocorreu nas décadas finais do século XIX foi uma grande revolução dirigida à sociedade internacional. Tomando por referência a ‘revolução’ que começou na Inglaterra um século antes, essa foi mais prodigiosa em suas conseqüências, mais rápida em seus impulsos e mais revolucionária em seus efeitos sobre os hábitos e padrão de vida das pessoas. Foi a vez da constituição de um novo *modus vivendi*, sobretudo nas cidades”. Ver C. W LUBAMBO. “Reforma Urbana: o que há de novo depois de um século?”; in Ana FERNANDES e Marco A. A. de F. GOMES (Orgs.). *Cidade e história. Modernização das cidades brasileiras*; Salvador: UFBA, 1991, p. 117.

preender o contexto em que se inseria a produção do errático poeta nos anos 20, D'Andrea, após uma atenta leitura do trabalho de Lubambo, leitura essa feita sob a ótica do referencial caro a seu orientador, Roberto Schwartz, das "idéias fora do lugar", termina por caracterizar a modernidade recifense dos anos 20 quase que tão-somente como imposição do capital internacional; imposição à qual cabia o capital local se adequar, daí se tratar de uma "modernização de encomenda", uma "modernidade arrevesada"³².

Só um profundo desconhecedor da história brasileira para repelir com veemência e desconsiderar as razões exógenas, mormente as emanadas do Capital, sobre o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. Eis algo que muito distante está de nossas intenções. Não é preciso, de modo algum, negar essa lógica do Capital e sua poderosa interferência nos destinos de ex-colônias, para se proceder a uma outra leitura do mesmo problema. Basta, apenas, tirar-lhe o valor absoluto que, no limite, esvazia a própria historicidade de nossas sociedades.

Ampliar as instalações do porto e modernizar seus equipamentos era essencial para se receber os gigantescos navios que realizavam o comércio transatlântico, para descarregá-los/carregá-los com a necessária eficiência e rapidez, bem como para armazenar as mercadorias que seriam por eles transportadas. Disso estavam bem cientes as elites locais; e todo o seu incansável empenho por ver concretizadas tais obras é a exata prova de que elas não descuravam de seus interesses materiais. Todavia, transformar o velho e colonial bairro do Recife num moderno e arrojado centro urbano, com certeza, não decorria de nenhuma necessidade econômica. Pelo menos, não diretamente.

O que, em resumo, sustentamos como uma de nossas hipóteses de trabalho é a importância da elite local na condução da modernização da cidade, como um agente fundamental da modernidade. Sua atuação nesse sentido, entretanto, não teria se balizado unicamente por uma pragmática material. Sem dúvida que a sempre presente ciência de seus interesses materiais esteve constantemente a delimitar o universo de opções

³² Cf. Moema Selma D'ANDREA. *A cidade poética de Joaquim Cardozo - elegia de uma modernidade*; Campinas: UNICAMP - Tese de Doutorado, 1993.

disponíveis, porém o que a manifesta dedicação que devotou essa mesma elite à construção de uma imagem de cidade moderna parece demonstrar é o quanto ela própria estava seduzida pelo canto do moderno. Sua atuação como agente da modernidade – de extrema importância para a consecução de uma imagem de cidade moderna – não se deve exclusivamente a uma lógica material, mas também a razões de ordem simbólica.

Nesse sentido, o fascínio que o ideal de modernidade exercia sobre a própria elite teria sido o que, em boa medida, explicaria a intensidade com que buscaram construir uma imagem de moderno não só para a cidade, mas para si mesmos. Esse imaginário nada mais seria do que a representação que as elites construíram delas mesmas, como modernas, progressistas, etc., e de como a cidade em que elas viviam deveria ser para comportá-las adequadamente. Se, portanto, o que, associado a seus interesses materiais, teria impulsionado as elites em se tornarem agentes da modernidade foi um imaginário favorável ao ideal de moderno que as envolvia, então resta elucidar por quais mecanismos teria se construído esse imaginário. Essa, a segunda hipótese, a segunda vertente que procuramos desenvolver em nosso trabalho. Para isto, esposamos a ideia de que os intelectuais é que teriam difundido esse imaginário pró-modernidade, constituindo, assim, também eles, agentes desta modernidade. Antes, contudo, de tornar mais clara essa hipótese, convém tecer um ou dois comentários.

A propósito das elites, cabe um esclarecimento. O que temos aqui nomeado pelo termo genérico de elites são, como já deve ter-se percebido, as elites econômicas. Aqueles grupos ou segmentos diversos da classe de proprietários que detinham, pelas suas próprias posses, um formidável poder e que tinham na cidade, se não o local mesmo em que desenvolviam suas atividades econômicas, ao menos um espaço de privilegiada importância para a plena realização dessas atividades. Seriam banqueiros, grandes comerciantes exportadores e importadores, industriais, acionistas de empresas de serviços urbanos, ou de companhias seguradoras, ou de navegação. Os usineiros, com certeza, fariam parte desse seletivo grupo. Ou ainda, o que era mais provável, algum tipo que tivesse participação em mais de uma dessas rentáveis atividades.

Na ausência de algum estudo que caracterizasse com mais precisão essas elites e que pudesse indicar as posições por elas defendidas quanto aos aspectos que aqui nos interessam, decidimos por tomar as Atas de Reuniões e os Relatórios Anuais da Associação Comercial de Pernambuco como indício de quais seriam os pontos de vista sustentados por essas que se autodenominavam “classes produtoras”. Dificilmente, outro órgão classista conseguiria ter um espectro de abrangência tão largo quanto a Associação Comercial. Ali se viam representados todos os tipos acima citados³³.

Em razão, exatamente, de ter uma fauna tão diversa coabitando seus salões e debatendo as questões pertinentes aos seus interesses é que preferimos por referirmo-nos a eles pela expressão genérica de *patriciado urbano*. A alternativa a isso seria o uso de expressão já consagrada e de uso corrente – burguesia comercial –, que, no entanto, teria o inconveniente de restringir o conhecimento da complexa constituição social da elite. Em contrapartida, o termo patriciado urbano, por mais impreciso que possa parecer à primeira vista, é bem adequado na medida em que aponta para uma ambígua classe de empresários-oligarcas cujo predomínio sobre sua cidade parecia não ter limites.

Quanto ao Poder, alguns comentários. Como já foi dito, teria o Poder, de modo análogo ao Capital, constituído uma Razão determinante do devir. O raciocínio parece obedecer ao seguinte encadeamento lógico: A ascensão da burguesia à condição de classe hegemônica se fez acompanhar de uma redefinição do exercício da dominação social. Não mais apostando no uso coercitivo da força – ou, pelo menos, não exclusivamente – como garantia para o exercício do poder, mas, inversamente, tendo na persuasão seu novo lastro, coube à burguesia criar os mecanismos que tornariam viável um redesenho de tamanhas proporções nas estruturas de poder sem que, contudo, essa relativa fluidez implicasse fragilidade. Desse longo processo, fazem parte a reinvenção da democracia (representativa) e a constituição de um espaço público (Estado) para

³³ Sobre isso, ver o capítulo 3 de minha dissertação. Flávio Weinstein TEIXEIRA. *As cidades enquanto palco da modernidade. O Recife de princípios do século*; Recife: UFPE/PPGH - Dissertação de Mestrado, 1994.

onde convergiriam os conflitos e onde os mesmos seriam mediados/solucionados via consenso.

Forjar consensos, portanto, seria de crucial importância para o pleno funcionamento dessa nova máquina do poder. Consensos, contudo, só são tecidos por interlocutores que compartilham um universo semelhante de valores. Nisso residia o cerne da equação política proposta. Como transformar uma classe de brutos em civilizados cidadãos? Que ardis possibilitariam transmutar as multidões insurretas e rebeldes em massas quase que amorfas? (Tanto mais agora que elas se aglomeravam em cidades que cresciam vertiginosamente, tornando-as ainda mais explosivas.) Diante de esfinges – a trajetória de Édipo já ensinara –, apenas respostas simples são eficazes. Domesticar, disciplinar... eis tudo quanto era necessário. Fazer com que cada indivíduo introjetasse os valores, os hábitos, os comportamentos aceitáveis. Moldar seus sentimentos e seus desejos. Acomodá-los, adestrá-los, dominá-los.

Para a realização de tão árdua tarefa, foi preciso lançar mão de todos os dispositivos discursivos disponíveis, orquestrá-los e deixá-los agir subliminarmente, uns, outros nem tanto³⁴. Dentre todos os discursos, o científico dava mostras de ser o mais eficiente. Com efeito, num mundo dessacralizado, as razões da ciência são inquestionáveis; insubordinar-se às suas normas, mais que uma heresia, constitui uma insanidade. E, assim, a burguesia logrou desenvolver sua própria tecnologia de poder.

Há uma expressão bastante sugestiva de Maria Stella Bresciani. Nela transparece toda a importância que o estudo da cidade adquire para os que abraçam essa perspectiva teórico-metodológica. Segundo Bresciani, à cidade passou a caber o papel de “laboratório para definir estratégias de controle e intervenção”³⁵. Seguindo a sugestão implícita na proposição de Bresciani, uma infinidade de autores voltaram suas atenções para as reformas das cidades brasileiras, agora as encarando como quase que

³⁴ As referências básicas, aqui, são os trabalhos de Michel FOUCAULT, notadamente *Vigiar e punir*, Petrópolis: Vozes, 1977; e *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

³⁵ Cf. BRESCIANI, M^a. Stella Martins. “Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)”, in *Revista Brasileira de História*, op. cit.

mero corolário da introdução de dispositivos disciplinares, a exemplo do discurso médico-higienista³⁶.

Mais uma vez, é preciso aqui afirmar que não há necessidade alguma de se negar a lógica explicativa do social contida nessas propostas que privilegiam a perspectiva do Poder, mas tão-somente escoimá-la de seu valor absoluto. Em outras palavras, quer isso dizer que é evidente que se buscou domesticar e disciplinar as populações citadinas – para o que muito contribuiu o próprio discurso do urbano –, todavia parece ser muito pouco provável que as reformas das cidades tenham vindo, prioritariamente, como respostas a essas demandas por controle social. Em suma, tratar-se-ia de uma ênfase hipertrofiada da lógica do Poder.

Por fim, resta explicitar a segunda hipótese que orienta este trabalho. Uma hipótese que, como foi indicado, toma os intelectuais como agentes da modernidade³⁷.

As análises que se situam no intermédio entre cultura e sociedade, cultura e política, têm comumente ressaltado o papel desempenhado por grupos de intelectuais. Os estudiosos da história cultural brasileira, em particular, ao voltarem seus esforços para tematizar os intelectuais têm, com frequência, oferecido abordagens que os enquadram como agentes de mudanças políticas. O universo do intelectual se mostraria, assim, promissor em desvelar as sutis linhas que perpassam as já não tão distantes esferas da cultura e da política na sociedade brasileira. Daí que a adoção do conceito de *intelligentsia* se tem dado, no mais das vezes, nesse sentido. A noção de *intelligentsia* seria, assim, a que com mais propriedade traduziria essa ideia do intelectual como catalisador das mudanças políticas; precisamente porque na especificidade de seu papel social – produtor

³⁶ Na esteira das formulações de Foucault, vários foram os trabalhos que versaram sobre o processo de normatização da sociedade brasileira, entre os quais os pioneiros Roberto MACHADO et alli. *Danação da norma*; Rio de Janeiro: Graal, 1978; e Jurandir FREIRE COSTA. *Ordem médica e norma familiar*; Rio de Janeiro: Graal, 1979. Nessa mesma linha de trabalho, ver Kátia MURICY. *A razão cética: Machado de Assis e as questões do seu tempo*; São Paulo: Cia. das Letras, 1988. Para a noção de “cidade disciplinar”, ver Margareth RAGO. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*; 2ª. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Uma análise muito interessante, e um tanto distante das anteriores, é a de STORCH, Robert. “O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana”; op. cit.

³⁷ Dei um desenvolvimento mais apropriado a essa sugestão de pesquisa no capítulo 4 de minha dissertação de mestrado.

cultural – residiria a oportunidade de apresentar-se como construtor de projetos de sociedade.

Luciano Martins, Lúcia Lippi Oliveira, Daniel Pécaut são alguns dos autores que desenvolveram essa problemática. À parte diferenças acessórias, há, a uni-los, a perspectiva do intelectual construtor da Nação³⁸. Segundo a análise de Pécaut, isso se deveria à constância com que a produção intelectual brasileira teria sido marcada por um certo “realismo”. Especificamente, o que o autor procura chamar a atenção é para o fato de os diversos “projetos nacionais”, sucessivamente elaborados, não serem mais que a explicitação, no plano intelectual de uma realidade subjacente e inquestionável – ainda que, até aquele momento, o da formulação do “projeto nacional”, estivesse essa realidade oculta e inapreensível. Eis, enfim, o porquê de as Ciências Sociais terem angariado um amplo prestígio entre os intelectuais brasileiros:

Pois as ciências sociais nada mais são do que o discurso que o Brasil faz sobre si mesmo e o indicador da posição que o intelectual ocupa no processo de construção da nação brasileira³⁹.

Ao tomar os intelectuais como forjadores de uma cultura política, Pécaut finda por reforçar a perspectiva que os caracteriza como uma elite que teria moldado uma determinada identidade social. Seria como que dizer que eles teriam construído a imagem na qual o país poderia se ver e identificar. O procedimento adotado por L. Lippi Oliveira não é muito diferente deste. Sua percepção do problema é, contudo, mais fortemente marcada pela antropologia. De modo que um de seus pressupostos básicos é o valor dado ao “universo simbólico e sua importância como guia das ações humanas”⁴⁰. Evidentemente, para a autora, esse “universo

³⁸ Cf. Luciano MARTINS. *A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil*; in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº. 4, São Paulo: ANPOCS, 1987; Lúcia Lippi OLIVEIRA. *A questão nacional e a primeira república*; São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1990; Daniel PÉCAUT. *Os intelectuais e a política no Brasil*; São Paulo: Ática, 1990.

³⁹ Cf. Pécaut, op. cit., p. 7.

⁴⁰ Cf. Oliveira, op. cit., p. 12.

simbólico” é produto do trabalho intelectual, uma vez que este atua na “construção das consciências coletivas”⁴¹.

Pelo que se depreende dessas formulações iniciais, seriam os seguintes os nexos lógicos que dariam forma ao raciocínio exposto acima. Os intelectuais são agentes de mudanças políticas, o que significa dizer que sua produção atuaria no sentido de orientar os rumos da sociedade. Sua produção, que é cultural, teria efeito sobre o social a partir do momento em que interfere no âmbito do político. (Obviamente que o político vai aqui entendido como sendo o espaço público, o lugar da tomada de decisões coletivas.) Como, entretanto, interfeririam os intelectuais na esfera do político? Por meio de sua produção cultural, que, em sendo cultural, teria o poder de instituir formas de pensamento, consciências coletivas. Na medida, portanto, em que disporiam do poder de instituir uma determinada consciência, estariam os intelectuais demarcando os limites do campo simbólico dentro do qual os diversos agentes sociais se situariam para tomar as decisões; e, assim, optarem pelas mudanças a serem implementadas ou revogadas.

É certo que a força e importância que o intelectual assume nesse processo de tomada de decisões políticas não se deve apenas ao poder de convencimento e sedução que sua verve exerce sobre o conjunto dos agentes sociais, mas também à proximidade e quase promiscuidade com que se relaciona com o Estado – tanto mais quanto se pensa no caso do intelectual brasileiro⁴². Todavia, ainda agora, no momento em que se aproxima do Estado, no momento em que passa a atuar do interior de suas instâncias deliberativas, o único poder do intelectual é o de produtor cultural, é o de convencer sobre a validade e justeza de suas ideias. Convencer as chamadas elites dirigentes, e não a massa ignara, mas ainda e sempre convencer.

⁴¹ Ibidem, p. 187. Note-se que, para a autora, quando “falamos em representações coletivas ou *Weltanschauung*, ou ainda mentalidades, estamos fazendo uso de nomes que denotam diferentes tradições mais do que objetos de estudos distintos”, p. 21.

⁴² Tanto Luciano Martins quanto Daniel Pécaut são concordes em realçar a intensa proximidade do intelectual brasileiro com o Estado, que, em vista da fragilidade da sociedade civil e de um mercado consumidor de bens culturais, se apresentou, seguidamente, como sendo seu principal empregador e/ou fonte de rendimento. De fato, à exceção do serviço público, apenas o emprego ou contribuição na imprensa possibilitava uma receita regular

Convém esclarecer que convencer não se reveste nesse contexto de nenhuma conotação de logro para a dominação. Convencer não mais seria que instituir uma determinada forma de se pensar o social. Instituir, portanto, aquele universo simbólico que Lippi Oliveira, tomando de empréstimo a Geertz, diz funcionar como guia para as ações humanas; um conjunto de representações acerca do social que, por sua vez, atuariam no sentido de organizar as referências a partir das quais se dariam as ações dos diversos agentes sociais.

A esse propósito são muito pertinentes as observações de Roger Chartier. Preocupado em dar um novo estatuto ao estudo da história cultural, tirando-a do debate estéril em que se via, o autor, de um modo muito simples, mas ao mesmo tempo preciso, a define como sendo o campo de estudo que permite identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler⁴³. Obviamente, uma tal tomada de posição teórico-metodológica implica, necessariamente,

considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, como verdadeiras instituições sociais incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social [...]. O que leva a considerar seguidamente estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas [...] que têm por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua⁴⁴.

Dar significado ao mundo. É disso que realmente se trata; é para isso que, na sua pluralidade, concorrem as práticas discursivas.

⁴³ Cf. Roger CHARTIER. *A história cultural: entre práticas e representações*; Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s.d., pp. 16/17.

⁴⁴ Ibidem, p. 18. É importante que se frise que, uma “investigação sobre as representações, supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder de dominação”. Neste sentido, as “lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”, p. 17.

Convém, a essa altura retomar o fio de nosso raciocínio. Argumentamos que o intelectual tem sido comumente visto como um agente das mudanças políticas; que seu poder de interferir na definição das opções a serem tomadas deriva do fato de ter como fruto de seu labor um produto cultural, que, ao dispor da capacidade de criar ideologias/representações políticas, finda por criar o campo dentro do qual as escolhas se limitarão; argumentamos, ainda, que essa prerrogativa que cabe ao intelectual de criar representações – representações, já agora, frise-se, de um modo geral, e não apenas do político – decorre de sua capacidade de convencer/instituir significações imaginárias sociais⁴⁵. Indicamos, por fim, na linha do pensamento de Chartier, que as diversas práticas discursivas são o que de fato dão significado ao mundo social.

Do exposto, decorre algo duplamente importante para os objetivos por nós perseguidos. De um lado, tem-se a noção de imaginário como um conjunto de representações social e historicamente construídas. De outra parte, sobressai a importância dos intelectuais na instituição dessas representações acerca do social. Donde resulta a possibilidade de definir nossa segunda hipótese de trabalho em poucas palavras: ter os intelectuais como um dos agentes construtores de um ideal de modernidade no Recife de princípios do século.

Talvez não seja de todo desnecessário fazer alguns esclarecimentos finais. Primeiramente, é preciso que se enfatize que o “ideal de modernidade” acima referido diz respeito ao conjunto de representações construídas em torno do ser moderno. Igualmente, vale o registro de que o uso do termo intelectual adotado foi o mais amplo possível. Do mesmo

⁴⁵ É notória, nessa passagem, a influência do pensamento de Castoriadis. Com efeito, nos parece bastante apropriado considerar as representações como expressão de um determinado imaginário social. “O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social, histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos”. Cornelius CASTORIADIS. *A Instituição Imaginária da Sociedade*; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 13. É preciso, todavia, seguindo sugestão do próprio Castoriadis, presente em outro texto seu, registrar que as significações imaginárias sociais não são apenas criação incessante e indeterminada do novo, porém também o que garante a conservação e preservação das instituições de uma dada sociedade. Mudança e conservação; o imaginário, porquanto produza/seja representação do social, dá ensejo a essa dupla perspectiva. Cf., a esse respeito, Cornelius CASTORIADIS. “O imaginário: a criação do domínio social-histórico”; in *As encruzilhadas do labirinto*, vol. 2, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

modo que o foi para Pécaut, o intelectual estará aqui sendo entendido como “aquele que se identifica e é identificado pelos outros como tal”⁴⁶. Finalmente, é preciso que se diga que, quando se concede aos intelectuais um papel de crucial importância na construção das representações que se tem do social na criação de um imaginário social, não se está verdadeiramente pensando em termos de gênese. O recurso a Gramsci é oportuno. Nos seus escritos dos anos 30 acerca dos intelectuais e a organização da cultura, Gramsci expõe sua posição de ter no intelectual – orgânico ou não, ligado a classes emergentes ou não – um “construtor, organizador, ‘persuasor permanente’”; afinal, caberia a ele dar às classes sociais a “homogeneidade e consciência” de que necessitariam para ocupar seu devido espaço na sociedade⁴⁷. Todavia, tendo em vista que a sempre crescente complexidade da sociedade ocidental impôs a necessidade da especialização em todos os níveis, não havia como a função social do intelectual não sofrer, também ela, sua especialização.

De fato – escreveu Gramsci –, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus, inclusive do ponto de vista intrínseco; estes graus, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma verdadeira e real diferença qualitativa; no mais alto grau, devem ser colocados os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os ‘administradores’ e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada⁴⁸.

Se, por conseguinte, à *intelligentsia* recifense/brasileira não coube forjar as bases referenciais em que se fundava o ideal de modernidade *belle époque*, coube, em contrapartida, divulgar esses ideais de modo a torná-los aceitáveis. Assim sendo, mesmo que obliquamente, ao **convencer** amplos segmentos da sociedade contemporânea da validade dos ideais de civilização contidos nas propostas modernizatórias, estariam os intelectuais **instituinto** um imaginário social, pois estariam criando o desejo

⁴⁶ Cf. Pécaut, op. cit., p. 11.

⁴⁷ Cf. Antônio GRAMSCI. *Os intelectuais e a organização da cultura*; 6ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, pp. 8 e 3, respectivamente. Pelo pouco que foi exposto, já se percebe que as posições por nós assumidas não são dissonantes do pensamento gramsciano.

⁴⁸ Ibidem, pp. 11/12.

social de ser moderno de se ter uma cidade que refletisse essa imagem. Sem um tal desejo, não haveria energia social capaz de implementar a modernidade.

BIBLIOGRAFIA

BEGUIN, François. “As maquinarias inglesas do conforto”, in *Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*; n.º. 34/ano XI, São Paulo: SCT (PR)/FA-PESP/FINEP, 1991.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*; São Paulo: Perspectiva, 1983.

BENJAMIN, Walter. *Walter Benjamin*; Col. Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1985.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*; São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

BRESCIANI, M^a. Stella. *Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza*; São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. “Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)”, in *Revista Brasileira de História*; São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 5 (8/9), set. 1984/abr. 1985.

CARVALHO, José Murilo. “O Rio de Janeiro e a república”, in *Revista Brasileira de História*; São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 5 (8/9), set. 1984/abr. 1985.

_____. *Os bestializados*; São Paulo, Cia das Letras, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *As encruzilhadas do labirinto*, vol. 2, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*; Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s.d.

D'ANDREA, Moema Selma. *A cidade poética de Joaquim Cardozo - elegia de uma modernidade*; Campinas: UNICAMP - Tese de Doutorado, 1993.

DANTAS, Ney Brito. *Entre coquetes e chicos-machos. Uma leitura da paisagem urbana do Recife na primeira metade do século XIX*; Recife: UFPE/PPGH - Dissertação de Mestrado, 1992.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*; 2ª. ed., São Paulo: Global, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*; Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE COSTA, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*; Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*; 6ª. ed., Recife: IJNPS, 1976.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*; 6ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era do capital*; 4ª. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JUCÁ, Gisafran N. M. *A implantação dos serviços urbanos no Recife. O caso da Companhia Beberibe (1838-1912)*; Recife: UFPE/PPGH - Dissertação de Mestrado, 1979.

_____. *Verso e reverso do perfil urbano do Recife e Fortaleza (1945-1960)*; São Paulo: USP - Tese de Doutorado, 1993.

LUBAMBO, Cátia W. *O Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero*; Recife: CEPE/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

_____. "Reforma Urbana: o que há de novo depois de um século?"; in FERNANDES, Ana e GOMES, Marco A. A. de F. (Orgs.). *Cidade e história. Modernização das cidades brasileiras*; Salvador: UFBA, 1991.

MACHADO, Roberto et alli. *Danação da norma*; Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTINS, Luciano. "A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil"; in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº. 4, São Paulo: ANPOCS, 1987.

MOTA, Mauro. *Modas e modos*; Recife: Raiz, 1976.

MURICY, Kátia. *A razão cética: Machado de Assis e as questões do seu tempo*; São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional e a primeira república*; São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1990.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*; 3ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.

PECÁUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*; São Paulo: Ática, 1990.

PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século", in *Revista Brasileira de História*; São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 5 (8/9), set. 1984/abr. 1985.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*; 2ª. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. *(Des)Encantos modernos: história da cidade do Recife na década de vinte*; São Paulo: USP - Tese de Doutorado, 1992.

SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle*; São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

SETTE, Mário. *Arruar*; 2ª. ed., Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, s.d.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*; São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Literatura como missão*; 2ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

STORCH, Robert. "O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana", in *Revista Brasileira de História*; São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 5 (8/9), set. 1984/abr. 1985.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *As cidades enquanto palco da modernidade. O Recife de princípios do século*; Recife: UFPE/PPGH - Dissertação de Mestrado, 1994.

T'OPALOV, Christian. "Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?", in *Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*; n°. 34/ano XI, São Paulo: SCT (PR)/FAPESP/FINEP, 1991.

Paisagem, Experiência e Representação:

os olhares sobre o Recife dos anos 1920¹

Daniel Vieira

“Quero falar daquela tarde, porque ela deixou claro de que tipo é o domínio que as cidades exercem sobre a imaginação, e por que a cidade – onde os homens se exigem uns aos outros sem a menor consideração, onde os compromissos e telefonemas, as reuniões e visitas, os flertes e a luta pela vida não concedem ao indivíduo nenhum momento contemplativo –, na hora da recordação, se vinga e o véu que ela teceu ocultamente da nossa vida mostra menos as imagens das pessoas que as dos lugares onde nós nos encontramos com os outros ou conosco mesmos.”
(Walter Benjamin)²

O presente texto tem por objetivo compreender a construção dos olhares sobre o ambiente urbano no Recife dos anos 1920. Partindo da ideia de que a paisagem é uma construção cultural do olhar³, num processo que transita entre as representações e as experiên-

¹ Este artigo foi escrito a partir do texto original do segundo capítulo (“Paisagem: imagem da cidade”) de minha dissertação de Mestrado (“Paisagens da Cidade; os olhares sobre o Recife dos anos 1920”), defendida sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Paulo Rezende, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em 2003.

² Benjamin, Walter. *Berliner Chronicles* apud BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole*. São Paulo: Edusp, 2000.

³ VIEIRA, Daniel. “Paisagem e imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar” in: *Fênix, Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 3, Ano III, no. 3, jul/ago/set 2006. ISSN 1807 6971. www.revistafenix.pro.br

cias⁴, tomarei algumas imagens, veiculadas a partir de diferentes mídias, como registros históricos⁵.

O que essas imagens (fotografias e textos de jornais e revistas, literatura de ficção e cinema da década) mostram e escondem, nesse jogo da (in)visibilidade da cidade? De que olhares elas falam? Os anos 1920 no Recife foram uma época marcada pela difusão de emergências técnicas e estéticas que possibilitaram uma nova relação com a cidade. Nesse contexto, foi a paisagem apreendida em termos cinéticos? Mas, ao assim elaborar a questão, o termo “paisagem” ficou empregado como o corpo do mundo, aquilo que, em sendo exterior ao indivíduo, é por ele percebido como espaço. E, aqui, minha questão transborda para outra: que conceito correspondia à palavra “paisagem”, quando os sujeitos a usavam? Precisaré fazer uma incursão nessa produção imagética, a fim de perscrutar que imagens fundaram um repertório de referências com as quais os sujeitos históricos do Recife dos anos 1920 perceberam o ambiente urbano e o representaram. E relacionar esse duplo processo ao conceito de paisagem.

Em Belluzzo, encontro esse questionamento: o de como um modo de apreciação e representação se confronta com o que ela chamou de “estímulos da topografia, da geografia, da vegetação, da vida humana [...]”⁶. O que se destaca na leitura de Belluzzo é a relação entre a representação de paisagem e duas estratégias visuais, que fundam dois tipos de imagens no século 19. A primeira é da ordem do pitoresco. A segunda, por sua vez, tem a ver com outro tipo de suporte: o panorama. Analisarei essas duas instâncias do olhar pictórico, sempre procurando entender os registros dos jornais e revistas do Recife de 1920.

⁴ Ver a tríade entre o real, o campo de percepção socializada e o imaginário em FRANCASTEL, Pierre. *A Realidade Figurativa*. Trad. de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 1993. pp. 92-93; e a tríade entre o fundamento, o objeto, e o interpretante em PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. Trad. de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2003. pp. 45-48.

⁵ Diante de uma fotografia, por exemplo, não vemos a coisa fotografada, mas os olhos que a viram. A imagem não é uma cópia do real, mas a marca de um olhar. Ver tal conceito em BARTHES, Roland. *A Câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1984.

⁶ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. Vol. 3 – A Construção da Paisagem. São Paulo: Objetiva-Metalivros, 2000. p. 11.

ESTRATÉGIA VISUAL E O PITORESCO

O pitoresco, ou pinturesco, se funda como prática figurativa ligada ao paisagismo inglês. O desencanto romântico com o urbano levou o observador a buscar um ambiente campestre. E esse espaço, tido como não-racional, pretendia ser um retorno a uma ordem anterior: a natureza, que correspondia, na psiquê, ao sentir. Assim, por meio da crença romântica na emotividade como centro do processo criativo, a pintura de paisagem passou a ser expressa mediante as sensações que o ambiente “natural” evocava no artista. Essa apreensão da natureza em termos de sentir possibilitou duas características que os sujeitos dos anos 1920 iriam relacionar ao termo paisagem: primeiro, a noção de paisagem como produto artístico ligado à emotividade; e, segundo, a ideia de que essa imagem se produz na relação íntima e sensível entre o sujeito e o mundo-objeto.

A primeira noção é encontrada tanto em textos que reproduzem o termo pitoresco, numa alusão aos motivos figurativos, quanto nas legendas que acompanham imagens, sugerindo um uso do termo, oriundo da representação pictórica romântica, no imaginário que apreendia o ambiente urbano do Recife dos anos 1920⁷.

A segunda característica apresenta essa descrição pitoresca na relação íntima e afetiva com a natureza, como no texto de Francis Butler Simkins (professor norte-americano, correspondente de Gilberto Freyre, que visitou o Recife e o olhou da Misericórdia, em Olinda). Traduzido por Lauro Borba, esse texto foi publicado na *Revista do Norte*, em 1925. Se a escrita é de uma época anterior (e o tradutor não informa sobre isso), a publicação fala da ocupação de um espaço midiático por parte do tema aqui desenvolvido. Isso sugere que tal texto, pela sua possibilidade de leitura, se inseria num imaginário, do Recife dos anos 1920, que se apropriava de códigos pictóricos para apreender o ambiente, inclusive urbano. Leia-se: “O que liga o homem à terra é a paisagem. Dela se evola

⁷ Trata-se de quatro fotografias com os dizeres “Aspectos Pitorescos”. Elas deixavam ver um riacho que corta um engenho na Muribeca; roupas a secar na janela de uma edificação colonial; uma jangada próxima a uma praia em Olinda; e uma mulher carregando um jarro e seguindo pela linha do trem, na Imbiribeira. In: *Revista do Norte*, ano 2, nº 4, maio 1924.

um filtro para impregnar a alma e afeiçoá-la a si mesma. É ela que faz a tristeza ingênita do sertanejo nortista.”⁸ Para ele, a paisagem é aquilo que opera a relação entre o homem e a terra. Esta última, tomada como meio geográfico. Para o professor, a paisagem é a imagem da terra que afetivamente impregna o estado de espírito do sujeito. Daí porque ele, mais adiante no texto, define: “A nostalgia é a saudade de uma paisagem, de um aspecto da natureza a que nos afeiçoamos pelo muito que ela nos diz, seja na estesia da sua contemplação, ou na tristeza de recordá-la quando nos sentimos afastados.” Depois de assim estabelecidas suas ideias acerca do que sejam paisagens, ele remete a sua experiência no Recife. Leia-se este trecho, do mesmo artigo:

Há, entre as paisagens que me são caras, uma que em especial me recorda uns dias tristes já vividos há longo tempo, mas sempre presentes com uma nitidez que em vão me esforçarei para esmaecer. É a parte leste da meia encosta de um morro, sem graça e sem beleza, mas obstinadamente evocativa.

Uma das minhas amigas mais gentis, passando por ali certa vez, não há muito tempo ainda, quis mandar-me uma lembrança sua e o fez com uma fotografia daquele trato de terra, para mim, perdido e distante. Curiosa coincidência! Eu não lhe havia falado nunca da influência daquela paisagem sobre o meu espírito e foi isto justamente um motivo para fazê-lo. Conte-i-lhe então em minha resposta como havia sido certa a mão do acaso ao lhe guiar naquela escolha. Certa por ter tocado justo em um ponto especializado pelos azares da minha sorte de peregrino, mas não feliz, por me ter estimulado uma lembrança que estou trabalhando para apagar.

São assim as paisagens que ora nos ligam à terra e quase nos modelam à sua feição, mas que outras tantas vezes tocam a nossa sensibilidade pelo tumulto das idéias que

⁸ SIMKINS, Francis Butler. “Paisagens”. Tradução de Lauro Borba. In: *Revista do Norte*, Ano 3, nº 1, 1925.

despertam, das recordações que guardam, mas sempre pensando no nosso destino.”⁹

ESTRATÉGIA VISUAL E O PANORAMA

Até aqui, examinei a emergência do pitoresco na representação romântica de pintura e a continuidade desse olhar nos textos e imagens dos periódicos do Recife, na década de 1920, sugerindo mesmo uma forma de perceber o ambiente urbano. A partir daqui, me deterei em outra instância do olhar pictórico que o séc. 19 legou em forma de estratégia representacional: o panorama.

Vocabulo de origem grega, panorama quer dizer “visão do todo”. Daí se atribuir tal nome ao aparato que imita o ambiente em volta do espectador, compondo uma imagem em 360°. O panorama (ou antes algumas de suas características) influenciou a pintura, sobretudo de paisagens, e terminou por se incorporar a um léxico relacionado ao campo perceptivo, originando várias modalidades de “vista panorâmica”. A questão crucial para essa pintura era como remontar, no plano bidimensional do quadro, a espacialidade circular. A solução foi encontrar uma nova escala que equacionasse a relação proximidade *versus* distância. Houve a opção por certa horizontalidade na representação do ambiente, irradiando a profundidade em todas as direções. No entanto, para poder sugerir uma visão geral, a pintura panorâmica adotou um ponto de vista distante e, quando possível, alto.

Em cidades planas, como no caso do Recife, o ponto de vista era estabelecido do mar, em frente à cidade. Ou, então, o olhar era lançado de locais próximos, como os arrecifes, em frente ao porto. Mas a imagem panorâmica mais difundida no Recife era a vista que se situava no alto dos edifícios. Como o Recife apresenta uma horizontalidade muito mar-

⁹ *Idem*. Ver também, em consonância a essa noção da paisagem como relação afetiva entre o sujeito e o mundo, MARIALVA, Luiz de. “Ba-Ta-Clan”, *A Pilheria*, Ano 5, nº 197, 14.02.1925; VARELA, Martins. “Recordar...”, *A Pilheria*, Ano 5, nº 189, 09.05.1925; e LAGE, Gabriel. “Respingos”, *A Pilheria*, Ano 5, nº 190, 16.05.1925.

cante, ao subir no topo de um sobrado alto, o que se descortinava era um mar de telhados, contrastados com as torres das igrejas, que tentavam romper essa contingência de planície¹⁰.

Esses elementos panorâmicos influenciaram marcadamente a criação pictórica e se incorporaram a uma gama de estratégias de representação. Porém, o panorama coloca a relação entre o sujeito e o objeto do olhar num nível diferente do que o pitoresco instaura. Neste, há uma proximidade que passa pelo vivido, por meio da emoção. Naquele, o olhar torna-se mais abstrato e, por isso mesmo, mais descritivo.

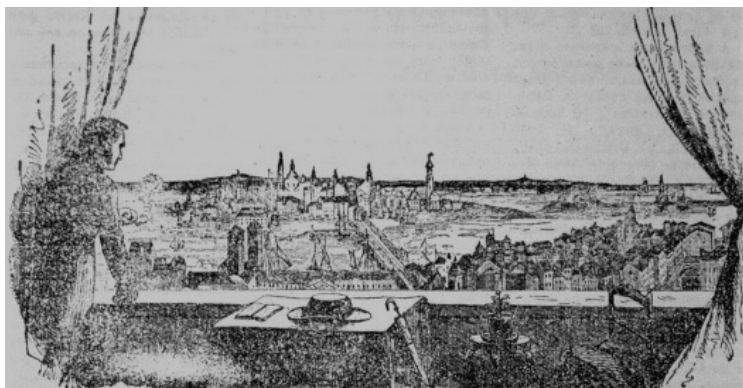


Figura 3. Vista do Recife em 1840, In: *Livro do Nordeste. Comemorativo do primeiro centenário do Diário de Pernambuco*. Introdução de Mauro Mota; Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.

No *Livro do Nordeste*, cuja publicação, em 1925, foi parte integrante das comemorações do centenário do *Diário de Pernambuco*, encontrei a reprodução de uma gravura que monta a imagem do Recife em termos panorâmicos. Trata-se da “Vista do Recife em 1840”, gravura feita para ilustrar o livro de Kidder e Fletcher, *Brazil and the Brazilians*. A “vista”, panorâmica, mostra, no primeiro plano, o Bairro do Recife e, ao fundo, o bairro de Santo Antônio. Reparo que o caminho para Olinda e a colina

¹⁰ Ver as litogravuras e pinturas, que artistas fizeram do Rio de Janeiro e do Recife, e que incorporam estratégias representacionais para construir visões panorâmicas. In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *op. cit.* Especialmente o capítulo “A visão panorâmica no séc. XIX”.

onde ela se situa está fora de perspectiva. Isso porque o plano procurou conter um espaço “circulado”, no qual há vários pontos de fuga. Outro detalhe interessante, porém, é que a vista se descortina (literalmente, pois há cortinas nos cantos) através de uma janela. É por ela que um observador, numa mesinha, olha a cidade¹¹.

Até então, as noções de pitoresco e de panorama foram relacionadas à pintura. Mas houve uma transposição dessas estratégias representacionais para outros suportes, como a fotografia, embora esta esteja longe de ter se limitado à primeira, insinuando, pouco a pouco, uma outra relação com a natureza: a de domínio e de controle¹².

REPERTÓRIO PICTÓRICO E A EMERGÊNCIA DO OLHAR FOTOGRÁFICO

Num primeiro momento, os temas pictóricos foram alvo de um olhar novo. Exemplo disso é o céu, que na pintura de paisagem sempre foi bastante importante. Todavia, na fotografia este perde importância, não constituindo um alvo do olhar, isso porque esta última se detém mais no plano inferior do enquadramento. E não é só o deslocamento do olhar; é a elaboração de uma nova escala. Os objetos são vistos mais de perto. Essa mudança no olhar fotográfico é tão marcante que opera duas transformações: uma na pintura e outra na própria fotografia. Na primeira, a nova escala, que procura os objetos mais de perto, passa a ser usada como estratégia para elaborar o enquadramento na própria pintura. Aqui há, inclusive, uma relação entre a imagem pictórica e a noção do instante¹³. Enquanto

¹¹ FERNANDES, Annibal. “Recife”. In: *Livro do Nordeste. Comemorativo do primeiro centenário do Diário de Pernambuco*. Introdução de Mauro Mota; Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.

¹² CARVALHO, Vânia Carneiro. “A Representação da Natureza na Pintura e na Fotografia Brasileira do séc. XIX”. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no séc. XIX*. São Paulo: Edusp, 1988. pp. 207-208.

¹³ Veja-se como o olhar em Grimm já é direcionado à exploração do terreno. In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *op. cit.* p. 148-149; ou a diferença de escala nos olhares, lançados sobre a mesma praia, em Vinet e Castagneto. In: CARVALHO, Vânia Carneiro. *op. cit.* p. 212-213. Para a relação da pintura e a noção do instante, ver: CRARY, Jonathan. “A visão que se desprende: Manet e o observador atento no fim do séc. XIX”. In: CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa (orgs.). O

isso, na fotografia o que vai sendo a constituição de um novo olhar possibilita o abandono dos temas pictóricos, substituídos por outros, próprios à imagem fotográfica. Mas essas fotografias tinham o estatuto de paisagens?

Snyder usa o termo “territorial”, em vez de paisagens, porque a fotografia, para o público consumidor da época, era da ordem da imagem indicial. Enquanto a pintura era tida como elaboração artística, a fotografia parecia, inclusive para os críticos e os fotógrafos, uma imagem produzida por meio de uma máquina. O que mais contribuiu para essa distinção entre arte e indústria, pintura e fotografia, especialmente no caso da paisagem, é que as convenções estéticas da representação de paisagens eram fortemente marcadas pelas noções do pitoresco e do sublime. E, por trás de tais valores estéticos, havia um paradigma romântico que pensava a composição por meio do sentir. Ora, como já frisei antes, é isso que conferia valor estético à natureza. Eis o que a tornava paisagem. Se a imagem fotográfica era da ordem do mecânico, como lhe atribuir o significado de paisagem? Para Snyder, tanto do ponto de vista da produção quanto da recepção das imagens, aquelas fotografias eram tidas como cópia da realidade. A nitidez, cada vez mais crescente, da imagem fotográfica suscitava essa crença metonímica. Não se tratava de uma elaboração que um sítio possibilitava ao artista; era o próprio sítio registrado¹⁴.



FIGURA 4. Recife Pittoresco, Diário de Pernambuco, 09.06.1923, p. 1.

Cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

¹⁴ SNYDER, Joel. “Territorial Photography”. In: MITCHELL, W. J. T. (org.). *Landscape and Power*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. Embora o autor trate de uma realidade histórica específica, a de um público norte-americano nas décadas de 1860 e 1870.

No entanto, essa crença na objetividade da fotografia logo será influenciada pelo imaginário, fundado numa rede signífica que opera as imagens em seu duplo trânsito, entre os repertórios de estratégias visuais e as significações conferidas ao experienciar o meio ambiente.

Na *Revista da Cidade*, veem-se oito fotografias ocupando duas páginas inteiras¹⁵. São todas imagens que procuram recortar aspectos da natureza dos arrabaldes do Recife, sobretudo ligados ao elemento “água”, como um rio Capibaribe e os açudes. Cada fotografia traz um título, o que leva a pensar a questão da autoria na relação com a elaboração estética. A partir de fins da década de 1880, com o surgimento do *instantané*, atrelado à câmera portátil, a fotografia tornou-se uma imagem mais fácil de ser produzida por alguém que não fosse um especialista. Essa situação criou uma distinção entre uma prática amadora e uma profissional. As práticas fotográficas que procuraram se distinguir das amadoras o fizeram mediante o uso de estratégias já consagradas pela produção artística.

O PITORESCO E O PANORAMA NAS FOTOGRAFIAS E NOS TEXTOS JORNALÍSTICOS

Ainda na *Revista da Cidade*, numa fotografia de barcos no mar, há o cais do porto e os arrecifes. A menção ao tema pictórico é evidente nos dizeres que acompanham a imagem: “uma linda marinha ao cair do sol”¹⁶. Em outra fotografia, é o próprio termo paisagem que acompanha a imagem. Nela, Olinda aparece em silhueta, ao pôr-do-sol¹⁷.

Mas não são todas as imagens fotográficas do ambiente urbano que são consideradas paisagens. É o caso, entre vários, da fotografia do bairro da Boa Vista, feita do alto de uma cúpula (provavelmente do edifício do Senado, atual Assembleia Legislativa). Junto a ela, vêm-se os dizeres: “Recife. Panorama da Boa Vista.”¹⁸

¹⁵ *Revista da Cidade*, Ano 1, nº 12, 14.08.1926.

¹⁶ *Revista da Cidade*, Ano 1, nº 9, 24.07.1926.

¹⁷ *A Pilheria*, Ano 3, nº 91, 23.06.1923.

¹⁸ *Revista do Norte*, Ano 2, nº 4, maio 1924. Ver também três fotografias da cidade (Praça da

Ora, há uma relação, entre paisagem e panorama, que vai do campo da ambiguidade ao do antagonismo. O termo panorama, elemento representacional que entrou para a pintura, transbordou, em seu uso, para um léxico ligado ao campo perceptivo. Passou a ser empregado para descrever a visão (percepção) que abarca uma certa totalidade e que, para isso, é feita a distância. Daí a fotografia do bairro ser apenas uma vista. Mais abrangente, mas ainda uma vista. Por sua vez, o termo paisagem parece ter ficado como sinônimo de imagem artística, conferida socialmente como estética do belo. A paisagem, de gênero de pintura, passou a ser um certo tipo de olhar, estetizante, que algumas imagens apresentam. Assim foi a silhueta da colina de Olinda, ao crepúsculo, nomeada como paisagem.

Contudo, de que olhares sobre o ambiente essas imagens panorâmicas falam? No jornal *A Província*, há uma longa matéria tratando das obras e melhoramentos efetuados, até outubro de 1924, pelo governo estadual. A temática, como de praxe nessas publicações, abordava questões financeiras e de obras públicas, como reformas de praças, de pontes, etc. Nelas, descreve-se o Derby e a construção do novo edifício da Polícia, que ficaria junto ao jardim projetado. O interessante aqui é que quando da descrição do edifício, o escritor fala até da vista que se tem lá de cima. Leia-se o trecho: “Sobre este terraço está construída a grande torre de concreto armado, tendo a forma octogonal e terminando por uma cúpula também em cimento armado, vendo-se aí um varandim de ferro e um minarete, descortinando-se toda a cidade. Observa-se também Olinda, Ilha do Pina, Paulista, etc.”¹⁹ O texto parece indicar que havia certa familiaridade em olhar a cidade do alto dos edifícios, pois, além de o autor ter-se dedicado ao assunto, tanto quanto das finanças do Estado, a própria curiosidade de olhar a cidade do alto do recém-inaugurado Quartel do Derby denota que esse olhar já era uma prática social corrente. Porém, insinua algo mais. Pela altura do edifício e pela sua relativa distância do núcleo central do Recife, a vista de lá de cima poderia trazer novidades a

Independência; Rua 1º de Março; o bairro de São José, com as igreja de São Pedro e a Matriz da Penha a se impor diante do mar de telhados), qualificadas, pelos dizeres que as acompanham, como panoramas. In: *Revista da Cidade*, Ano 1, nº 4, 19.06.1926.

¹⁹ MELLO, Oscar. “Os melhoramentos de Pernambuco”. In: *A Província*, 16.10.1924, p. 3.

esse olhar panorâmico. E, de fato, trazia. Conseguia ser um *topos* através do qual a cidade era apreendida como um todo novamente. Para o Recife que crescia, se expandia, as vistas do alto dos sobrados, ou mesmo de outras construções mais elevadas, do centro, já não davam conta, no campo visual, da totalidade do ambiente urbano.

A esse olhar antigo, já estabelecido, coincidia o desejo por novos lugares por meio dos quais se mudaria a própria escala da observação. A cidade crescia, e o panorama procurava tomar um ponto de vista mais distante. Em outro texto, que narra a aventura de um grupo de amigos, essa procura por um novo *topos* se tornou mais visível. Dou voz a esse relato, procurando tornar visível esse olhar, que percorreu o terreno até vislumbrar o ambiente lá do alto.

“Quando chegamos ao sopé do morro, paramos.

A vereda principal, alva pelo luar que caía através da folhagem rala, fazendo arabescos no chão, sumia-se logo na primeira curva. Fazia um ar fino, quase frio, perfumado pelas carolinas que marginavam a estrada. Grandes chapas de ferro, carcomidas pelo tempo, estavam a amparar as barreiras, protegendo-as dos desmoronamentos de que as águas as ameaçavam na descida do morro. E assim fomos subindo. Nunca o nosso corpo parecera pesar tanto, forçando-nos a despender energias tão fortes. Ao chegarmos ao cimo, suarentos, cansados, pisando firme no terreno limpo, de argila endurecida, lançamos o olhar para tudo, gozando o panorama que se mostrava aos nossos olhos pela primeira vez.

O luar sem nuvens descia do alto, caindo em vertical sobre o santuário da Virgem da Conceição, banhando-a de luz. Por trás do monumento, cinco palmeiras eretas, firmes como guerreiros romanos, davam apenas ligeiros sinais de vida, ciciando a folhagem. Em redor, a vista caía nos baixios. Alvejavam, longe, os telhados novos de capim-açu, ressequidos pelo sol forte. Para o norte, Olinda brilhava num polvilhamento de luz, e o sul, todo enevoadado, fechava a linha do horizonte numa paz adormecida.”²⁰

²⁰ RIBEIRO, Chagas. “Quem sabe?” In: *A Pilheria*, Ano 7, n° 243, 22.05.1926.

Pelo que se lê, o deslumbramento da visão inédita, abrangente tal como um panorama permite ser, compensa o esforço de galgar o Morro da Conceição. De lá, um grupo de amigos olhou a planície do Capibari-be, em meio à névoa. E suas sensações eram de tirar o fôlego diante da sublimidade da natureza. Vê-se aqui que o esforço do “raid” terrestre, pra usar uma expressão da época, era, sobretudo, o desejo por um novo olhar.

Em meio à procura por um novo *topos* que atualizasse esse antigo olhar panorâmico, emergiu uma nova imagem da cidade. Ainda que herdeira dessa tradição panorâmica, ela inauguraria uma nova forma de olhar a cidade, inclusive através de um outro aparato epifânico dessa modernidade: o avião. A conjunção dessas duas tecnologias, a aviação e a representação fotográfica, canalizadas para olhar o ambiente urbano, engendrou a foto aérea.



Figura 5. Foto aérea do Recife. In: “O Recife de aeroplano”, Revista de Pernambuco, Ano 2, no 9, março 1925.

A arquibancada do Jockey Club já estava lotada, com os almofadinhas vestidos à inglesa e as melindrosas, com seus cabelos curtos, quando o ás Lafay aterrissou seu avião. Mas não bastava que quase toda a cidade visse o piloto francês descer no Recife. No dia seguinte, Lafay decolou e

sobrevoou a cidade. Levava no avião um fotógrafo. Na edição seguinte da *Revista de Pernambuco*, lá estava a fotografia impressa, acompanhada dos dizeres “O Recife de aeroplano”, com a informação de que tinha sido tirada a 800m de altitude.²¹ Eis uma imagem que era produzida por uma prática social ainda incipiente. Além de bastante elitizada. Poucos tiveram o privilégio de olhar a cidade lá do alto. No entanto, sua divulgação através dos órgãos de imprensa²², foi gradativamente tornando-a uma das imagens “oficiais” da cidade. O olhar dessa fotografia seria tomado como estratégia representacional para tentar costurar a unicidade de um tecido urbano que não cessava de transbordar de seus limites²³.

A fotografia aérea pôde finalmente dotar o Recife dessa imagem panorâmica por excelência. Agora, podia-se vencer, mediante o aparato tecnológico, a contingência da horizontalidade do sítio do Recife. E o resultado era deslumbrante, pois, o que antes era impedimento, agora era condição mais do que favorável. Sem obstáculos ao campo visual, como morros abruptos, o olhar abarcava a planície do Capibaribe até esta se tornar azulada nas linhas do horizonte. E essa imagem, moderna, seduziu a elite que a produziu e a transformou numa das mais significativas da cidade. Basta ver como essa imagem foi sendo estabelecida ao longo

²¹ O Recife de Aeroplano”. In: *Revista de Pernambuco*, Ano 2, nº 9, mar 1925.

²² Ver as quatro fotografias panorâmicas da cidade em “O Recife de Aeroplano”, In: *Revista de Pernambuco*, Ano 2, nº 10, abr 1925; em “A cidade vista do céu”, In: *Revista da Cidade*, Ano 1, nº 4, 19.06.1926; e também em “A cidade vista das nuvens”, In: *Revista da Cidade*, Ano 1, nº 5, 26.06.1926.

²³ Sevcenko, falando sobre o avião, afirmou que “as primeiras fotografias aéreas da cidade, pouco depois publicadas, para gáudio da população que, ademais de gozar da perspectiva deslumbrante da vista de ‘vão de pássaro’, podia pela primeira vez ter uma imagem compacta e unitária da enorme extensão que assumira a área urbana.” In: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 77. Pouco depois, em outro texto seu, ele retomou a ideia e, dessa vez, ao associá-la à imagem em que vê o próprio avião sobrevoando a cidade, destacou a questão da consciência mesma da emergência desse olhar e sua capacidade de representar a cidade moderna. SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio” In: *História da Vida Privada no Brasil*, vol. III – da Belle-Époque à Era do Rádio. Coordenador: Fernando A. Novais; organizador do volume: Nicolau Sevcenko. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 524. Ver também CASTRO, Josué de. “Perspectiva ideal da cidade do Recife”, In: *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*. Recife, nº 19-34, jan/dez, 1946-1949 *apud* PONTUAL, Virgínia. “Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas” In: *Revista Brasileira de História*, Vol. 21, nº 42. São Paulo, 2002. Nele, lê-se o trecho: “A cidade só se deixa captar na unidade de sua expressão urbana quando vista do alto dos aviões, em sua perspectiva vertical. [...] Cidade construída numa planície encharcada, formada de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e paús, envolvidos e salpicados por manchas d’água por todos os lados, é impossível captar-se a expressão do seu rosto, do nível do solo ou do mar. [...]”

do séc. 20. Melhores condições técnicas, a escolha de enquadramentos, tudo passou a referendar a autoimagem da cidade como aquática, com seus rios, suas pontes, etc. Atualização imagética da cidade, que era inventada pela imprensa da época como a “Veneza Americana”. Além do que, ao montar uma imagem da cidade a tal distância, a foto aérea criava a necessidade de reconhecimento, nessa escala nova, de marcos urbanos. E não demorou para que reafirmassem marcos já conhecidos (instituídos socialmente pelos grupos que os erigiram e os usufruíam) do ambiente urbano, como o edifício do Senado, o da Faculdade de Direito, etc. E, no entanto, esse olhar (verticalidade como alteridade), apesar de reafirmar o sítio natural como característica da identidade horizontal da cidade, terminou por estender o domínio sobre a natureza. A cidade vencida a planície e subia para além dela. Colonização sônica tanto quanto material da natureza.

DO CONCEITO DE INSTANTE À NOÇÃO DE MOVIMENTO: O CINEMA

Da pintura à fotografia, e desta ao cinema. Estratégias de representação do ambiente foram formuladas na pintura de paisagem e possibilitaram a criação de um campo perceptivo socializado com o qual se significou a experiência do/no ambiente, indo ao ponto de influenciar uma nova imagem: a fotografia. Esta instaurou, pela própria relação entre mídia e real percebido, mudanças nas próprias estratégias de representação do ambiente, num processo continuado de encadeamento de significações, até possibilitar a emergência do conceito de instante, noção moderna que engendrou a imagem cinematográfica.

“As possibilidades abertas pela temporalidade própria da imagem são infinitas: há o movimento do mundo observado e o movimento do olhar do aparato que observa.”²⁴ Com essa afirmação, Ismail Xavier destaca que, quando do aparecimento do cinema, na virada do séc. 19

²⁴ XAVIER, Ismail. “Cinema: revelação e engano”. In: NOVAES, Adauto (org.). *O Olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 370.

para o 20, duas leituras se deram sobre esse processo: uma enxergava o cinema “*enquanto coroamento de um projeto já definido na esfera da representação; na segunda, se vislumbra o cinema enquanto inauguração de um universo de expressão sem precedentes, destinado a provocar uma ruptura na esfera da representação.*”²⁵ Em relação à primeira corrente, penso no cinema de massa, indústria cultural, que, apostando no gosto popular pela teatralização, iria privilegiar o melodrama. E é aí nos anos 1920 que esse formato se torna mais definido. Não era mais o desfile de vários filmes seqüenciados, curtos, sobre assuntos diversos; mas o cinema narrativo, como ficou conhecido, com seu filme longo, sendo atração única da seção da sala escura da projeção.²⁶ A grande parte das películas exibidas no Recife, oriundas de uma produção hollywoodiana, tinha essa característica. Esse cinema inseriu-se “na tradição do espetáculo dramático mais popular, de grande vitalidade no séc. XIX.”²⁷ Essa tradição remonta à reformulação que Diderot introduziu na teoria do teatro, ao romper com a tragédia (neo)clássica, tal qual encenada na França dos setecentos. Deixando de lado a ênfase na linguagem poética, o filósofo propôs “um teatro que explore a expressividade do gesto, privilegie a ação (não somente as grandes, mas também as cotidianas), a composição visual da cena (define os *tableaux* construídos pela posição recíproca dos atores e da cenografia).”²⁸ Esse gosto pelo gesto, expressão dos sentimentos, exposição das paixões, tem seus desdobramentos e desemboca no “gênero dramático de massas por excelência: o melodrama.”²⁹

John B. Jackson, falando sobre a paisagem, também concorda com as raízes teatrais daquela e sugere que a paisagem no cinema não passa de cenário para o drama. Leia-se:

“No séc. 18, a paisagem indicava o cenário no teatro e tinha a função de sugerir discretamente qualquer locação,

²⁵ *Idem.* p. 371.

²⁶ SITNEY, P. Adams. “Landscape and cinema: the rhythms of the world and the camera”. In: KEMAL, Salim e GASKELL, Ivan (orgs.). *Landscape, Natural Beauty and the Arts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 106.

²⁷ XAVIER, Ismail. *op. cit.* p. 371.

²⁸ *Idem.* p. 371-372.

²⁹ *Idem.* p. 372.

não há melhor indicação de como nossa relação com o ambiente pode mudar ao longo dos séculos do que no papel do cenário do palco. Trezentos anos atrás, Corneille podia escrever uma tragédia em cinco atos com uma única indicação do lugar do drama: ‘a ação toma lugar no palácio do rei.’ Se olharmos para o trabalho de um moderno escritor teatral, provavelmente encontraremos uma descrição detalhada de cena após cena, e o último estágio desse tipo de paisagem, suponho, é o cinema contemporâneo.”³⁰

No entanto, isso que Jackson chamou de “papel de cenário” não faz da paisagem um tema, um argumento central da imagem cinematográfica, sendo apenas *parerga*. Moldura e não o argumento central. Falando no cinema do Recife dos anos 1920, Eduardo Duarte o afirma como “uma janela para mundos de costumes e valores até então conhecidos pelas fotos de revistas, jornais ou pelas histórias dos viajantes. Agora era possível de se ver os carros, os prédios, as pessoas e suas roupas. Mas isso as fotos já mostravam. O específico do cinema é o movimento.”³¹

Assim, o cinema pôde ser uma nova imagem, através de duas instâncias que, embora relacionadas, são distintas: a captação de sucessivos fotogramas e o recurso posterior da montagem e da edição. No campo da obtenção de imagens, surgem duas técnicas, ainda durante o cinema mudo, ambas ligadas ao trabalho da câmera ou antes, ao movimento da câmera. É o que Sitney chama de “moving camera”, continuadora do diorama; e a “panoramic sweep”, herdeira do panorama.³² Falando sobre o primeiro, Kirby destaca que já havia tomadas em trens em movimento.³³ A paisagem filmada enquanto o trem está em movimento guarda

³⁰ Tradução livre do trecho: “In the eighteenth century, landscape indicated scenery in the theater and had the function of discreetly suggesting elsewhere, there is no better indication of how our relation to the environment can change over the centuries than in the role of stage scenery. Three hundred years ago Corneille could write a five act tragedy with a single indication of the setting: ‘the action takes place in the palace of the king.’ If we glance at the work of a modern playwright we will probably find one detailed description of a scene after another, and ultimate in this kind of landscape, I suppose, is the contemporary movie.” In: JACKSON, John Brinckerhoff. *Discovering the vernacular landscape*. New Haven: Yale University Press, 1984. p. 4-5.

³¹ DUARTE, Eduardo. *Sob a luz do projetor imaginário*. Recife: Universitária, 2000. p. 81.

³² SITNEY, P. Adams. *op. cit.* p. 107.

³³ KIRBY, Lynne E. “The Railroad and the Cinema, 1895-1929: Institutions, Aesthetics and Gender”. Los Angeles: The University of California Press, 1989. (Tese de Doutorado). p. 34.

semelhança com um entretenimento, ue, surgindo no início do séc. 20, era uma espécie de avô dos parques de diversão, com aqueles brinquedos que simulam a experiência em termos de movimento e imagem. Trata-se do *Hale's Tour*. Era a projeção de cenas em movimento, projetadas de forma que os espectadores, situados dentro de um vagão parado, ao vê-las através das janelas, tinham a sensação de que o próprio trem corria.³⁴ Em relação ao segundo, também chamado de *pan shot*, já era utilizado. Sobre ele, Sitney afirma:

“Ainda que diferente dos panoramas, a tomada circular manteve a moldura fílmica, implicando em termos estilizados. O movimento dos olhos humanos sobre o campo de visão não criou a ilusão de uma ambiência ao redor do espectador. A tomada circular sublinha a inevitável potencialidade do espaço fora da tela: o senso da paisagem se estendendo em todas as direções para além dos limites da tela contribui para a ilusão da presença da câmera no campo de visão.”³⁵

REPRESENTAÇÃO DE PAISAGEM E EXPERIÊNCIA URBANA NA IMAGEM CINEMATOGRAFICA

Não há neste trabalho como aferir como essas imagens, alternativas ao cinema narrativo clássico, eram recebidas pelo público recifense e como influenciaram no repertório com o qual se concebia a experiência urbana. Seria importante buscar a resposta a essa questão, para poder descobrir se a paisagem era percebida em termos cinéticos. Que o ambiente o era, não há dúvida. Agora, se tal percepção obteve o estatuto de

³⁴ *Idem*. p. 63-64.

³⁵ Tradução livre o trecho: “Yet unlike the panoramas, the pan shot maintained the filmic frame thereby reflected in a stylized manner. The movement of human eyes over the field of vision; it did not create the illusion of an ambiance around the viewer. The filmic pan underlines the ineluctable potentiality of offscreen space: the sense of the landscape extending in all directions beyond the edges of the screen contributes to the illusion of the camera’s presence in the field of vision.” In: SITNEY, P. Adams. *op. cit.* p. 107.

paisagem, então estou diante de outra questão. Os poucos elementos de que disponho são os filmes produzidos no Recife dos anos 1920 e os outros tipos de registros, como os textos e imagens em jornais e em revistas. Esse material, no entanto, aponta para uma noção mais estática da paisagem. Como se, daquelas duas possibilidades que o cinema abria, apenas a primeira correspondia ao conceito de paisagem (e sua triangulação entre a representação fílmica e a experiência urbana). Trata-se do movimento do mundo observado, e não o movimento do olhar do próprio aparato.

Em *A Filha do Advogado*, há duas cenas que envolvem a metáfora da janela. Elas se tornam emblemáticas da discussão da paisagem por meio de uma apreciação cinética *versus* uma parada.

Lúcio é um jornalista do Recife, amigo do advogado famoso que tem uma segunda família. Quando este viaja à Europa, Lúcio fica encarregado, a pedido daquele, de dar apoio a Heloísa (filha do advogado) e sua mãe. É então que ele viaja até a propriedade rural onde as duas moram, a fim de dar-lhes a notícia da partida do pai e de seu pedido para que fossem morar numa vivenda, nos arrabaldes dos Aflitos, no Recife. A primeira cena é quando Lúcio está no trem, indo para o interior. Sentado, ele lê um jornal. Atrás dele, na poltrona seguinte, uma senhora olha através da janela do trem. O olhar do espectador, projetado no olhar do aparato, ao deparar com o olhar dela, é refratado na direção da janela. É então que se vê o terreno passar veloz, pela moldura fixa. Falo “o terreno”, pois não sei se tal vista coincidiria com o termo paisagem, embora o filme leve, mesmo num átimo de segundo, a olhá-lo. A segunda cena é na casa de Heloísa. Lúcio já contou as novas e ela senta-se, encostada a uma ampla janela. Enquanto o espectador vê um verdadeiro “quadro” através da janela, com uma casinha ao fundo, algumas árvores (tudo no preto-e-branco *degradé*, que apenas insinua o colorido do lugar), Heloísa lança a tudo isso um olhar vago e opaco, como se soubesse que partir para o Recife seria deixar aquela janela para trás.

As duas imagens são produtos do olhar dos sujeitos que viveram o Recife daqueles tempos. No entanto, cabe perguntar que significados cada um evocou e quão difundidos eles foram. Tomando a ideia do cinema narrativo dos 1920, imbuído das tradições melodramáticas do séc.

19, então às cenas iniciais do filme corresponde a descrição de pano de fundo, tal como se situa o drama num lugar e tempo. A segunda imagem do filme é um exemplo do que venho objetivando. Vê-se a ponte da Boa Vista cruzar o rio Capibaribe; ao fundo, o casario. A fixidez do enquadramento e a escolha da perspectiva lembram uma imagem fotográfica. Mas eis que um elemento surge, aos poucos, deslizando. É uma canoa. Nela, um remador sobe o rio, sob a ponte e, saindo da penumbra, atravessa o enquadramento carregando consigo os olhares da plateia. Por que a cena não foi montada através do olhar do remador, com a imagem da cidade e do rio em movimento? Porque os espectadores não se identificavam e tampouco reconheceriam o ambiente (pelo menos em termos de prazer estético). A percepção cinética do ambiente era algo muito restrito. Só a elite que andava de carro tinha oportunidade de vivenciá-la. O avião era uma experiência ainda mais inacessível. Mas, olhar os remadores, nas regatas, do alto das pontes, ou da beira dos cais, era uma prática já incorporada ao cotidiano. A imagem no filme fala desse olhar. A síntese que o cinema opera é a junção da imagem e do movimento. Movimento não do aparato, mas dos corpos se deslocando no corpo do mundo. Todas as tomadas no filme são fixas. É como se, nesse momento, o cinema mostrasse quadros fixos cujos elementos se movem, mas não o próprio quadro.

Essa imagem cinematográfica faz com que os olhares sejam lançados em duas direções, produzindo dois tipos de apreciação do ambiente urbano. Uma que enfoca a cidade como cenário, entendendo por cenário uma noção tradicional de pano de fundo; e outra que procura estar atenta ao movimento dos corpos no mundo. Passo a analisar essas duas estratégias visuais a partir da influência que o cinema exerceu nos textos, com pretensões literárias, publicados pelas revistas do Recife dos anos 1920.

Há uma cena em *A Filha do Advogado* que apresenta a paisagem como pano de fundo. Quando Heloísa está presa, por ter matado Helvécio em legítima defesa, Lúcio vai até a Casa de Detenção para lhe falar. No caminho, ele é acompanhado pela mãe dela. Juntos, eles andam ao longo de uma calçada, como num cais, margeando o rio. Vê-se uma árvore, ao fundo. A plasticidade da cena a remonta em termos de pintura, o

que confere ao momento narrativo uma carga dramática mais intensa. A paisagem acentua as ações do drama.

REPERTÓRIO CINEMATOGRAFICO E ESTRATÉGIA TEXTUAL

Essas estratégias de produção de imagem e sua sugestão semântica são encontradas de forma semelhante nos contos e artigos reproduzidos nas revistas. Em *A Pilhéria*, foi publicado esse pequeno texto, com ares literários. A estrutura narrativa constrói-o, de forma parecida com outros também editados pela imprensa, com uma descrição do cenário nos parágrafos iniciais. Depois, o olhar do narrador se volta para os atores e o drama que eles vivem. No final, o cenário pode ser evocado como fechamento da história. Ou como clímax. Ou pode não ser mencionado. Tudo dependerá de sua importância para a própria narrativa. Leia-se:

“O marulhar lento das vagas era o único rumor que perturbava o silêncio, quase absoluto, da tarde agonizante... O sol, como um globo fantástico, sumia-se na profundez das águas que a sua luz morrente tingia de púrpura. Jangadinhas retardadas, como gaivotas erráticas, abriam à viração, as asas brancas das velas. Lá, muito ao longe, o vulto dum navio indecizava-se, aos poucos na distância... Recostado no varandim de mármore, a que florões rubros ensaguentavam a brancura, Jayme fixava os olhos verde-esmeralda, enigmáticos como um destino, pela vastidão infinita do mar. Olhava para tudo sem nada ver, porque na retina só tinha, nítida, a figura esbelta de Sarita, a amante que ele adorava.”³⁶

O narrador descreve inicialmente o cenário e depois, já num segundo movimento, apresenta a figura que, diante da vista, não está olhando o mar. A beleza do mar, descrito no início pelo narrador, não era percebida pela indiferença do personagem e continuaria não sendo depois que

³⁶ BEIRIZ, Anayde. “Renúncia”, In: *A Pilhéria*, Ano 5, n° 163, 08.11.1924.

ele lesse a carta na qual ela lhe dizia que terminava o *affair*. Nesse caso, o cenário é um mero pano de fundo. Os atores não interagem com ele. Seu efeito é apenas compor a ambiência da cena para o leitor.

Num segundo conto, de Paul Bouret, há uma outra construção semântica. Havia essa mulher que tinha perdido um filho e, inconformada, se debatia em angústias, remoendo um ódio para com os filhos do seu marido. Há uma longa descrição da região da Provence, no Mediterrâneo francês, cenário no qual se dá a ação. Entretanto, a paisagem, aqui, não é mero pano de fundo; é também um elemento narrativo importante, no qual faz o papel da natureza que celebra a vida, tal como a Igreja cultua a Ressurreição. Os filhos do marido dela colocam ovos de páscoa e flores junto ao quarto do amigo, e isso a comove tanto que ela se liberta da angústia da perda e passa a amá-los como a seus verdadeiros filhos. Se, antes, seu estado interior era antagônico à vida que florescia e verdejava na paisagem, no fim, passa a estar em sintonia com aquela. De estranha, ela passa a fazer parte da paisagem. O último parágrafo funciona como coroamento dessa reintegração do personagem na vida circundante. Leia-se: “Mais uma vez, o grande mistério do renascimento, celebrado pela Igreja e visível naquela paisagem de primavera, se realizava num coração humano: a vida sobrepujava a morte; o amor vencia o ódio...”³⁷

Nesse outro conto, a descrição do ambiente parece duplicar a tensão que paira no ar. Um grupo de amigos, reunidos, comentava a morte de uma conhecida que se dera de forma trágica. O que aqui destaco é a descrição do cenário e de como ele ganha vida própria, no desfecho do texto. Leia-se:

O cenário em que estávamos prestava-se a histórias tétricas. A chuva caía miúda e impertinente, fazendo fugir os transeuntes.

Na avenida larga os automóveis deslizavam com intermitência cortando com o som das buzinas o soturno marulhar das ondas. No ‘bar’ do hotel, fartamente iluminado, nós éramos os únicos.

[...]

³⁷ BOURET, Paul. “Ressurreição”, In: *A Pilhéria*, Ano 5, nº 201, 01.08.1925.

Aumentara o silêncio. Só se ouvia o bater surdo da garoa nas folhas do arvoredor e o compassado desmanchar das ondas nas largas pedras do quebramar. O ruído distante da cidade, que àquela hora ainda vivia, não chegava até nós.³⁸

De mero pano de fundo, o mundo exterior passara a ser algo cuja relação com os atores é interativa. De duplicação das características dos “atores” em cena, por analogia, o cenário ganha autonomia. O olhar é facilmente deslocado da ação do personagem para o próprio cenário. A cidade mesma aparece como alvo do olhar. Em meio aos personagens em cena, o cenário se personifica e se torna mais um elemento do mundo observado.



Figura 6. Fotografia de um mergulhador, publicada na capa da edição. In: Revista da Cidade, Ano 1, no 9, 24.07.1926. Acervo da FUNDAJ.

MOMENTANEIDADE E ESTÍMULOS SONOROS NA PAISAGEM

Isso me traz ao segundo olhar que, quando fala do cinema, depara com o movimento dos corpos no enquadramento. Encontrei esse olhar nos vários suportes pesquisados, como o cinema, a fotografia, os artigos e

³⁸ LELLIS, Raul. “A Volúpia”, In: *A Pilhéria*, Ano 5, nº 173, 17.01.1925.

demais matérias jornalísticas e até na literatura. Essa forma de apreensão do ambiente por meio do movimento constitui o que chamaria, para usar uma expressão da época, de instantâneo. A rapidez da linguagem tenta expressar a momentaneidade do que é percebido. A fugacidade de algo que não mais será visto. Em *A Filha do Advogado*, enquanto Helvécio conversa no portão com o jardineiro, ao fundo vê-se um automóvel passar. Quando Lúcio vai ao interior, vê-se o trem partir do Recife, ao fazer uma curva. No primeiro plano da imagem, um jovem caminha sobre o trilho.

Essa preocupação, ligada a novos suportes como a fotografia e o cinema, terminou por se difundir na linguagem escrita.

“À Porta do Leça” era uma seção da revista *A Pílhéria*. O título dava o tom das suas colunas, escritas como se olhassem a rua e seu movimento da porta de um café, ou de uma confeitaria. Nesse texto, especificamente, a situação é precisamente essa. No desfecho, o movimento da cidade ganha visibilidade. Ao fim da conversa sobre a vida alheia, tem-se a linha: “Um automóvel cortou a rua, nesse instante, veloz, barulhento, afrontando a nossa Inspetoria de Veículos.”³⁹

É como se esse olhar se ativesse a algo, descuidadamente, enquanto se faz outra coisa. Ao conversar na porta de um café, o olhar é desviado da conversa por um estímulo que a cidade, sempre em movimento, propicia. Aliás, nos momentos de maior intensidade, como na hora do burburinho do fim de tarde, os alvos do olhar são vários. Leia-se esse trecho: “À tardinha, já sem o sol causticante, desceu da sua água furtada de um quarto andar para o seu passeio costumeiro. A rua estava movimentadíssima; os moleques corriam apregoando os jornais vespertinos, os bondes trafegavam mais rápidos; os automóveis impertinentemente fonfonavam.”⁴⁰

Também encontrei essa mesma estrutura narrativa no romance *O Moleque Ricardo*, de Zé Lins do Rego. Entre um assunto e outro da história, o narrador olha o entorno e, no que o faz, torna visível a cidade. “A chuva não diminuía. Os trens passavam com os vagões fechados, rompendo o aguaceiro. Eram bem 12 horas. E agora só se ouvia a chuva

³⁹ “À Porta do Leça”, In: *A Pílhéria*, Ano 5, nº 156, 20.09.1925.

⁴⁰ GALVÃO, Odon. “O dedo simbólico”, In: *A Pílhéria*, Ano 4, nº 11.08.1923.

fazendo barulho. Uma ou outra vez fonfonava automóvel rompendo a enxurrada.”⁴¹ E já retornava à vida de Ricardo.

Dentro dessa forma de estruturar o olhar que percorre o ambiente urbano, a imagem da cidade passou a significar a própria cidade. E o reverso também. A cidade estava contida na imagem que fazia de si. Mediante esse processo, a ideia de paisagem migraria de uma noção imagética para uma ambiental. Mas antes de me ater a essa transformação, procurarei dar visibilidade a esse outro olhar, que, mesmo sendo incipiente e restrito, já tinha emergido: a percepção em movimento. E isso será fundamental para a relação futura com o significado de paisagem.

A EXPERIÊNCIA CINÉTICA DO AMBIENTE URBANO

O vento na tela e no rosto. Um passeio de automóvel pela Avenida Beira-Mar numa tarde de domingo. A velocidade inaugurava um outro olhar: coqueiros que ficavam para trás num piscar de olhos; a curva que o mar fazia no campo visual de quem dobrava vindo da Avenida de Ligação. Cor e luminosidade. Arejamento e modernidade. Distâncias que se encurtam, cidade que diminui. O automóvel permitiu essa percepção da cidade por conta do movimento. Ainda mais que sua mobilidade é maior que a do bonde ou a do trem. Assim também como o campo visual que ele possibilita. Mesmo quando o automóvel era apenas tido como um meio de transporte que faria com que as pessoas chegassem a outros lugares, a própria experiência do traslado já era o componente de um novo olhar. A própria viagem seria percebida como prazer estético. Aqui, nesse novo olhar, o ambiente é descrito à medida que vai sendo percebido ao longo do trajeto. Leia-se, nessa passagem, como o escritor monta seu texto, de forma a dar visibilidade às coisas à medida que ele passa por elas:

Mas, anteontem, resolvi conhecer a avenida Beira Mar, visualmente. A tarde estava extremamente quente. No azul metálico o sol dardejava. Tomei um automóvel e parti.

⁴¹ REGO, José Lins do. *O Moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 1987. Ficção Completa, Vol. 1. p. 608.

Passada a rua Imperial e já na Estrada Saturnino de Brito (demos às coisas os verdadeiros nomes), o espaço se des-campou.

Tudo aquilo era novo para mim, com todas as possibilidades para um esplêndido bairro. De repente, porém, uma brisa forte soprava, e como num pano de boca que se abre, o mar apareceu. Era toda ela uma larga esteira de farpas luminosas.

O automóvel virou e na avenida Beira Mar começou a correr...⁴²

O que Luiz Cedro, o autor do texto, deixa entrever é a novidade desse olhar, e não só a novidade do passeio. Pelo menos para os moradores do Recife. Daí a justificativa para a construção, urgente inclusive, de uma avenida à beira-mar para a cidade, pois só um passeio desses pode suscitar tal apreciação. Poucos parágrafos antes de descrever aquela viagem, ele afirmava a necessidade de se construir uma verdadeira avenida no Recife. E por verdadeira, ele queria dizer: reta. Pois, segundo suas próprias palavras, o que havia eram algumas ruas mais ou menos largas, com nomes de avenidas, e que apresentavam várias curvas e “cotovelos”. Aqui, a sugestão é a de que só o percurso retilíneo poderia dar ao olhar essa aparência de “fita”. E a alusão à imagem cinematográfica é para nomear a experiência de perceber o ambiente que passa.

Muitas vezes o prazer da fruição do passeio era pura e simplesmente o próprio ato de passear; e a percepção cinética que este possibilitava. Não se tratava de ir a algum lugar e, de lá, parado, olhar o mundo. Embora os dois olhares não fossem incompatíveis e co-existiram como prática⁴³, o que venho salientando é o aparecimento dessa relação com a

⁴² CEDRO, Luiz. “A Avenida Beira-Mar”. *Revista de Pernambuco*, Ano 1, nº 5, nov 1924.

⁴³ Nos versos d’*A Pilhéria*, lê-se: “A Burguesia apatacada e avanti / que possui seu *Buick* rebrilhante, / seu *Cleveland* macio, ou seu *Hudson* veloz, / procura, é claro, a melhor paisagem... / Ergue seu *bungalow* em Boa Viagem / e mata-nos de inveja a todos nós.”, In: João-da-Rua-Nova. “De Monóculo”, *A Pilhéria*, Ano 6, nº 213, 24.10.1925. Num desenho, publicado num anúncio publicitário, essa questão do auto como o aparato que leva o observador a um lugar de onde se desfruta uma “bela vista” está mais especificada. Na propaganda, de automóveis *Buick* e *Oldsmobile*, há um texto que detalha as questões técnicas do número de lugares, comprimento de eixo, e os equipamentos acessórios, e, ilustrando-o, há esse desenho. Nele, há um automóvel estacionado à beira-mar, ao longo da estrada; Dentro dele, o motorista, de costas para o observador e de frente para o mar, conversa com uma mulher, que está voltada para ele. Uma outra mulher está sentada

cidade, que é o passeio de automóvel. Algo que, hoje, está cada vez mais relegado à memória, diante dos imensos congestionamentos do tráfego urbano, ante a violência e sua saída banal: fechar os vidros para a cidade. Enfim, falo da emergência de um olhar sobre a cidade, que foi possível naquelas circunstâncias de início do séc. 20, conjugação que foi de uma série de técnicas e estéticas.

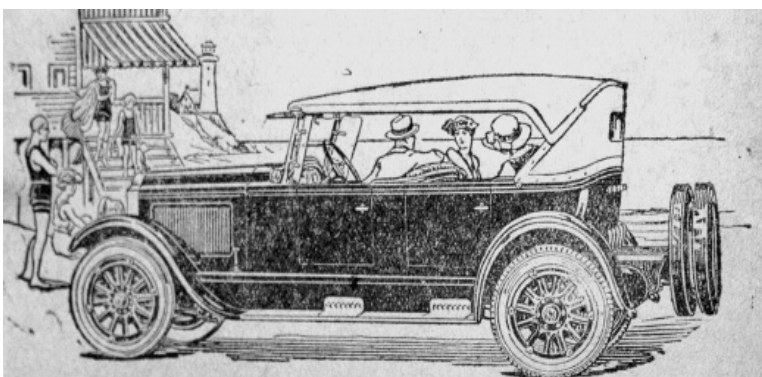


Figura 7. Anúncio publicitário dos Automóveis Buick e Cleveland. In: A Pílhéria, Ano 5, no 153, 30.08.1924.

O fascínio, na época, era se encantar com o mundo em movimento. Passar por ele. Atravessá-lo. Leia-se:

A tarde estava tão encantadora, à hora evocativa do crepúsculo, o sol numa sanguínea viva, a noite caindo lentamente, em tão doce poesia, que os três amigos meteram-se no automóvel que rumou ao encantamento da avenida Beira Mar.

O *chauffeur*, mão firme na direção, parecia preso à volúpia da corrida. Ao seu lado, o marido, silencioso, parecia su-

no banco de trás. Lá fora, no canto esquerdo da imagem, banhistas descem de uma casa, outros contemplam o mar, em pé ou sentados. Ao fundo, um farol. Na imagem, a fruição estética da vista aparece através da janela do carro parado, o que sugere que a “procura” da “melhor paisagem” fosse a escolha de um “melhor” ponto de vista, fixo. In: “Automóveis Buick e Cleveland”, A Pílhéria, Ano 5, nº 153, 30.08.1924.

gestionado pela beleza pujante do mar. Ao fundo do carro, Ele e Ela entregavam-se ao doce êxtase contemplativo, sentindo n'alma toda a encantadora poesia daquele fim de tarde.

E a natureza lhes entrou tanto na alma que os dois começaram a recitar, a voz em surdina, uns lindos versos de amor, enquanto o carro voava, macio, vencendo a distância.⁴⁴

O movimento também engendrou outra prática do olhar. Embora fosse uma experiência muito mais restrita que andar de automóvel (pois além de cara, era uma oportunidade mais rara, dadas as circunstâncias com que se dispunha do aparato), ela fundou uma nova percepção do ambiente. Trata-se do avião e da vista aérea. Num curioso artigo, um repórter d'A *Pilhéria* narra a aventura de voar num aeroplano, com as peripécias, as sensações e os olhares que se lançam à cidade. Nesse texto, está relacionada a percepção cinética à imagem cinematográfica, através da metáfora da fita; entrevê-se a noção de “limpeza” no campo visual que o distanciamento panorâmico possibilita; e há a utilização da experiência cinética do automóvel como conhecimento prévio para nomear essa nova percepção. O texto é composto por vários olhares, múltiplos e diversos, como se, ao conquistar o espaço nas três dimensões, o repórter tivesse alvos para mirar em todas as direções e em todos os sentidos. No desenrolar desses olhares,

A sensação é muito agradável: dêem asas a um automóvel guiado por um bom *chauffeur* e já se tem sentido a verdadeira sensação da ascensão.

As coisas cá por baixo vêm-se do alto muito diminuídas de tamanho, o que a princípio parece até uma coisa lógica basta subir à Torre do Espírito Santo ou à Faculdade de Direito. O clima não é mau. Não há poeira, nem barulho, nem bilheteiros nem homens de prestação...

Não se distingue nada: somente telhados, sombras, e o verde da folhagem – (o Recife já é uma cidade essencialmente folhuda) os edifícios mais altos da capital como os

⁴⁴ “À Porta do Leça”, A *Pilhéria*, Ano 6, nº 219, 05.12.1925.

‘arranha-céus’ do Bairro do Recife [...] quase que muito esforço se divulgam do alto, parece às vezes que não existem. É uma impressão de quem tem diante dos olhos um binóculo e vê através dele tudo diminuído de tamanho. Depois o movimento do aeroplano ainda nos dá a idéia de que tudo que se vai observando é uma fita que passa, tão bonita, tão colorida, e mal chega ao fim estamos aterrando no Prado da Madalena.⁴⁵

A EMERGÊNCIA DE UM CONCEITO ESPACIAL DA PAISAGEM

Passo, finalmente, ao último tópico acerca do uso que os sujeitos históricos do Recife dos anos 1920 fizeram do termo “paisagem”: a transposição, no discurso geográfico, da imagem para o espaço.

Em novembro de 1925, o *Livro do Nordeste* foi organizado e publicado, como parte integrante das atividades de comemoração do centenário do *Diário de Pernambuco*. Nele, há um artigo de Gilberto Freyre, no qual ele faz uma história social dos costumes no Nordeste, ao longo de todo o séc. 19 até chegar aos anos 1920. O início do texto funciona como uma apresentação do cenário no qual se deram os hábitos e costumes sociais que ele estudará ao longo do desenvolvimento do texto. Assim, num primeiro instante, ele mostra a paisagem para fazer com que as mudanças ocorridas nessa centena de anos (1825-1925) ganhem visibilidade para o leitor. Ora, o uso dessa estratégia, na composição textual e na organização de ideias, se assemelha às estruturas narrativa e descritiva que encontrei nos contos, e mesmo nos artigos jornalísticos, publicados nas revistas ilustradas. Mas, se tratando do texto de Freyre, essa atitude ganha uma certa ambigüidade. Isso porque essa estratégia representacional coincide com uma noção de paisagem como enquadramento fixo de pano de fundo. Mas o significado que ele dá ao termo faz surgir uma outra conceituação, na qual a paisagem tem a conotação de espaço geográfico, conjunção do meio físico e do construído. Leia-se essa passagem:

⁴⁵ “A *Pilhéria* rolando pelos ares”, *A Pilhéria*, Ano 3, nº 93, 07.07.1923.

Comparando o Nordeste de 1825 com o de 1925, tem-se quase a impressão de dois países diversos.

A própria paisagem, o próprio físico da região, alterou-se profundamente. É outra a sua crosta. Outra, a fisionomia. Perdeu a paisagem aquele seu ar ingênuo dos flagrantes de Koster e de Henderson para adquirir o das modernas fotografias de usinas e avenidas novas.

Beirando os canaviais e pastagens correm linhas telegráficas, fios de telefone, vias férreas; pelo barro mole e por essa areia de praia que, no litoral, e às vezes no 'agreste', range sob os pés e pelo gneiss duro em que se acinzentam os caminhos mais para o interior, em vez de carros de boi levando aos engenhos cana madura e liteiras conduzindo sinhazinhas para as festas de batizado e carruagens a trote doce – rodam autos, espadanando areia, roncando.

[...]

As cidades muito se modificaram com a construção, sobre modelos europeus do século decimonono, de gares, de mercados, bancos; com a tração elétrica; com os novos tipos de residência de uma arquitetura de confeitaria; com a preocupação da linha reta à americana, que por completo alterou, em vários bairros do Recife, o à vontade antigo das ruas.⁴⁶

Num outro texto de Gilberto Freyre, essa noção geográfica da paisagem aparece novamente, e agora com maior nitidez. Trata-se de um artigo, também publicado no *Livro do Nordeste*, sobre a pintura do Região Nordeste. Nele, Freyre se atém a dois gêneros de pintura: a paisagem e a pintura de costumes. Em ambos os casos, ele afirma que ainda não tinha surgido um pintor verdadeiramente nordestino. Diz ele que “a paisagem e a vida do Nordeste brasileiro se acham apenas arranhados na crosta, nos seus valores mais íntimos continuam virgens.”⁴⁷ É que, continua Freyre, as tintas para pintar o Nordeste não são nem os “entre-tons corretamente acadêmicos nem das cores carnavalescamente brilhantes dos ‘impressionistas’.” É então que ele procura sugerir temas para que essa pintura

⁴⁶ FREYRE, Gilberto. “Vida social no Nordeste: aspectos de um século de transição”. In: *Livro do Nordeste*.

⁴⁷ _____. “A Pintura no Nordeste”. In: *livro do Nordeste*.

possa ser levada a cabo. No caso da pintura de costumes, ele elencará, no texto, uma série de relatos para fazer uma história social que fornecesse os objetos, os motivos, os temas à representação pictórica dos costumes, dos tipos, etc. Seguindo uma mesma metodologia, ele procura descrições do meio natural para sugerir motivos pictóricos à representação de paisagem. Esse último aspecto é o que aqui interessa. Freyre argumenta que Euclides da Cunha já afirmara que ainda era inédito um trabalho sobre geografia física no Brasil. E, aqui, Freyre cita Euclides, dando-lhe voz:

Alheiamo-nos desta terra. Criamos a extravagância de um exílio subjetivo, que dela nos afasta, enquanto vagueamos como sonâmbulos pelo seu seio desconhecido [...] As nossas mesmas descrições naturais recordam artísticos decalques, em que o alpestre da Suíça se mistura, baralhado, ao distendido das 'landes' [sic.]; nada do arremessado impressionador dos itambés a prumo, do áspero rebrilhan-te dos cerros de quartzitos, do desordenado estonteador das matas, do dilúvio tranqüilo e largamente esparso dos enormes rios ou do misterioso quase bíblico das chapadas bíblicas...⁴⁸

Utilizando a passagem de Euclides para fazer ver que se olhava a paisagem do Nordeste com os olhos do distanciamento eurocêntrico, através do qual enxergavam-se Alpes suíços num meio tão diverso, Gilberto Freyre terminou por sugerir, talvez sem a consciência de que o fazia, pois não era o cerne de sua questão, que faltava uma descrição científica da paisagem. Pelo menos é o que Euclides diz, ao comparar a descrição natural com “artísticos decalques”. Ao artista, cabe fazer esse quadro; ao geógrafo, o estudo empírico. Aqui, então, a paisagem deixa de ser imagem pictórica, na relação sentimental com a natureza; mas o próprio meio físico. Espaço geográfico. Embora a paisagem desperte no artista a imaginação que o permite criar, ela é o espaço. De signo, ela passa a ser pensada como o próprio referente, a realidade exterior ao sujeito. E Gilberto Freyre assim o faz para dizer que ao pintor cabe interpretá-la.

⁴⁸ CUNHA, Euclides da. *apud* FREYRE, Gilberto. *op. cit.*

No entanto, uma ressalva seja feita aqui. No texto de Euclides, não há essa relação entre o conceito de paisagem e a noção de meio físico. Ele se refere àquele com palavras como *terra*, ou *'landes'* [sic.], seu equivalente na língua inglesa. É o próprio Freyre que opera essa coincidência. Ele é que atribui à paisagem o significado de meio físico, usando o esboço geográfico em Euclides para respaldar sua escolha teórica.

De dentro dessa nova conceituação, Gilberto Freyre encontra apenas um pintor que procurou trabalhar a paisagem do Nordeste, mesmo que com sérias limitações. Leia-se:

Entretanto, da paisagem do Nordeste só a 'mata' achou quem a fixasse, ainda que com insuficiências; e esse raro pintor brasileiro com o senso regional tão especializado foi Jeronymo José Telles Júnior [...]

Preso à 'mata' como se para a pintar tivesse nascido, Telles Júnior não a interpretou; apenas a fixou. Estava aí sua insuficiência: não ser a sua pintura, de interpretação. O interesse das telas de Telles Júnior está praticamente na documentação que oferecem – documentação exata, quase fotográfica – duma fase da paisagem nordestina: a da natureza 'já assenhoreada pelo homem e defendendo a custo a sua integridade selvagem e as suas opulências florestais'; a da natureza tropical perturbada nas suas últimas volúpias selvagens pelos avanços civilizadores da cana-de-açúcar. Em certos trabalhos do pintor pernambucano chegam a branquejar a distância casas de engenho; chegam a fumegar ao longe boeiros de 'bangüês'.

Mas o elemento humano local, animador dessa paisagem de 'mata', sempre o desprezou Telles Júnior na sua pintura descritiva. Nos seus quadros – à exceção de um ou de outro, como 'Usina Cuyambuca' – a vida de engenho apenas se advinha de longe pelos sulcos das rodas dos carros de boi no vermelho mole das ladeiras. Dir-se-iam suas pinturas, ilustrações para um compêndio de geografia física.⁴⁹

Atentando para essa conceituação de paisagem como espaço, encontro um novo uso para o termo "pitoresco", o qual atesta que essa

⁴⁹ FREYRE, Gilberto. *op. cit.*

transição da paisagem (de imagem que é olhar sobre o espaço natural a meio geográfico) já se vinha dando no imaginário dos sujeitos históricos da época em questão. O que Gilberto Freyre fez foi amarrar essa passagem por meio de uma linguagem erudita, de dentro de saberes científicos. Assim, nos jornais e revistas emerge um uso da palavra “pitoresco”, que, do significado inicial, ligado à noção de pinturesco, passa a ser o de algo característico ou peculiar a um dado lugar.⁵⁰ Ao pensar a pintura de Telles Jr. como “documentação exata, quase fotográfica”, Gilberto Freyre deixa entrever que a paisagem seria algo passível do registro metonímico da imagem fotográfica. E o reverso, então, torna-se palpável: aquilo que a fotografia faz ver, o referente, o próprio mundo empírico, passa a ser nomeado como a paisagem.

Na segunda metade dos anos 1940, Josué de Castro escreve um artigo sobre a cidade do Recife e usa o termo “paisagem” duas vezes, e em cada emprego emergem essas duas acepções, o que sugere a convivência dessas concepções até em um mesmo autor. Além do que, sendo um texto dos anos 1940, dá a ideia de que tal transformação foi obra de um tempo relativamente longo, e não uma ruptura, brusca. Leia-se a passagem de Josué de Castro:

É curioso ressaltar o contraste entre Amsteerdam e Recife. Apesar de as duas cidades possuírem geograficamente paisagens semelhantes, com ilhas, rios, pontes, canais; enquanto em Amsterdam os componentes da paisagem se apresentam geometricamente disciplinados num perfeito arranjo urbano, no Recife tudo está ostensivamente jogado numa espécie de desarranjo cósmico. [...] ⁵¹

No primeiro uso do termo, Josué de Castro a menciona como elementos (sobretudo em seus aspectos visuais) da geografia urbana. O segundo, a palavra “paisagem” denota a totalidade daqueles “componentes” antes mencionados. Aqui, ela já não é mais uma vista de algo isolado, como um dique ou uma ponte, mas o próprio conjunto do espaço. Dai

⁵⁰ L. V. “Recife novo: vida nova”, In: *Revista de Pernambuco*, Ano 2, nº 18, dez 1925; e “O governo actual e suas iniciativas”, In: *Revista de Pernambuco*, Ano 2, nº 19, jan 1926.

⁵¹ CASTRO, Josué de. *op. cit.*

o emprego do singular, em contraposição ao plural das várias cenas percebidas. Tal noção, a da paisagem como o espaço ou meio geográfico, emerge com mais nitidez em outro texto seu. No desfecho de *Homens e Caranguejos*, escrito em 1966, a paisagem surge como o fechar do ciclo do caranguejo e, arriscaria afirmar, como síntese entre uma geografia física e uma humana, que para Castro são indissociáveis. Leia-se o trecho:

“E sobre toda a paisagem do mangue estende-se agora um lençol de sombra, negra mortalha recobrendo todos os corpos dos mortos da revolução fracassada. Dentre eles, enterado nos mangues, deve estar, em qualquer parte, o corpo de João Paulo, que, com a sua carne em decomposição, irá alimentar a lama que alimenta o ciclo do caranguejo.”⁵²

Essa transposição, operada pela fotografia, da paisagem como signo, oriundo da criação subjetiva, para o próprio referente registrado, documentado, iria se ampliar, ao longo do séc. 20, mediante diversas técnicas de obtenção da imagem cinematográfica. À *moving camera*, ao *pan shot* e ao plano longo, se somaria o recurso do *zoom*. Combinadas em usos diferentes pela montagem e na narrativa, essas imagens criariam a noção da paisagem como o próprio ambiente.⁵³ Esse processo, oriundo de transformações no seio mesmo das representações imagéticas de paisagem, se imbricou a um outro, que marcou a emergência do conceito de paisagem como aspecto visível do espaço geográfico. Essa mudança do conceito de paisagem, de imagem pano de fundo para o ambiente que nos cerca, ganhou visibilidade quando o cinema a elaborou em termos de *travelling*. Quando o ambiente à nossa volta (no qual o olhar da câmera cinematográfica se moveu) passou a ser percebido como paisagem, é que a imagem produzida pelo aparato e projetada na sala escura pôde coincidir com aquela percepção cinética, iniciada com a experiência urbana da virada do séc. 19 para o 20. Só assim aquele olhar, que nos anos 1920 era

⁵² CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2001. p. 188.

⁵³ Sobre a emergência do conceito de paisagem nos textos teóricos sobre cinema, nos anos 1980, leia-se o trecho: “However, it is just as clear that ‘landscape’ had, at least at that moment, become a term in the epistemology of cinema, essentially because avant-guard film-making in a number of different modes had cojoined the representation of natural beauty with explorations of how the film-making tools ‘see’ and ‘know’ their subjects.” In: SITNEY, P. Adams. *op. cit.* p. 125.

incipientemente nomeado por meio da metáfora da “fita”, viria a ser, ao longo do séc. 20, tido como paisagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *A Câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1984.

BEIRIZ, Anayde. “Renúncia”, In: *A Pilheria*, Ano 5, nº 163, 08.11.1924.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. Vol. 3 – A Construção da Paisagem. São Paulo: Objetiva; Metalivros, 2000.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole*. São Paulo: Edusp, 2000.

BOURET, Paul. “Ressurreição”, In: *A Pilheria*, Ano 5, nº 201, 01.08.1925.

CARVALHO, Vânia Carneiro. “A Representação da Natureza na Pintura e na Fotografia Brasileira do séc. XIX”. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no séc. XIX*. São Paulo: Edusp, 1988.

CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2001.

CEDRO, Luiz. “A avenida Beira-Mar”. *Revista de Pernambuco*, Ano 1, nº 5, nov 1924.

CRARY, Jonathan. “A visão que se desprende: Manet e o observador atento no fim do séc. XIX”. In: CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa (orgs.). *O Cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

DUARTE, Eduardo. *Sob a luz do projetor imaginário*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2000.

FRANCASTEL, Pierre. *A Realidade Figurativa*. Trad. de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FREYRE, Gilberto. (1925a). “Vida social no Nordeste: aspectos de um século de transição”. In: *Livro do Nordeste. Comemorativo do primeiro centenário do Diário*

de Pernambuco. Introdução de Mauro Mota; Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.

_____. (1925b). “A Pintura no Nordeste”. In: *livro do Nordeste. Comemorativo do primeiro centenário do Diário de Pernambuco*. Introdução de Mauro Mota; Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.

GALVÃO, Odon. “O dedo simbólico”, In: *A Pilhéria*, Ano 4, nº 7, 11.08.1923.

JACKSON, John Brinckerhoff. *Discovering the vernacular landscape*. New Haven: Yale University Press, 1984.

João-da-Rua-Nova. “De Monóculo”, *A Pilhéria*, Ano 6, nº 213, 24.10.1925.

LAGE, Gabriel. “Respingos”, *A Pilhéria*, Ano 5, nº 190, 16.05.1925.

LELLIS, Raul. “A Volúpia”, In: *A Pilhéria*, Ano 5, nº 173, 17.01.1925.

Livro do Nordeste. Comemorativo do primeiro centenário do Diário de Pernambuco. Introdução de Mauro Mota; Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.

MARIALVA, Luiz de. “Ba-Ta-Clan”, *A Pilhéria*, Ano 5, nº 197, 14.02.1925.

MELLO, Oscar. “Os melhoramentos de Pernambuco”. In: *A Província*, 16.10.1924.

PONTUAL, Virgínia. “Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas” In: *Revista Brasileira de História*, Vol. 21, nº 42. São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Chagas. “Quem sabe?” In: *A Pilhéria*, Ano 7, nº 243, 22.05.1926.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

_____. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio” In: *História da Vida Privada no Brasil*, vol. III – *da Belle-Époque à Era do Rádio*. Coordenador: Fernando A. Novais; organizador do volume: Nicolau Sevcenko. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SIMKINS, Francis Butler. “Paisagens”. Tradução de Lauro Borba. *Revista do Norte*, Ano 3, nº 1, 1925.

SITNEY, P. Adams. "Landscape and cinema: the rhythms of the world an the camera". In: KEMAL, Salim e GASKELL, Ivan (orgs.). *Landscape, Natural Beauty and the Arts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KIRBY, Lynne E. "The Railroad and the Cinema, 1895-1929: Institutions, Aesthetics and Gender". Tese de Doutorado. Los Angeles: The University of California Press, 1989.

REGO, José Lins do. *O Moleque Ricardo*. Ficção Completa, Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1987.

SNYDER, Joel. "Territorial Photography". In: MITCHELL, W. J. T. (org.). *Landscape and Power*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

VARELA, Martins. "Recordar...", *A Pilhéria*, Ano 5, nº 189, 09.05.1925.

VIEIRA, Daniel. "Paisagem e imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar" in: *Fênix, Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 3, Ano III, no. 3, jul/ago/set 2006. ISSN 1807 6971. www.revistafenix.pro.br.

XAVIER, Ismail. "Cinema: revelação e engano". In: NOVAES, Adauto (org.). *O Olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SOBRE OS AUTORES

ANTONIO PAULO REZENDE

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1975), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1981), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992) e Pós-Doutorado também na USP(1998). Atualmente, é professor adjunto 2 da Universidade Federal de Pernambuco, consultor ad hoc da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e da FAPESP, membro do Conselho Editorial da REVISTA SAECULUM-PROGRAMA DE PÓS EM HISTÓRIA UFPB e da - CLIO-NORDESTE-HISTÓRIA-PROGRAMA DE PÓS-HISTÓRIA-UFPE. Atua como líder do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Modernidade do CNPQ. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história, cultura, imaginário, modernidade e cidade. O seu tema atual de pesquisa é relacionado com história da solidão no Recife dos anos 1930.

DANIEL VIEIRA

Licenciado e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Humanidades pela Universiteit Leiden, onde atuou como pesquisador convidado no Leids Universitair Instituut voor Culturele Disciplines. Sua área de interesse consiste numa história cultural da paisagem.

FLÁVIO WEINSTEIN TEIXEIRA

Licenciado e mestre pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é professor do Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

GUSTAVO ACIOLI

Doutor em História Econômica pela USP. Professor de História Econômica da UFS.

JAILSON PEREIRA DA SILVA

Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC) Mestre (2002) e Doutor em História (2009) pela UFPE. Desenvolve estudos sobre a relação entre história e linguagem, com foco na publicidade. Membro do GT História, Cultura e Subjetividade, do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, atua em duas linhas de pesquisa: História, cultura, juventude e arte e Teoria da História.

NATÁLIA C. S. BARROS

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. É professora do Colégio de Aplicação da UFPE. É vice-líder do Grupo de Pesquisas e Estudos em Gênero - NUPEGE da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente - GTEMP da Universidade Federal de Sergipe- UFS. Tem experiência em Pesquisa e Ensino de História, com ênfase em História das Mulheres e do Corpo, História e Teoria da Arte, História dos Intelectuais, atuando principalmente nos seguintes temas: Gênero, Corpo e Cultura no Recife dos anos vinte, modernismo no Brasil, ensino de história e historiografia das artes plásticas em Pernambuco. Desenvolveu o doutoramento sobre as experiências intelectuais de Joaquim Inojosa e os usos da memória do modernismo..

SYLVIA COSTA COUCEIRO

Possui doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), com a tese Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer no Recife dos anos 1920. Atualmente, é pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco - Recife. Suas pesquisas concentram-se na área de História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história da cidade, cultura popular, cultura imaterial e ensino de história.

19
20

Os anos de 1920: Histórias de um tempo

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE CEP: 50.740-530

Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930 | Fax: (0xx81) 2126.8395

www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br | editora@ufpe.br

Os textos que compõem essa coletânea são o resultado das pesquisas sobre o Recife dos anos 1920 desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco sob orientação do professor Antonio Paulo Rezende. São estudos no campo da história que trazem a marca da inventividade e leveza na construção dos arquivos, fontes e metodologias. A cidade que se inventa para comportar o humano, na sua multiplicidade, e não apenas para ser depósito de mercadorias, é o palco privilegiado do desenrolar das narrativas que emergem dos jornais, das revistas, dos relatórios policiais e dos acervos iconográficos que delineiam o cotidiano de homens e mulheres na efervescente década de vinte.

isbn 978-85-415-0003-6



9

788541

500036